

Ana Flávia Braun Vieira  
Simone Burioli  
(organizadoras)



Protagonismo das  
**MULHERES**  
no Paraná

*Texto e Contexto*  
EDITORA

Ana Flávia Braun Vieira  
Simone Burioli  
(organizadoras)

Protagonismo das  
**MULHERES**  
no Paraná

*Texto e Contexto*

EDITORA

Copyright © 2026 by Ana Flávia Braun Vieira; Simone Burioli  
Todos os direitos reservados às organizadoras.

Direção: Vendelino Hauer

Projeto gráfico, capa, diagramação e revisão final de edição: Equipe Texto e Contexto

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Protagonismo das mulheres no Paraná [livro eletrônico] / organização Ana Flávia Braun Vieira, Simone Burioli. -- Ponta Grossa, PR : Texto e Contexto Editora, 2026. PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-6080-091-5

1. Cidadania 2. Educação 3. Escrita 4. Mulheres - Aspectos sociais 5. Mulheres - Histórias de vida  
I. Vieira, Ana Flávia Braun. II. Burioli, Simone.

26-330276.0

CDD-305.4092

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Mulheres : Histórias de vida 305.4092

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

TEXTO E CONTEXTO EDITORA

[www.textoecontextoeditora.com.br](http://www.textoecontextoeditora.com.br)

[contato@textoecontexto.com.br](mailto:contato@textoecontexto.com.br)

Tel. (42) 98883-4226

## SUMÁRIO

<b>Prefácio</b> .....	6
<i>Profa. Dra. Caroline Aparecida Guebert</i>	
<b>Apresentação</b> .....	14
<i>Profa. Dra. Ana Flávia Braun Vieira</i> <i>Profa. Dra. Simone Burioli</i>	
<b>1. História das mulheres no Paraná: visibilidade por meio das produções acadêmicas (2009-2025)</b> .....	23
<i>Dra. Simone Burioli</i>	
<b>2. A trajetória de Júlia Wanderley: a feminização do magistério e sua marca indelével na História da Educação no Paraná</b> .....	38
<i>Me. Simone Garbelini Parro Pialarissi</i> <i>Camilly Aparecida de Souza Francisco</i> <i>Denise Gomes dos Santos</i>	
<b>3. Páginas de protagonismo: as mulheres paranaenses de “A Escola” (1906-1910)</b> .....	64
<i>Dra. Larissa Klosowski de Paula</i>	
<b>4. Mulheres escritoras morrem duas vezes: Rachel Prado e o apagamento historiográfico</b> .....	91
<i>Me. Tiago Rodrigues Fernandes</i>	
<b>5. Helena Kolody e a crítica</b> .....	109
<i>Dra. Luísa Cristina dos Santos Fontes</i>	
<b>6. Os Vergueiros de Hellê Vellozo Fernandes: literatura como estratégia de justiça simbólica</b> .....	140
<i>Dra. Ana Flávia Braun Vieira</i>	
<b>7. Do teatro à imprensa alternativa: as contribuições de Joana Lopes para a cultura e educação paranaense</b> .....	168
<i>Me. Luana Beatriz Paes Magalhães</i> <i>Mariah Phelipini</i>	

<b>8. A intertextualidade no cotidiano: uma leitura de <i>Os movimentos da cabeça</i>, de Samantha Abreu . . . . .</b>	<b>192</b>
<i>Dra. Vizette Priscila Seidel</i>	
<b>9. Mulheres e a Lei 14.986/2024: perspectivas de gênero no ensino de História e nos espaços de memória . . . . .</b>	<b>212</b>
<i>Dra. Lorena Zomer</i>	
<b>Sobre as autoras . . . . .</b>	<b>239</b>

## PREFÁCIO

Há cinquenta anos, a intelectual francesa Hélène Cixous, após fundar o primeiro centro universitário francês de estudos das mulheres (1974, hoje Centre d'études féminines et d'études de Genre), publicou em 1975 o ensaio "O Riso da Medusa" (Le Rire de la Méduse), clamando: "Escreva, que ninguém a segure, que nada a impeça: nem homem, nem a máquina imbecil capitalista [...] dos imperativos de uma economia que funciona contra nós e nas nossas costas, nem você mesma"<sup>1</sup>. A Coletânea que tenho aqui a honra em prefaciá-la, parte de afinidades eletivas com a proposta de Cixous e tantas autoras, que combatem o que eu, como historiadora, chamo de falácias anacrônicas: "[...] eu me recuso a consolidá-las, repetindo-as; concedendo a elas uma inamovibilidade equivalente a um destino"<sup>2</sup>. Traduzindo essa ideia para a linguagem digital dos nossos anos 2020, vejo plataformas online como "@asminanahistória", dentre cujos posts há milhões de compartilhamentos da fotografia de uma militante anônima numa das greves globais de um 8 de março recente, portando um cartaz que diz: "know women history: we were always there!" (conheça a história das mulheres: nós sempre estivemos lá!). É nessa seara que tocam os textos aqui reunidos, fazendo isso a partir da equação histórica entre "mulheres" e "Paraná" e se perguntando: como o que se sabe sobre as mulheres do passado "se perdeu" ao longo do percurso até nós? Primeiramente, é porque são múltiplos, não lineares e profundamente disputados tais percursos.

Heloísa Teixeira, que nos deixou recentemente<sup>3</sup>, em 1993, no dicionário "Ensaístas Brasileiras: mulheres que escreveram sobre

1. CIXOUS, H. O Riso da Medusa. Rio de Janeiro: Bazar Do Tempo, 2022.

2. Idem.

3. Heloísa Buarque de Hollanda (1939-2025), renomeou-se Heloísa Teixeira em 2023, ano de sua entrada na Academia Brasileira de Letras. Em texto de 1994, intitulado "Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura", ela dividiu a trajetória do "pensamento feminista" até ali em dois tempos que se encerravam: 1) um longo período entre os séculos XIX e meados do XX, no qual a prioridade feminista teria sido, sobremaneira, o papel de crítica do desagravo; 2) os anos 1960 até o início dos 1990, em cuja linhagem ela inseria a sua própria geração de intelectuais, cuja agenda se articulou em torno da "luta pelo poder interpretativo", num "compromisso historicizante", ainda que a partida ou a chegada pretendida fosse o panorama da produção cultural contemporânea das mulheres rumo ao futuro e a discussão do que as feministas precisavam fazer para

literatura e artes de 1860 a 1991”, com 856 verbetes e uma bela introdução teórica, já situava uma matriz europeia, sobremaneira francesa, vinculada à Psicanálise, de estudos sobre as mulheres (na qual a referida Cixous foi uma das referências), e a matriz “arqueológica”, bastante heterogênea, que se voltava a operar uma série de “resgates”, mediante toda sorte de apagamentos das mulheres nos cânones e nas histórias nacionais. Tendo isso em vista, o presente livro surge como produto e produtor de ações de pesquisa “arqueológicas” sobre o pensamento crítico de mulheres, inserindo-se numa longa duração desde ao menos o século XIX:

[...] a atual voga dos estudos feministas não é apenas uma moda acadêmica, mas é um entre muitos resultados da longa trajetória das mulheres, com idas e vindas, estratégias e lutas, em busca não só de seus direitos civis, mas também de seu inalienável direito de interpretação<sup>4</sup>.

As prerrogativas e experiências geracionais de autoras como Cixous e Teixeira estiveram relacionadas à metáfora das “ondas feministas”, que no século XXI, ambas puderam acompanhar mudando: em parte, as pesquisadoras brasileiras e latino-americanas colocaram por terra os sentidos de ter que encaixar as lutas históricas das mulheres “locais” nos compartimentos temporais e de valores eurocêntricos, estadunidenses ou do chamado “norte global”<sup>5</sup>. Em parte, também, os estudos sobre mulheres e de gênero, que ganharam profusão em número, em legitimidade acadêmica e qualidade, sobretudo, nas últimas cinco décadas, apontaram para o que Lucy Delap, a partir de uma história global dos feminismos, chamou de mosaico heterogêneo e Liana Bohn representou como “rizomas”<sup>6</sup>, em cujo bojo se fizeram sentir as

---

superar os limites que encontraram fora e dentro do próprio movimento.

4. DE HOLLANDA, H.; ARAÚJO, L. **Ensaístas Brasileiras**: mulheres que escreveram sobre literatura e artes de 1860 a 1991. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

5. DOSSIÊ Os Feminismos no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas. **Feminismos**, Salvador, v. 11, n. 2, 2023.; DOSSIÊ Feminismos e anti-feminismos na política. **Plural**, São Paulo, 2024. CHABAUD-RYCHTER, D. **O gênero nas ciências sociais**. São Paulo: UNESP/Brasília: UNB, 2014.

6. DELAP, L. **Feminismos: uma história global**. Trad. Isa Mara Lando e Laura Teixeira Motta São Paulo: Cia das Letras, 2019.; BOHN, L. **O feminismo, suas ondas, seus rizo-**

críticas coletivas provenientes das mulheres indígenas, negras, lésbicas, transexuais, entre outras às malhas históricas do chamado feminismo hegemônico. A um só tempo, os registros exprimem muitas proximidades, mesmo nos casos distantes temporalmente entre si, porque a coligação entre mulheres e tempo histórico aponta para “passados que não passam”, isto é, as feridas das mulheres com relação às sociedades que as oprimiram continuam abertas e as lutas não cessam, já que volte e meia Estados autoritários, pensamentos e práticas reacionários e cotidianos árduos se impõem, colocando em risco incessante os direitos adquiridos historicamente.

Como coletividade, “mulheres” exprime uma comunidade imaginada, cujos limites são móveis e provisórios, e cujos acordos (tácitos ou não) de identificação explicitam diferenças e disputas intra e inter culturais, sociais, étnicas, políticas, sociais, etárias, sexuais, de modo que falar em “autoria feminina” se tornou um desafio (quando não um engodo teórico), justamente devido à linguagem ser algo que se constitui na roda das interações e da circularidade da palavra no espaço-tempo. As especificidades de discurso, de ação, de entendimento de mundo que fazem da “diferença” uma questão epistemológica relevante, embasam as pesquisadoras e o pesquisador reunidos no livro que se segue a esse prefácio a se questionarem: quais caminhos analíticos e políticos (em suas relações de vice-versa) se transformaram e se atualizaram frente as demandas das mulheres aqui estudadas? Em que medida as conhecer desata alguns nós da armadilha em torno do que parece se repetir, mas que de natural não tem nada? Que culturas de esquecimento sobre os projetos de região, nação, educação, arte, sociabilidade, etc., das referidas mulheres (mesmo quando tenham sido vencidos), tensionam e conjugam com consistência as abas do conhecimento?

É possível estabelecer um diálogo entre esta Coletânea e uma bibliografia crítica mais ampla de histórias feministas da literatura brasileira e das intelectuais na América Latina<sup>7</sup>. Ainda que os capí-

---

mas e o lugar das mulheres na História e na Economia. In: FERNANDEZ, B. Mulheres na história do pensamento econômico. Florianópolis: Edufsc, 2022.

7. DI LEONE, L. [et al.] **Por uma história feminista da literatura brasileira**. V. 1. Rio de

tulos paranaenses que se seguem resultem, sobremaneira, de trabalhos monográficos, não é exagero apostar que esses recortes permitem apreender relações e estruturas que engendraram representantes das elites culturais. No conjunto, cada capítulo contrasta e complementa os demais, formando um panorama introdutório, capaz de engajar tanto profissionais e estudantes das humanidades, quanto audiências de um público leitor mais amplo. O livro contribui, mais especificamente, para se pensar as interfaces entre história, educação, mulheres e campo intelectual, no período posterior ao que o Paraná que se tornou província autônoma de São Paulo (1853), permeado por disputas territoriais e de repertórios identitários com seus vizinhos, Santa Catarina e Paraguai, e de rico debate a nível simbólico sobre as regionalidades. Considerando a razão paternalista e o autoritarismo clientelista históricos no país e na região, os textos se embasam em fontes documentais, algumas inéditas, como é o caso do romance “Os Vergueiros” de Hellê Vellozo Fernandes (1958), e os referidos fenômenos ganham densidade do ponto de vista do gênero, mas também da crítica aos slogans da alteridade paranaense como supostamente “não tropical, branca e imigrante” mediante a brasilidade que os intelectuais supunham somar ou combater.<sup>8</sup>

No que diz respeito à seara das “Intérpretes do Paraná”<sup>9</sup>, havia diferentes projetos de nação, de região, de república sendo feitos e debatidos por mulheres articuladas em redes, que obtiveram reconhecimento dos pares em vida, em graus e níveis variados, que sofreram apagamentos posteriores ou então que conquistaram audiências a partir de circuitos outros, por vezes apenas pós morte. Nos séculos XIX e XX, o complexo fenômeno da educação, por exemplo, tornou-se fator primordial no Brasil para se compreender historicamente a inserção, a participação e

---

Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2024.; FIORUCCI, F [et al.]. **Mujeres Intelectuales en América Latina**. Buenos Aires: Sb Editorial, 2022.

8. OLIVEIRA, M.; SZWAKO, J (orgs). **Ensaio de Sociologia e História Intelectual do Paraná**. Curitiba: Editora UFPR, 2009.

9. GUEBERT, C., et al. Dossiê Mulheres Intérpretes do Brasil. **Temáticas**, Campinas, 2022.; GUEBERT, C. Pensar pela pena que desliza, falar pela boca que se fecha: Emília Dantas Ribas como a primeira romancista dos Campos Gerais (Paraná, 1949). **Espacialidades**, Natal, 2018.

o protagonismo das mulheres no debate público mais amplo. Tornar-se educadora abria portas de mundos dificilmente acessíveis por outros caminhos: a própria figura da educadora borrou as fronteiras imaginadas (anteriormente dominantes) entre os espaços público e privado, entre a imprensa e a escola, a oralidade e a escrita, a casa e a pólis. Por outro lado, muitas mulheres tiveram suas atuações múltiplas reduzidas no plano da memória à tal seara, fio condutor que perpassa de alguma forma todos os textos reunidos pelas organizadoras, que bem o problematizam.

A presença efetiva e/ou nos bastidores de mulheres em cargos e em veículos de enunciação que borram as antigas fronteiras imaginadas entre rural e urbano, e entre público e privado, seja como líderes públicas ou como agentes nos bastidores, as personagens estudadas nos textos destacam, também, a questão da circulação dessas mulheres por diversos bairros, cidades, localidades, países. O relativo trânsito entre aqueles pólos era, de alguma maneira, lido e mesmo exercido como “missão” das/pelas mulheres, sobretudo nas arenas de assistência social e educação. Houveram disposições (como o bilinguismo) e políticas de feminização de profissões da arena do “cuidado” (da puericultura, por exemplo) – em seus ambivalentes papéis, que só puderam ser historicizadas hoje levando em consideração as auto percepções das personagens sobre elas próprias e a respeito disso.

As mulheres aqui estudadas partilharam entre si uma compreensão do ato de escrever como um exercício de cidadania, antes mesmo de o sufrágio eleitoral ter sido conquistado (nos anos 1930)<sup>10</sup>. É interessante notar, também, que o livro não toca somente na cultura burguesa, mas no que tange as relações entre “erudito” e “popular” erguidas por essas mulheres, tendo em vista que os capítulos remetem aos processos de formação e de modernização do Estado, do mercado editorial, da indústria cultural, do campo educacional, e dos fenômenos da urbanização,

---

10. Cem anos antes, em 1832, a brasileira Nísia Floresta publicou *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, uma tradução livre do texto *A Vindication of the rights of Woman*, de Mary Wollstonecraft. No Brasil, as mulheres ganharam o direito de ingressar no ensino superior em 1879, no mesmo ano em que o governo francês resolveu oferecer o liceu para meninas. O sufrágio feminino foi discutido com seriedade na *Assembleia Nacional Constituinte da Primeira República* (1891), conforme repertórios da então chamada “nova mulher”, uma imaginada mulher emancipada e educada (Delap, 2022).

do êxodo rural, dos mundos do trabalho e seus espelhos invertidos, no sentido das lacunas, dos projetos que “não foram” ou que foram vencidos, “futuros-passados” que registraram lutas protagonizadas por mulheres, sobre, por exemplo, as fronteiras entre religião e educação, as condições de acesso à leitura, os meios de comunicação de massa, a gestão de espólios e de legados simbolistas, paranistas, escolanovistas, entre outros.

Historicamente, a ideia de inventariar as “grandes mulheres”, ora como uma espécie de apêndice, ora como contra-narrativa dos panteões de cunho positivista dos “grandes homens da nação”, resultou em obras como a de Ignez Sabino “Mulheres ilustres do Brasil”, de 1899, “Mulheres admiráveis”, de Henriqueta Galeno (1965) ou “Dicionário biobibliográfico de mulheres ilustres, notáveis e intelectuais do Brasil”, de Adalzira Bittencourt (1972). Como documentos históricos, eles registraram o caráter profundamente instável, negociado e disputado dos panteões a serem ensinados e aprendidos, de modo que as mulheres “que se destacaram” foram simbolicamente revestidas, pela lógica dos “donos do poder simbólico” em cada época e lugar, de uma aura de exceção, cujo prolongamento, tornou-se, muitas vezes restrito a um raio ou perímetro grupal e/ou geracional de lembrança somente “furado” posteriormente por pesquisadoras que mobilizaram ferramentas e souberam “ler as entrelinhas”. A busca por ser “moderna”, por exemplo, com todos os seus ônus, notadamente para as mulheres dos séculos XIX e XX, marca, sem dúvida, as trajetórias e obras estudadas nesta coletânea.

Ao entrar e sair do textual, no que tange a iniciativas paralelas recentes, penso no projeto comunitário “Mulheres Arquivadas”, que fez alusão à Laura Santos (1919–1981), poeta negra paranaense, homenageada nos saraus do Coletivo “Pretas com Poesia” em Curitiba, em 2023; na ação “Movimenta Preta”, que vem ressaltando a atuação contemporânea de mulheres negras nas áreas socioculturais do Paraná; na estátua da engenheira Enedina Alves Marques (1913-1981), neta de escravizados, que décadas depois de seu falecimento, em 2024, virou escultura num dos bairros mais movimentados de Curitiba (Rua XV de Novembro, próxima à

Praça Osório)<sup>11</sup>, no mesmo ano em que ocorreu a exposição *Raízes Paranaenses, A Conquista do Feminino*, no Arquivo Público do Paraná; trata-se de histórias à contrapelo que vêm quebrando bolhas e sentidos comuns, dos quais a historiografia tampouco se faz isenta.

Construindo temporalidades que se cruzam em aspectos tanto esperados quanto inesperados, os estudos aqui reunidos enfocam mulheres que foram, em alguma medida, pertencentes às elites, não necessariamente por nascimento, mas, por vezes, por processos estratégicos de ascensão social e de oportunidades políticas, que estiveram institucionalmente atreladas, entre outros, a lugares como: *Instituto Neo-Pitagórico* (1909); *Centro Paranaense Feminino de Cultura* (1933); *Aliança Nacional de Mulheres* (1931); *Associação Brasileira de Imprensa* (1908); *Instituto Brasileiro de Cultura* (1946); *Academia Juvenal Galeno* (1919); *Clube das Mulheres Jornalistas* (192?) *Associação Brasileira de Educação* (1924); *Academia Feminina de Letras do Paraná* (1970).

A Coletânea sobre os protagonismos de mulheres no Paraná desmistifica o suposto isolamento geográfico e/ou o signo pejorativo do amadorismo das paranaenses do século XX: sua atuação não se limitou apenas à recepção de ideias exógenas, conforme desmentem os trabalhos sobre as/os leitoras e interlocutoras de Helena Kolody das gerações modernistas e pós-modernistas ou o papel de articuladora central de Rachel Prado que, situada na cidade do Rio de Janeiro desde 1909, manteve a ligação com a terra natal, via o *Centro Paranaense* no Rio de Janeiro, enviando textos de sua autoria para periódicos curitibanos como *Luz de Krótona* e estando à frente da *Editora Rovaró*, onde publicou textos como *O Cerco da Lapa e seus Heróis*, (1934) de David Carneiro, abrindo caminhos e circuitos de produção e difusão cultural entre o regional e o nacional, em ambas as direções. Nos campos da ciência, da política, do jornalismo, da arte e do trabalho (principalmente educacional) em geral, cada qual a sua maneira, essas mulheres tiveram de enfrentar pressupostos misóginos enraizados no seio,

---

11. Sobre ela, o Museu de Astronomia e Ciências Afins criou o documentário curta-metragem “Conexão Memória: Enedina Marques – primeira negra formada em engenharia no Brasil” (2025). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RBjALrjgbns>. Acesso em: 28 set. 2025.

por vezes, delas próprias e de suas famílias e colegas: deslindaram “as feminilidades” e os limites que as cercavam, tendo que provar que “nem todas elas sonhavam com idílios, nem suas esperanças e sofrimentos respondiam somente a questões do coração”<sup>12</sup>, fossem elas autodenominadas ou não de feministas<sup>13</sup>.

A dificuldade paradoxal que esse tipo de recorte implica, diz respeito aos nomes de quem deixa de fora. Nesse sentido, alguém pode questionar porque a mulher X ou Y ou certos grupos não estão no livro. Sabemos, contudo, que o objetivo deste livro não é totalizar e sim apresentar alguns resultados de pesquisas recentes. Serve, antes de tudo, como convite para a continuidade dos atos de repensar e de redimensionar as histórias (no plural), consciente de que ele vem a se somar com iniciativas semelhantes em outros pontos do espaço e do tempo. O livro exprime “modos de fazer” pesquisa sobre protagonismos de mulheres na própria construção das suas alteridades, sem escamotear as histórias ainda não contadas que lhes são subjacentes ou, para fazer um uso dos versos de Helena Kolody, no poema “Identificação”:

[...] Nada encontrei mais doloroso,  
Mais eloquente,  
Mais glorioso  
Do que a tragédia cotidiana  
Escrita em cada vida humana.<sup>14</sup>

Caroline Aparecida Guebert,  
Rio de Janeiro, janeiro de 2026

---

12. FIORUCCI, F [et al.]. **Mujeres Intelectuales en América Latina**. Buenos Aires: Sb Editorial, 2022.

13. O termo “feminismo” surgiu no final do século XIX. Segundo Delap (2022), demorou para que a palavra ganhasse um significado relativamente estável como uma pessoa que combate a injustiça contra mulheres. Permitiu ampliar uma alusão identitária para sujeitos em prol da igualdade, para além das mulheres, isto é, foi usado para substituir a ideia de “movimento das mulheres” que circulava desde o século XVIII, para que fosse aberta a ambos os sexos, agregando homens, jornais, instituições, etc., que se consideravam e/ou foram reconhecidos pelos outros como feministas. De todo modo, tais tensões constituem parte do problema e do tema. O acesso das mulheres à racionalidade significava, para muitos, uma ameaça: à medida em que as conquistas feministas foram acontecendo, diante da força que o movimento adquiriu no século XX, efeitos e desdobramentos esbarraram em “novas cercas”.

14. KOLODY, H. **Viagem no Espelho e vinte e um poemas inéditos**. Rio de Janeiro: Criar, 2001.

## APRESENTAÇÃO

Estamos em 2026 e nos sentimos quase pioneiras em um assunto que deveria ser histórico, tal qual sua participação nas sociedades humanas desde os seus primórdios: o protagonismo das mulheres. Por meio de representações socializadas em família, na escola, na mídia e demais instituições, estruturadas por uma sociedade patriarcal, aprendemos que nossas antepassadas eram submissas, que apenas acatavam as imposições sociais, sem qualquer tipo de oposição. Fomos educadas sob o estigma da mulher que, se não se dedicasse completamente à casa, ao marido e aos filhos e, dos anos 1970 para cá, possuísse atividade profissional que não atrapalhasse o “sucesso” do casamento, estaria fadada à solidão – como se para existir como sujeito a mulher precisasse ser validada pela sua relação com o casamento e a maternidade.

Hoje sabemos que esta visão é reducionista. As mulheres, por meio da família, vizinhança, centros comunitários e igrejas, atividades de benemerência, participação em clubes, centros de letras e jornais, escolas e outros espaços profissionais, sempre atuaram em sociedade – algumas atacando frontalmente as opressões que lhes eram impingidas, outras apenas tensionando limites sem romper com a lógica dominante. De uma maneira ou de outra, dentro daquilo que lhes foi possível em determinado contexto histórico e geográfico, as mulheres foram (e são) extremamente ativas. Ainda que o alcance público de suas ações possa ser variado, todas foram (e são) agentes da história de tanta importância quanto os nomes masculinos que costumávamos estudar na escola.

Mas, se as mulheres atuaram socialmente em diferentes frentes, por que ainda permanecem dominantes representações que as querem “belas, recatadas e do lar”? Se observarmos nossas mães, avós e bisavós, e nós mesmas, que todos os dias, de diversas maneiras, buscamos sentidos existenciais para além das opressões – nos defrontando com limites a nós impostos, buscando alargar nossos espaços de atuação, significação e reconhecimento –, percebemos que tal representação não se sustenta na realidade, não

comporta o desejo de existir, de intervir, de resistir e ressignificar presente em mulheres de múltiplas gerações. O que sustentava (e ainda sustenta) visões estereotipadas sobre elas e o que lhes era possível ou não é a ausência de referenciais que inspirem as meninas e mulheres a brigarem por seus direitos, tal qual nossas antepassadas fizeram, e os demais as reconhecerem como legítimas em capacidade intelectual e reivindicações.

A ausência de tais referenciais é histórica. Para além das fontes terem sido majoritariamente documentadas por homens – que apenas um olhar acurado permite perceber o protagonismo feminino para além das marcas androcêntricas do registro –, proporcionalmente, ainda são poucos estudos que enfatizam a ação, sobretudo intelectual, das mulheres. É quase um senso comum acadêmico a existência de um silêncio historiográfico acerca de seu protagonismo em sociedade, tanto no âmbito público como doméstico. Diante desta negligência, como sempre, cabe a nós resistirmos e reagirmos às opressões, construindo caminhos próprios para que as mulheres do passado (e do presente) sejam reconhecidas por suas ideias e ações, legítimas em si mesmas.

Assim, a presente coletânea nasceu do desejo de reunir pesquisas que dão visibilidade a trajetórias, lutas e contribuições de mulheres que nasceram ou viveram no Paraná, que aqui construíram memórias, histórias, famílias e redes de sociabilidades, e trabalharam em diferentes frentes para alargar seus espaços de possíveis. Esta obra representa um esforço de estudar e registrar as ações de diferentes mulheres paranaenses, contribuindo para seu reconhecimento, ao mesmo tempo em que serve de registro de seu protagonismo (e também do nosso)<sup>1</sup>. Quando não sabemos do que nossas antepassadas foram capazes, perdemos um senso de força histórica, que nos impulsiona a ir além, através das gerações. Portanto, escrever e colocar em circulação estudos sobre suas

---

1. Somamos nossos esforços aos de Vasquez, Georgiane Garbely Heil (Org.) *Nova História das Mulheres no Paraná*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020 e de Rauen, Margari-da Gandara; FEY, Andréia Schach. *Mulheres nas Artes, Letras, Ciências e em Cotidianos no Paraná*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024, iniciativas recentes com o mesmo propósito: evidenciar o protagonismo da mulher no Paraná.

vidas e ações é mais um passo nesta luta milenar que ganhou a denominação de feminismo.

É importante destacar que os artigos da coletânea também se configuram como um registro de nosso tempo. Nossa escrita carrega como marca as contingências de ser mulher pesquisadora em 2025. A despeito das dificuldades e das cobranças do mundo acadêmico e profissional, da família e da sociedade, apresentamos em forma de texto o nosso melhor sobre o assunto proposto, dentro das possibilidades. Como vocês poderão observar, pesquisadoras de diferentes gerações produziram seus capítulos sob o mesmo propósito: visibilizar a história e o protagonismo de outras mulheres. Temos textos de mulheres com longa trajetória em pesquisa, referências em suas áreas de atuação, mas temos também jovens pesquisadoras, que, de igual maneira, com o conhecimento disponível no atual estágio de seu desenvolvimento, se interessam pela temática, e todas buscam, por meio de seus estudos, contribuir para a transformação da sociedade num sentido mais equitativo para as mulheres. É nesse propósito que os capítulos dessa coletânea se apresentam. Cada pesquisa revela, a partir de olhares distintos, a riqueza da atuação das mulheres que deixaram marcas na história do Paraná. A seguir, apresentamos cada uma dessas contribuições:

No capítulo intitulado *História das mulheres no Paraná: a visibilidade por meio das produções acadêmicas*, Simone Burioli (UEL) realizou uma revisão sistemática de literatura para traçar um panorama da produção de teses e dissertações sobre a categoria “mulher” nas principais universidades públicas do Paraná (UFPR, UEL, UEM e UEPG), entre os anos de 2009 e 2025. O objetivo central foi analisar a visibilidade e o protagonismo do tema na ciência paranaense, identificando áreas de estudo, temáticas predominantes e o perfil de quem está produzindo esse conhecimento. Entre os principais achados, o estudo revela um total de 39 trabalhos (29 dissertações e 10 teses), com a UFPR concentrando a maior parte (21 trabalhos). A pesquisa aponta uma interdisciplinaridade marcante nas áreas, com destaque para Enfermagem, Sociologia, Educação e História. As temáticas mais recorrentes

abordam violência contra a mulher, mulheres no sistema prisional, protagonismo e cultura e questões étnico-raciais (com foco em mulheres negras, indígenas e trans). Um dado notável é o predomínio feminino na autoria dos trabalhos: 85% (33 trabalhos) foram escritos por mulheres, o que demonstra um protagonismo feminino na construção das narrativas acadêmicas sobre suas próprias histórias (tal qual buscamos fazer com esta coletânea). A pesquisa concluiu que a história das mulheres, antes marginalizada na historiografia, está, paulatinamente, encontrando novos espaços e vozes na produção científica do Paraná.

Em *A trajetória de Júlia Wanderley: a feminização do magistério e sua marca indelével na História da Educação no Paraná*, as autoras Simone Garbelini Parro Pialarissi (UEL), Camilly Aparecida de Souza Francisco (UEL) e Denise Gomes dos Santos (UEL) apresentam uma análise histórica sobre a inserção feminina na educação pública paranaense. O objetivo central da pesquisa foi retomar a trajetória de Júlia Wanderley (1874-1918), destacando sua contribuição para a consolidação da presença feminina no magistério público do Paraná, abrangendo do final do século XIX ao início do século XX. Por meio de uma revisão bibliográfica e documental, as autoras demonstram que a feminização do magistério, ainda que coadunando com as estratégias do Estado de civilizar a população por meio da educação, representou uma importante conquista das mulheres. Os principais achados revelam que Julia Wanderley foi uma figura de resistência e pioneirismo, sendo a primeira mulher a frequentar a Escola Normal de Curitiba presencialmente e a ocupar o cargo de diretora de uma escola pública. No entanto, apesar de sua importância, há uma carência na historiografia da Educação brasileira acerca de seu importante papel – o que reforça a necessidade de ampliar o debate sobre a atuação das mulheres em diferentes áreas, notadamente a Educação.

Em *Páginas de protagonismo: as mulheres paranaenses de “A Escola” (1906-1910)*, Larissa Klosowski de Paula (UEM) investigou a presença e as contribuições de mulheres neste importante periódico paranaense do início do século XX. O objetivo foi identificar as autoras que publicaram na revista e analisar as temáticas

abordadas em seus escritos. A pesquisa, que mapeou 25 participações assinadas por mulheres no período (totalizando 20 autoras), revela que *A Escola* representou um espaço de atuação social e de circulação de ideários para essas mulheres. Essas autoras, muitas delas normalistas e diretoras escolas, como Elvira Faria Paraná, Júlia Wanderley Petrich, Josephina Carmem Rocha, Florentina Vitel, Rachel Prado e Georgina Mongruel, escreviam sobre uma pluralidade de temas, incluindo educação, literatura e história, e se posicionavam de maneira crítica sobre a prática pedagógica da época. Notavelmente, elas defendiam o combate ao verbalismo, a abolição de castigos físicos e a articulação entre teoria e prática no ensino, demonstrando um protagonismo intelectual e pedagógico que se projeta para além da sala de aula, marcando o início das considerações femininas na cultura escrita e na história da educação paranaense.

Como a luta das mulheres não prescinde da participação ativa de aliados que reconheçam e combatam as estruturas de desigualdade, Tiago Rodrigues Fernandes (UFSC), no capítulo intitulado *Mulheres escritoras morrem duas vezes: Rachel Prado e o apagamento historiográfico*, teve por objetivo resgatar aspectos vida e a obra de Rachel Prado (1891-1943), confrontando a negligência misógina que a excluiu da historiografia literária brasileira ao questionar as estruturas que promovem o silenciamento de vozes femininas ativas no campo intelectual. A partir da recuperação de informações fragmentadas, sobretudo com recurso aos jornais disponíveis na Hemeroteca Digital, o artigo evidencia a vasta, mas dispersa, produção de Rachel Prado (incluindo obras infantis, contos, crônicas, biografia e a fundação pioneira da *Editora Ravaro*, em 1934), e sua intensa dedicação a causas sociais, atuando, por exemplo, como líder feminista e defensora de mulheres presidiárias (especialmente as acusadas de crimes passionais). A análise de seus textos literários e crônicas revela uma produção engajada e, por vezes, de teor poético, reforçando a urgência em se localizar e analisar o conjunto de sua obra, crucial para a reescrita de uma história literária e social mais justa e completa.

Em *Helena Kolody e a crítica*, Luísa Cristina dos Santos Fontes (UEPG) analisou a vasta fortuna crítica em torno da obra da poeta (e também professora) Helena Kolody (1912-2004), contrastando sua aclamação por importantes figuras literárias (como Paulo Leminski, Carlos Drummond de Andrade e Cecília Meireles) com o surpreendente e persistente desconhecimento de sua obra fora das fronteiras do Paraná. Entre os principais achados, o artigo evidencia a singularidade da poeta em transitar com desenvoltura por diversas correntes literárias (do simbolismo ao haicai e vanguardismo), e destaca a importância da crítica construtiva de figuras como Andrade Muricy e, posteriormente, a “canonização” de sua obra por Paulo Leminski. No capítulo foi também abordada a dimensão identitária da poesia de Helena Kolody (ucraniana/brasileira/paranaense) e sua evolução estilística em direção à síntese e brevidade (notadamente no haicai), que alinhava sensibilidade e vanguarda, garantindo-lhe um lugar central na literatura paranaense e um crescente interesse na comunidade científica – sendo o estudo da fortuna crítica elemento fundamental para a legitimação e consagração de Helena Kolody no panorama literário brasileiro.

No capítulo intitulado “*Os Vergueiros*” de Hellê Vellozo Fernandes: *literatura como estratégia de justiça simbólica*, Ana Flávia Braun Vieira (UEPG) apresenta uma análise original e aprofundada de uma das obras desta professora, escritora e jornalista paranaense. A pesquisa partiu da premissa que o livro *Os Vergueiros* constituiu uma resposta à violência simbólica sofrida pela família de Hellê Vellozo Fernandes (1925-2008) após a apropriação indevida do legado e do patrimônio do Instituto Neo-Pitagórico, fundado por seu avô, Dario Vellozo. O estudo teve como objetivo compreender de que forma a escritora utilizou a literatura como uma estratégia de justiça simbólica para registrar a história sob a perspectiva dos Vellozo e justificar seu legado perante o campo intelectual curitibano. Os principais achados revelam que Hellê Vellozo Fernandes se valeu da ironia e da narrativa detalhada para denunciar o golpe sofrido, restaurar a reputação familiar e, simultaneamente, tecer críticas ao campo intelectual curitibano, especialmente em relação ao papel e ao silenciamento das mulheres – sendo ela pró-

pria protagonista no alargamento dos espaços de possíveis para as mulheres intelectuais de sua época.

Em *Do teatro à imprensa alternativa: as contribuições de Joana Lopes para a cultura e a educação paranaense*, Luana Beatriz Paes Magalhães (UEL) e Mariah Phelipini (UEL) analisam a trajetória de Joana D'Arc Bizzotto Lopes (1938-2023), evidenciando suas contribuições para o Paraná, com destaque para seu pioneirismo na imprensa feminista no estado, sobretudo durante o período da ditadura militar. O capítulo teve como objetivo preencher uma lacuna histórica, dando visibilidade a uma mulher que desafiou os padrões sociais e políticos de seu tempo por meio do teatro, dos jornais e de seu ativismo. Os principais achados revelam que Lopes foi uma pioneira em diversos campos, sendo a primeira mulher a integrar a redação da Folha de Londrina e cofundadora, em 1975, do Brasil Mulher, o primeiro periódico alternativo feminista pós-ditadura no país. O estudo destaca que a práxis de Joana Lopes era miscigenada e decolonial, utilizando o teatro e a educação (inspirada em Paulo Freire) como ferramentas de emancipação e conscientização crítica e, no jornal, promovendo denúncias contundentes sobre a opressão feminina, o trabalho, a sexualidade e a urgente necessidade de creches e educação de qualidade. Seu legado atesta a importância do reconhecermos as histórias e ações de mulheres como Joana Lopes, sobretudo como referência de resistência aos limites impostos às mulheres em momentos de autoritarismo político.

No capítulo *A intertextualidade no cotidiano: uma leitura de "Os movimentos da cabeça"*, de Samantha Abreu, Vizette Priscila Seidel (UFPR) teve como objetivo analisar três crônicas da obra em questão, com ênfase na autoficção, na intertextualidade e no cotidiano, evidenciando como a autora construiu uma persona narrativa, transformando memórias pessoais, observações urbanas e experiências cotidianas em crônicas poéticas. Os principais achados evidenciam que a crônica contemporânea de Samantha Abreu, nascida em 1980, se apresenta com alta densidade estética – já que a autora mobiliza referências culturais e intertextuais não como meros adornos, mas como vetores que ampliam a profun-

didade semântica e política de narrativas de cunho pessoal. Essa estratégia autoficcional da autora, ao transformar o efêmero e o aparentemente banal em reflexão existencial e resistência simbólica, reafirma a crônica como um espaço de diálogo potente entre o íntimo e o coletivo. Para além das conclusões sobre a obra em análise, a discussão realizada neste artigo instiga a revisitar crônicas de autoria feminina do passado, buscando observar o mesmo teor autoficcional, intertextual e cotidiano, marcas significativas para a compreensão da produção literária de mulheres.

Por fim, em *Mulheres e a lei 14.986/2024: perspectivas de gênero no ensino de História e nos espaços de memória*, Lorena Zomer (UEPG) realizou uma reflexão crítica sobre a aplicação da Lei nº 14.986/2024 no contexto do ensino de História e da educação não formal em espaços museais. O objetivo do capítulo foi analisar o modo como a memória das mulheres é construída, preservada e ensinada a partir da interseção entre a nova legislação, a forma como Leonor Castellano (1899-1969) contou a história da primeira médica do Paraná, Maria Falce de Macedo (1897 – 1972), e como foi construída sua representação em um museu. Os principais achados indicam que tanto a escrita de Castellano no século XX quanto a exposição museal contemporânea, embora importantes para dar visibilidade a mulheres pioneiras, carregam os limites de seu tempo ao reproduzir discursos patriarcais. A autora argumenta que a efetivação da Lei nº 14.986/2024 requer que educadoras e educadores promovam uma abordagem crítica e interseccional à temática. Isso significa disputar os sentidos atribuídos a essas presenças, articulando as experiências de mulheres a partir das lentes de classe, raça e gênero, de modo a transformar a legislação em uma ferramenta de justiça social e representatividade plural, e não apenas em um dispositivo normativo.

Ao reunir pesquisas que abarcam múltiplas áreas – educação, imprensa, literatura, patrimônio, política e outros campos de atuação –, esta coletânea procurou evidenciar a diversidade de trajetórias e contribuições das mulheres paranaenses, reafirmando o argumento central de nossa apresentação: as mulheres sempre atuaram em diferentes frentes, mesmo diante de obs-

táculos e invisibilizações históricas. Nesse intuito, ela integra um esforço coletivo maior, voltado à ampliação dos olhares e debates sobre a atuação de mulheres diversas (indígenas, negras, trans etc.) e ao estímulo à agência de novas pesquisadoras, de diferentes gerações, origens e trajetórias. Entendemos que a luta continua e, por isso, é fundamental que as pesquisas acadêmicas desenvolvam perspectivas cada vez mais plurais, interdisciplinares e inclusivas, contemplando experiências e contextos variados, para que possamos compreender plenamente a história do protagonismo das mulheres no Paraná.

Ana Flávia Braun Vieira

Simone Burioli

Janeiro de 2026

# História das *mulheres* no Paraná: a visibilidade por meio das produções acadêmicas (2009-2025)

Simone Burioli

## Considerações iniciais

A historiografia sempre relegou às **mulheres**<sup>1</sup> um espaço reduzido na história, por vezes atreladas aos homens ou apenas como suporte dos grandes feitos realizados por eles. A história escrita, esta que fica registrada e que é perpetuada, em grande parte ainda é uma história da perspectiva masculina, servindo a **mulher** apenas como suporte e ajudante. Ela quase nunca chega a tomar os papéis principais, e por isso mesmo não aparece nos escritos que foram sendo preservados ao longo do tempo. Então nossa premissa inicial parte da ideia de que nem toda história foi registrada e a parte que temos registrada tem pouco espaço para o feminino. Segundo Simone de Beauvoir (2019, p. 17), “[...] a **mulher** sempre foi, senão escrava do homem, ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições”.

Algumas obras têm sido publicadas com o intuito de registrar nas linhas da História o papel feminino. O livro *História das Mulheres no Brasil*, organizado por Mary Del Priore, auxilia na construção da trajetória das **mulheres** brasileiras em diferentes períodos históricos. A coletânea procura dar visibilidade as **mulheres** que estiveram na sombra da História. Quando falamos de **mulheres** no período colonial, devemos colocá-las no plural porque temos **mulheres** indígenas, **mulheres** africanas e **mulheres** portuguesas que viveram experiências diferentes em

---

1. Há em todo o texto um destaque em negrito e um aumento no tamanho da palavra **mulher**. Este estilo é proposital e se aproxima de uma prosa poética, no intuito de dar notoriedade, ao menos neste texto, para todas as mulheres que foram invisibilizadas e apagadas ao longo da história.

terras brasileiras. Segundo Del Priore (1997, p. 25) “[...] a **mulher** indígena foi a primeira a sofrer o choque do contato cultural”, sendo colocada como objeto de exploração sexual e de submissão nas mãos dos colonizadores. Já as **mulheres** negras foram submetidas à escravidão, muitas vezes “[...] convertidas em mercadoria e força de trabalho” (Del Priore, 1997, p. 41)

As **mulheres** eram peças fundamentais no cenário colonial brasileiro, pois desempenhavam determinadas funções sociais e vivam sob rígidas regras que lhes eram impostas. Essas determinações tinham a intenção de controlar os males que as **mulheres** disseminavam por todas as partes, caso providências não fossem tomadas para impedir essa catástrofe. O controle social feminino dava-se de duas formas, o discurso ideológico da Igreja Católica e o atestado da medicina (Silva; Castilho, 2014, p. 258, grifo próprio).

A atuação da Igreja Católica sob a condição feminina se dá durante a maior parte da Idade Média por meio da perseguição às bruxas e, dentro da própria igreja, da contraposição de duas figuras femininas antagônicas: Eva e a Virgem Maria. A primeira que foi enganada pela serpente, fazendo-a comer do fruto proibido, leva também o homem a perdição; e a segunda baseada na mãe de Cristo, na pureza e na santidade. Pelos olhos da Igreja católica a **mulher** é inferior, pecadora e propicia ao mal, por isso a indicação de uma imagem oposta, pura, imaculada e que liga os pecadores à redenção.

Por volta do século XVI no Brasil, somamos a este cenário a chegada dos escravizados, e dentre eles, a figura da **mulher** negra, que trabalhava principalmente na cozinha da casa grande, sede dos fazendeiros. Na obra de Gilberto Freyre<sup>2</sup>, intitulada *Casa Grande e Senzala*, há o retrato dos abusos que aconteciam por meio dos senhores, capatazes e feitores com as **mulheres** negras e eram elas que iniciavam o jovem, filho do senhor, na vida sexual.

---

2. Importante situar o autor para entender sua escrita: Gilberto Freyre viveu “[...] em uma casa-grande da periferia de Recife. Herdeiro de uma família tradicional ligada ao mundo do açúcar, formado por instrutores particulares ingleses e franceses” (Sorá, 1998, p. 47).

O autor descreve as **mulheres** negras e escravizadas como se fossem fogosas e cheias de vontade para satisfazer os desejos dos homens, ideário que contribuiu de forma negativa para a representação da **mulher** negra, que perdura até hoje no Brasil.

A obra de Gilberto Freyre merece análises detalhadas. Por aqui, vamos focar apenas na relação direta que ele estabelece entre atração sexual e tolerância religiosa e segundo Vainfas (1986, p. 51), é “[...] por constatar que os portugueses se sentiram sexualmente atraídos por índias, negras e mulatas que Freyre deduz, equivocadamente, a ausência de preconceito racial entre estes colonizadores”. Segundo o mesmo autor:

A relação direta que Freyre estabelece entre atração sexual e tolerância racial, como se a presença da primeira – matéria ligada às subjetividades, fosse garantia da segunda – dimensão que tem a ver mais com a cultura e com a ideologia (Vainfas, 1986, p. 51).

Percebemos que o autor realiza uma crítica à interpretação de Gilberto Freyre, que pode ser considerada equivocada, pois as imagens femininas descritas por Freyre, especificamente a representação de uma **mulher** submissa à uma **mulher** erotizada, revelam representações que oscilam entre a verossimilhança e o estereótipo, sustentando uma visão marcada pelo olhar masculino e patriarcal, em que o corpo da **mulher** no período colonial aparece como espaço de exploração sexual e também simbólica.

O perfil das **mulheres** que habitavam o Brasil colonial, manteve-se prisioneiro, por várias décadas, de um sem-número, de imagens, parte delas verossímil, outra parte estereotipada. Com isso várias **mulheres** povoam as páginas de Casa-Grande e Senzala, da **mulher** submissa e aterrorizada com o castigo masculino até a **mulher** fogosa, sempre pronta a dar prazeres aos machos, a requebrar-se dengosa, pelas ruas desalinhadas das vilas coloniais, a seduzir com doçura nos caminhos, à beira do rio, à sombra de uma árvore ou no meio do mato (Vainfas, 2008, p. 115, grifo próprio).

Silva e Castilho (2014, p. 273) apontam que a sexualidade feminina era rigidamente vigiada: primeiro dos pais, que controlava suas filhas, e, após o casamento, pelo marido, com o apoio da Igreja, que chegava a interferir até mesmo na intimidade do leito conjugal. Nesse sentido, Del Priore (1993, p. 27) afirma que “[...] adestrar a **mulher** fazia parte de um processo civilizatório e, no Brasil, este adestramento fez-se a serviço do processo de colonização”. Assim, entendia-se que, para contribuir com o desenvolvimento do país, a **mulher** deveria incorporar regras de conduta que a mentalidade da época considerava apropriadas à uma sociedade civilizada.

No que diz respeito à sexualidade do casal, esta também se encontrava submetida ao rígido controle social. A Igreja impunha diversas restrições, determinando que a prática sexual fosse voltada exclusivamente à procriação. Chegava, inclusive, a regular as posições aceitas e a condenar qualquer forma de prazer, reforçando a ideia de que o desejo deveria ser sempre reprimido: “Donde a determinação de posições ‘certas’ durante as relações sexuais. Era proibido evitar filhos, gozando fora do ‘vaso’. Era obrigatório usar o ‘vaso natural’ e não o traseiro. Era proibido a **mulher** colocar-se por cima do homem” (Del Priore, 2011, p. 43).

No século XIX, com a vinda da Corte Portuguesa e a Independência, surgem novas possibilidades de atuação para as **mulheres**, sobretudo nas cidades. No entanto, a educação feminina começa a ganhar força, especialmente para as elites, o que abre caminho para o debate sobre cidadania.

As transformações sociais, urbanas e políticas trouxeram conquistas importantes. A luta pelo direito ao voto foi um marco: “[...] as sufragistas brasileiras lutaram contra a invisibilidade e conquistaram o direito político em 1932” (Del Priore, 1997, p. 281). As **mulheres** passaram a ocupar cada vez mais o mercado de trabalho e a universidade, ao longo do século XX, mas ainda convivendo com desigualdades de gênero. A obra de Mary Del Priore mostra que a história das **mulheres** não é paralela, mas constitutiva da história do Brasil. Como afirma a autora, “[...] não há história do Brasil sem a história das **mulheres**” (1997, p. 15).

Esta história das **mulheres**, sempre vigiada e contada por um viés masculino, nos incita a pensar o que se tem produzido hoje sobre as **mulheres** e até onde elas conseguiram espaços de destaque nos vários espaços sociais. O que apresentamos a seguir são alguns dados que nos auxiliam a pensar o que os pesquisadores e pesquisadoras do Paraná tem priorizado em suas pesquisas quando o assunto é o protagonismo feminino.

## Um balanço das produções acadêmicas no Paraná

Metodologicamente realizamos uma revisão sistemática de literatura no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, colocando como palavras buscadoras “**mulheres**” e “Paraná” apenas nos títulos. Dada a quantidade de trabalhos que apareceram em um primeiro momento, recortamos geograficamente o estado do Paraná e dentro dele a seleção foi feita também dentre as maiores instituições públicas de ensino superior do estado, quais sejam: Universidade Federal do Paraná – UFPR; Universidade Estadual de Londrina – UEL; Universidade Estadual de Maringá – UEM e Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Considerando estes descritores, encontramos 39 trabalhos, sendo 29 dissertações e 10 teses, entre os anos de 2009 até 2025, totalizando os dezesseis últimos anos dos Programas de Pós-Graduação.

Optamos por não incluir, neste estudo, trabalhos que abordam questões de gênero, feminismo, feminilidade ou a atuação de professoras, ainda que façam referência às **mulheres**. Essa escolha se deve ao fato de considerarmos fundamental que a palavra/categoria “**mulher**” apareça explicitamente no título das pesquisas analisadas, de modo a garantir a centralidade dessa categoria como eixo de visibilidade, análise e reflexão.

Na UFPR temos a maior quantidade de trabalhos, totalizando 21, distribuídos em Programas de Ensino de Ciências Ambientais, Sociologia, Sistemas Costeiros e Oceânicos, Ciência Política, Enfermagem, Educação e História, entre outros, conforme pode ser observado no quadro 1:

Quadro 1 – Dissertações e teses sobre **mulheres** defendidas na UFPR

Ano	Autor(a)	Título	Programa/ Instituição	Tipo M/D
2010	Maria Lúcia Raimondo	Perfil epidemiológico da violência contra a <b>mulher</b> em Guarapuava, Paraná: contribuições da enfermagem	Enfermagem UFPR	M
2011	Edson Paes Sillas	<b>Mulheres</b> contabilistas: um estudo do nível de estresse das profissionais atuantes no Estado do Paraná	Contabilidade UFPR	M
2012	Claudia Priori	<b>Mulheres</b> fora da lei da norma: controle e cotidiano na Penitenciária Feminina do Paraná (1970-1995)	História UFPR	D
2013	Carolina de Andrade Mello	Tipos de trabalho da <b>mulher</b> na pesca do litoral do Paraná	Sistemas Costeiros e Oceânicos UFPR	M
2015	Carla Cristina Nacke Conradi	“Memórias do sótão”: vozes de <b>mulheres</b> na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985)	História UFPR	D
2016	Andressa Ignácio da Silva	O que a voz e os silêncios dizem: experiências e processos de subjetivação de <b>mulheres</b> negras no Paraná	Sociologia UFPR	M
2017	Silvete Aparecida Crippa de Araújo	A <b>mulher</b> entre a casa e a rua: educação e trabalho feminino nos periódicos da Federação Espírita do Paraná (FEP), primeira metade do século XX	Educação UFPR	D
2017	Mariana Rodriguez Espinosa	Partidos políticos: organização, ideologia e tamanho: estudo de caso de setores partidários para <b>mulheres</b> no estado do Paraná – Brasil	Ciência política UFPR	M
2019	Monique Andressa de Oliveira	“ <b>Mulheres</b> de fé”: o repertório de saberes e fazeres de benzedeiças no município de Matinhos, litoral do Paraná	Ensino das ciências ambientais UFPR	M

2020	Cristiane Coradin	Entre brucas e flores vermelhas: autorias das <b>mulheres</b> sem terra na ecologização da reforma agrária no Paraná	Meio ambiente e desenvolvimento UFPR	D
2022	Fábio Augusto de Souza	Agência, entendimento e (re)construção de si: narrativas de <b>mulheres</b> trans residentes no Estado do Paraná	Sociologia UFPR	M
2022	Glauceane Marques de Assis Berteloni	Violência sexual facilitada por drogas: caracterização e experiências de <b>mulheres</b> atendidas em um hospital especializado do Paraná	Enfermagem UFPR	M
2022	Vanessa Fogaça Prateano	Entre o leito-prisão e a morte, à margem do direito: um estudo criminológico-feminista sobre a criminalização de <b>mulheres</b> pela prática de aborto autoprovocado no Estado do Paraná (2017-2019)	Direito UFPR	M
2023	Jussara Marques de Medeiros	Lugar de <b>mulheres</b> negras é nas engenharias?: um estudo em duas Universidade Federais do Paraná	Educação UFPR	D
2023	Mariana Farias	Ideação e comportamentos suicidas em <b>mulheres</b> privadas de liberdade em uma unidade prisional do estado do Paraná	Enfermagem UFPR	M
2023	Graciele Dellalibera de Mello	Educação artística e <b>mulheres</b> no Paraná: da sociabilidade à profissionalização (1849-1913)	Educação UFPR	D
2023	Indiamara Hummler Oda	“Sou pescadora, sim”: experiências de <b>mulheres</b> pescadoras no litoral do Paraná	Sociologia UFPR	D
2023	Pamela de Gracia Paiva	“Fica a ré condenada à pena privada de liberdade”: <b>mulheres</b> criminosas no sistema penitenciário do Paraná, perfil, crimes e cotidiano (2000-2016)	Sociologia UFPR	M

2023	Patrícia Brustolin	O protagonismo das <b>mulheres</b> caiçaras do município de Matinhos, no litoral do Paraná	Ensino de ciências ambientais UFPR	M
2023	Ezequiel Schuster do Nascimento	Violência interpessoal contra <b>mulheres</b> e desenvolvimento regional: uma análise descritiva do Estado do Paraná entre 2018 e 2022	Desenvolvimento territorial sustentável UFPR	M
2025	Danielle Couto	Fórum permanente dos conselhos municipais de direitos das <b>mulheres</b> do litoral do Estado do Paraná: associativismo e experimentação participativa	Políticas Públicas UFR	M

Fonte: elaborado pela autora

Os trabalhos aparecem mais a partir de 2010, crescendo progressivamente até o ano de 2025. Há uma clara interdisciplinaridade de áreas das ciências humanas e sociais, ciências da saúde, ambientais, com destaque para a Enfermagem com 4 trabalhos, Sociologia com 4 trabalhos, Educação com 3 trabalhos e História com 2 trabalhos.

No que tange às temáticas predominantes temos violência contra a **mulher, mulheres** no sistema prisional, protagonismo e cultura, educação e questões étnico-raciais. Podemos afirmar que a UFPR tem uma gama relevante de trabalhos sobre as **mulheres**, com articulação entre as questões de gênero, vulnerabilidade e protagonismo feminino, o que a consolida como espaço de grandes possibilidades na produção científica paranaense. A diversidade temática reflete um movimento acadêmico que dialoga com os debates contemporâneos sobre direitos, justiça social e interseccionalidade.

Na UEL temos 6 trabalhos, sendo 5 dissertações e 1 tese, distribuídos nos programas de Serviço Social e política Social, Psicologia, Educação, Sociologia e Patologia, conforme pode ser observado no Quadro 2:

Quadro 2 – Dissertações e teses sobre **Mulheres** defendidas na UEL

Ano	Autor(a)	Título	Programa/ Instituição	Tipo M/D
2024	Livia Ramos Pinto	A atuação parlamentar da <b>mulher</b> no Estado do Paraná e a perspectiva de gênero	Serviço Social UEL	M
2024	Daniela Cecilia Grisoski	<b>Mulheres</b> policiais: produção de subjetividade em um Batalhão da Polícia militar do Paraná	Psicologia UEL	M
2024	Ana Paula Aparecida de Souza Moreira	Histórias de <b>Mulheres</b> negras nas regiões norte e noroeste do Paraná: memórias do fazer-se professoras	Educação UEL	M
2024	Carolina Branco de Castro Ferreira	<b>Mulheres</b> em movimento: trajetórias de mulheres HIV+ no movimento político de HIV/AIDS do Estado do Paraná	Sociologia UEL	M
2024	Luis Fernando Lasaro Mangieri	Prevalência do HPV em <b>mulheres</b> da região norte do Paraná e influência do polimorfismo rs333 do gene CCR5 na infecção e desenvolvimento de lesões intraepiteliais cervicais	Patologia UEL	D
2024	Gilza Ferreira de Souza Felipe Pereira	<b>Mulheres</b> Avá-Guarani no oeste do Paraná: a educação superior indígena enquanto espaço de resistência	Serviço social UEL	M

Fonte: elaborado pela autora

Todos os trabalhos listados foram defendidos em 2024, o que mostra que o tema “**mulheres**” entrou recentemente em evidência na produção acadêmica da UEL, o que pode nos indicar uma tendência atual de valorização da temática e um incentivo às pesquisas ligadas à esta questão. Os trabalhos estão distribuídos de forma interdisciplinar entre Serviço Social, Psicologia, Educação,

Sociologia e Patologia, sendo objeto de estudos dentro das ciências humanas e sociais e dentro da ciência da saúde.

Na UEL o destaque vai no sentido da atualidade do tema e na concentração de trabalhos defendidos recentemente, as temáticas transitam entre política, educação, subjetividade, saúde e resistência social. Há uma preocupação com grupos historicamente marginalizados – **mulheres** negras, indígenas, profissionais de setores masculinizados (como a polícia) e **mulheres** com HIV+. Essa produção, embora recente, já sinaliza uma tendência de fortalecimento da categoria “**mulher**” como central nas pesquisas acadêmicas da instituição, com potencial para crescer nos próximos anos.

Na UEM temos igualmente 6 trabalhos, sendo todas dissertações, distribuídas nos programas de Administração, Ciências da Saúde, Ciências Sociais e História, conforme pode ser observado no Quadro 3:

Quadro 3 – Dissertações e teses sobre **Mulheres** defendidas na UEM

Ano	Autor(a)	Título	Programa/ Instituição	Tipo M/D
2009	Emiliana Cristina Melo	Nascimento no estado do Paraná: análise de indicadores da saúde da <b>mulher</b> e da criança	Ciências da Saúde UEM	M
2010	Larissa Estela Berehulka Balan leal	Efeitos da participação de empreendedoras em Associações de <b>Mulheres</b> de Negócios no estado do Paraná	Administração UEM	M
2011	Paula Regina Bach Nogara	Distribuição dos genótipos de HPV e integração dos HPV 16 e 18 em <b>mulheres</b> da região sul do Paraná/Brasil com anormalidades cervicais	Biociências aplicadas à Farmácia UEM	M
2014	Rizia Ferrelli Lourdes Loyola Franco	O vestuário como cultura material: costurando a memória e a construção de si das <b>mulheres</b> em Maringá – Paraná	Ciências Sociais UEM	M

2020	Vânia Inácio Costa Gomes	Parteiras e benzedeadoras: saberes e fazeres de <b>mulheres</b> na região do Vale do Ivaí, Paraná (1960-1990)	História UEM	M
2022	Gislene Cassandri de Oliveira Mori	As configurações da carreira, família e gênero em organizações cooperativas de crédito: um estudo com <b>mulheres</b> gerentes na região norte do Paraná	Administração UEM	M

Fonte: elaborado pela autora

A produção inicia em 2009 e vai até 2022, com intervalos longos entre alguns trabalhos. As áreas que mais aparecem são Ciências da Saúde, Administração, Ciências Sociais e História, apontando a interdisciplinaridade entre as áreas. Os temas mais recorrentes são saúde da **mulher** e corpo feminino, mulheres e sua relação com o trabalho, cultura e memória. Na UEM, a produção sobre **mulheres** apresenta uma variação nos anos de publicação, marcada por uma variedade de enfoques temáticos, desde à saúde feminina e o corpo, até as questões de trabalho, identidade cultural e práticas tradicionais femininas.

Na UEPG temos igualmente 6 trabalhos, sendo 4 dissertações e 2 teses, distribuídas nos seguintes programas: Jornalismo; Gestão de Território; Ensino de História, Ciências Sociais, Geografia e Direito, conforme pode ser observado no Quadro 4:

Quadro 4 – Dissertações e teses sobre **Mulheres** defendidas na UEPG

Ano	Autor(a)	Título	Programa/Instituição	Tipo M/D
2011	Karina Eugenia Fioravante	O espaço carcerário e a reestruturação das relações socioespaciais cotidianas de <b>mulheres</b> infratoras na cidade de Ponta Grossa, Paraná	Gestão de território UEPG	M
2020	Ligia Tesser Pereira	As <b>mulheres</b> no jornalismo do Paraná: uma análise de desigualdade de gênero no ambiente de trabalho	Jornalismo UEPG	M

2020	Ramon de Oliveira Bieco Braga	Espaço e as práticas do cuidado de si, na relação saúde/doença do corpo das travestis e <b>mulheres</b> transexuais em Curitiba e Ponta Grossa, Paraná	Geografia UEPG	D
2022	Joana Gardasz Serconhuk	<b>Mulheres</b> na comunidade de linha Paraná Anta Gorda: um olhar sobre saberes da experiência e sociabilidade para o ensino de história	Ensino de História UEPG	M
2022	Marcela Caroline Pereira	A construção de um habitus de luta no futebol de <b>mulheres</b> : estudo de caso de uma equipe situada no estado do Paraná	Ciências Sociais Aplicadas UEPG	D
2023	Mariana Chenço Britto	A violência doméstica e familiar contra as <b>mulheres</b> na região dos Campos Gerais do Estado do Paraná	Direito UEPG	M

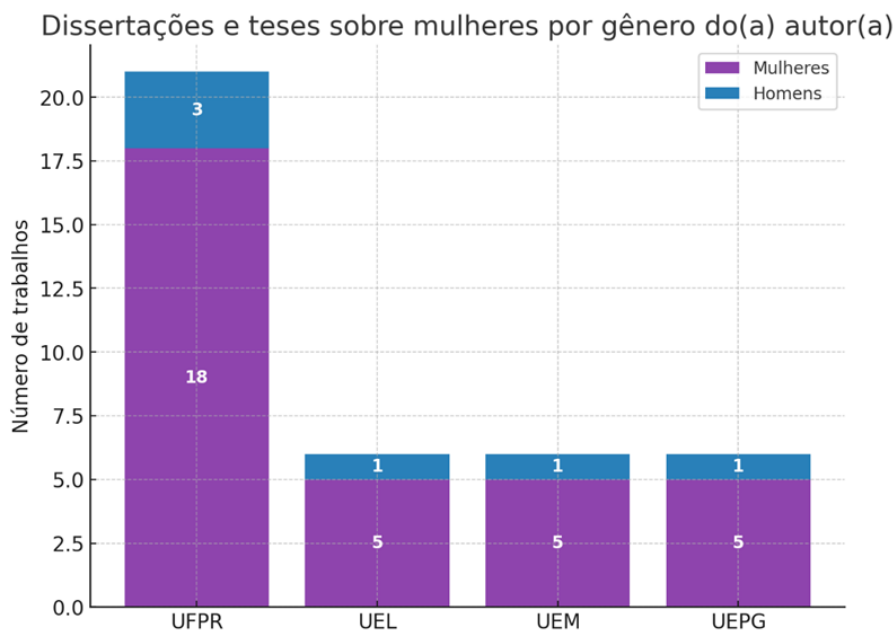
Fonte: elaborado pela autora

O primeiro registro data de 2011, com um intervalo de produção até 2020 quando há a retomada de trabalhos. As temáticas giram em torno da violência e vulnerabilidade, desigualdade de gênero, identidade e corpo, cultura, esporte e educação. Por fim, na UEPG, a pesquisa sobre **mulheres** também apresenta um perfil diversificado de temáticas, tais como: violência, desigualdade de gênero e identidades, e práticas de resistência em espaços tradicionalmente masculinos como no futebol e no espaço rural.

Para além das temáticas em destaque nas produções destas quatro instituições de ensino superior, interessa nos saber quem está produzindo conhecimentos sobre **mulheres** na Pós-Graduação?

Na UFPR temos 18 autoras e 3 autores, na UEL temos 5 autoras e 1 autor, na UEM temos 5 autoras e 1 autor e na UEPG temos 5 autoras e 1 autores, totalizando 33 trabalhos escritos por **mulhe-**

**res** (85%) e 6 trabalhos escritos por homens (15%) como pode ser visualizado no gráfico abaixo:



Fonte: elaborado pela autora

Com estes dados, podemos afirmar que a história das **mulheres** no Paraná continua sendo escrita por **mulheres**. A grande maioria das dissertações e teses indicam um protagonismo feminino na produção acadêmica sobre o tema. Quando os homens aparecem, geralmente estão em áreas mais técnicas ou biomédicas (como patologia, administração ou estudos ligados à saúde). Sobreira e Santana (2025, p. 96) em suas pesquisas constataam que “[...] os homens, via de regra, ainda não estão preocupados em pensar as relações de poder entre os sexos, salvo raras exceções”.

## Palavras finais: memórias, trajetórias e esperança

Se outrora a escrita da história relegava a **mulher** ao papel de sombra, submissa ou estereotipada, os dados levantados demonstram um movimento inverso: as **mulheres** estão pesquisando as mulheres, construindo narrativas que colocam as **mulheres** no centro de muitas escritas. As dissertações e teses defendidas nas principais universidades do Paraná revelam que a história das **mulheres**, tantas vezes silenciada, encontra novos espaços e novas vozes que tem se empenhado em registrar memórias, trajetórias, enquanto projeta um futuro de possibilidades.

O predomínio das **mulheres** na escrita das dissertações e teses é simbólico e aponta para o fortalecimento da palavra feminina na ciência e que a produção acadêmica também é espaço para tratar das nossas experiências, dores, resistências, trajetórias e esperanças. Os programas de pós-graduação revelam uma interdisciplinariedade e mesmo com temáticas pontuais, dentro dos seus recortes temporais e espaciais, todos eles apontam que a história tem uma participação efetiva de muitas **mulheres**.

E, se a história até aqui foi escrita por uma perspectiva masculina, hoje podemos perceber que novas narrativas florescem. São narrativas que descrevem, denunciam, registram e inspiram. Nas páginas acadêmicas também temos espaço para **mulheres**, que são protagonistas de suas histórias – **mulheres** negras, indígenas, rurais, urbanas, presas, trabalhadoras, militantes, gestoras, professoras e pesquisadoras.

Estas palavras finais não encerram esta luta por visibilidade, apenas registra que escrever sobre **mulheres** é também escrever com as **mulheres** e para as **mulheres**, é registrar suas lutas e fazer valer suas vozes. Como sementes lançadas em terras férteis da história, estas pesquisas trazem esperança e anunciam que a história do futuro já tem a marca de muitas **mulheres**.

## Referências

- FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. 16.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: fatos e mitos**: tradução Sérgio Millet. - 5ª ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- DEL PRIORE, M. **Ao sul do corpo, condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Olympio, 1993.
- DEL PRIORE, M. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2011.
- SILVA, L. F. da.; CASTILHO, M. A. de. Brasil colonial: as mulheres e o imaginário social. **Cordis**. Mulheres na história, São Paulo, n.12, jan./jun, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/21942/16123>. Acesso em: 16 ago. 2025.
- SOBREIRA, D. N.; SANTANA, R. O. de. História das mulheres (e gênero) na Paraíba: um balanço das últimas décadas. **Mosaico Revista de História**, v.18, n.1, jan./jun. 2025. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/14591>. Acesso em: 24 set. 2025.
- SORÁ, G. Reflexões sobre a edição e recepção de Casa Grande Senzala de Gilberto Freyre: a construção sociológica de uma posição regionalista. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.13, n., 36, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ZqN9jpKL4gZkS6Czwvhgz6K/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2025.
- VAINFAS, R. **Ideologia e escravidão**. História Brasileira. 8. Ed. Ed. Vozes. Petrópolis, 1986.
- VAINFAS, R. **Homoerotismo feminino e o Santo Ofício**. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 115-139.

# A trajetória de Júlia Wanderley: a feminização do magistério e sua marca indelével na História da Educação no Paraná

Simone Garbelini Parro Pialarissi  
Camilly Aparecida de Souza Francisco  
Denise Gomes dos Santos

## Introdução

Ao longo dos anos e por meio de muita luta, as mulheres vêm conquistando o seu espaço na sociedade, traçando sua própria trajetória de vida, e ocupando cargos que antes eram predominantemente masculinos. Porém, mesmo diante de tudo o que já foi conquistado, a mulher está sempre em busca de provar sua capacidade, e quebrar estereótipos que reforçam a desigualdade de gênero. Mulheres que “[...] produzem um tempo daquele que sobra da sua jornada de trabalho diário, constituindo uma dupla jornada de trabalho que não é configurada como um trabalho de valorização social” (Soldi; Camargo, 2020, p. 7), como o cuidado da casa, da família e outros afazeres extra. Uma dualidade forjada por anos de repressão e subordinação, que associa a mulher ao cuidado do lar, ao papel de mãe, educadora, cheia de afeto e sensibilidade.

No campo educacional essa desigualdade é ainda mais evidente, algo historicamente construído e perpetuado por uma sociedade patriarcal e machista, onde apenas homens tinham acesso à educação e as mulheres se mantinham à margem. Segundo Coutinho (2018, p. 76) ainda hoje “[...] a cultura sexista de dominação masculina permeia o trabalho das mulheres na educação desqualificando institucionalmente e enfraquecendo sistematicamente a atuação feminina”. E entre tantas mulheres que enfrentaram preconceitos e abriram caminhos para as próximas gerações, destacamos a trajetória de Júlia Wanderley (1874-1918),

uma professora que marcou a história da educação no Paraná e lutou pelos direitos das mulheres brasileiras. Tal fato nos leva a questionar sobre: como ocorreu a inserção da mulher na educação pública paranaense, e qual foi a atuação de Júlia Wanderley nesse processo?

Considerada uma das primeiras mulheres a frequentar a Escola Normal de Curitiba e a atuar como professora e diretora escolar no Paraná, teve um papel essencial na garantia do acesso feminino ao ensino e na consolidação da presença das mulheres no cenário intelectual paranaense. Ademais, por sua trajetória de vida Júlia Wanderley ainda hoje é lembrada e seu nome é visto em muitos prédios públicos, como escolas, bibliotecas, ruas e praças. Uma forma de preservar e relembrar a trajetória de uma mulher que optou por estudar, trabalhar, mas que como tantas outras conciliou o trabalho com os afazeres domésticos e familiares.

Nessa perspectiva, temos como objetivo retomar a trajetória de Júlia Wanderley e ressaltar a sua contribuição para o magistério como representante na consolidação da presença feminina na educação pública no final do século XIX e início do século XX. Para isso, o trabalho foi desenvolvido a partir de revisão bibliográfica, pautado em autores que discutem a temática. Justificamos nosso interesse por Júlia Wanderley ser defensora dos direitos à educação feminina e tornar-se a primeira mulher a ocupar o cargo de diretora de uma escola pública, uma posição de grande prestígio na época. Um passo ousado que contribuiu para que outras mulheres também pudessem ocupar seu espaço na educação, bem como exercer cargos de prestígio comumente ocupados por homens.

O trabalho está dividido em três tópicos, o primeiro apresenta uma discussão sobre a Instrução Pública na virada do século XIX para o século XX, tendo como foco principal o Ensino Primário e as Escolas Normais, e como recorte espacial o estado do Paraná, ressaltando a participação das mulheres nesse contexto. O segundo demonstra a trajetória de Júlia Wanderley, destacando sua luta pelo acesso das mulheres à educação pública, sua atuação como professora e diretora, bem como seu papel na difusão na feminização do magistério, inserida em um cenário de moder-

nização republicana e controle social por meio da educação. O terceiro capítulo traz uma revisão de literatura, no qual, foi feito um mapeamento de estudos que abordam a trajetória da professora Júlia Wanderley, utilizando como fontes a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e o Google Acadêmico. Os critérios para seleção do material de análise foram: teses, dissertações e artigos publicados entre 2004 e 2024. Ao final da revisão, foram identificadas 3 dissertações e 5 artigos, totalizando 8 trabalhos<sup>1</sup>.

## Educação Pública e as Escolas Normais

No século XIX o ensino público brasileiro, mais especificamente o ensino primário, foi marcado por uma “[...] intensa discussão acerca da necessidade de escolarização da população, sobretudo das chamadas ‘camadas inferiores da sociedade’” (Faria Filho, 2007, p. 135), e dentro dessas camadas inferiores estavam os negros, índios e as mulheres. Nesse contexto, foram instituídas leis que tornavam - de certa forma - obrigatório o acesso da população livre à escola. Assim, foram criadas as Escolas de Primeiras Letras, que segundo Faria Filho (2007), visavam atender as classes inferiores da sociedade, ofertando o mínimo necessário para saber ler, escrever e contar, sem a intenção de prolongar essa instrução para o ensino secundário ou superior.

De acordo com Nascimento e Sousa (2011, p. 266), a primeira lei regulamentada do ensino público e gratuito no Brasil foi sancionada em 15 de outubro de 1827. Através do ato adicional à Constituição do Império em 1834, houve a dissociação do sistema de instrução pública, “[...] delegando às províncias a regulamentação e a promoção da educação pública primária e secundária em seus territórios, não sendo mais de responsabilidade do governo central”.

Com o passar do tempo, o termo Escola de Primeiras Letras foi substituído por Instrução Elementar, que manteve a ideia inicial

---

1. As consultas foram feitas entre os dias 03 e 04 de maio de 2025.

de uma educação primária, mas que agregou outros conhecimentos necessários para inserir a população menos favorecida na sociedade: “[...] conteúdos como ‘rudimentos da gramática’, de ‘língua pátria’, de aritmética” ou ‘rudimentos de conhecimentos religiosos’”. Já na segunda metade do século XIX, as províncias vão adquirindo consciência sobre a necessidade de instruir a população de acordo com as modernas formas de educação e, apesar da ausência de um sistema nacional centralizado de ensino, ocorreu um aumento dos conhecimentos básicos que deveriam ser ensinados aos alunos, as leis provinciais passaram a dar mais atenção ao sistema de ensino, pois, compartilhavam da visão política do “progresso da nação por meio do progresso das letras” (Faria Filho, 2007, p. 139).

Ademais, Faria Filho (2007, p. 147) acrescenta a dificuldade do governo em fiscalizar as instituições escolares no período imperial, e verificar o desenvolvimento do ensino, pois as escolas isoladas eram distantes umas das outras, vindo prejudicar o controle sobre o que ocorria nessas escolas, principalmente sobre o trabalho dos professores, que muitas vezes era misturado com outras atividades profissionais. Assim, os dados estatísticos não eram confiáveis e as escolas insuficientes. No entanto, foi na última década do século XIX, que os estados começaram a investir na construção de prédios próprios para atender o ensino primário, denominado Grupos Escolares, que atravessou o século XX, como referência básica “para a organização seriada das classes, para a utilização racionalizada do tempo e dos espaços e para o controle sistemático do trabalho das professoras”, um símbolo que rompia com o período imperial e mostrava a população o projeto republicano de educação.

Logo, a instrução pública surgiu ante situações desfavoráveis, pois não havia escolas suficientes para atender o número de habitantes, e

[...] o Estado não dava as garantias mínimas de que pudessem favorecer o ensino para o povo, faltavam investimentos para a formação de professores, prédios e materiais escola-

res, métodos pedagógicos e currículo. A educação não fora tratada como uma necessidade nacional, como um direito de seu povo, mas como uma concessão para muitos (Nascimento; Sousa, 2011, p. 266).

Sob esse olhar, o cenário paranaense não estava muito diferente do restante do país. Após a emancipação política de São Paulo em 1853, o Paraná enfrentou problemas quanto a obrigatoriedade do ensino, a organização escolar, a higiene, a disciplina dos alunos, a dificuldade das famílias em enviar seus filhos para a escola, a baixa frequência dos alunos, aos castigos corporais, a falta de mobília, material e equipamentos, mas principalmente, ao descaso por parte do poder público, que pouco investiu para que a educação pudesse ser efetivamente considerada moderna (Oliveira; Meurer, 2007).

Com a Proclamação da República em 1889, o governo enfrentava problemas não só no campo educacional, mas também na consolidação da economia, da política e da gestão. Logo, a instrução pública surgia novamente como solução para as dificuldades neste período histórico, sendo vista como fundamental para o desenvolvimento do Estado. E aos professores cabia “[...] conduzir as novas gerações no caminho da educação e da instrução, as quais, por sua vez, levariam ao progresso a nação” (Almeida; Boschetti, 2012, p. 230).

Nesse ínterim, a precariedade na formação dos professores causava preocupação dos estudiosos e governantes do período. A criação da primeira Escola Normal brasileira da Corte no ano de 1835, em Niterói, foi consequência desta preocupação. No entanto, as propostas e discussões a respeito da formação docente e as mudanças pelas quais passaram as Escolas Normais no país, foram por inúmeras vezes pautadas por desavenças políticas do que por pretensões educacionais (Araújo, 2010).

Por conseguinte, foi sancionada a Lei nº 238/1870, que instituiu as Escolas Normais no estado do Paraná, visando solucionar o problema da instrução primária em relação à questão da preparação de professores e com o objetivo de atender alunos de ambos os

sexos. A princípio a lei previa somente a contratação de professores normalistas, porém, devido a demanda, as escolas funcionavam também graças ao trabalho de professores sem formação, principalmente para atender as escolas localizadas no interior do estado. Nessa perspectiva, as primeiras Escolas Normais “[...] formavam apenas homens, visto que no momento de sua criação, a ideia presente na sociedade aristocrática e conservadora era a de que não cabia bem para a mulher o papel de professora, assim como o de muitas outras profissões” (Stenzler; Araujo; Marques, 2021, p. 151).

Nas palavras de Santos (2015, p. 52), havia uma discriminação contra a mulher, e tudo o que ela aprendia,

[...] era ensinado dentro de suas casas. Para que a mulher pudesse ingressar em uma escola no ensino regular foi preciso um processo demorado, ressaltando que o objetivo de ensino das mulheres resumia-se apenas às prendas domésticas. As mulheres eram destinadas ao casamento, onde se tornariam donas de casa, mães e esposas dedicadas aos seus maridos, ao passo que os homens eram instruídos a serem principalmente advogados e médicos, buscando diferentes objetivos de ensino.

Vale destacar, que no século XIX mulheres como Rita Anna de Cássia França já ocupavam cadeiras do magistério paranaense, porém, foi através de muito esforço, já que muitas não podiam pagar professores particulares para estudar e prestar o exame que as habilitava para lecionar, então estudavam sozinhas. Mulheres que sempre foram controladas por homens, e reprodutoras de ideias e costumes já enraizados na sociedade. Entretanto, Araújo (2010, p. 80) argumenta que “[...] a história dessas mulheres está longe de ser uma história apenas de clausura e passividade. Mulheres também foram formadoras dos filhos, treinadoras dos escravos e empresárias ativas, administradoras de suas lavouras e propriedades”, principalmente as mulheres pobres, que tinham maior autonomia, e se dedicavam ao comércio ambulante, eram costureiras, bordadeiras ou vendiam produtos artesanais em quitandas. Essas mesmas mulheres seriam a mão de obra ideal para as fábricas que iriam se estabelecer na capital.

Conforme foi aumentando o número de escolas, aumentou também a procura por instrução dessas mulheres, que viram no magistério

[...] uma possibilidade de ascensão social, e as jovens normalistas e futuras professoras principiaram a desfrutar de maior liberdade pessoal, advinda do exercício da profissão que, envolvida numa aura de respeitabilidade, permitia sua profissionalização sem maiores problemas, instalando-se, em pouco tempo e de forma definitiva, sua completa feminização (Almeida; Boschetti, 2012, p. 231).

Em 1871, apesar do Estado ter a educação pública como uma preocupação, não gerou as circunstâncias necessárias para a abertura de uma Escola Normal no Paraná, como ocorria em outras províncias, visando preparar professores. Já em 1876, no governo do Presidente da Província do Paraná, Adolpho Lamenha Lins, foi instituído o regulamento que permitia a criação de um Instituto e de uma Escola Normal. Mesmo com a criação desta escola para a formação de professores, o magistério vinha sofrendo “[...] desprestígio, salários baixos, falta de condições materiais, entre outras. Com tudo isso houve um desinteresse do sexo masculino para formação do magistério, afinal naquela época apenas o sexo masculino frequentava a Escola Normal” (Nascimento; Sousa, 2011, p. 267).

Foi em 1890 que Júlia Wanderley conquistou o direito de frequentar a Escola Normal do Paraná ao lado de rapazes. Nesse período teve início não só no Paraná mas em todo o país reivindicações por parte de outras mulheres pelo mesmo direito. Todavia, tal fato não ocorreu apenas por meio dessa luta, mas sim, pela desvalorização do cargo, no qual, os homens perderam o interesse pelo magistério, ao mesmo tempo, que ocorreu um aumento expressivo na busca por uma escolarização básica por parte dos trabalhadores, que a partir da Proclamação da República em 1889, da urbanização e da industrialização, foram atraídos a ocupar novos cargos no mercado de trabalho (Stenzler; Araujo; Marques, 2021). Além disso, a “[...] importância das jovens frequentarem

as Escolas Normais, fazia parte de um ideário já enunciado que pode ser entendido como parte do projeto civilizador da nação” (Almeida; Boschetti, 2012, p. 231), em que a mulher assumiria além da função materna, a social e patriótica.

Almeida e Boschetti (2012, p. 229) destacam que os homens só buscavam o magistério quando visavam algum cargo de chefia e de direção, e que as mulheres das famílias tradicionais frequentavam as escolas atreladas ao catolicismo, para que não se afastasse do sagrado, enquanto as escolas públicas eram frequentadas por mulheres das classes baixas que buscavam o conhecimento “[...] para a vida no lar e também ter uma profissão que lhes permitisse sobreviver com seu próprio rendimento”.

## **Júlia Wanderley e a feminização do magistério paranaense**

Júlia Augusta de Sousa Wanderley Petrich, mais conhecida como Júlia Wanderley, nasceu em 26 de agosto de 1874, na cidade de Ponta Grossa, localizada no centro do estado do Paraná, a 103 quilômetros da capital Curitiba. Mudou - ainda na infância - com sua família para Curitiba, cidade que estava em pleno desenvolvimento, graças à exportação da erva-mate e à exploração de madeira. A princípio a família Wanderley, de descendência holandesa, viveu em um local distante da cidade, porém, passados dois anos mudaram para a área central. Tal fato facilitou a inserção de Júlia Wanderley nos grupos que faziam parte da elite curitibana. Filha de um artista republicano - Affonso Guilhermino Wanderley -, que exerceu diferentes ofícios e que tinha boas relações com a elite local, foi criada para contribuir tanto no mundo doméstico quanto, para a sociedade republicana, foi educada com os melhores professores e em sua formação foi valorizada a ordem e a ciência (Araújo, 2010). Segundo a referida autora, Júlia Wanderley herdou de seu pai muitas características que ajudaram a compor sua personalidade forte e competente no que se propunha fazer, era organizada, espirituosa e boa profissional.

Entre 1890 e 1892, ainda muito jovem, Júlia Wanderley conseguiu o direito de frequentar a Escola Normal de Curitiba, ao lado de Maria Rosa Gomes, Isabel Guimarães, Cândida Nascimento, Ernesto Luís de Oliveira, Veríssimo de Souza e Lourenço de Souza. E apesar de Luiza Cândida Saldanha ter sido a primeira mulher a receber o diploma de normalista no Paraná, ela não frequentou presencialmente a escola, como ocorreu com Júlia Wanderley, visto que, nesse período as mulheres eram proibidas de frequentar o curso ao lado de rapazes, então, estudavam em casa para depois prestar um exame, onde eram avaliadas por uma banca, para conseguir o certificado de professora normalista (Araújo, 2010).

Todavia, Júlia Wanderley conseguiu ocupar uma vaga na Escola Normal por meio de um requerimento enviado ao Estado. Para isso, buscou o apoio do Monsenhor Alberto José Gonçalves, um membro do governo e representante da Igreja Católica que ocupava uma posição de prestígio também no setor educacional, pois foi diretor do Instituto Paranaense, da Escola Normal e Diretor Geral da Instrução Pública (Araújo, 2010). Logo, Júlia Wanderley liderou um movimento que lutava a favor da participação feminina na Escola Normal.

Vale lembrar que, por volta de 1880, já não havia impedimentos legais para que as mulheres frequentassem as instituições, ainda assim a sociedade curitibana mantinha uma postura reticente em relação à presença feminina na Escola Normal, considerando o exercício de atividades profissionais fora do ambiente doméstico, inoportuno. Na verdade, os objetivos implícitos para a escolaridade feminina

[...] significavam que deveriam cultivar-se para viverem em sociedade e serem agradáveis aos homens, porém não poderiam concorrer com eles profissional e intelectualmente, pois isso seria ultrapassar os limites da segurança social, o que representaria um risco se lhes fosse dado liberarem-se economicamente do marido ou dos pais e tornarem-se iguais no intelecto (Almeida; Boschetti, 2012, p. 230).

Nesse cenário, a crescente inserção de mulheres no Curso Normal exigiu adaptações institucionais, como, por exemplo, a contratação de professoras para ministrar disciplinas destinadas especificamente às alunas. Não fosse o bastante, era comum para as moças estudarem apenas para conseguir um bom casamento, ou como uma forma de ascensão social. Mas Júlia Wanderley foi além estava em busca de conquistar um lugar que poderia ser não só dela, mas de todas as mulheres que quisessem ocupar o cargo de professora.

Araújo (2010) lembra que em 1914, a professora Júlia Wanderley já atuava como diretora na Escola Tiradentes, ano em que o estabelecimento de ensino passa a ser reconhecido como Grupo Escolar Tiradentes, sob a direção de Júlia Wanderley. Neste contexto histórico, pensar a ascensão de uma mulher como diretora de uma instituição de ensino, pode ser visto como um fato inusitado e, muitas vezes, socialmente indesejável (Almeida, 1998).

Essa pretensa incapacidade para cargos de direção era derivada da própria situação familiar, dos costumes sociais e da legislação, que designavam ao homem a chefia da família. Se a escola era o prolongamento do lar, a professora era a segunda mãe, os alunos, os filhos, a organização escolar deveriam estruturar-se naturalmente com um homem na direção e nas tomadas de decisões, segundo esse mesmo modelo familiar (Almeida, 1998, p.198).

Godinho (2013, p. 19) argumenta que ocupar o cargo de direção de uma escola, é desempenhar o papel administrativo, pedagógico, e principalmente ser um exemplo para as pessoas que compõem a comunidade escolar. Segundo o referido autor o “[...] conceito de liderança aparece frequentemente como um processo de influência, em que há um sujeito influenciador e as pessoas influenciadas”.

Júlia Wanderley ocupou bem esse papel, pois, antes mesmo de se formar já montou uma escola chamada Escola Particular de Dona Júlia, em que ministrava aulas de primeiras letras. Aos 19 anos deu início a sua carreira docente em uma escola primária

pública e, em 1895, foi nomeada como professora e diretora na Escola Tiradentes - uma escola primária para meninas -, o que a tornou a primeira diretora de uma escola pública no Paraná. Passados 6 anos, de acordo com o Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná, o primário foi dividido em 1º e 2º grau e Júlia Wanderley foi nomeada professora do 2º grau, mais um cargo de prestígio para uma mulher daquela época. Nessas escolas, influenciou uma geração de moças para cursar o magistério, colocou em prática as ideias de Pestalozzi, difundiu o Método Intuitivo de educação e de acordo com os relatórios escolares que enviava ao governo, seguia as recomendações do Estado (Araújo, 2010).

Nossa personagem também cumpre seu papel no âmbito doméstico. Aos 21 anos, casou com Frederico Petrich - um entalhador, capitalista que deu continuidade a fábrica de molduras do sogro -, e devido a problemas de saúde e a dificuldade em engravidar, Júlia Wanderley decidiu não gerar filhos, todavia, acabou adotando seu sobrinho Julio Wanderley da Costa Petrich, filho biológico de sua irmã Minervina e de Antonio Herderico da Costa<sup>2</sup>. Percebida como a representante pública de sua família, onde de costume esse papel era do marido, optou por ser mãe adotiva, num tempo em que adoção de filhos era pouco falado entre as mulheres (Araújo, 2010).

Segundo Araújo (2010, p. 34), não faltaram adjetivos para Júlia Wanderley como uma mulher republicana, moderna, culta, católica, bondosa, amorosa, talentosa, mãe, esposa, e que viveu em um contexto social em que “[...] mulher/professora terá uma missão de regeneradora da humanidade”.

Em relação à sua prática docente temos a indicação de que a educadora “[...] enquanto agente do Estado, internalizou na sua prática docente uma metodologia de ensino que prezava a forma-

---

2. Não se sabe ao certo como foi essa adoção, o que tem registro é que não houve uma adoção legal, mas o menino foi registrado pelo pai biológico com o sobrenome do marido de Júlia Wanderley, a professora registrou em seu diário íntimo que sua irmã prometeu seu terceiro filho a ela, um herdeiro de tudo o que fosse seu, relatou que pagou o parto da irmã e que ao receber a notícia do nascimento de seu filho, correu ao local e o tomou em seus braços (Araújo 2010).

ção intelectual das crianças, mas também a formação do caráter, para que adultos pudessem contribuir para o desenvolvimento da nação” (Stenzler; Araujo; Marques, 2021, p. 162).

Ademais, Júlia Wanderley tinha o hábito de registrar e colecionar fotografias que eternizavam os momentos vividos na capital Curitiba, do mesmo modo, que os registrava em seus diários pessoais. Tal fato facilita o trabalho do historiador em compreender um dado período e as transformações que ocorreram com o passar do tempo naquela sociedade. Em 1918, a professora Júlia Wanderley faleceu, por neoplasma pelviano - um tipo de câncer uterino -, e a partir do seu sepultamento, começaram as homenagens, tanto de familiares, amigos e alunos, quanto de admiradores de sua trajetória. Além dessas manifestações feitas por via impressa, ao passar dos anos, foram inaugurados “[...] monumentos, bustos, medalhões e retratos da professora” (Araújo, 2010, p. 72).

A passagem do século XIX para o XX foi marcada pela feminização do magistério, - uma das poucas profissões que permitia a entrada de mulheres - em que mesmo aceitando baixos salários, e a profissão ser associada ao cuidado, foi um modo da mulher conquistar uma certa independência financeira e ocupar um lugar dentro de uma sociedade machista e patriarcal. Neste contexto, Júlia Wanderley foi privilegiada por buscar seus direitos em um período em que Curitiba estava em pleno desenvolvimento e para o “[...] governo republicano era urgente ampliar a instrução primária e para que esta mudança ganhasse eficiência, era preciso valorizar a Escola Normal e atrair pessoas que estivessem dispostas a seguir uma profissão que não era das mais rendosas” (Araújo, 2010, p. 52).

De acordo com Araújo (2010, p. 95), Júlia Wanderley além de “[...] socialista de cátedra, de católica esclarecida, entusiasta de Darwin e simpatizante do espiritismo”, foi uma boa mãe-esposa e educadora, e apesar de sua importância no cenário educacional paranaense, ela não foi a única mulher a participar desse processo de inserção de mulheres na educação. É preciso levar em consideração que Júlia Wanderley precisou pedir ajuda ao Monsenhor Gonçalves para frequentar a Escola Normal ao lado de rapazes, um

homem com um certo poder, que solicitou o pedido na condição de que outras mulheres frequentasse ao seu lado.

Apesar da necessidade de formar mulheres para o magistério, a igreja e os católicos conservadores sempre se posicionaram contrários à emancipação feminina, pois, a mulher instruída “[...] poderia esquecer-se da função reprodutiva, essencial para a sua realização individual e da família, o que também vinha ao encontro de uma ideia de tradição e propriedade que Igreja e oligarquias compartilhavam” (Almeida; Boschetti, 2012, p. 229).

Para as professoras primárias a feminização do magistério foi um marco histórico e representou:

[...] o trânsito do invisível para a visibilidade e a realização de algo que não fosse o único e prestigiado serviço doméstico, como reduto privilegiado da feminilidade. O magistério era o trabalho intelectual e assalariado sem conotação pejorativa; tinha o poder de conceder uma palavra mais abalizada num meio ignorante; conferia mobilidade social, maior liberdade e respeito entre as classes trabalhadoras, e possibilitava bem-estar econômico (Almeida; Boschetti, 2012, p. 231).

Júlia Wanderley também escreveu para periódicos da época, como *A Revista Escola*, na qual colaborou por anos e publicou seu relatório sobre métodos de ensino, educação e problemas do período, bem como contribuiu com jornais curitibanos, principalmente no *O Artista* e *Operário Livre*, propagando temas relacionados à questão social. Muitos artigos escritos por ela foram assinados com o pseudônimo de Augusta de Souza, possivelmente pelas discriminações do período que impedia a participação da mulher no âmbito político e público (Nascimento; Sousa, 2011). Portanto, a imprensa foi um componente essencial na validação do magistério como uma profissão voltada ao sexo feminino especialmente no jornal *A República* e na *Revista A Escola*, na divulgação das inovações educacionais e na criação de personagens exemplares, como Júlia Wanderley. Nos periódicos a professora foi constantemente retratada

[...] como esse modelo de educadora republicana: disciplinada, comprometida com os valores da nação e moralmente superior. Essa construção contribuiu para a feminização do magistério no Paraná, ao mesmo tempo em que reforçava o papel das mulheres como educadoras da nova geração de cidadãos (Sousa; Nascimento, 2024, p. 327).

Segundo Sousa e Nascimento (2024), além de impulsionar as ideias republicanas a imprensa também teve um papel elementar na divulgação das aptidões escolares das alunas da Escola Normal. Os resultados e notas eram publicados recorrentemente nos jornais e revistas, acarretando um espaço de competição e meritocracia e essas práticas ajudaram a fortalecer a imagem de que o magistério era uma profissão voltada para as mulheres.

Os intelectuais do periódico *A Escola* tinham como objetivos dar auxílio pedagógico aos professores, ressaltar a função da escola, a postura do professor na sala de aula, técnicas e condutas a serem seguidas, assim tinham como intuito conduzir a população através da educação (Sousa; Nascimento, 2024). Portanto, pretendeu-se atender às expectativas do governo, o qual desejava “[...] ‘instruir’ o povo motivados pelo espírito da civilização e da modernidade, a elite letrada se evidenciava pelo desejo de secularização da sociedade, evidenciando a mulher como ideal ao exercício do magistério” (Sousa; Nascimento, 2024, p. 329).

Sobre o papel da educação, a professora Júlia Wanderley em seu discurso apresentava de forma coesa e coerente com o discurso do Estado republicano que compreendia a educação como instrumento indispensável para formar o povo, uma educação com a finalidade explícita de criar o espírito nacional, sendo a escola capaz de conduzir a população nacional a “civilização”. A escola devia formar, não o homem que a natureza fez, mas o homem que a sociedade quer que ele seja e a “sociedade” o formará conforme o interesse do país (Sousa; Nascimento, 2024, p. 331).

Os discursos veiculados pela imprensa contribuíram significativamente para consolidar a imagem de Júlia Wanderley como

uma educadora exemplar, alinhada aos princípios republicanos na formação de uma população moderna e civilizada. Fica evidente que a imprensa foi como um instrumento ideológico de controle social, ao utilizar a figura da professora como modelo. Nesse contexto, o magistério foi moldado aos interesses do Estado republicano, que idealizou figuras como a Júlia Wanderley para reforçar um padrão de docente estimada, mas limitada pelos valores patriarcais do período (Sousa; Nascimento, 2024).

Esse cenário mostra as contradições dos ideais republicanos que, enquanto mantinha desigualdades e restringia a autonomia das mulheres, exaltava a modernização e progresso. A análise das estratégias utilizadas para legitimar a presença feminina no magistério demonstra que a finalidade não era promover a emancipação das mulheres, mas sim instrumentalizá-las na solidificação do ideal republicano de civilização e progresso (Sousa; Nascimento, 2024). Logo, observa-se que a feminização do magistério deve ser entendida como parte de um processo de controle social, no qual a imprensa e a educação foram empregadas para formar uma população alinhada aos interesses econômicos e políticos das elites.

## **As pesquisas sobre Júlia Wanderley no Brasil: uma revisão de literatura**

Neste trabalho, realizamos um mapeamento de estudos que abordam a trajetória da professora Júlia Wanderley, utilizando como fontes a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e o Google Acadêmico. Para isto, utilizamos as seguintes palavras buscadoras: Júlia Wanderley, Normalista e Paraná. Os critérios para seleção do material de análise foram: teses, dissertações e artigos publicados entre 2004 e 2024 - um recorte temporal de 20 anos - que contemplasse os termos escolhidos em seus títulos. Ao final da revisão, foram identificadas 3 dissertações, nenhuma tese e 5 artigos, totalizando 8 trabalhos.

Para organizar os dados encontrados, construímos duas tabelas: uma referente a teses e dissertações, contendo informações sobre ano de defesa, autor(a), título, programa e instituição; e outra voltada para os artigos publicados em revistas, com dados sobre ano de publicação, autores(as), título, instituição e o periódico responsável pela publicação. A análise do material ocorreu em duas etapas: a primeira consistiu na leitura dos resumos; a segunda, na leitura dos textos completos, analisando e identificando os objetivos, procedimentos realizados e os resultados obtidos em cada um.

Quadro 01 - Revisão de Literatura na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

Ano	Autor(a)	Título	Programa	Instituição
2010	Silvete Aparecida Crippa de Araújo	Professora Júlia Wanderley, uma mulher-mito (1874-1918)	Educação	UEPG
2012	Adálcia Canêdo da Silva Nogueira	Marcos possíveis para reconstruir a história da instituição escolar Júlia de Souza Wanderley: a primeira escola de formação de professores de Cornélio Procopio-PR (1953-1967)	Educação	UEL
2013	Nilvan Laurindo Sousa	O Projeto Republicano para a Educação no Paraná e o processo de (des)mistificação de Júlia Wanderley	Educação	UEPG

Fonte: elaborado pelas autoras

Após a busca, observamos que todos os trabalhos foram defendidos em Universidades do Paraná, nos Programas de Pós-graduação em Educação. A primeira dissertação de mestrado localizada foi defendida por Silvete Aparecida Crippa de Araújo em 2010, intitulada “Professora Júlia Wanderley, uma mulher-mito (1874-1918)”. A autora objetiva apresentar a biografia histórica de Júlia Wanderley, e trazer uma reflexão sobre que memória foi

constituída a seu respeito e quais representações foram construídas e alicerçadas sobre a mulher e a professora para forjar o mito Júlia Wanderley. Para o desenvolvimento do trabalho utilizou fontes primárias e secundárias, como textos, jornais, fotografias, impressos, documentos oficiais e relatórios escolares. O trabalho foi dividido em três capítulos, o primeiro traz um relato histórico da vida pessoal de Júlia Wanderley, como jovem, mulher e mãe. O segundo capítulo trata da formação docente e sua atuação profissional no Paraná e o terceiro capítulo apresenta uma discussão sobre a construção de uma memória, em que após a sua morte e dentro do movimento paranista, Júlia Wanderley foi transformada em um mito. Por fim, a autora argumenta que o trabalho consistiu em reconhecer Júlia Wanderley como uma mulher que existiu, participou simultaneamente de diferentes setores da sociedade, e agiu em todos eles deixando suas marcas, como uma mulher moderna, competente, dedicada e amorosa.

Já a dissertação “Marcos possíveis para reconstruir a história da instituição escolar Júlia de Souza Wanderley: a primeira escola de formação de professores de Cornélio Procópio-PR (1953-1967)” defendida em 2012 por Adálcia Canêdo da Silva Nogueira, na linha de pesquisa Perspectivas Filosóficas, Históricas e Políticas da Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), traz um recorte regionalista sobre a Escola Normal Regional Júlia Wanderley, a primeira escola de formação de professores primários da cidade de Cornélio Procópio, que funcionou entre 1953 e 1967. Utilizando fontes orais, documentais e bibliográficas, a dissertação foi dividida em 5 partes, primeiramente traz a formação econômica e social do norte do Paraná e a expansão da educação, apontando os marcos históricos, as determinações legais, os registros e as referências. Em seguida, apresenta apontamentos e referenciais teóricos sobre os bastidores históricos e as políticas educacionais hegemônicas na industrialização tardia do Paraná. Logo após, dialoga sobre a Escola Normal Regional Júlia Wanderley, sobre sua identidade institucional, as projeções educacionais e representações históricas.

A dissertação apresentada pela autora, Nilvan Laurindo Sousa, no ano de 2013, intitulada “O Projeto Republicano para a Educação no Paraná e o processo de (des) mistificação de Júlia Wanderley”, analisa a formação e a atuação profissional da professora Júlia Wanderley e sua participação junto à revista *A Escola*. Com o objetivo de estudar Júlia Wanderley como um sujeito histórico, pensando na sua formação e atuação profissional, evidenciando o contexto em que Júlia Wanderley estava imersa, para então investigar qual o papel da imprensa na consolidação de sua intelectualidade, e, ainda, analisar o relatório de 1905, publicado em 1906 na revista *A Escola*. A autora se valeu do período histórico de 1874, data de nascimento de Júlia Wanderley, a 1918, ano de sua morte. No intuito de buscar compreender de que forma. Estruturado o estudo a partir dos pressupostos teóricos do materialismo histórico dialético, pois, para se compreender o projeto republicano para a educação no Paraná, a autora diz ser imprescindível investigar as relações com o contexto histórico, econômico, político e social. A pesquisa teve caráter documental e bibliográfico, os procedimentos metodológicos utilizados foram: o levantamento de fontes documentais, jornais de época, revista periódica e relatórios do governo, das quais estão localizados na Biblioteca Pública do Paraná, Casa da Memória, Museu Paraense e Arquivo Público. A pesquisa foi dividida em três capítulos: no primeiro capítulo abordou-se a formação e a atuação da professora Júlia Wanderley; no segundo capítulo estudou-se a imprensa e o processo de consolidação de ideais republicanos no Paraná e no terceiro capítulo analisou-se o pensamento de Júlia Wanderley, por meio do Relatório de 1905, divulgado na Revista Escola de 1906.

Quadro 2. Revisão de Literatura nas Revistas

Ano	Autores(as)	Título	Instituição	Revista
2012	Maria Isabel Moura Nascimento e Nilvan Laurindo Sousa	A escola normal de Curitiba e o pioneirismo de Júlia Wanderley	UEPG	HistedBR On-line
2017	Silvete Aparecida Crippa de Araújo	Professora Júlia Wanderley: guardiã da memória iconográfica do Paraná	UFPR	Revista Linhas
2017	Larissa Busnardo	Coleção Júlia Wanderley: Laços sociais entre fotografos, figuras ilustres e uma professora normalista em Curitiba (1901-1918)	UFPR	Revista Mundo Livre
2021	Marcia Marlene Stentzler, Elaine Maestre Polido de Araújo e Luiz Felipe Marques	A normalista Júlia Wanderley: decisão, sensibilidade e necessidades sociais	UNESPAR	Revista Online de Política e Gestão Educacional
2023	Daniela Dalagrana Penteadó e Valquiria Elita Renk	Júlia Augusta Wanderley: a lembrança da docente por Osvaldo Pilotto durante a ditadura civil-militar brasileira (1974)	PUCPR	HistedBR On-line

Fonte: elaborado pelas autoras

Na análise do artigo, “A escola normal de Curitiba e o pioneirismo de Júlia Wanderley”, publicado no volume 11, das páginas 265–278, da Revista HistedBR On-Line, em 2012 de autoria de Maria Isabel Moura Nascimento e Nilvan Laurindo Sousa,

vimos uma importante contribuição para a história da educação do Paraná, especificamente no que tange a instrução pública, a Escola Normal e ao discurso contido nos relatórios da Instrução Pública que apontavam para uma necessidade urgente de um processo de instrução feminina no estado. No qual, o trabalho evidencia o processo de ingresso da primeira normalista do Paraná, a Professora Júlia Wanderley, sua contribuição intelectual e toda uma vida dedicada à educação paranaense e na direção da Escola Tiradentes. Mostra como a professora Júlia viveu em um contexto de profundos preconceitos sociais, onde imperava o patriarcalismo como estrutura da vida social brasileira, seu trabalho e engajamento para com a educação, que seguiu na contramão da história de um tempo em que à mulher só era permitida a uma vida privada, excluída do espaço público, ao serviço doméstico e a coabitação conjugal. É apresentada como uma intelectual reconhecida e admirada por todos, deixando um legado de toda uma vida a serviço da educação contribuindo para a história da educação paranaense e do Brasil.

Outro artigo analisado é da autora Silvete Aparecida Crippa de Araújo, como o título, “Professora Júlia Wanderley: guardiã da memória iconográfica do Paraná”, publicado na Revista Linhas no ano de 2017, que ressalta a importância do acervo iconográfico da professora Júlia Wanderley, referente à memória popular e educacional de Curitiba, destacada nas suas coleções de postais e fotografias. Estas coleções apresentaram uma fonte de investigação significativa sobre o período final do século XIX e início do XX no Paraná. Um dos atributos designados a esta personagem social, além de ‘professora exemplar’, ‘magnânima colecionadora’ é o de ‘guardiã da memória’ do Paraná. Desta forma, a autora afirma que o enquadramento da memória referente a Júlia Wanderley foi alimentado pelo extremado zelo que teve por suas compilações de fotografias e postais, que por meio de uma metodologia investigativa de um conjunto de imagens, compostas por fotografias, postais, recortes de jornais, de revistas e até de pedaços de tecidos colocados no Livro íntimo (Diário) da professora Júlia. Ficaram evidentes que nas coleções da professora, sua organiza-

ção e preocupação histórica se revelaram de maneira particular, pois elas denotam costumes e comportamentos que afirmavam um caráter social distinto e modelar que buscava certa hegemonia cultural. A coleção iconográfica da Professora Júlia é muito solicitada, constituindo-se em significativas representações da sociedade paranaense. Com isso, a autora afirma que essas imagens foram percebidas como fontes históricas nos instiga a ler uma totalidade de ideias que permeiam um período/tempo.

Larissa Busnardo, no seu artigo, “Coleção Júlia Wanderley: Laços sociais entre fotógrafos, figuras ilustres e uma professora normalista em Curitiba (1901-1918)”, publicado na Revista Mundo Livre no ano de 2017, descreve no contexto da modernização de Curitiba, onde intensas transformações sociais permitiram que uma figura feminina se tornasse notória na cidade: a jovem Júlia Wanderley, que foi considerada a primeira professora normalista, primeira diretora escolar, filha de um erudito, esposa de um artista e mãe adotiva. Ela teve destaque no âmbito público, mantendo enlances sociais com figuras ilustres da cidade. Logo, Júlia foi singular em relação às outras mulheres de seu tempo. Mas ela tem outra faceta pouco conhecida, como colecionadora de fotografias, resultante de seu encantamento com o novo artefato simbólico da modernidade. A coleção de Júlia Wanderley foi relevante por seu volume e valor enquanto documento histórico e o objeto desta análise é problematizar de que forma a coleção demonstra e comprova a influência de Júlia Wanderley em seu campo de interesse. Pautada numa análise fotográfica, partindo de uma observação por meio do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg, utilizando os conceitos da teoria social de Norbert Elias e Pierre Bourdieu, a autora delinea seu estudo.

O artigo, A normalista Júlia Wanderley: decisão, sensibilidade e necessidades sociais”, publicado pelos autores Marcia Marlene Stentzler, Elaine Maestre Polido de Araújo e Luiz Felipe Marques, em 2021 na Revista Online de Política e Gestão Educacional, tem por objetivo resgatar aspectos da trajetória acadêmico-social de Júlia Wanderley, a primeira mulher paranaense a frequentar e concluir o curso normal no século XIX. Para tanto, os autores destacam

o contexto educacional formativo e o processo de inserção da figura feminina nos espaços de poder, com ênfase na formação de professores nesta província, posteriormente, estado do Paraná. Traz também a trajetória de Júlia Wanderley da qual marca a luta da mulher pelo direito à escolarização, contra objeções e preconceitos, conquistando o direito a frequentar e se formar em uma escola normal. Mulheres como ela avançaram no combate ao conservadorismo social e limitações impostas ao direito e à profissionalização feminina. A iniciativa de Júlia Wanderley trouxe mudanças para o cenário educacional paranaense, incentivando outras mulheres a buscar a formação na escola normal e se tornarem professoras normalistas, socialmente respeitadas e reconhecidas junto às comunidades onde atuavam.

Por fim, o último registro encontrado, traz o artigo publicado na Revista HistedBR On-line, “Júlia Augusta Wanderley: a lembrança da docente por Osvaldo Pilotto durante a ditadura civil-militar brasileira (1974)”, publicado no ano de 2023, pelas autoras Daniela Dalagrana Penteado e Valquiria Elita Renk, do qual aborda sobre a professora Júlia Augusta Wanderley, primeira mulher a frequentar a Escola Normal de Curitiba, de maneira presencial. As autoras buscam analisar os elementos narrativos que o intelectual paranaense Osvaldo Pilotto usou para construir um discurso sobre ela, enquanto mulher e professora, no centenário de nascimento da docente. Utilizam com fonte principal o documento manuscrito produzido por Pilotto, em 1974, com a anuência do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, a partir da solicitação do Prof. Ney Lobo, para compor a Galeria de Moral e Cívica, do Instituto Lins de Vasconcelos, em Curitiba. Pilotto, como intelectual, fala de um lugar social e em um contexto histórico específico. A fonte ressalta uma seleção de memórias, dando visibilidade aos valores morais referentes à sua vida pessoal, ao trabalho dedicado ao magistério paranaense, como dedicação, abnegação e rigidez. Para corroborar com o seu discurso, Pilotto apresenta outros intelectuais e políticos que validam seus argumentos sobre a mulher e professora Júlia Wanderley, para o magistério paranaense e na formação moral e intelectual da juventude.

Com base nos trabalhos analisados, observa-se que a trajetória da professora Júlia Wanderley foi objeto de múltiplas perspectivas que, ao longo do tempo, construíram diferentes olhares sobre sua figura. Seja como educadora pioneira, intelectual atuante ou guardiã da memória iconográfica do Paraná, sua imagem foi sendo moldada por contextos históricos, interesses políticos e interpretações acadêmicas que a levaram à condição de símbolo da educação paranaense. No entanto, apesar de sua importância, ainda são poucas as produções acadêmicas dedicadas à professora Júlia Wanderley, concentrando-se majoritariamente no Paraná.

## Conclusão

A partir da questão que norteou este trabalho — Como ocorreu a inserção da mulher na educação pública paranaense, e qual foi a atuação de Júlia Wanderley nesse processo? — conclui-se que a inserção feminina na educação pública do Paraná foi marcada por desafios, resistências e profundas desigualdades de gênero, pois a mulher só conseguiu ocupar o seu espaço no magistério a partir do momento em que os homens perderam o interesse pela profissão, fato que prevalece ainda hoje.

A partir da trajetória da professora Júlia Wanderley foi possível compreender como sua atuação impactou para a consolidação da presença das mulheres no magistério, especialmente em um período histórico em que o ambiente público e profissional ainda era predominantemente masculino. Júlia Wanderley foi uma mulher que se destacou como professora, diretora e intelectual, em um contexto dominado por ideias patriarcais e conservadoras, contribuiu com o desenvolvimento e a modernização da educação pública no Paraná, bem como, com a valorização da presença feminina no magistério. Sua figura foi referência nos discursos republicanos, no qual, utilizaram o magistério como um instrumento de controle social e civilizador, e reforçam os papéis que deveriam ser atribuídos exclusivamente às mulheres. Assim, apesar da feminização do magistério paranaense ter sido uma con-

quista das mulheres, foi também uma estratégia política do Estado do Paraná, onde a professora se tornou um símbolo de ruptura e reprodução de normas sociais.

Portanto, sua atuação não se limita apenas ao ensino, mas se insere na história como figura de resistência, liderança e influência na formação e atuação de futuras gerações de docentes. Sua história representa, simultaneamente, a história da inserção feminina na educação pública e na consolidação da luta das mulheres por direitos, visibilidade e reconhecimento no âmbito educacional do paranaense.

A revisão de literatura realizada teve como finalidade mapear e apresentar as principais produções científicas sobre a Júlia Wanderley no Brasil, para compreender como sua trajetória vem sendo abordada pelos estudiosos. Ao final do levantamento foi identificado trabalhos concentrados especialmente em instituições do estado do Paraná, o que demonstra o reconhecimento regional da importância da professora e a ausência de estudos no contexto nacional. Essa escassez de pesquisas e a centralização regional indicam uma carência na historiografia da educação brasileira. É necessário ampliar a discussão, promovendo novas pesquisas que abordam a atuação de Júlia Wanderley em diálogo com outras épocas e práticas femininas na educação.

Tal amplitude contribuirá para uma leitura mais diversificada da história das mulheres no magistério, na educação paranaense e problematizar as narrativas históricas tradicionais. Enfim, a revisão reforça a necessidade de aprofundar as investigações sobre a trajetória e atuação de mulheres como Júlia Wanderley, tratando-as como reais, protagonistas de disputas e resistências dentro de contextos marcados por ideias patriarcais e machistas, assim como, desigualdades de gênero.

## Referências

ALMEIDA, J. S. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1998.

ALMEIDA, J. S.; BOSCHETTI, V. R. Devotas e instruídas: a educação de meninas e mulheres no Brasil - fragmentos do passado histórico (1846/1930). **Educação Unisinos**, set./dez. 2012. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2177-62102012000300005&script=sci\\_abstract](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2177-62102012000300005&script=sci_abstract). Acesso em: 30 fev. 2025.

BUSNARDO, L. Coleção Júlia Wanderley: Laços sociais entre fotógrafos, figuras ilustres e uma professora normalista em Curitiba (1901-1918). **Mundo Livre: Revista Multidisciplinar**, v. 2, n. 1, p. 17-32, 2 jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/mundolivres/article/view/39922/22995>. Acesso em: 3 mai. 2025.

COUTINHO, P. M. **Um perfil profissional de diretoras escolares: trabalho, gênero e educação em escolas do ensino fundamental de Uberlândia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

CRIPPA DE ARAÚJO, S. A. **Professora Júlia Wanderley, uma mulher-mito (1874-1918)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

CRIPPA DE ARAUJO, S. A. Professora Júlia Wanderley: guardiã da memória iconográfica do Paraná. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 283–302, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818372017283>. Acesso em: 5 mar. 2025.

FARIA FILHO, L. M. de. Instrução Elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GODINHO, J. F. **O papel do Gestor Escolar**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade de Lisboa, Portugal, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/10346?mode=full>. Acesso em: 04 maio 2025.

NASCIMENTO, M. I. M.; SOUSA, N. L. A Escola Normal de Curitiba e o pioneirismo de Júlia Wanderley. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n. 42, p. 265-278, jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639879>. Acesso em: 30 abr. 2025.

NOGUEIRA, A. C. da S. **Marcos possíveis para reconstruir a história da instituição escolar Júlia de Souza Wanderley: a primeira escola de formação de professores de Cornélio Procópio - PR (1953-1967)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Londrina, 2012. 199 f. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/items/43c2c045-8184-4f24-ad-20-007a9e8f5091>. Acesso em: 04 maio 2025.

OLIVEIRA, M. A. T. de; MEURER, S. dos S. Tensões entre o prescrito e o realizado na escolarização paranaense na década inicial do século XX: experiências de professores primários a partir da análise dos relatórios da instrução pública. In: OLIVEIRA, M. A. T. de (Org.). **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PENTEADO, D. D.; RENK, V. E. Júlia Augusta Wanderley: A rememoração da docente por Osvaldo Pilotto durante a ditadura civil-militar brasileira (1974). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8666910>. Acesso em: 13 abr. 2025.

SANTOS, M. B. A participação das mulheres no ensino superior. **Revista Três Pontos**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 47-59, 2015.

SOLDI, J. L.; CAMARGO E. C. **Mulheres na gestão escolar: questões de gênero, tempo pedagógico e qualidade de vida**. Monografia (Especialização em Gestão Escolar) – Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/bitstream/handle/123456789/409/123456789409.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 maio 2025.

SOUSA, N. L. **O Projeto Republicano para a Educação no Paraná e o processo de (des) Mistificação de Júlia Wanderley**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/1350/1/Nilvan%20Laurindo%20Sousa.pdf>. Acesso em: 04 maio 2025.

SOUSA, N. L.; NASCIMENTO, M. I. M. A influência da imprensa na feminização do magistério no Paraná e na formação de modelos educacionais republicanos. **Faculdade Sant'Ana em Revista**, v. 8, n. 2, p. 325-338, 2024. Disponível em: <https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/article/view/2747>. Acesso em: 24 abr. 2025.

STENTZLER, M. M.; ARAÚJO, E. M. P. de; MARQUES, L. F. A normalista Júlia Wanderley: decisão, sensibilidade e necessidades sociais. **Revista Online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 25, n. 1, p. 149-167, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14017>. Acesso em: 4 abr. 2025.

# Páginas de protagonismo: as mulheres paranaenses de “A Escola” (1906-1910)

Larissa Klosowski de Paula

## Introdução

Este capítulo teve como objetivo identificar as escritas de mulheres em um periódico paranaense que circulou, de maneira ininterrupta, entre os anos de 1906 e 1910, tendo outras publicações catalogadas em 1921. Objeto de outros estudos, o periódico “A Escola: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná” está disponível, digitalizado, no acervo da digital da Hemeroteca Nacional<sup>1</sup>, e trata-se, de acordo com Honorato e Silva (2022), de uma revista impressa na cidade de Curitiba, pela TYP. A VAPOR IMPR. PARANAENSE, com o objetivo de disseminar ideários para a instrução pública, tendo, para isso, como público alvo, professores/as e diretores/as de escolas públicas e particulares paranaenses. Dentre a redatoria principal, Honorato e Silva (2022) mencionam Sebastião Paraná, de fevereiro a junho de 1906; e Dario Vellozo, até 1910. No que se refere aos dois números do ano de 1921, o primeiro consta sob diretoria geral de Cândido Natividade, e o segundo, dos membros da diretoria e do conselho fiscal, sem mencionar uma pessoa em especificidade. O escopo desta pesquisa compreendeu os números publicados de maneira ininterrupta, ou seja, de 1906 a 1910.

Como foco da investigação, buscou-se mapear quem eram essas autoras e sobre o que escreviam. No entanto, como aqui se parte de uma perspectiva que tem na história seu alicerce, considerou-se necessário tecer algumas considerações sobre o processo do “tornar-se” tema e referência para a história, ou seja, compreender como as mulheres adentraram a historiografia, seja no

---

1. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=721093&pesq=>

sentido da autoria, seja no da temática. Parte-se do pressuposto que, inicialmente, as mulheres foram sistematicamente silenciadas ou relegadas a papéis secundários tanto nos registros da história, quanto em sua escrita. Assim, entender como elas se inserem na história permite ensejar para o que se encontrou na revista “A Escola” no sentido de valorização da trajetória e da produção dessas mulheres paranaenses.

No que se refere à metodologia, fez-se uso de duas abordagens, sendo uma bibliográfica e outra, documental. Na primeira, por intermédio de referenciais que abordam a temática, buscou-se contextualizar o campo da História em sua trajetória científica, utilizou-se referenciais que abordam: 1. a temática da historiografia, tais como Barros (2001), Bourdé e Martin (1983), Soihet (1997), entre outro/as; e 2. a História das Mulheres, tais como Perrot (1988), Scott (1992), Soihet e Pedro (2007). O objetivo, neste primeiro momento, foi compreender como as mulheres se tornam “história” e historiadoras.

Na segunda abordagem adotada buscou-se, por meio da análise de conteúdo crivada por Bardin (2023), realizar a categorização das fontes documentais disponíveis, ou seja, da revista “A Escola”, em suas publicações entre os anos de 1906-1910. Essa etapa se iniciou pela leitura do conteúdo disponível no acervo, identificando-se quem seriam essas mulheres, de maneira inicial, e localizando informações sobre elas em outras fontes de pesquisa, tais como artigos, livros, teses e dissertações, bem como sítios digitais que têm como objetivo disseminar informações sobre elas. Posteriormente, fora realizada a releitura daquilo que por elas foi produzido e publicado na revista, destacando as nuances de seus escritos e buscando identificar seus posicionamentos e seus protagonismos.

Ao mapear os escritos das paranaenses na revista “A Escola”, evidenciou-se que, além da diversidade de temáticas sobre as quais essas mulheres dialogavam, a educação pode ser visualizada como espaço de atuação social, que poderia ser uma porta para o exercício e interrelação de seus protagonismos enquanto sujeitos de seus tempos.

## Mas como as mulheres viraram História?

“Não se nasce mulher, torna-se mulher”. A canônica frase que inaugura a obra de Simone de Beauvoir, “O Segundo Sexo”, traz à tona uma assertiva de impacto e importância para o universo feminino: o “tornar-se”. Quando este “tornar-se” se refere ao “tornar-se história”, a frase inaugural proferida pela autora de renome é, mais uma vez, certa. Isso porque por mais que seja evidente que as mulheres não se ausentaram da processualidade histórica, o mesmo não pode se afirmar sobre seus registros enquanto sujeitos históricos, tanto no repertório das fontes, quanto nos da historiografia. Neste sentido, o objetivo desta seção consiste em abordar as principais características da trajetória historiográfica que relegou às mulheres um parco espaço em seu processo de cientificação, mas que, também, fez delas tanto objeto, quanto temática da historiografia em momentos mais recentes.

Esse movimento é considerado como necessário, haja vista que não se faz história sem fontes. E, no caso da fonte e da temática que movimenta este capítulo – sendo a fonte “A Escola: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná”, e a temática o mapeamento das mulheres que escreveram e sobre o que escreveram nesta revista – vale destacar que ambas não eram, durante o processo de cientificação da história, aceitáveis enquanto elementos de importância. Neste sentido, considerou-se necessário abordar tal trajetória, mesmo que de maneira breve.

A história em si é anterior ao seu processo de cientificação, ou seja, de escrita seguindo uma metodologia, alicerçada em um cabedal de fontes e validada pelos/as pares. Isso pode ser evidenciado por grandiosas publicações assinadas por Heródoto, Políbio, Tito Lívio, padres e jesuítas das mais distintas temporalidades, cronistas, jornalistas, entre outros, chamados historiadores de ofício que, muito antes do século que canoniza a cientificação da história – que tem o século XIX como um de seus marcos referenciais no tornar-se ciência – destinavam esforços para esta atividade escrita e de catalogação, (Barros, 2001).

Evocar a trajetória de cientificação da história permite que os silenciamentos e a conquista de espaços pelos punhos femininos sejam referenciados quanto à sua incursão, além de permitir a identificação dos mecanismos de inclusão e exclusão de uma diversidade de sujeitos do constructo da história e seu registro. Nesta ciência dos “[...] homens no tempo” (Bloch 2001), mulheres, negros/as, homossexuais, sujeitos empobrecidos, entre outros/as, são alguns dos exemplos daqueles/as que, por intermédio de uma cientificidade da chamada história metódica, dita positivista, estiveram às margens, haja vista que os métodos de pesquisa e escrita dessa vertente, por dialogarem com as chamadas “fontes oficiais”, escritas, em sua maioria, raramente se referiam a esses sujeitos (Barros, 2001).

Além disso, a história, de acordo com Bourdieu e Martin (1983, p. 28), foi manejada como um dos alicerces de poder já no período da Idade Média, sendo ela um “[...] veículo privilegiado do sentimento nacional [...]”, que tem na formulação dos Estados Nacionais uma de suas funcionalidades, estruturando identidades políticas e religiosas. Essas identidades, pelo estado moldadas de maneira unívoca, permanecem centralizadas na figura masculina. De acordo com Hall (2006, p. 10), sobre as identidades, “O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação [...]”.

Com o Iluminismo, marcado nos escritos de seus canônicos filósofos, a história ainda caminhava interligada com os objetivos mencionados acima, de maneira não tão associada com uma proposta científica, e ainda sem metodologia própria e adequada ao seu objeto. No XIX, o advento da Escola Metódica, dita Positivista, afastou a história das especulações filosóficas, características dos momentos anteriormente citados, aproximando-a das ciências, ainda que das ciências exatas, destacando, principalmente, a necessidade do método, a objetividade quanto ao repertório documental, a aposta da neutralidade do historiador. Seus escritos, neste sentido, passam a compor uma miríade de histórias nacionalistas, patrióticas, colonialistas e, levando-se em conside-

ração os direitos aos quais as mulheres não tinham acesso no XIX, masculinas. Assim sendo, “O positivismo opera um verdadeiro recalçamento do tema feminino [...]” (Perrot, 1988, p. 185).

A vida e a escrita feminina, neste período, não eram compreendidas como dignas de estarem representadas via história escrita. As mulheres não eram visualizadas como sujeitos compostos dos alicerces políticos dos estados e justamente por isso,

[...] códigos legais tiravam das mulheres suas propriedades, o direito ao trabalho independente, o pagamento proveniente de seu trabalho, sua condição civil de reclamantes e testemunhas, a custódia dos filhos, a autonomia sexual e até mesmo o direito de determinar onde queriam viver (Smith, 2003, p. 100-101).

Mesmo em meio ao advento de uma sociedade que pregava os ideais de liberdade, igualdade de fraternidade, “As deficiências culturais, econômicas e políticas das mulheres cresceram e se tornaram surpreendentemente claras nas primeiras décadas do século 19” (Smith, 2003, p. 100-101). Além disso, às mulheres era negado o acesso a arquivos e documentos, o que inviabilizava a conformidade de seus escritos às exigências positivistas, o que os fazia ser relegados, de acordo com a autora supramencionada, àqueles que não eram de importância científica. Assim, nota-se que, de maneira geral, “[...] as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação as femininas, o mundo privado sendo considerado de menor importância frente à esfera pública, no imaginário ocidental” (Rago, 2000, p. 25). O vínculo acessível a esse público, quando o era, ocorria com a literatura ou com a produção assinada por um homem, no sistema denominado por Smith (2003) de coautoria monogâmica masculina. Ainda assim, vale destacar o protagonismo feminino em momentos que marcaram a história do período, tais como a “[...] Marcha de Versalhes, [...]”; a criação de clubes femininos; a Declaração dos Direitos das Mulheres e das Cidadãs, de Olympe de Gouges, em 1791; entre outros” (Paula, 2017), que são repertório de manuais didáticos da contemporaneidade como forma de destacar o protagonismo e participação feminina na história.

Na continuidade do percalço da escrita da história, a vertente positivista sofreu diversas críticas. Entre elas, as advindas do movimento que ficou conhecido como Historicismo, que, influenciado pela filosofia kantiana, buscou fundamentar a singularidade do conhecimento histórico na compreensão e na crítica das fontes de uma maneira particularmente ligada à interpretação os escritos (Reis, 2000). A crítica histórica, em certo sentido, é realizada à razão pura, nos moldes já descritos por Kant em obra de mesmo nome. Têm-se interesse pelo que é humano, possível de ser compreendido por estes. Ainda assim, às mulheres, o campo permanece distante ao alcance. Elas ainda não são vislumbradas como sujeitos de escrita ou de temática da história.

Já “Para o materialismo histórico de Marx, o material histórico é analisável, observável, objetivável, quantificável” (Reis, 2000, p. 40), de modo que essa outra vertente de escrita da história aposta na realidade material em sua historicidade e contradição entre as distintas classes sociais, como motor desta ciência. E no que se refere às mulheres, segundo Moraes (2000), o marxismo teceu importantes considerações sociais que puderam ser adaptadas para demonstrar o papel deste sujeito na sociedade. Em obras como “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, “A ideologia alemã” e “O manifesto do partido comunista”, a relação entre a questão da propriedade e a subordinação, a estrutura do aparato familiar e social, entre outros, abriu precedentes para se pensar as relações de opressão dentro da opressão, ou seja, de como as mulheres adentravam esses espaços e, deles, por vezes, sentiam a relação de classes de maneira mais intensa, perpassada pelos salários menores, por exemplo. Segundo Araújo (2000, p. 65), a análise na ótica marxista permitiu “[...] a desnaturalização da subordinação da mulher, situando sua gênese num processo gerado nas e pelas relações sociais, em contextos socioeconômicos determinados [...]”, colaborando para ampliar as lentes de análise para as estruturas que sustentavam esse apagamento das relações, colaborando para gerar as inferências sobre o pensar a opressão feminina diante da permanência do capitalismo enquanto sistema estruturante.

Ademais, quanto ao processo de escrita da história científica, as demandas por interdisciplinaridades de conteúdo, oriundas da insurgência de novas ciências, tais como a sociologia e a antropologia, se faziam presentes no XX, trazendo à tona, para a história, a denominada Escola dos Annales, corrente que “[...] despreza o acontecimento e insiste na longa duração; deriva a sua atenção da vida política para a actividade económica, a organização social e a psicologia colectiva; esforça-se por aproximar a história das outras ciências humanas” (Bourdé; Martin, 1983, p. 119), bem como permite a interpelação de um rol maior de fontes, sujeitos e perspectivas da e para história. Em relação às fontes, as revistas, neste período, já se tornam prática para disseminação científica, bem como também compõem o repertório de fontes para as quais o/a historiador/a pode dirigir suas carências de orientação acerca do passado.

Nesta vertente, de acordo com Soihet e Pedro (2007), as mulheres gradativamente se incorporaram à historiografia.

Em posterior radicalização, observa-se o enveredamento pela crítica ao sujeito e sua proposta desconstrutora de inúmeras dimensões da vida social, cultural e sexual. Esse novo modo de ver que se construía no campo da História, não obstante os preconceitos entre a comunidade de historiadoras/es, finalmente abria espaço para se pensar a diferença e a instabilidade e operar a inclusão dos excluídos, dentre eles, as mulheres (Muniz, 2015, p. 321).

Junto à organização e gradativa força angariada pelo Movimento Feminista, demandas por espaço político, social, cultural e acadêmico, entre outros, tornam-se presentes. “Multiplicaram-se as pesquisas, tornando-se a história das mulheres, dessa forma, um campo relativamente reconhecido em nível institucional” (Soihet; Pedro, 1997, p. 286), ainda que estes sujeitos enfrentassem as permanências de uma conjuntura androcêntrica que, segundo Smith (2003, p. 413), alcunha suas produções e seu profissionalismo como “[...] uma entidade imprecisa, um paradoxo, um borrão”, e, por vezes, no campo universitário, fechava-lhes as portas e só as per-

mitiam “participar” das aulas pelo lado de fora da sala. Neste sentido, ser e falar de mulher era um trabalho hercúleo, pois “[...] procurar traços da presença feminina em um domínio sempre reservado aos homens era tarefa difícil” (Soihet; Pedro, 2007, p. 281-282). O tornar-se mulher na história, neste sentido, era transpor a barreira das fontes, da consolidação de uma nova forma de pesquisar, metodizar e formalizar a escrita da história, bem como da aceitação dessa visão da história pelos pares.

Ainda assim, a História das Mulheres enquanto campo de conhecimento, dotado de uma teoria que lhe fosse própria e imiscuído em seu repertório de fontes, visões e debates ainda demorou, de acordo com Rago (1998), para se interpor, haja vista a dependente relação para com produções advindas do hemisfério norte, que centralizavam as discussões quase que em uma forma única de ser mulher. No entanto, as denúncias ao modelo “[...] particularista, ideológico, racista e sexista [...]” (Rago, 1998, p. 3) de se fazer ciência passaram a compor a pauta dos estudos que possuíam as mulheres como enfoque. Neste sentido, as chamadas pela autora de epistemologias feministas desnaturalizavam os padrões de identidade baseados na perspectiva androcêntrica e interpuseram o gênero com categoria de análise, sendo este, ainda transpassado pelas categorias de raça e classe de Scott (1992).

A tentativa de considerar, nas análises de gênero, a interseção entre categorias tais como classe, sexo e raça é a expressão dessa perspectiva pluralista, assumida via dimensões materiais e ideológicas. Essas mediações permitem observar as diferenças nos níveis de conflito e desigualdade nas relações entre homens e mulheres, no interior e entre as diversas classes, em sociedades específicas (Araújo, 2000, p. 67).

Estas produções, marcadas também por aquilo que fazia parte do universo feminino, repleto de questões subjetivas, afetivas, corporais, que, de acordo com Smith (2003), denunciavam o que ocorria em suas conturbadas e, por vezes, violentas vidas, rompem com o ideal de objetividade e cerceamento almejado pelas escritas antecedentes, masculinas. Maternidade, corpo, emoções,

cotidiano e sexualidade, são alguns dos temas destacados que permitem a “[...] ampliação do conceito de cidadania, do direito à história e à memória” (Rago, 1998, p. 9), incorporando em seu repertório, também, temas relacionados as masculinidades e seus impactos, bem como trazendo à luz da escrita múltiplos sujeitos sociais e novas problematizações ao campo historiográfico.

Nesse sentido, torna-se, além de possível, necessário interpelar o que se possui de fontes que representam as mulheres e seus fazeres da e na história, resgatando suas experiências, vozes, e, ainda, os silenciamentos. É neste ponto que buscou-se investigar “A Escola: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná” em busca dessas vozes femininas. E esta fonte se demonstrou um objeto de análise bastante pertinente, pois a leitura e categorização dos textos assinados por mulheres permitiram estabelecer certos diálogos com a História das Mulheres evidenciando como o “tornar-se história” (Beauvoir, 1980) se materializa na cultura escrita paranaense do início do século XX. Por mais que as autoras mapeadas na revista “A Escola” não tenham necessariamente escrito sobre feminismos, elas são mulheres que se inserem no campo social paranaense de cultura escrita e circulada. É, neste sentido, importante compreender como tais mulheres liam as suas sociedades e as representavam em seus veículos informacionais. Elas são, também, veiculadoras de ideários, práticas e representações de seus tempos, portanto, sujeitos históricos imiscuídos de historicidade.

## **O suporte de um certo protagonismo: A Revista “A Escola” no Paraná**

O suporte no qual veiculam as ideias das mulheres paranaenses hora enfocadas é uma revista. Segundo Martins e Luca (2012) “A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira”, sendo partícipe tanto da processualidade da história, quanto de suas conjunturas, denunciando, noticiando, criticando.

Logo, a utilização da revista “A Escola” enquanto fonte, encontra suporte nos fazeres da história.

Para interpelá-la, baseou-se na abordagem de Bardin (2023) no que se refere à leitura das fontes e sua categorização e identificou-se, inicialmente, que, em termos gerais, a revista seguia uma certa estrutura com alguns elementos que se repetiam em seus números. Deste modo, denominou-se aqui, levando em consideração a forma de organização desses elementos, como: 1. pré-textuais; 2. textuais; e 3. pós-textuais.

No primeiro bloco de elementos, tem-se a capa, que se altera conforme o redator em vigência, seguida, em página subsequente, pela chamada “Secção Permanente”, composta pelas subseções “Instrução Publica do Paraná”, “Directoria do Gremio dos Professores”, “A Escola” e “Escolas publicas do districto da Capital, professores que as regem e logares onde funcionam”. Na primeira subseção, havia informações sobre a organização da instrução pública paranaense, destacando os nomes de quem compunha a diretoria, quem era o inspetor geral da capital, o secretário, entre outros membros. A segunda subseção informava aos/às leitores/as quem compunha a diretoria do Grêmio dos Professores. Em seguida, na subseção “A Escola”, destacava-se as informações sobre a organização interna da revista, tais como quem havia organizado uma ou outra seção, deixava-se recados aos/às interessados/as na publicação de artigos (mencionando, por exemplo, a necessidade de assinatura dos escritos para que fossem de fato publicados), os serviços fornecidos pela diretoria do grêmio, entre outros aspectos. Por fim, em lista, trazia-se o nome de diretores/as de escolas, por vezes separando as cadeiras entre masculinas e femininas, por vezes, não.

Neste primeiro conjunto de elementos, foi possível observar menção às mulheres que compunham as cadeiras de professoras e/ou diretoras das escolas. Elas também são mencionadas em informações sobre obituários, que por vezes aparecem em alguns números, e não em outros. Logo, a presença feminina existe.

No segundo conjunto de elementos da revista, os chamados aqui por textuais, havia os textos diversos nela publicizados. Eles versavam sobre a temática escolar, envolvendo discussões sobre as necessidades educacionais do período republicano, sobre a norma culta da língua, a forma de organização das escolas, as sabatinas normalistas, entre outros. Essa parte textual da revista não seguia uma estrutura de temática contínua, mas apresentava uma diversidade de textos, com diversos assuntos. Foi nesta seção da revista se encontrou as publicações escritas por mulheres.

Por fim, a revista contava com um conjunto de elementos pós-textuais denominados por “Secção Permanente”, onde destacava-se quem ocupava as chamadas “Cadeiras Promiscuas”, as “Escolas Suburbanas” e os “Estabelecimentos de Ensino Particular”. Aqui, novamente, nomes de mulheres aparecem como ocupantes destas cadeiras.

Marcada pela necessidade de discussões educacionais e contextuais à virada republicada, o periódico “A Escola” também possui como característica, que particularmente interessam à elaboração deste capítulo, a contribuição de punhos femininos em suas diversas seções. Para que fosse possível identificar essas escritas, seguiu-se com a abordagem de Bardin (2023), identificando-se os textos assinados por mulheres. Dentre as publicações, pode-se destacar, durante os anos de publicação ininterrupta, 25 participações assinadas por mulheres. Embora o ano de 1921 não componha o escopo desta pesquisa, é válido ressaltar que nos dois números desse ano contou-se com 11 produções femininas. Com mais de uma publicação durante os anos de 1906 a 1910, aparecem os nomes de Elvira Faria Paraná, Maria Esther Ferreira de Souza, Georgina Mongruel e Florentina Vitel, por exemplo. Nas seções que seguem, buscou-se discorrer mais assiduamente sobre os escritos de punhos femininos.

## Rastreamento das Presenças: os escritos femininos em “A Escola” e suas contribuições para a educação paranaense

Para identificar a presença feminina em “A Escola”, as 1019 páginas da revista foram folheadas e, delas, lidos os textos assinados por mulheres, mais especificamente aqueles que compreendem os anos de 1906 a 1910. A metodologia de clivagem das fontes seguiu Bardin (2023), haja vista que, da leitura geral, se extraiu as categorias que a fonte permitiu visualizar para, então, analisar tais categorias à luz da teoria. Nesta primeira leitura, foram identificados, como mencionado anteriormente, 25 textos assinados por mulheres, sendo 20 autoras no total. Destas, pesquisou-se, uma a uma, as informações a respeito de suas vidas para, deste movimento, destacar as que eram paranaenses ou que atuaram, de alguma forma, no Paraná. Entre os nomes que foram identificados como de mulheres paranaenses ou que atuaram no estado, encontrou-se: Elvira Faria Paraná, Júlia Wanderley Petrich, Josephina Carmem Rocha, Joanna Falce, Rachel Prado, Florentina Vitel e Georgina Mongruel.

Em relação ao que fora encontrado de produção feminina na revista, pode-se destacar que estas mulheres escrevem sobre uma pluralidade de temas e ocupavam distintos espaços sociais. Embora a predominância dos escritos tenha nas normalistas seu principal representativo, também foram identificados três textos de estudantes entre dez e doze anos e textos de intelectuais, tais como Elvira Faria Paraná e Florentina Vitel, entre outras autoras. Estes escritos também versavam sobre temas diversos, perpassando a educação, literatura e história, principalmente.

Ainda foi possível categorizar os textos dessas autoras, seguindo Bardin (2023), quanto ao assunto principal sobre o qual versava. Encontrou-se, assim, as categorias de: 1. Educação: de Elvira Paraná; 2. Relatorias das normalistas<sup>2</sup>: Júlia Wanderley

---

2. Compreende-se por “normalistas” as mulheres formadas nas chamadas Escolas Normais, criadas, de acordo com Stentzler, Araújo e Marques (2021), para atender às necessidades de formação de profissionais para lecionar nas escolas primárias. No Paraná, segundo a mencionada referência, a primeira Escola Normal foi criada nos anos de 1870.

Petrich, Josephina Carmem Rocha; 3. Teorias pedagógicas e o ensino da leitura e escrita: Esther Pereira, Joanna Falce e Georgina Mongruel, Alicia Moreau; 4. História: Elvira Paraná, Alda Silva, Esther Silva, Myrte Codega, Celmira Fortes, Noemia Machado da Luz e Florentina Vitel; e 4. Métodos de ensino e princípios didáticos: Maria Esther Ferreira de Souza, Rachel Prado e Georgina Moungruel

É importante registrar que:

A educação recebida por essas mulheres no início do século XX em Curitiba representa parte do vivenciado e destinado às mulheres que tiveram acesso à educação formal no período. Os princípios educacionais, defendidos por educadoras/es do período, visavam dar às crianças, de acordo com o seu sexo, o conhecimento adequado para que pudessem participar do que entendiam como progresso do país (Zomer, 2019, p. 185).

Neste sentido, tais publicações, mesmo que em sua pluralidade de temática, vão ao encontro dessa tentativa de alinhamento com os “rumos do progresso no país”. O Brasil, neste período, ainda que sob regime republicano, era marcado, segundo Nascimento, Zanlorenzi e Leal (2020), pela economia ruralizada, com forte presença dos grupos oligárquicos e um sistema de comunicação pouco eficaz. Neste sentido, destacam as autoras supramencionadas, que a educação versava para os interesses dessas elites que se mantinham como dominantes. E é desta realidade que partem os escritos ora analisados.

Em relação às produções de Elvira Faria Paraná, intituladas como “A Escola” e “Calabar”, pode-se identificar que a autora não se dedicava apenas a um gênero de escrita. Justamente por isso, começar-se-á por ela. De acordo com Schumacher e Brazil (2000), Elvira nasceu em 1883 na cidade de Rio Negro, sudeste paranaense, cursou a Escola Normal de Curitiba e trabalhou como professora primária na região. No primeiro número da revista, em 1906, Elvira já observa a importância da instituição escola na formação dos sujeitos, da adequação da linguagem utilizada pelo/a professor/a no processo de ensino e da profissão docente para a

atividade educacional formal. Sobre a autora, Schumacher e Brazil (2000, s/p) destacam que:

Preocupada com as precárias condições femininas e acreditando que era preciso preparar as mulheres para exercer uma profissão e serem menos dependentes socialmente, empenhou-se em qualificar suas alunas para a obtenção de um ofício. Escreveu diversos artigos sobre educação e o papel social da mulher em jornais de Curitiba, numa atitude pioneira e positiva para a construção da cidadania feminina.

Embora nos dois artigos de “A Escola” o foco de Elvira não seja necessariamente a educação feminina, é notória sua preocupação com a formação de sujeitos que, como supramencionado, não sejam socialmente dependentes. Neste sentido, a autora destaca que “A criança não deve se tornar um receptáculo das idéas de outrem, devendo interessadamente o professor habitua-la a agir por si mesma, a envidar esforços no intuito de descobrir *o como e por que das cousas* [...]” (Paraná, 1906, n. 01, p. 9).

Vale destacar que Elvira também estava alinhada com ideais republicanos de sua época, sendo isso evidente no texto intitulado “Calabar”, publicado também no ano de 1906, mas no quinto número da revista. Neste artigo, é possível observar que Elvira possuía uma veia crítica quanto à escrita, haja vista que nesta narrativa histórico-literária a autora tensiona a relação de exploração dos portugueses para com os povos indígenas e confere à figura de Calabar uma dimensão patriótica quando no apoio aos holandeses. “Para os portuguêsês, Calabar foi um infame, um traídor; para nós brasileiros, porem, elle foi um digno, mais do que isso, - foi um vidente do futuro da Patria. Anhelava a grandeza do Brazil sem a perseguição do indio e sem o captiveiro do africano”. (Paraná, 1906, n. 01, p. 9). Embora não se possa inferir tendências à escrita da autora, pode-se relacionar a sua escrita com uma que analisa a conjuntura de negação da condição de colonialidade portuguesa ao passo em que ela destaca esse afastamento ao representar como “digno” um sujeito que não persegue indígenas ou leva africanos ao cativoiro.

Também em 1906 identificou-se as produções de Júlia Wanderley Petrich e Josephina Carmem Rocha, que versam sobre a descrição de aspectos físicos, pedagógicos, morais e de preocupação com a prática docente e ambientação escolar. As autoras buscaram informar o andamento dos colégios por elas dirigidos, o que pode ser relacionado com uma veia de protagonismo feminino frente ao processo educacional, haja vista que elas passam das salas de aula para a direção de tais escolas. Embora a relatoria fosse uma exigência, a forma como as autoras a escrevem ou se movimentam dentro de seus papéis sociais pode trazer essas nuances de protagonismo por elas exercido.

No que se refere à Josephina Carmem Rocha, Meurer e Oliveira (2016) destacam o papel desta paranaense na defesa da prática do recreio escolar como dispositivo curricular de importância para a formação do/a estudante. Em seu relatório publicado em “A Escola”, Josephina Carmem Rocha aborda que a escola por ela dirigida possuía espaço suficiente para também comportar o “[...] recreio das creanças, que podem assim brincar livremente, entregando-se a toda sorte de divertimentos uteis e necessários á educação physica, que deve acompanhar passo a passo a educação intellectual [...]”. (Rocha, 1906, n. 2, p. 43).

Este relatório quase que inicial de Josephina já menciona algo que seria, durante sua carreira, defendido por ela enquanto profissional, de modo que:

Contudo, o que de imediato se destaca nos relatórios produzidos pela professora Josephina Carmem Rocha, é a forma como, na tessitura da sua narrativa, vai dando vida a um projeto educacional. Com a pretensa da regeneração e do progresso social, e de conformidade com os preceitos da moderna ciência pedagógica, tal projeto tem por escopo uma formação integral, assentada no tripé spenceriano de educação intellectual, physica e moral, esta coagulando ainda as noções de civismo. (Meurer, 2005, p. 59)

No relatório publicado na revista “A Escola”, Josephina também destina espaço para descrever os métodos por ela utilizados

no ensino das crianças, chamando atenção para a necessidade de atividades práticas que levassem as crianças ao exercício do teoricamente ensinado, assunto também destacado por Júlia Wanderley Petrich em sua relatoria publicada em “A Escola”. Aqui, a preocupação das professoras para com os preceitos de uma educação que rompe a barreira teoria e prática se evidencia.

Em relação à forma de ensinar, Júlia Wanderley Petrich destaca, ao mencionar os conteúdos ministrados por ela no exercício da 1ª cadeira de segundo grau, especificamente para o sexo feminino:

Como complemento do estudo de agronomia, ministro-lhes ligeiramente as noções de botânica, tendo sempre a vista os exemplos de *d’après nature*; e, quando tenho oportunidade, lhes dou também algumas noções elementares de zoologia, anatomia e fisiologia por julgar que, *comquanto essas materias não façam parte do programa official, são todavia de grande utilidade para os conhecimentos geraes que toda moça deve adquirir.* (Petrich, 1906, n.1, p. 21, grifo próprio).

Nota-se que, embora fora do âmbito dos conteúdos indicados para a formação das secundaristas, a professora também se preocupava com ministrar conteúdos que considerava úteis, o que demonstra certo protagonismo na escolha de temáticas para educação das moças exercido e registrado pela docente. Júlia Wanderley Petrich também afirma, por opção e na ausência de um manual para ministrar conteúdos de História do Brasil, adotar o compêndio “História do Brasil” de Joaquim Manuel de Lacerda e organizar o método de ensino baseado no modo simultâneo, que consistia na divisão da turma entre as aulas mais “atrasadas” e “adiantadas”, e no desdobramento da docente para que se pudesse explicar as matérias atendendo às necessidades específicas de cada conjunto de alunas. A autora também se destina a explicar com quais turmas os métodos indutivos e dedutivos eram mais proveitosos, deixando, mais uma vez, registradas suas ações de trabalho com esse público.

Sobre a atuação pessoal da normalista Júlia Wanderley, Stentzler, Araújo e Marques (2021, p. 151) destacam que “Esta

paranaense ficou conhecida pela sua trajetória de luta e persistência, conquistando no ano de 1890 o direito de frequentar as aulas do curso oferecido pela Escola Normal do Paraná, até então frequentada somente por rapazes.”. Em “A Escola”, o nome Júlia Wanderley aparece com frequência na seção pré-textual que aborda os estabelecimentos de ensino e suas diretorias, pois ela foi, por muitos anos, diretora da Escola Tiradentes, fato também mencionado pelos/as autores/as supracitados/as. Além disso, seu círculo de relações pessoais, envolvia, de acordo com os/as autores/as, pessoas tidas como ilustres perante a elite paranaense. Dentre os nomes mencionados, encontra-se Sebastião Paraná, primeiro redator chefe de “A Escola”.

Embora a intencionalidade de Júlia Wanderley não fosse se pronunciar como uma feminista ou defender tal ideário, a forma pela qual a docente maneja a escolha de conteúdos, ocupa posições de destaque em um Paraná ainda bastante androcêntrico, tanto enquanto docente e, posteriormente, como enquanto diretora da escola, nos demonstra o protagonismo de suas ações na abertura de caminhos e, pode-se inferir, que serviram também à outras mulheres puderam trilhar por ele. Isso porque

Após a conquista dos espaços escolares, muitas mais delas, independentemente de questões de classe, etnia ou raça, começariam a frequentar as salas de aula, escrever seu próprio nome e definir o seu significado de “ser mulher” nas sociedades nas quais estavam inseridas (Zomer, 2019, p. 192).

Além da categoria de textos sobre a educação no geral ou das relatorias, observou-se também que as mulheres da revista “A Escola” também abordavam teorias pedagógicas e o ensino da leitura e escrita. Nos textos assinados por Esther Pereira, Joanna Falce e Georgina Mongruel, pode-se observar este categorial, assim como uma preocupação das autoras com a formação integral da criança. Esther Pereira, no texto intitulado “Curso de Pedagogia Lição I – Resumo do 2º ano Methodos”, por exemplo, destaca que:

Ha diversos methodos de ensino, entre elles notam-se: o de Investigação ou de Sócrates, Intuitivo ou de Pestalozzi, o Experimental ou de Bacon, o Natural ou de Rousseau, o Parcellado ou de Froebel, o Moral ou de Girard, o Recreativo ou de Gaultier, o Universal ou de Jacotot (Pereira, 1906, n. 7, p. 122).

A autora, neste texto, aborda, além dos diferentes métodos supracitados, a categorização daqueles voltados às premissas indutivas ou dedutivas, os modos de ensino (individual, simultâneo, mútuo e misto, que também são percebidos no relatório de Júlia Wanderley), as formas de se apresentar a matéria (expositiva ou interrogativa), entre outros aspectos. Porém, embora a contribuição de Esther Pereira seja relevante, não se encontrou particularidades da sua trajetória devido, infere-se, à assinatura do artigo vir com um nome comum, sendo, para tanto, necessários movimentos de pesquisa mais acurados para identificar as especificidades de sua influência na educação<sup>3</sup>. Porém, no artigo assinado com este nome em “A Escola”, como mencionado anteriormente, notou-se a preocupação com as questões relacionadas à educação, o que também é percebido no texto “A pedagogia e a Eschola” traduzido da revista argentina “El Tiempo” e publicado nos números 10 e 11 da revista, no ano de 1906, de autoria de Alicia Moreau, que defende que a educação seria uma ação social e que o uso das ciências naturais deveria ser incentivado, em detrimento de crenças religiosas para a educação das crianças. A publicação deste texto traduzido chama a atenção também pelo fato de Alicia ter sido, de acordo com Valobra (2012, p. 140), “[...] una de las referentes del feminismo, sufragismo y socialismo en Argentina”, o que abre uma brecha para se pensar sobre se a leitura de outras produções da autora chegaram aos/às paranaenses.

Joanna Falce é mencionada pela primeira vez em “A Escola” no primeiro número da revista, em 1906, em uma pequena passagem que apenas cita seu nome entre as demais estudantes que concluíram os estudos normalistas. O escrito publicizado por Joanna está no sétimo número da revista, do mesmo ano. Aqui,

---

3. O mesmo empecilho ocorreu com as buscas sobre as autoras Alda Silva, Esther Silva, Maria Esther Ferreira de Souza e Antônia Regina Vianna

pode-se observar a abertura de caminhos mencionada anteriormente quando se falou sobre Júlia Wanderley, pois Joanna Falce foi normalista e, posteriormente, já publicizava um texto em uma revista de repercussão entre professores/as de escolas públicas e privadas de Curitiba.

Referente à sabatina, o artigo da normalista, nomenclurado “Lição II – Leitura e Escrita Resumo da Sabatina”, versa sobre a importância da leitura no desenvolvimento da sensibilidade, da moral e da inteligência. Além disso, explica ao/à leitor/a os graus de desenvolvimento da leitura, passando do elementar ao corrente, e deste para o expressivo. No que se refere aos demais aspectos da vida de Joanna, Botelho (2011) destaca sua influente atuação nas discussões sobre os jardins de infância no Paraná entre os anos de 1950 e 1963, bem como suas contribuições e estudos sobre o método montessoriano, sendo uma das precursoras da implementação deste método no Paraná.

No campo da História, outra categoria identificada nos artigos femininos de “A Escola”, pode-se citar, além do já mencionado “Calabar”, de Elvira Paraná, os textos escritos pelas normalistas Alda Silva, Esther Silva, Myrte Codega, Celmira Fortes, Noemia Machado da Luz e Florentina Vitel. Em tais textos, evidencia-se certos protagonismos destas mulheres no que diz respeito à produção de conteúdo, haja vista que elas se versam sobre temática diversas, abordando “pré-história”, islamismo, Grécia Antiga, Renascença, a Revolução Francesa, história dos fenícios, sociedade mexicana e descobrimento do Brasil, entre outras. Suas escritas vão ao encontro da escrita da história mencionada na seção inicial por metódica, dita positivista. As autoras, seguindo a normativa de recuperação de dados, fatos, nomes e períodos, seguem uma narrativa da história linear, descritiva dos fatos, sem, no entanto, citar ou trabalhar com fontes do período, o que é entendível haja vista que eram ainda normalistas, ou seja, estavam em processo de finalização de seus estudos que não tinham por enfoque formar historiadoras. A análise e categorização desses escritos quanto às suas formas e funções necessita de outro espaço para discussões.

Para os objetivos deste capítulo, vale ressaltar que destas mulheres supramencionadas, foi possível localizar informações sobre Florentina Vitel junto ao *site* do Centro de Documentação de Literatura de Autoria Feminina Paranaense (CEDOC-LAFEP) da Universidade Estadual de Maringá. Destaca-se que Florentina Vitel nasceu e viveu na cidade de Curitiba, exercendo o magistério tanto nesta cidade, quanto em Campo Largo e Ponta Grossa. Além de normalista, Florentina também foi pioneira na graduação em direito em 1941, sendo a única mulher em sua turma e a se candidatar à deputada estadual. A intelectual também escreveu para diversos periódicos paranaenses, entre outras atividades de relevância na esfera pública do estado. Em “A Escola”, Florentina contou com três contribuições, todas alocadas no campo da História, a saber: “Curso de Historia Preleção de uma alumna Phenicios”, de 1909, nos números de 04-05, “A sociedade mexicana” e “Descobrimento do Brasil”, ambos de 1910, entre os números de 07-12. Nota-se que se trata de textos de uma escrita similar à que fora mencionada em relação às demais autoras que abordaram temas da história.

A categoria de textos que versam sobre os métodos de ensino e os princípios didáticos foi criada a partir dos textos de Maria Esther Ferreira de Souza, Rachel Prado e Georgina Mongruel. Nota-se, como ponto comum entre as autoras, críticas ao ensino verbalista e ao uso de castigos físicos, bem como uma certa ênfase nas propostas de articulação entre teoria e prática, o que colabora para inferir sobre o engajamento político e pedagógico que ultrapassa a simples reprodução de conteúdos. Isso pode ser observado em um trecho da belga que veio jovem para o Brasil, fixando-se por um tempo no Paraná, Georgina Mongruel, onde a autora destaca que:

Quem ensina *civilidade* também pode ensinar economia doméstica, a grande arte de pautar sua vida segundo seus rendimentos, de saber *methodisar* suas obrigações quotidianas. Arte que falta a tanta gente e que nunca é demais inculcar praticamente no espírito das crianças, sobretudo das meninas (Mongruel, 1907, p. 158, grifo próprio).

Embora de origem belga, Georgina Mongruel, de acordo com os dados disponibilizados pelo CEDOC-LAFEP, mudou-se, ainda jovem para o Brasil, vivendo em Curitiba por alguns anos. Neste período, teria assumido a direção de cursos de pintura, desenho, música e canto, fundou o Colégio Paranaense de Curitiba, em 1916, dentre outras colaborações na esfera pública. A intelectual também colaborou na escrita de diversos periódicos, dentre eles a revista “A Escola”, na qual publicou “Ensino Didactico”, no número 08-09 de 1907, “Ensino Didactico”, no número 10 de 1907, e “Le Temps Passe”, em francês, no número 01-03 de 1910.

No excerto acima, nota-se certa ênfase ao “sobretudo das meninas” quando a autora menciona a importância de se compreender os meandros da economia doméstica. Há duas formas de se compreender a ênfase destacada pela autora: 1. as meninas deveriam aprender economia doméstica para evitar gastos além dos rendimentos e isso era de suma importância porque as dotaria um conhecimento necessário à vida; 2. as meninas deveriam aprender sobre isso porque os gastos as afetavam mais que aos meninos. Para responder ao que se pode levantar dessa fonte, a trajetória de Mongruel deve ser considerada. Para tanto, vale destacar publicações de Mongruel em outros periódicos e sobre outras óticas.

Mongruel defendia o direito da mulher à educação, em tudo que é grande, belo e nobre e natural, ou seja, para que pudesse cumprir sua missão: educar corretamente sua família. Não se mostrava contrária à profissionalização da mulher, pois considerava que uma mulher poderia ser médica, visto que essa profissão tinha um valor social indiscutível. Mas, condenava o voto feminino, bem como o abandono do lar para sua participação na vida pública. Para ela, o direito ao voto tiraria da mulher seu principal direito: a maternidade e o lar e a levaria para os cafés e a praça pública para discutir política (Bueno, 2018, p.14).

Assim sendo, nota-se que embora Mongruel seja uma defensora da educação feminina, isso não fazia dela uma feminista. Porém, isso não desmerece suas considerações sobre o importante papel da educação na formação dos sujeitos e não diminui a sua

atuação enquanto escritora, poetisa, professora de artes e outras posições por ela ocupadas no aparato social. Além disso, no trecho destacado de seu artigo em “A Escola” pode-se observar a preocupação que tinha com a interligação dos estudos escolares com quesitos relacionados à vida prática dos/as estudantes.

A ênfase nos métodos de ensino e princípios didáticos também foi identificada em Maria Esther Ferreira de Souza, que, além versar contra o verbalismo, também deixa fluir sua defesa por um ensino laico quando menciona que “Commette abuso aquelle que faz propaganda de seita religiosa na escola, visto haver completa separação e incompatibilidade entre as religiões e o ensino no Brazil” (Souza, 1908, n.03-05, p. 90). Embora não tenha sido possível recuperar, neste momento, maiores informações sobre Maria Esther, considera-se de importância trazer à tona o pensamento de uma mulher que, em uma revista, se posicionada com tamanha clareza e objetividade contra a permanência de um ensino imiscuído do preceito religioso.

Rachel Prado, de acordo com Zomer (2019), era um dos pseudônimos de Virgília Stella da Silva Cruz, uma das criadoras do Clube de Mulheres Jornalistas que, embora por vezes reafirmem lugares relacionados aos papéis de mãe, cuidadoras e esposas, também ressaltavam a importância do desenvolvimento profissional da mulher. Sobre essa característica, a defesa de Virgília de uma educação não verbalista pode ser evidenciada no trecho que autora destaca que:

Instruir a mocidade não é inculcar-lhe um aggregado de palavras, de phrases, de sentenças e de opiniões que se colheram de alguns autores ; é abrir lhe o entendimento para as cousas, afim de que surjam as causas verossimeis dos fins á que se propõe. Castigos e punições corporaes devem de vez ser abolidas. Pois a escola não deve ser uma abstração cruel ; ao contrario, ella dever ser uma doce concretisação de todos os desenvolvimentos do espirito e do coração (Prado, 1909, num. 02-03, p. 79).

Virgília, segundo Kamita (2009), nasceu em Curitiba em março de 1891. Aos 14 anos, já enveredava na escrita de artigos,

tendo o primeiro publicado no jornal “A República”, pertencente ao seu pai. Kamita (2009) também destaca a participação de Virgília em jornais, revistas e demais meios informacionais de seu período, além de enfatizar a sua participação nas campanhas de alfabetização, na difusão do curso de enfermeiras e no Conselho do Círculo Brasileiro de Educação Sexual.

Raquel Prado, como se viu, iniciou no Paraná, muito jovem, seu trabalho com as letras. Rapidamente, porém, sua atuação ultrapassou fronteiras não só geográficas como também aquelas que limitavam a participação da mulher. Além do jornalismo, fez conferências, foi editora, dedicou-se, ainda, à poesia e à literatura infantil. Trabalhou, por conseguinte, em áreas predominantemente masculinas e deixou sua marca na história da primeira metade do século XX (Kamita, 2009, p. 1044).

Assim sendo, pode-se notar que havia uma diversidade de temáticas quanto aos escritos femininos no periódico paranaense “A Escola”. Estes escritos se interligam com a emergência de vozes femininas, mesmo que em um contexto ainda marcado pela normativa disciplinar e curricular de uma forma de condução educacional. Suas vozes ocupam espaços por estas produções que imprimem interpretações próprias sobre a educação, a história, os modos de ensinar, entre outros aspectos. Neste sentido, tais produções podem configurar repertório de fontes nos trilhos da História das Mulheres e das práticas de educação por elas defendidas e incentivadas, além de demonstrar os protagonismos das mulheres paranaenses na cultura escrita.

Vale destacar, a título de curiosidade, que entre o período de 1906-1910, foram identificados três textos descritivos escritos pelas jovens estudantes Margarida Lopes e Benedicta Fernandes, ambas com 12 anos, e Beatriz Costa Farias, de 10 anos. As meninas, que publicam suas descrições de uma manhã de inverno nos números 06 e 07 do ano de 1907, trazem narrativas repletas de sensibilidade e imaginação literária.

Assim, é possível se perceber que, quando se trata da escrita da história, os meandros tradicionais, marcado pela escola metó-

dica, dita positivista, é transpassado pelo respaldo encontrado nos registros dos punhos femininos, que marcam suas passagens na história e na educação paranaense. Se houve o silenciamento das vozes feministas no âmago de uma conjuntura androcêntrica, suas presenças nas escolas e nos veículos de informação que abordavam a temática educacional podem ser vislumbradas como uma possibilidade de ocupar espaço no campo intelectual e pedagógico, o que, infere-se, gradativamente abriu espaço para político.

### **Por narrativas e papéis: considerações finais**

Analisando o periódico aqui evidenciado de acordo com a abordagem de Bardin (2023), entre os anos de 1906 e 1910, pode-se identificar que os escritos publicizados pelas mulheres compõem o discurso educacional da Primeira República, destacando suas atuações nesta esfera, bem como os posicionamentos que angariavam acerca de uma forma de ensino mais próximo à realidade dos/as estudantes. Além disso, ao nos atermos de maneira mais assídua com os escritos protagonizados pelas paranaenses ou aquelas que atuaram no Paraná, foi possível observar que as colaboradoras do periódico exerceram papéis ativos frente à educação no estado, seja tecendo críticas, propondo métodos, ou demonstrando suas potencialidades a frente de cargos de direção. Suas escritas reverberavam as preocupações com os métodos de ensino, a didática, a formação dos/as estudantes; criticavam o verbalismo, os castigos físicos, os usos exacerbados de preceitos religiosos, entre outros.

Foi possível observar, também, que “A Escola” marca um certo início das considerações das autoras acerca do espaço escolar, e que, em relação à algumas delas, as ideias foram, posteriormente, conforme o desenvolvimento de suas próprias carreiras, abrindo caminhos para demais discussões, tais como os referentes ao entendimento do recreio enquanto prática escolar de importância, dos usos de metodologias que interrelacionavam-se com as práticas, entre outros aspectos. Essas autoras, sobretudo as paranaenses Elvira Faria Paraná, Júlia Wanderley Petrich, Josephina Carmem Rocha, Florentina Vitel, Rachel Prado e Georgina Mon-

gruel, demonstram, em seus escritos, que a atuação feminina no Paraná, embora ainda restrita, não se engendrava apenas na sala de aula, mas também se perfazia nas esferas da direção escolar, da produção intelectual que tinha no repertório escolar seu enfoque, bem como demonstra a preocupação com o debate público sobre a educação.

Assim sendo, pode-se afirmar que elas foram protagonistas nos espaços por elas ocupados, e estenderam suas atuações por intermédio de seus textos, que, na atualidade, se configuram, tal como foi neste estudo, como fontes para o estudo da História das Mulheres, da História da Educação e da História do Paraná.

## Referências

ARAÚJO, C. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. *Crítica marxista*, v. 7, n. 11, p. 65-70, 2000.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2023.

BARROS, J D'A. **Teoria da História**: Princípios e conceitos fundamentais. Editora Vozes Limitada, 2001

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BLOCH, M. L. B. **A Apologia da História, ou, O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOTELHO, J. S. **Jardins da infância paranaenses**: do Programa de Experiências de 1950 ao Regimento e Planejamento de Atividades de 1963. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

BOURDÉ, G.; MARTIN, H. **As Escolas Históricas**. Portugal: Publicações Europa-América/Fórum da História, 1983.

BUENO, A. P. A Coluna Chronica da Moda de Mariana Coelho: Educação e Emancipação Feminina em Debate (Curitiba - 1901). **Revista de História e Historiografia da Educação**. Curitiba, Brasil, v. 2, n. 5, p. 6-26, mai./ago. 2018.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro. DP&A, 2006.

HONORATO, T.; SILVA, R. R. da. Método intuitivo na instrução pública paranaense: diálogos com a Revista A Escola (1906-1910). **Cadernos de História da Educação**, v. 21, 2022.

KIMITA, R. C. Raquel Prado (Virgília Stella da Silva Cruz). In: MUZART, Z. L. (Org.). **Escritoras Brasileiras do Século XIX**: antologia. Florianópolis: Ed. Mulheres: CNPq, 2009.

- MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- MEURER, S. dos S. **Tempos e espaços de recreio nos grupos escolares paranaenses (1903 – 1927): lugar de subversão a um projeto escolar conformador?** Monografia (Graduação em Educação Física), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.
- MEURER, S. dos S.; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda. A invenção dos recreios nas escolas primárias paranaenses: o lugar da educação do corpo, dos sentidos e das sensibilidades na escola. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, p. 225–247, jan. 2016.
- MORAES, M. L. Q. de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 89-97.
- MUNIZ, D. do C. G. Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas. **OP SIS**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 316–329, 2015.
- NASCIMENTO, M.I. M.; ZANLORENZI, C. M.P.; LEAL, S. do Rocio Ferreira. O papel dos articuladores na configuração da revista “A Escola” (1906-1910). **Revista HISTEDBR On-line**, v. 20, 2020.
- PAULA, L. K. de. **Consciência histórica e temática das mulheres nos livros didáticos de história**. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Paraná, Paranavaí, 2017.
- PERROT, M. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.
- RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, v. 1, n. 9, p. 9, 1998.
- REIS, J. C. **A História Entre a Filosofia e Ciência**. São Paulo: Ed. Ática, 2000
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, Jul/Dez. 1992.
- SMITH, B. G. **Gênero e História: Homens, Mulheres e a Prática Histórica**. Bauru; São Paulo, EDUSC, 2003
- SOIHET, R. História das Mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A Emergência da Pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. Vol. 27, nº 54, p. 281-300, 2007.
- STENTZLER, M. M.; ARAÚJO, E. M. P. de; MARQUES, L. F. A normalista Julia Wanderley: decisão, sensibilidade e necessidades sociais. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, p. 149-167, 2021.

SCHUMAHER, S.; BRAZIL, É. V. (Orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Zahar, 2000.

VALOBRA, A. M. Recorridos, tensões e deslocamentos no ideário de Alicia Moreau. **REVISTA NOMADÍAS**, n. 15, 2012 (39-169)

ZOMER, L. Feminismos em Curitiba no início do século XX: dos lares para um mundo de mulheres. In: PEDRO, J. M.; ZANDONÁ, J. (Orgs.). **Feminismos e democracia**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

## Fontes

**A ESCOLA**: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado da Paraná. 1906-1910. Curitiba: Acervo Fundação Biblioteca Nacional; BNDIGITAL.

MONGRUEL, G. Ensino Didactico. A Escola. **A ESCOLA**: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado da Paraná. n. 10, 1907

PARANÁ, E. F. A Escola. **A ESCOLA**: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado da Paraná. n. 01, 1906

PARANÁ, E. F. Calabar. **A ESCOLA**: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado da Paraná. n. 05, 1906

PEREIRA, E. Curso de Pedagogia Lição I – Resumo do 2º ano Methodos **A ESCOLA**: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado da Paraná. n. 07, 1906

PRADO, R. As Escolas. A Escola. **A ESCOLA**: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado da Paraná. n. 02-03, 1909

PETRICH, J. W. Relatório dos principais acontecimentos do ano letivo. A Escola. **A ESCOLA**: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado da Paraná. n. 01, 1906

ROCHA, J. C. Relatório. A Escola. **A ESCOLA**: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado da Paraná. n. 02, 1906

# Mulheres escritoras morrem duas vezes: Rachel Prado e o apagamento historiográfico

Tiago Rodrigues Fernandes

*Evidente sua observação (referindo-se a Simone de Beauvoir) — comum a todo artista — de permanência, de duração. E a tranquila filosofia estruturada de que a imortalidade seria a morte da vida*

*Lygia Fagundes Telles*

Figura 1 - Rachel Prado na revista Fon Fon



Fonte: Revista Fon Fon, 15 mai. 1909.

## Introdução

Antes de tudo, sempre precisamos lembrar que o trabalho de resgate de uma escritora da “lata de lixo da história” (para citar Flora Sukendi) é também o pagamento de mais uma parcela da dívida enorme, e que também me parece impagável, que temos com o passado literário de nosso país. Mergulhado nesse processo,

à medida que encontramos mais e mais evidências concretas massivas da participação de escritoras no campo literário brasileiro, é impossível, primeiro: não ser tomado por um profundo sentimento de indignação, pelo menos os que desenvolveram a capacidade de se revoltarem frente a qualquer tipo de injustiça; segundo: de não se fazer várias perguntas. Entre elas a do porquê, tendo essas escritoras grande participação, sobretudo, na imprensa e vínculos de amizade com os escritores mais renomados no campo das letras, ficaram de fora da historiografia literária brasileira? Por que Antonio Candido nem sequer citou Julia Lopes de Almeida em seus estudos? Não era por não ter conhecimento, uma vez que ela era a escritora feminina mais lida de seu tempo.

A resposta nunca vai ser tão simples, como somos, tantas vezes, tentados a dar, mas com certeza tem a ver com a desvalorização do feminino, que não deixa de ser estruturante de uma cultura literária, que Pierre Bourdieu descreve como “campo de forças”, em que autores, críticos, editores e leitores disputam poder e reconhecimento. O valor de uma obra, assim, não é intrínseco, mas construído por meio de lutas sociais dentro desse campo. É também nessa perspectiva que Rita Terezinha Schmidt escreve que “[...] a história literária e as formações canônicas emergem como lugares histórico-político-discursivos, por excelência, do privilégio de um sujeito enunciador e, conseqüentemente, da produção textual de subjetividades hegemônicas” (Schmidt, 2008, p. 133).

Tanto quanto Julia Lopes de Almeida, Carmen Dolores, Amélia Beviláqua, Úrsula Fermino dos Reis, Albertina Berta, Gilka Machado, Francisca Júlia e tantas outras, que poderíamos esgotar os limites deste trabalho citando, Rachel Prado, objeto de estudo aqui, foi consumida pelo buraco negro misógino da historiografia literária, tanto que, em relação às colegas supracitadas, suas principais obras literárias ainda permanecem desaparecidas. Por conta disso, é que, no espaço deste trabalho, buscarei trazer à luz mais informações sobre a vida e obra de Rachel Prado, baseado em informações fragmentadas, encontradas no *Instituto de Geografia e História do Paraná*, no *Centro de Letras do Paraná*, no site da Hemeroteca digital, da *Biblioteca Nacional* e no terceiro volume de *Escritoras*

*Brasileiras do século XIX*, em um capítulo escrito pela professora Rosana Cássia dos Santos. Este trabalho, portanto, é um questionamento, diante de evidências de um concreto apagamento de uma escritora inegavelmente relevante no cenário intelectual brasileiro.

## Rachel Prado, uma vida dedicada à luta por direitos

Em crônica que escreveu para a revista *Fon Fon*, de título *Felicidade*, Rachel Prado define o que para ela significa felicidade:

Para mim, por exemplo, a felicidade se baseia num ponto de vista de sã philosophia: amar a todos os seres, saber perdoar àqueles que nos ofendem, ter a paz absoluta que goza uma consciência pura e que cumpre com os seus deveres, e ainda, um corpo são e uma intelligencia esclarecida (Prado, 1928, n.p)<sup>1</sup>.

A palavra chave desse excerto é amor. De fato, Rachel Prado parece ter doado sua vida à luta por mais justiça social, um ato de entrega, que é a verdadeira significação de amor. Ela tinha em si a inquietação que incomoda os espíritos que não se contentam com a realidade tal como está posta. Batizada como Virgília Stella da Silva Cruz, ela nasceu em 1891, em Curitiba (PR), e faleceu aos 52 anos de idade, em 1943, no Rio de Janeiro (RJ). Foi professora, funcionária pública, mas principalmente jornalista. Organizou e manteve a *Agência de Publicidade e Propaganda*; o *Curso de Jornalismo Profissional* e fundou e foi a primeira presidente do *Clube de Mulheres Jornalistas do Brasil*. Ficou conhecida, ao lado de Berta Lurtz, como líder feminista; precursora na campanha por alfabetização e membra do *Conselho do Círculo Brasileiro de Educação Sexual*. Sobre isso, em um texto que escreveu para o jornal *Diário da Tarde* (PR), Rachel Prado critica a visão moralista da sociedade de então sobre a educação sexual, enquanto defende que o tema precisa ser tratado pela ótica da ciência: “A moral social e a moral

---

1. Por escolha minha, nenhum texto retirado de jornais ou arquivos da autora encontrados nas instituições referidas teve aqui sua ortografia atualizada. Isso justifica a falta ou a presença de acentuação que desviam da norma do último acordo ortográfico, assim como a presença de palavras com consoantes duplicadas.

religiosa procuram accommodar sob o véo diáfano da fantasia, sob o falso pudor dos preconceitos e da rotina – aquilo que a sciencia nas suas largas lucubrações, na sua visão perfeita traz à luz meridiana para a conquista da felicidade” (Prado, 13 jan. 1936, n.p). Para ela, só “[...] quando os homens compreenderem que as funções sexuaes merecem os cuidados científicos dos novos preceitos da phisiologia e da hygie – eles serão mais bellos e mais felizes” (Prado, 13 jan. 1936, n.p).

Ainda talvez tenha sido Rachel Prado uma das primeiras mulheres da elite intelectual a voltar sua atenção para a situação degradante tanto das mulheres presidiárias quanto dos menores infratores. Em *A vida e a obra de Rachel Prado*, Pompília Lopes dos Santos escreve que o entusiasmo da escritora pelas causas nobres “[...] não ficou – só – no domínio da oratória. Não foi – apenas uma chama ardente a disseminar idéias”, pois ela “[...] impôs-se no terreno das realizações. Deteve-se diante de casos isolados” (Santos, 1953, p. 19):

De 1920 a 1930, em companhia do Capitão Alcino Monteiro, visitou presídios levando conforto e auxílio material às mulheres delinquentes. Entre elas, Maria Bastos, Bela Chilena e Florina Conceição, cuja liberdade pleiteou em Juri como rábula.

E, o que é mais importante, ainda, fez – pelos menores delinquentes – tudo que estava ao seu alcance [...]

Nos últimos anos de sua vida – a nobre, a grande Rachel Prado – realizou «in loco» sindicâncias nos morros e favelas sôbre a vida dos menores, a pedido do Curador de Orfãos, Dr Fernando de Carvalho, e da Escola de Serviço Social do Juizado de Menores (Santos, 1953, p. 19-20).

Já Leonor Castellano, em texto que escreve para palestrar na homenagem póstuma a Rachel Prado, no Centro de Letras do Paraná, relata que

Além de defender as crianças, RACHEL, uma espécie de tábula, subiu às tribunas para defender o direito da liberdade condicional das mulheres criminosas por delitos passionais; conseguiu

leis de amparo aos cegos; tomava parte ativa em campanhas de alfabetização do povo; dedicava-se aos doentes portadores de moléstias contagiosas; trabalhava pela Casa do Jornaleiro; e várias centenas de vezes, exercendo um apostolado de invulgar alcance social, fôra aos presídios levar conforto moral e auxílios matéris às mulheres criminosas” (Castellano, 1977, p. 160).

O que chama mais atenção aqui é a luta pelo direito de liberdade condicional para mulheres presas por crimes passionais, uma discussão muito incomum para a época. Rachel Soihet, ao tratar sobre o tema, nos conta que na virada do século XIX para o XX os crimes passionais tomaram grandes proporções. Os adeptos da escola positivista italiana, liderada por Lombroso, isentavam de responsabilidade os crimes considerados passionais. Contudo, ainda era uma isenção que passava pelo filtro sexista do campo jurídico, existente até os dias atuais. Lombroso, orientado pelas teorias evolucionistas, defendia a inferioridade feminina em relação ao sexo masculino. Para ele, a mulher seria dotada de menor sensibilidade sexual, justificado pelo fato de que elas seriam capazes de manter a castidade por mais tempo do que os homens, “[...] assim, justificava que as leis contra o adultério só atingissem a mulher, cuja natureza não a predispunha a esse tipo de transgressão” (Soihet, 2004, p. 318): numa explosão de nervos apaixonados, uma mulher não teria capacidade de ser tão violenta quanto um homem. Tais ideias, segundo Soihet, contribuíram para a formulação jurídica de leis que inocentavam homens de crimes passionais, mas não as mulheres:

Na França, por exemplo, psicólogos e juristas empenharam-se para demonstrar que o chamado crime passionais era uma mera expansão brutal do instinto sexual, que cabia à civilização controlar, sendo esse instinto ativo no homem, enquanto na mulher ele se manifestava pela passividade. Pouco a pouco, a mulher seria excluída da condição de agente de crimes passionais. Alguns países chegavam a adotar a norma de impunidade total em favor do marido que “vingasse a honra” ao surpreender sua mulher em adultério. No Brasil, de acordo com o Código Penal de 1890, só a mulher era penalizada por adultério, sendo punida com prisão celular de um a três anos.

O homem só era considerado adúltero no caso de possuir concubina teúda e manteúda (Soihet, 2004, p. 319).

Já em relação à luta de Rache Prado por mais dignidade para menores infratores nos centros de detenção, Pompília Lopes dos Santos conta que a autora pleiteou reformatórios com mais aspecto familiar, mais digno e humano, que visasse a reabilitação de fato dos adolescentes.

Rachel Prado teve quatro filhos: Stela Dolores da Silva Monteiro, Ruth Silva J. Matos, Walter Silva Cruz, e Henrique Silva Cruz. Ela parecia ter um grande amor a seus filhos. Contudo, há um certo tom de falta na forma como Stela Dolores narra os últimos dias da mãe, em crônica para revista *Fon Fon: Semanário Alegre, Político, Crítico e Espusiente*. Ela dá relato da fraqueza que acometera a escritora, de uma vida de trabalho, sofrimentos e lutas constantes também para criar os próprios filhos e elogia as mãos da mãe, relatando um pedido feito a ela: “Por que não deixas que as tuas mãos, que tanto benefício fizeram, que salvaram da infamia mulheres criminosas, levaram confôrto aos enfermos contagiosos, foram úteis às crianças e aos cegos, amigas dos tristes e dos pobres, – por que não deixas que elas sôbre mim repousem e me acarinhem agora? (Dolores, 1944). Parece haver um tom de ressentimento, de uma mãe que dividiu a atenção aos filhos com toda uma variedade de grupos desassistidos socialmente. Apesar de tudo isso, o jornal *Diário da Noite*, em ato de homenagem a Getúlio Vargas, menciona assinatura de Rachel Prado em um pergaminho de saudação e solidariedade entregue ao então presidente, não democraticamente eleito, da república. Junto à assinatura de Prado constavam as do poeta Drummond, de Tom Jobim e de Roberto Marinho. Em 1930, o jornal *Diário da Noite* noticiou *As músicas da revolução*. A nota anuncia uma “marcha-canção”: “É a marcha-canção ‘Juarez Tavora’, que a poetisa Rachel Prado inspiradamente escreveu e Stefana de Macedo musicou com grande beleza” (*Diário da Noite*, 17 dez. 1930, n.p). Tavora foi ministro da cultura e do transporte do governo Vargas e, durante o golpe de 1930, foi responsável por ajudar na tomada da maior parte do Estados brasileiros. Outra

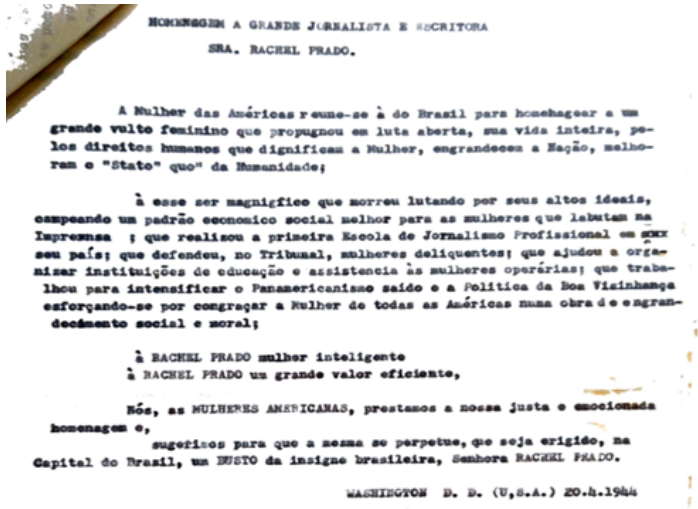
informação interessante é o fato de Rachel Prado ter escrito a letra da canção e de ser chamada de poetisa. No entanto, até o momento não encontrei registro de que tenha escrito algum livro de poemas. Já em relação a ela ser varguista, há que considerar a contradição da figura do próprio Getúlio Vargas.

Como reconhecimento de uma vida benemérita, seja no campo da literatura, do jornalismo, da política ou das causas sociais, Rachel Prado, tanto em vida quando logo após a sua morte – e eu digo ‘logo após’ porque foi esquecida a médio e longo prazo – recebeu inúmeras homenagens. Em 1953, dez anos após a sua morte, foi realizado, em Curitiba, no Centro de Letras, promovida pelo próprio *Centro de Letras do Paraná*, pelo *Comité Paranaense de Intercambio Cultural na América*, pelo *Centro Paranaense Feminino de Cultura*, pela *Academia Paranaense de Letras* e pela própria imprensa da cidade, uma semana de homenagem à memória da escritora. Dentre os tributos, estava a inauguração de uma placa com o nome de uma rua de Rachel Prado. No Rio de Janeiro, O *Clube de Mulheres Jornalistas*, fundado e presidido por Rachel Prado, prestou homenagem à escritora no *Conservatório Brasileiro de Música*. A cerimônia contou com a participação da declamadora Margarida Lopes de Almeida, filha da escritora Julia Lopes de Almeida. No Rio também foi inaugurado uma rua com o nome de Rachel Prado. A confederação de mulheres americanas, em carta, de Washigton, solicita que seja erigido na capital um busto da autora, para que sua memória não seja esquecida. Abaixo, transcrevo um trecho da homenagem e a deixarei em anexo uma foto, porque penso que ela reforça grandes feitos de Rachel Prado.

[...] à esse ser magnifico que morreu lutando por seus altos ideais, campeando um padrão economico social melhor para as mulheres que labutam na Imprensa; que realizou a primeira Escola de Jornalismo Profissional em seu país; que defendeu, no Tribunal, mulheres delinquentes; que ajudou a organizar instituições de educação e assistencia às mulheres operárias; que trabalhou para intensificar o Panamericanismo saído e a Política de Boa Vizinhança esforçando-se por congraçar a Mulher

de todas as Américas numa obra de engrandecimento social e moral" (Washington, 20 abr. 1944, n.p)<sup>2</sup>.

Figura 1: homenagens das mulheres das Américas a Rachel Prado.



Fonte: Arquivo da escritora no Centro de Letras do Paraná.

Um fato curioso, que não me parece uma mera coincidência, é que a crônica escrita pela filha de Rachel Prado, Stela Dolores, na revista *Fon fon*, é datada do mesmo ano, 1944, e enviada também de Washington. Provavelmente a carta tenha sido articulação da própria filha, que também era escritora, poetisa e muito ativa dentro do cenário intelectual brasileiro. De qualquer forma, as homenagens a Rachel Prado não são menos relevantes por conta disso. Além do que atrás ficou exposto, encontrei inúmeras outras homenagens à escritora ainda em vida, mas que não cabem no curto espaço deste trabalho. Diante de tanta evidência, é possível afirmar que ela teve um papel significativo no cenário literário, jornalístico e também social do Brasil, feitos que se comprovam, sobretudo, nas instituições que ajudou a fundar.

2. O registro da homenagem a que tive acesso está no Centro de Letras do Paraná, em Curitiba (PR).

## Rachel Prado, vida profissional

Rachel Prado era filha do jornalista e dono de tipografia Joaquim Antonio da Silva. Isso com certeza contribuiu em muito para a sua carreira no mundo das letras. Aos 14 anos, incentivada pelo próprio pai, começou a escrever para jornais de Curitiba, segundo consta nos arquivos do *Centro de Letras do Paraná*: “As pessoas de minha geração, amantes da leitura, hão de lembrar-se de ter deletreado aí por volta de 1907 nas revistas e periódicos curitibanos, artigos interessantes, crônicas ou contos, firmados pelo nome de Rachel Prado”<sup>3</sup>. Aos 18 anos mudou-se com a família para a então capital do Brasil, Rio de Janeiro (RJ). Provavelmente essa foi uma estratégia para investir na carreira literária, uma vez que quase não havia notoriedade para escritores fora do eixo Rio-São Paulo. Ela casou-se, em 1924, com Fernando Cruz, tendo como padrinho de casamento o casal Coelho Netto, amigos da escritora. O escritor Coelho Netto foi quem acolheu Rachel Prado no Rio: “Ao vir do Paraná, a primeira casa em que teve entrada acolhedora e amiga foi a de Coelho Netto” (Rio de Janeiro, 1952, n.p)<sup>4</sup>.

No Rio, Rachel Prado passa a colaborar com inúmeros jornais, periódicos e revistas, como *Diário da Noite*, *Diário da Tarde*, *O Brasil*, *Jornal Correio da Manhã*, *O Jornal do Commercio*, *Jornal do Brasil*, *Diário Carioca*, *Revista da Semana*, *O malho*, *Fon Fon: Semanário Alegre*, *Político*, *Crítico* e *Espusiente*, os dois últimos são revistas com as quais a autora manteve vínculo por toda a sua vida, publicando crônicas, contos e críticas. Durante sua longa vida de produção, segundo registro já inicialmente coletados por Rosana Cássia dos Santos (2009), Rachel Prado escreveu e publicou muito. Até o momento, as obras que se tem notícias são: *Lemuria e Atlântida*, conferência sobre as duas civilizações desaparecidas; diversas obras infantis: *Contos primaverais* (1925), prefaciado pelo escritor Dario Vellozo; *Contos Fantásticos* (1934), é um livro infantil contendo 19 histórias, que, nas palavras da própria autora, “[...] contem

3. O texto é datilografado, de autoria de Rodrigo Junior e não possui data. Eu tive acesso a ele na pasta de Rachel Prado, no Centro de Letras do Paraná.

4. A informação também consta em um texto do Centro de Letras do Paraná, sem autoria identificada, com o título *Ligeira biografia de Rachel Prado*.

historias e lendas, trabalhadas sob inventiva orientalista, folclórica, e impressionista” (Prado, 1934, n.p). As narrativas realmente parecem misturar aspectos dos contos de fadas com as histórias orientais, um exemplo disso é “O espelho maravilhoso”, em que a personagem Mary perde seu cão. Para encontrá-lo ela chega até um devirche<sup>5</sup>, com um espelho mágico capaz de dizer o paradeiro do animal de estimação; *Diário de um menino*, de 1934, primeiro livro infantil publicado pela editora fundada pela própria autora: *Editora Ravaro; Na corte do Rei Arthur; Nossas lendas*, com contos que exploram o folclore brasileiro, como o conto o “Sacy”, publicado separadamente no *Correio da Manhã; Meu tesouro; Lendas da minha terra*, contos. Escreveu ainda: *Biografia de Annie Besant: Livro da saudade, Biografia de Viscondessa de Sand*, de quem era amiga; e *Voragem*, que aparece em um anúncio da Editora Ravaro, 1934, como um “romance social ousado” (*Correio da manhã*, 15 jun. 1934, n.p), porém é classificado como autobiografia por Rosana Cássia do Santos (2009).

Há outras obras, incluindo romances, atribuídos à autora dos quais eu só encontrei menções nos arquivos e jornais, mas nenhum registro além disso: *Ressureição dos sentidos*, romance; *Mulheres de ontem, mulheres de hoje* (romance, que me parece o mesmo livro também chamado de *Mulher da nova época*); *Coisas esparsas; Arlequim*, teatro infantil; *Um filho de Israel*, romance; *Meu livro de histórias; Educando e brincando; Apólogos; Inocência; Carrossel; A educação à alma da Teosofia; No meu caminho; Julia e Julio*, romance. Maior parte dessas obras, de acordo com Leonor Castellano, não foram publicadas antes da morte de Rachel Prado: “Deixou diversos livros, entre os quais ‘Lamúria e Atlantida’, ‘Contos Primavera’, ‘Diário de um menino’ e inúmeras obras inéditas que estão sendo coligidas por Stela Dolores, sua devota filha” (Castellano, 1954, p. 16). Isso pode justificar o desaparecimento de muitas de suas obras... ou não. Os romances *Ressureição dos sentidos* e *Um filho de Israel* são exemplos de suas obras que aparecem nos jornais muito antes de sua morte. Devido à falta de registro, não foi possível apurar com

---

5. É um termo persa que se refere a membros de ordens sufis (Tariqah) no Islã, ou mais especificamente a uma espécie de mendigo religioso que escolheu ou aceitou a pobreza.

mais acuidade a ordem cronológica de suas publicações, assim como a qual gênero pertencem, muito porque as próprias obras da autora estão praticamente desaparecidas.

Considerando a intensiva participação de Rachel Prado no cenário intelectual da primeira metade do século XX, torna-se mais crítico toda a sua produção estar desaparecida, sem que mal tenhamos notícia de seu paradeiro. Rosana Cássia dos Santos apontou em seu texto a localização de algumas:

Das obras citadas, localizaram-se: Lemúria e Atlântida, na Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, RJ; Livro de saudade. Homenagem Póstuma. Viscondessa de Sande, na Biblioteca Pública do Paraná, em Curitiba; Contos primaveris e Contos fantásticos, ambos no Instituto Neo-Pitagórico, em Curitiba, PR; há notícia de “Voragem”, uma autobiografia que teria permanecido inédita (Santos, 2009, p. 1045).

Na biblioteca pública do Paraná já não existem mais obras de Rachel Prado. Além dos Institutos que mencionei na introdução deste trabalho, também entrei em contato por *e-mail* com a *Academia Paranaense de Letras*, e também nada consta; quanto ao *Instituto Neo Pitagórico*, não obtive resposta nem por e-mail nem por telefone até o momento. A esperança de que encontremos alguma obra da autora, me parece, está no acervo de alguma instituição no Rio de Janeiro ou com a família.

Vale ressaltar, quanto à *Editora Ravaro*, fundada por Rachel Prado, no Rio de Janeiro, que a escritora é a primeira mulher a de fato fundar uma editora no Brasil. Há algumas dissonâncias quanto o ano de inauguração da editora: no arquivo do Centro de Letras, a informação encontrada é a de 1933; no capítulo sobre a escritora no volume III da *Antologia de Mulheres Escritoras do século XIX*, organizado por Zahide Lupinacci Muzart, ela teria sido fundada em 1931, porém pesquisando nos arquivos da Hemeroteca Digital, encontrei o seguinte anúncio, no Jornal Correio da Manhã: “Inaugura-se hoje, às 4 horas da tarde, na sala 717 do Edifício Rex o escriptorio da ‘Editora Ravaro’, iniciativa da escriptora Rachel Prado, para a publicação de livros didaticos” (Correio da

Manhã, 13 abr. 1934, n.p). Uma nota no jornal do Paraná, *O dia*, ao tratar das homenagens póstumas à escritora, menciona a editora: “Rachel Prado foi editora. Nessa lida mais ou menos em 1934 foi que ela logrou inaugurar a oficina de mais um novo trabalho que a si mesma impusera: a Editora Ravaro”, além de ressaltar o pioneirismo da escritora neste campo: “Rachel Prado inaugurou no Brasil o trabalho feminino de editoração de obras didáticas, históricas, infantis e outras” (O dia, 18 nov. 1953, n.p). Como o ‘mais ou menos’ ainda me incomodasse, encontrei no jornal *Diário Carioca* a data exata de inauguração: dia 13 de abril de 1934.

Gostaria de usar o espaço restante aqui para me deter um pouco sobre a natureza dos textos literários de Rachel Prado, que consegui encontrar nos arquivos da Hemeroteca Digital, mas especificamente sobre alguns de seus contos e de suas crônicas.

Em sua curta crônica *O cavalleio*, Rachel Prado escreve:

Era um menestrel um bardo ou um trovador? Não sei! Vi-o da colina verde do meu sonho na estrada doirada da ilusão.

Era, então, a prisioneira de um castello medievo. Teci de myrto e loureiro uma corôa para adornar a sua frente de heróe.

Mas, ai de mim!

Como o formoso rei Arthur, vi fulgirem o elmo e a brilhante espada que não era a Excalibur, e, receiosa do encantamento, fugi.

Hoje, espero-o em vão!

Por onde andarás, meu cavaleiro andante? Talvez nos braços de Ginevra! (Prado, 9 jul. 1927, n.p).

O texto, publicado em formato de crônica, pode ser bem um poema, pois é composto a partir de um tom poético, em que mistura literatura medieval com um dilema amoroso no presente da autora/poeta. O texto coloca o ser amoroso no mundo dos sonhos, correspondente aqui à ilusão, ao mesmo tempo que o situa no mundo da arte, podendo ser ele um menestrel, um bardo ou trovador, que na prática são poucas as diferenças que os distinguem. O *eu lírico*, por sua vez – se assumirmos o texto como poema – se

compara ao rei Arthur, que na história original é enganado com uma espada falsa pela irmã feiticeira, ou seja, uma ilusão. Na criação de Rachel Prado, diante da ilusão, a voz que ecoa no texto foge, com medo, para no fim ficar, inutilmente, à espera de seu cavaleiro, que, como o Lancelote, pode encontrar-se nos braços de Ginevra, com quem a rainha trai o rei. O texto retoma a característica romântica do cavaleio por quem a amada espera que venha ao seu encontro, porém dando a esse pensamento seu devido caráter de ilusão e inconcretude.

Em outra crônica, intitulada *Jardim Symbolico*, também de forma poética, define o que é o amor:

No meu jardim symbolico existe um canteiro de afeição e um jardineiro, que é o amor.

Cuidadoso das suas flôres raras, esse jardineiro incansavel, vela para que se não crestem e nem feneçam.

É admiravel o seu trabalho!

Arrancas a hervas damninhas que as podem prejudicar, expulsa as formigas e as lagartas. Escora-as com bambús.

O mor é um dedicado jardineiro que cultiva lindas flôres no jardim da afeição... (Prado, 28. out. 1927, PÁGINA).

Já em relação aos seus contos, são majoritariamente para o público infantil, para o qual Rachel Prado parece ter tido um grande apressso, a ponto de fundar uma editora voltada para obras didáticas. Os contos trazem em si sempre um tom moralista no fim, como as fábulas. Em *O menino travesso*, temos a história de Luiz, um menino extremamente arteiro: “[...] quebrava os vidros das janellas dos visinhos, trepava nos muros e grades dos jardins, quebrando os galhos das árvores e das roseiras. Ao anoitecer batia palmas e campainhas nas portas dos visinhos e fugia cautelosamente” (Prado, 8 mai. 1932, n.p). A narrativa justifica isso como sendo consequência da má criação dos pais de Luiz, mas principalmente da mãe, que mimava o filho demasiado, por conta do amor que lhe tinha. O menino só começa melhorar de comportamento quando a mãe cai de cama por conta de uma enfermidade, e os

cuidados de Luiz são transferidos a “[...] uma governante, mulher finamente educada, de genio suave coração benevolente” (Prado, 8 mai. 1932, n.p). No fim do conto, a moral que temos é a de que “[...] devemos educar as creanças, com doçura e disciplina, mas nunca com castigos ou falta de ordem. Assim manda a pedagogia moderna” (Prado, 8 mai. 1932, n.p). Em *As travessuras de Nini* também temos uma criança muito mimada, mas desta vez pelo pai, que faz tudo que a filha lhe pede e com isso ela vai crescendo sem limites, embora a mãe tente educá-la. Já em *Quem tudo quer – tudo perde*, Lucia é “uma menina má e ambiciosa. Incapaz de ser generosa: tudo quanto possuía era só para si” (Prado, 16 out. 1932, n.p), que recebe a visita de um “genio enviado pela ‘fada maravilhosa’ que satisfaz os desejos das meninas que não são egoistas” (Prado, 16 out. 1932, n.p). Como na história oriental de *Aladim e o Gênio da Lâmpada* – mas aqui com uma pitada ocidental – Lucia ganha três desejos, porém, ambiciosa como é, pede mais do que deveria e acaba sem nada. No final, a moral que fica é a de que: “Na vida, só devemos desejar aquillo de que verdadeiramente precisamos, pois *quem tudo quer, tudo perde!*” (Prado, 16 out. 1932, n.p). Tantos os textos expostos como os vários que encontrei pelos jornais, voltados às crianças, trazem em si uma lógica de ensinamento moralista, reforçando uma conduta de bom comportamento atribuída ao que seria considerando, na época, uma boa criança.

Fora do universo infantil, encontrei na revista *Para Todos* o conto *Bailado de sombras*, que, devido a sua curta extensão, o transcrevo na íntegra:

Martha adoecera gravemente e a superexcitação dos seus nervos de artista, a sua imaginação, creara uma serie de cousas fantásticas que eram como que sombras caladas.

Ellas vinham-lhe à idéa num bailado festivo como náíades de sonho, envoltas em tenuíssimos veos e agitando num rythmo mysterioso, festões de flores multicolors.

Eram formosíssimas na elegancia de atitudes e corriam em bando como passaros em revoada, pela amplidão de um campo que se estendia a perder de vistas.

Martha afeiçoara-se às suas pequeninas sombras divagadoras e era para si uma angustia profunda despertar desse maravilhoso sonho...

No seu quartinho róseo, as cousas mais insignificantes eram estudadas e analisadas nos seus mínimos detalhes.

Os olhos vagavam de um lado para o outro, buscando algo com que distrahir o seu espirito.

Havia um quadrinho que nunca lhe prendera a atenção, e que symbolisava o ultimo alento ou a ultima esperança!...

Era uma mulher jovem e linda envolta numa gaze verde e com os pés nús debruçada sobre o mundo que rolava no espaço infinito tendo junto ao ouvido direito uma lyra com as cordas partidas só restando uma, eu que lhe fazia vibrar a nota da ultima esperança!

– A ultima esperança! é bem uma nota argentina e delicada que deve vibrar num supremo esforço da sua vontade, pensava Martha.

Mas, é mister que os nossos olhos estejam cegos e os ouvidos surdos ao murmúrio externo do mundo para ouvir-se sua crystalina vibração.

– Agora, compreendendo bem a sybologia daquelle quadro! dizia Martha.

E o seu pensamento ia de divagação em divagação, na languidez da febre e os olhos semi-cerrados mas abertos interiormente para o paiz dos sonhos e sombras começaram a vêr deslizar domo num filme as pequeninas sombras aladas que a sua imaginação creára e que bailavam ao som de um rythmo mysterioso (Prado, 31 mai. 1924, n.p).

O conto é um tanto quanto enigmático. Não consegui chegar a uma interpretação clara em minha análise, contudo gostaria de chamar a atenção para alguns aspectos da história. Martha era artista, mais sensível (na perspectiva da narrativa), estava doente e como que alucinando e, ainda que de forma aparentemente distorcida, olhava para dentro de si mesma, pois estava dentro de sua própria imaginação. A personagem parece estar presa a seu 'quartinho rosa', isso por conta de estar doente, é o que pode justificar

a necessidade de distração. No quadradinho em que vê a última esperança: a mulher vestida de verde, de pés nus e debruçada sobre o mundo, que tinha perto de si uma lira com quase todas as cordas arrebentadas, exceto a última, que simboliza a última nota argentina, me parece ser uma referência ao ditado popular “a esperança é a última que morre”. A mulher aparece debruçada sobre o mundo, como uma deusa, inclusive a presença da lira nos permite uma associação com os deuses da mitologia greco-romana, como Hermes e Apolo. Mas tudo isso está no mundo dos sonhos, na cabeça da personagem, que também é artista, cuja imaginação tende a ser fértil, criativa.

Diante do que consegui apurar das produções de Rachel Prado, acredito ser possível afirmar ser ela uma intelectual, mas a qualidade de sua criação literária ainda não pode ser balizada, uma vez que não há um conjunto robusto de obras que possam ser analisadas, principalmente com narrativas longas, como romances e novelas.

## Considerações finais

Há na epígrafe a ideia de que a imortalidade, almejada por todo artista, é a contradição da própria natureza da vida, que é mortal. Esse é, me parece, um processo de subversão da morte. Mas, no caso das mulheres escritoras, o excerto encapsula a tensão entre o desejo de um legado e as estruturas sociais que impedem com quem isso lhes seja, como é para os homens, comum. Nesse sentido, é negado ao sexo feminino até mesmo o direito de almejar a imortalidade ou de tensionar, e por que não subverter, os conceitos de vida e morte. Também por conta disso acredito que mulheres escritoras morrem duas vezes, porque, como Rachel Prado, junto com elas morrem suas longas e árduas criações literárias, suas vidas literárias, que, no caso dos homens, quase sempre os tornam imortais. Seus importantes trabalhos, participações no campo intelectual, tanto literário quanto jornalístico, simplesmente desaparecem. Suas obras somem dos principais acervos das instituições por onde elas passaram ou, até, fundaram. Não há registro dis-

ponível à fácil acesso, a um *click* no *google*. O pesquisador que se propõe ao resgate, que seja da memória de uma escritora, precisa ir a campo, buscar, muitas vezes, nos lugares mais inóspitos possíveis e imagináveis informações fragmentadas. Não são raros os casos em que ainda precisamos lidar com a falta de colaboração daqueles que nos atendem.

Rachel Prado, por sua vez, é um grande exemplo de como uma vida toda dedicada à arte e a imprensa não é o suficiente para consolidar alguém no *rol* dos artistas que merecem algum pingão de reconhecimento, não se esse alguém for mulher. A vasta obra da autora segue desaparecida. Esse trabalho é um uma tentativa de jogar um pouco mais de luz a essa mulher tão presente na sociedade intelectual do século XX, para que, quem sabe, mais para frente, venha a público o paradeiro de suas obras. Rachel Prado é mais uma escritora à margem do cânone, da historiografia literária, da história, seja da imprensa ou da própria formação social do Brasil, à margem da história do próprio movimento feminista no Brasil, pela conquista de mais direitos e espaço para as mulheres. Rachel Prado é mais uma mulher escritora que merece ser resgatada e estudada, porque faz parte significativa da construção da nossa história.

## Referências

A Inauguração da “Editora Ravaro”. **Diário Carioca**. n. 1749, 15 abr. 1934. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092\\_02/14516](http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_02/14516). Acesso em: 12 abr. 2025.

As músicas da revolução. In: **Diário da Noite**. n. 100, 17 dez. 1930. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/DocReader/221961\\_01/4263](http://memoria.bn.gov.br/DocReader/221961_01/4263). Acesso em: 10 jul. 2025.

BOURDIEU, P. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Tradução de Maria Lucia Machado. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CASTELLANO, L. As grandes figuras femininas do Paraná. **Revista do Centro de Letras do Paraná**. 27 nov. 1954. Disponível no arquivo da escritora Rachel Prado no Centro de Letras do Paraná, Curitiba, 2025.

Inaugurações. **Correio da Noite**. 13 abr. 1934. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842\\_04/21507](http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_04/21507). Acesso em: 12 jul. 2025.

DOLORES, S. Pensando em minha mãe. **Fon Fon**. ed. 00027, 1944. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/259063/113419>. Acesso em: 09 jul. 2025.

Editora Ravaro. **Correio da Manhã**. n. 13.132, 15 jun. 1934. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842\\_04/22501](http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_04/22501). Acesso em: 12 jul. 2025.

Homenagem dos intelectuais ao presidente da república. **Diário da Noite**. 1941, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/DocReader/221961\\_02/5720](http://memoria.bn.gov.br/DocReader/221961_02/5720). Acesso em: 09 jul. 2025.

PITANGA, C. Ella. **O malho**. n. 549, 22 mar. 1913. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/116300/24118>. Acesso em: 10 jul. 2025.

PRADO, R. As travessuras de Nini. **Correio da Manhã**. n. 11.614, 16 out. 1932. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842\\_04/13647](http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842_04/13647). Acesso em: 18 jul. 2025.

PRADO, R. Felicidade. **Fon Fon**. Edição 00028, 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/259063/65392>. Acesso em: 09 jul. 2025.

PRADO, R. Contos fantásticos. **Fon Fon**. 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/259063/84894>. Acesso em: 11 jul. 2025.

PRADO, R. Bailado de sombras. **Para todos**. n. 285, 31 mai. 1924. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/124451/11679>. Acesso em: 18 jul. 2025.

PRADO, R. A educação sexual sob o ponto de vista da moral. **Diário da Tarde**.

13 jan. 1936, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/800074/46432>. Acesso em: 09 jul. 2025.

PRADO, R. Jardim symbolico. **Fon Fon**. n. 44, 28 out. 1927. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/259063/62380>. Acesso em: 17 jul. 2025.

PRADO, R. O cavalleiro. **Fon Fon**. n. 28, 9 jul. 1927. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/259063/61055>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PRADO, R. O menino travesso. **Correio da Manhã**. n. 11.474, 8 mai. 1932. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842\\_04/11575](http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842_04/11575). Acesso em: 18 jul. 2025.

PRADO, R. Quem tudo quer – tudo perde. **Correio da Manhã**. n. 11.614, 16 out. 1932. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842\\_04/13647](http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842_04/13647). Acesso em: 18 jul. 2025.

PRADO, R. Sacy. **Correio da Manhã**. n. 11.793, 14 mai. 1933. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842\\_04/16509](http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_04/16509). Acesso em: 12 jul. 2025.

Rachel Prado: carinhosa consagração à memória da escritora e jornalista em Curitiba. **O Dia**. n. 9463, 18 nov. 1953. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/092932/79995>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SANTOS, P. L. de. **A vida e a obra de Rachel Prado**. Curitiba: Tip. Martins LTDA, 1953. Disponível em formato físico no Instituto de Geografia e história do Paraná, Curitiba, 2025.

SANTOS, R. C. dos. **Raquel Prado**. In: MUZART, Z. L. (Org.). *Mulheres escritoras do século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009, p. 1041-1055.

SUSSEKIND, F. **O Sapateiro Silva**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas, Setor de Filologia, 1983.

# Helena Kolody e a crítica<sup>1</sup>

Luísa Cristina dos Santos Fontes

Não é sempre que uma fada madrinha vira padroeira e de padroeira vai à categoria de musa absoluta. Quase uma unanimidade... é, quase... muito embora já santa e padroeira da poesia, devidamente entronizada por Paulo Leminski. Reverberam nos mais de 400 textos, localizados e elencados em sua fortuna crítica<sup>2</sup>, o aval de Adonias Filho, Alice Ruiz, Andrade Muricy, Arnaldo Antunes, Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles, Euclides Bandeira, Fanny Luiza Dupré, Josely Vianna Baptista, Miguel Sanches Neto, Nelly Novaes Coelho, Olga Savary, Paulo Leminski, Paulo Venturelli, Reinoldo Atem, Roberto Gomes, Rodrigo Júnior, Sérgio Rubens Sossélla, Sylvio Back, Tasso da Silveira, Temístocles Linhares, Valfrido Piloto, Valêncio Xavier, Wilson Bueno, Wilson Martins, entre muitos outros, ao longo do século XX e transbordando-o. Todos seus contemporâneos, de Euclides Bandeira, nascido em 1877, a Miguel Sanches Neto, nascido em 1965. Beira a milagre! Independentemente de gênero, circulou, aliás, circula, com desenvoltura, entre todas as turmas literárias: os românticos, os simbolistas, os haicaístas, os parnasianos, os modernistas, os espiritualistas, os vanguardistas... É... quase uma unanimidade... No entanto, surpreendentemente, não obstante a riqueza de sua fortuna crítica, sua obra, ainda hoje, é pouco conhecida além das fronteiras de seu estado natal.

Convém ponderar: na tentativa de garantir uma interpretação, deve-se considerar que o artista não é uma entidade sagrada, muito menos que sua obra se constitui de forma isolada ou auto-suficiente. Conforme registra Pierre Bourdieu (1996), o artista é um ser que, como qualquer outro profissional, se estabelece a partir das tensões do campo de poder, das apostas que ele faz, das

---

1. Em boa medida, o exposto aqui neste capítulo, já havia sido apresentado e/ou refletido no livro *Roteiro Literário Helena Kolody e*, anteriormente, na Tese de Doutorado *Helena Kolody, carbono & diamante*, ambos de minha autoria.

2. Pesquisados e arrolados na tese de minha autoria.

experimentações, de avanços e recuos. A vida do escritor está à sombra de sua escrita, contudo a escrita é sua forma de vida. A vida não está na obra, nem a obra na vida, mas há um envolvimento recíproco, constitutivo. Ou seja, não existe gesto biográfico cujo significado seja independente das reivindicações estéticas que fundamentam uma obra. Seguindo esta linha de raciocínio, Bourdieu (1996) propõe como método a demarcação e a consequente definição da trajetória de opções formais do artista.

A análise científica, quando é capaz de trazer à luz o que torna a obra de arte necessária, ou seja, a fórmula formadora, o princípio gerador, a razão de ser, fornece à experiência artística, e ao prazer que a acompanha, sua melhor justificação, seu mais rico alimento. Através dela, o amor sensível pela obra pode realizar-se em uma espécie de *amor intellectualis rei*, assimilação do objeto ao sujeito e imersão do sujeito no objeto, submissão ativa à necessidade singular do objeto literário (Bourdieu, 1996, p. 15).

Assim, Bourdieu (1996) reestabelece a importância do pensamento científico para a compreensão do fenômeno artístico. Não pretende, com isto, rebaixar o produtor de arte, mas analisá-lo a partir de sua movimentação nos diversos campos, considerando a maneira particular como ele se relaciona com as condições de exercício da literatura de sua época. Ou seja, como alguém que tem respostas muito próprias às solicitações sociais, tendo sempre em vista que sua enunciação é parte integrante do mundo que supostamente representa. Com efeito, as obras falam do mundo, não são representação. A literatura é atividade, é acontecimento, ela gerencia a sua presença na consolidação do binômio arte-vida (Santos, 2002). Vale dizer, compreender o contexto de produção ajuda a “melhorar” a leitura. No caso de Helena Kolody, o interesse por sua vida pessoal não só é compreensível, como faz todo sentido diante da intimidade emocional que a escritora estabelecia com seus leitores, por meio de seus textos. Ninguém poderia escrever como Helena Kolody sem vida pessoal ou sentimentos.

Na realidade, compreender a gênese social do campo literário (leia-se “contexto”), da crença que lhe dá sustentação, do acirrado jogo de linguagem que aí se pratica, dos interesses e das apostas materiais ou simbólicas aí engendradas, está fatalmente agregado à legitimidade de seu sentido. Admitir tal estatuto é considerar que o sentido se constrói sobre a indissociabilidade e as derivações do dito e do dizer, do texto e do contexto, todos constitutivos da obra de arte.

O primeiro livro, preparado em segredo, seria uma surpresa para o adorado pai, em seu aniversário de 60 anos. Meticulosa, Helena cuidou pessoalmente de sua publicação, desde a escolha (e compra) do papel até a seleção dos tipos gráficos, da criação da capa ao livro costurado, determinando com muita segurança suas opções. Com tiragem de 450 exemplares e publicado às próprias expensas, custou-lhe quinhentos contos de réis. *Paisagem interior* acabou virando homenagem póstuma, já que Miguel Kolody falecera dois meses antes do aniversário. O livro reúne poemas escritos no decurso de dez anos. Quase cancelou a publicação por desgosto, no entanto, as amigas Lília Carrano e Zeny de Almeida instaram para que o publicasse. Movida por profundo pudor de alma, enfraquecida pelo luto, escondeu-se durante algum tempo após o lançamento da obra, em Rio Negro, temendo a recepção dos leitores e da crítica. A morte do pai, segundo revela Helena, gerou um clima de saudade e de insegurança que repercutiu em seus livros seguintes. As dificuldades de ordem financeira acarretaram inúmeras mudanças residenciais ao longo de quatro décadas. Ao primeiro endereço, ainda gerenciado pelo pai, Rua Itupava esquina com Rua Sete de Abril, Alto da XV; seguiram-se Rua Presidente Faria, frente para Rua São Francisco, nos fundos do prédio central da Universidade Federal do Paraná, Praça Santos Andrade; Rua Comendador Araújo, Centro, onde ficava o Clube Thalia e, hoje, está um supermercado, a casa pertencia ao escritor Andrade Muricy. Quando aí morava, faleceu o pai, de infarto, sucedendo-se dificuldades para a família. Mudaram-se para a Rua Carlos de Carvalho, esquina com Brigadeiro Franco, ao lado morava Bento Munhoz da Rocha, que mais tarde foi governador do Estado.

Na sequência, Rua Treze de Maio; Rua Fernando Amaro, entre a Tamandaré e a José de Alencar, a casa, já demolida, tinha um lindo jardim, coberto de roseiras trazidas de Joinville e outras plantas, cujas mudas trouxeram de São Paulo. A casa acolheu as brincadeiras dos sobrinhos. Depois, Rua Paula Gomes. Entre 1961 e 1969, Rua Dr. Muricy, 839, Edifício São Bernardo, Centro, décimo andar, ap. 1001, no qual vizinharam Paulo Leminski e Alice Ruiz (ap. 1003). Moraram ainda, por apenas um mês, na Rua Voluntários da Pátria, Edifício Reinaldo Thá, esperando a conclusão de reparos no Edifício São Bernardo. Em 1969, finalmente, compraram o apartamento da Rua Voluntários da Pátria, 11, ap. 901, Ed. Vila Rica, Centro, mudaram-se logo que o prédio foi construído. Aí Helena residiu até falecer, em 2004.

Tema que está na ordem-do-dia, falar sobre cidade é tarefa bastante instigante. No entanto, traçar um mapa do imaginário fragmentado de uma cidade é coisa para poeta-viajante. A escritora Helena Kolody mapeou uma cidade polifônica, exorbitantemente eloquente: Curitiba. Cidade modelada em palavras e imagens. Nem tão por acaso, coloca em nossas mãos uma ansiedade: sua carta desestabiliza em vez de colocar ordem nos espaços, gera travessias desvanecentes que orientam a busca da poeta: a Helena de Curitiba, embora nascida em Cruz Machado e com raízes muito profundas na Ucrânia. O encontro da poeta com a cidade indicia-se quando ela ronda, busca, volta, caminha, persegue, cruza, procura e encontra a cidade em suas estranhas entranhas: a cidade que respira e que a (ins)pira. Vale dizer, insinua-se nas sinuosidades que traçam um percurso, nada ortodoxo e pra lá de imaginário, do Alto da XV a Boca Maldita. Com base neste tipo de analogia, que acaba investindo também no estranhamento, a cidade refletida por Helena é o seu caminho, ainda que as ruas não sejam as mesmas, deem em becos sem saída e por isso mesmo encontre o seu “não-lugar”, justificativa para a sua existência. Como bem lembra Benjamin (1995), saber orientar-se numa cidade não significa muito. Perder-se numa cidade requer instrução. Ao pisar e re-pisar suas experiências, a cidade invade as entranhas da poeta e a reinscreve no pulsante cartograma citadino.

A onipresença da movência, movediça territorialidade, emerge, mesmo que ainda incipientemente, desde seus primeiros trabalhos (Benjamin, 1995). O poema “Elogio do poeta” integra a obra de estreia, e foi mantido (acrescido de sutis modificações) no livro *Viagem no espelho*, antologia em que a escritora selecionou o que considerava mais significativo de cada um de seus livros. A obra apresentou-a ao país. Narrativa em versos, “Elogio do poeta” é paradigmático no reporte aos primeiros trabalhos da escritora e também retoma uma concepção, aliás, muito comum naquela época, da crença na singularidade da manufatura poética e na sua ressonância universal, subliminarmente evoca o argumento da excepcionalidade dos poetas.

*Paisagem interior* recebeu muitas e generosas apreciações críticas pela imprensa escrita. De Euclides Bandeira, escritor, participante do movimento simbolista, particularmente contrário à corrente liderada por Tasso da Silveira e Andrade Muricy, fundador do Centro de Letras do Paraná, recebeu a seguinte avaliação, por carta, mais tarde reproduzida no jornal *Gazeta do Povo*. Nela antecipa seu vanguardismo, a intensidade de seus sentimentos e suas inquietações:

Muitos dos poemas já me eram conhecidos, sendo que de alguns guardara lembranças a título de obras-primas; encantou-me, porém, reencontrá-los agora no formoso volume, ao lado de outros igualmente característicos, traduzindo, na amplitude da técnica modernista, atributos específicos da psique eslava. Reporto-me, no ponto, a “Atavismo”, que é autobiografia espiritual, e onde a autora, evocando os antepassados da estepe, sente acordada em seu sangue “a tara da saudade” (Bandeira, 1942, p. 9).

O escritor e jornalista Rodrigo Júnior (João Batista Carvalho Oliveira) desde o início instou Helena a que evitasse o verso alexandrino. Grande incentivador de talentos (entre eles, além de Helena, Dalton Trevisan) e promotor cultural, Rodrigo Júnior apresenta *Paisagem interior* quase como uma tela executada por uma verdadeira técnica em pintura:

Cinco versos, apenas cinco versos, de um sintetismo, uma limpidez, uma perfeição clássicas! E de uma beleza moral, no fundo, admirável! Helena Kolody é um espírito independente em arte, não se apega a cânones estéticos, não se submete à imposição de preceitos ou regras escolásticas. É que a sua argúcia aquilina compreendeu, de certo, que, tanto o modernista, como o post-modernista, se possuídores de legítimo talento, já conseguiram libertar-se das etiquetas e dos formulários (Oliveira, 1942, p. 4).

O crítico literário Jorge Moreira Nunes dedica-lhe uma coluna destacando as potencialidades e singularidades da escritora que fascina seus interlocutores até hoje:

Não me lembro agora quem foi, mas alguém já disse que basta um único verso para revelar um poeta. Em *Paisagem interior* há não apenas muitos versos, mas inúmeros poemas que revelam um poeta verdadeiro, alguém que tem algo para dizer, e não um mero arrumador de estrofes e palavrado oco. Muitos deles são definitivos (Nunes, 1942, p. 11).

Fanny Luiza Dupré, também poeta, também haicaísta, evoca sua personalidade vibrátil:

Vive e vibra a grandiosa e profunda poetisa patricia, reflexo de uma superior intelectualidade, em *Paisagem interior* e *Música submersa*. Soube expressar o pensamento, com maestria, nos mais belos poemas, em versos que confirmam incontestável valor artístico (Dupré, 1953, p. 15).

Helena lembra, em entrevista a Valfrido Piloto (1976), que desde o início encontrou estímulo e apoio, muito embora os poetas da “velha guarda” daquele tempo lamentassem sua paulatina libertação do metro e da rima, o que, de certa forma, a princípio muito a incomodou. Naquela época, ainda imperava o soneto. Entre seus primeiros incentivadores, destaca as amigas Helvídia Leite e Iva Mendes. Mais tarde, a escritora Ilnah Secundino, fundadora do Centro Paranaense Feminino de Cultura em 1933, em cuja casa sempre se reuniam os intelectuais, entre outros, Heitor

Stockler, Eolo Cesar de Oliveira, Rodrigo Júnior. Mas, efetivamente, a crítica construtiva de Andrade Muricy (1936) foi sempre a mais lembrada por Helena Kolody em inúmeras entrevistas e depoimentos.

Recebeu o aplauso e a orientação de Andrade Muricy, que embora radicado no Rio de Janeiro, sempre atuou intensamente nas esferas culturais do Paraná. Helena era muito amiga das irmãs mais novas do crítico e, por diversas vezes, as visitou no Rio, acompanhada pela mãe, Victoria. Sua criteriosa palavra de teórico da literatura muito a ajudou. Foi ele quem lhe chamou a atenção para o seu espírito de síntese, de brevidade, ressaltando que seus melhores poemas eram os pequenos, que nos poemas curtos Helena chegava mais a seu objetivo. Segundo a autora, “Isso serviu para me abrir os olhos para uma qualidade que eu não sabia que tinha” (Venturelli, 1995, p. 20)<sup>3</sup>.

Foi através de um livro de Andrade Muricy, *A nova literatura brasileira*, que Helena descobriu Cecília Meireles, Carlos Drummond de Andrade... escritores que marcam indelevelmente qualquer leitor sensível, com quem, inclusive, trocou correspondência e afagos. Lembrar que, até então, via de regra, a escritora tivera contato apenas com autores considerados parnasianos e simbolistas (lembrar a força do movimento simbolista no Paraná, notadamente em Curitiba<sup>4</sup>). A assunção do “des-locamento” em relação à “con-centração” das atividades literárias no Rio de Janeiro e São Paulo atua como catalisadora de algumas questões fundamentais para delimitar a sua identidade sem fronteiras.

Ser poeta fora do eixo Rio-São Paulo... Agora não sei, porque estou afastada, na posição de quem observa. Mas antes eu sentia uma tendência para se passar por cima do Paraná e tudo ia parar direto no Rio Grande do Sul. Aqui éramos sempre esquecidos. Até quando fazem previsão do tempo na tevê, ignoram a

---

3. Quando concedeu esta entrevista para Paulo Venturelli, Helena Kolody contava 82 anos. **Ontem, agora** foi publicado, em 1991, por insistência de Regina Benitez, ex-aluna de Helena Kolody e, na época, responsável pelo Setor de Editoração da Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, que publicou a obra.

4. Ver Broca (2004).

gente, talvez seja porque o Paraná antigamente fazia parte de São Paulo, não tinha autonomia, ou então, isso é resultado dos próprios paranaenses que não se prestigiam. O doutor David Carneiro foi muito censurado por ter feito uma espécie de psicologia do paranaense e averiguar que nós não damos valor ao que fazemos. Certamente isso está mudando, mas antes, só tinha valor o que vinha de fora. Não havia olhos para os daqui, sempre vistos pelos defeitos que apresentavam (Venturelli, 1995, p. 31).

Toda poesia de Helena Kolody é delicadeza, sensibilidade e arte. Arte pura, simples, que transcende e que cria vida na espontaneidade dos versos, cheios de observações. Aí a superioridade de sua arte: cantar a vida em todos os seus múltiplos aspectos com elegância, sobriedade e, traço característico de sua personalidade artística: simplicidade. Curiosa é a sensibilidade com que cercou a sua vida; como ela mesma o diz em seu “Rio de Planície”: “Minha vida é um largo rio de águas mansas/– vida sem ilusões, nem esperanças – /rio de planície ignorada; rio, cujas águas/passarão sem deixar memória/da sua silenciosa trajetória” (Kolody, 1941, p. 33).

Seus primeiros livros incluem poemas mais longos e influências que determinaram um tipo de ritmo preso ao tratamento do metro fixo, razão pela qual Helena Kolody refez alguns de seus primeiros textos, com vistas à edição de *Viagem no espelho*, buscando maior leveza e concisão. É fácil perceber o sentido da retomada dos versos pelo conceito de poesia defendida por Helena: “[...] poesia é um jogo difícil, ainda que tenha momentos lúdicos de prazer. É como o que você não consegue armar, não consegue vencer. Às vezes não era aquela que você quer. Então eu burilo, trabalho, suo, para chegar onde quero” (Venturelli, 1995, p. 46).

Tasso da Silveira (1952, p. 10) também ressaltará em Helena

[...] o amor profundo ao vocábulo. Porque o vocábulo é o plasma virgem em que o poeta modela seu mundo de beleza... Mas que pretende Helena Kolody com esta poesia sem artifícios, sem palhaçadas, sem enigmas pitorescos, sem charadas novíssimas, – no momento em que tudo isso é que constitui poesia no Brasil? Mas que pretende Helena Kolody com essa

poesia feita de experiência real, de comoção verdadeira, de substância eterna de vida, – deste momento brasileiro de poesia “inventada”?

Ele percebe em *A sombra no rio* “[...] a poesia feita de experiência real de comoção verdadeira de substância de eterna vida” (Silveira, 1952, p. 10).

A escritora, em muitas oportunidades, enfatiza que, por temperamento muito amoroso, certamente teria se dedicado inteiramente à família se tivesse casado. Em sua opinião, “Tenho certeza que Deus me queria poeta e eu canalizei toda esta energia para o escrever... quer dizer, a vida amorosa, para mim, ficou fazendo parte de um sonho” (Venturelli, 1995, p. 36). Por diversas vezes mencionou o sonho de ser mãe que acabou por sublimar no amor às suas centenas de alunas.

Este, provavelmente, pudesse ser elencado como um dos argumentos mais contundentes para explicar o profícuo e rico relacionamento por correspondência com escritores, críticos, leitores e amigos. Com data de 29 de março de 1946, por exemplo, Helena Kolody recebe de Carlos Drummond de Andrade um agradecimento: “Venho agradecer a amável oferta de um exemplar de seu livro *Música submersa*, onde fui encontrar, com alegria, poemas como ‘Fio d’água’ e ‘Pereira em flor’, em que à expressão mais simples e discreta se alia uma fina intuição dos ‘imponderáveis’ poéticos” (Andrade *apud* Fontes, 2012, p.155). Realmente, o processo que torna Helena Kolody a poeta da pureza e da simplicidade associadas à síntese do haicai pode ser acompanhado nos versos que foram destacados por Drummond:

### Fio d’ água

Não quero ser o grande rio caudaloso  
Que figura nos mapas.  
Quero ser o cristalino fio d’ água  
Que canta e murmura na mata silenciosa.

## Pereira em flor

De grinalda branca,  
Toda vestida de luar,  
A pereira sonha.

Pouco depois, a 28 de junho de 1946, e do mesmo Rio de Janeiro, na época Capital Federal, chega correspondência de Cecília Meireles (Meireles *apud* Fontes, 2012, p.156):

Helena Kolody: são muito razoáveis os propósitos expressos em sua última carta, e desejo-lhe pleno êxito. Em agosto, parece que irei ao Paraná, para duas conferências, segundo me acaba de comunicar o Dr. Muricy. Espero, nessa ocasião, ter o prazer de conhecê-la e de conversar com calma sobre esses assuntos.

O encontro acabou não acontecendo conforme demonstra outra carta de Cecília Meireles para Helena Kolody, datada em 25 de dezembro de 1946:

Cara Helena Kolody: acabo de receber seus votos de Boas Festas, os mesmos que lhe faço com fervoroso carinho. Foi pena não nos termos encontrado este ano, mas decerto nos encontraremos breve, e então conversaremos sobre essas coisas de espírito a que se dedicam as nossas vidas. Sempre que houver rosas, dê-lhes lembranças minhas. E, quando escrever seus poemas, pense que eu os lerei como se contemplam rosas. (Meireles *apud* Fontes, 2012, p.156-161)

Elas nunca se encontraram pessoalmente. Certa vez, em uma visita ao Rio de Janeiro, Helena a viu em uma livraria, invariavelmente discreta, não teve coragem de se aproximar.

Quando se aposentou, na década de 1960, Helena já havia publicado cinco livros: *Paisagem interior* (1941), *Música submersa* (1945), *A sombra no rio* (1951), *Trilogia* (Separata da antologia *Um século de poesia*, lançada pelo Centro Paranaense Feminino de Cultura – 1959) e *Poesias completas* (reunindo seus três primeiros livros – 1962), este último publicado por seus alunos em homenagem a

seus 50 anos. *Paisagem interior* classifica-se em segundo lugar no Concurso de Poesia promovido pela Sociedade de Homens de Letras do Brasil, sediada no Rio de Janeiro. *A sombra no rio* recebeu o terceiro lugar no Concurso de Livros do Centro de Letras do Paraná e o Prêmio Ismael Martins; foi publicado em 1951 pelo Centro de Letras do Paraná.

Justamente no período posterior ao último livro inédito, já que os dois últimos são novas edições dos anteriores, um intervalo de silêncio se fez, ficou de 1951 a 1964 sem escrever. Treze anos sem escrever uma linha. O que acabou servindo de divisor de sua obra em duas fases bem nítidas: a primeira mais lírica e a segunda, mais filosófica.

Eu não escrevo quando quero, não procuro a poesia, é ela que me procura. Para mim a poesia é um estado de graça, quando vem a inspiração, fico aérea, vivo um sonho de palavras. Não tem hora para acontecer, de repente começo a sonhar em palavras. Aí tenho que estar disponível, sozinha, e tenho que escrever, senão o poema se perde. Posso dizer que nestes momentos estou em estado de graça<sup>5</sup>.

Autocrítica e muito sensível à crítica, Helena colecionou meticolosamente, durante a vida toda, as matérias publicadas a seu respeito; as primeiras, as mais significativas e algumas cartas compõem álbum organizado por ela. Para que se perceba o nível de importância dada às críticas a seu trabalho, por causa de alguns comentários, abalada, deixou, por exemplo, de compor haicai por anos. Só voltou ao caminho do haicai por incentivo do escritor Paulo Leminski, estudioso do gênero.

Sou tão sensível à crítica que, muitas vezes, por causa de certas coisas que foram ditas, deixei de fazer haicai. Eu não confio em mim, não tenho segurança no que faço. Ainda hoje. Veja, não sei quem foi, mas alguém falou que **Ontem, agora** é um livro de circunstância. Eu já fiquei com medo de voltar a escrever. Só fiz

---

5. *HELENA de Curitiba*, filme sob direção de Josina Melo, com edição de Fernando Severo e Josina Melo. Produzido em Curitiba pela Josina Melo Produções em março de 2005, o VHS possui 32 minutos de duração.

o **Reika** porque eles me deram o título daí eu tinha uns poemas prontos e me animei a criar outro livro. Mas fico retraída, pensando sempre que está na hora de parar (Venturelli, 1995, p. 43).

Segundo o escritor Miguel Sanches Neto<sup>6</sup>, é a partir de Leminski que Helena Kolody sofre um processo de posituação nas letras paranaenses e brasileiras. “Ela é em si um poema como ser humano, dessas raras pessoas que fizeram do ofício de viver uma arte”, queda-se por inteiro o jornalista, escritor e editor do jornal Nicolau, Wilson Bueno. Com Helena, segundo o jornalista Zeca Corrêa Leite, “[...] surge uma das mais límpidas poesias do Brasil de hoje. Poesia extremamente comprometida com a vida, porque a poeta é a vanguarda da vida” (Leite, 1992).

Quanto ao processo de criação, a professora de Biologia expõe:

Escrevo por prazer. Às vezes, meus poemas afloram por inteiro. São os que chamo vivíparos (olha aí o meu vocabulário de professora de Biologia...) E são os melhores e geralmente estavam hibernando dentro de mim. Outros podem levar até dois anos para serem gestados, os poemas ovíparos, é só um núcleo que amadurece lentamente<sup>7</sup>.

Tudo o que Helena diz é poesia, quer pela forma rica e improvisável, quer pela densidade da emoção, quer pela sutileza da intuição, ou ainda pela raridade da observação.

## Sempre madrugada

Para quem viaja ao encontro do sol,  
É sempre madrugada.<sup>8</sup>

---

6. Depoimentos de Miguel Sanches Neto e Wilson Bueno em *HELENA de Curitiba*.

7. Disponível em: <https://polacodabarreirinha.blogspot.com/search?q=helena+kolody>. Acesso em: 1 out. 2025.

8. Poema citado por Helena como exemplo de “vivíparo” (Kolody, 1988, p. 48).

## Dom

Deus dá a todos uma estrela.

Uns fazem da estrela um sol.

Outros nem conseguem vê-la.<sup>9</sup>

“Dom” é um de meus poemas mais citados. Quando este poema nasceu, era só o primeiro verso. Dormiu dois anos na minha “gaveta de sapateiro”<sup>10</sup>, onde guardo alguma ideia que aparece. Guardei e esqueci. Quando mais tarde, eu o retomei, percebi o que estava evidente: nem todos veem a sua estrela. Então trabalhei na ideia. E acabei fazendo o segundo verso assim: uns fazem dela..., mas não gostei do “faz dela”. Precisava experimentar outras fórmulas e cheguei a este resultado que é o poema que temos hoje. Mas eu nunca fico satisfeita com o que faço e estou sempre aprimorando. Às vezes, volto a formas antigas para me experimentar. A gente nunca pode escolher o velho ditado: “o diabo tanto mexeu no olho do filho que até furou”<sup>11</sup>

Para Leminski, Helena Kolody é o poeta mais moderno de Curitiba. Foi a primeira mulher a publicar haicai no Brasil, segundo ele, o primeiro poeta a fazer haicai no Paraná. Na verdade, em 1941, apenas poucas experiências no gênero foram desenhadas por Guilherme de Almeida. Em entrevista, Helena conta que se interessou pelo gênero através do *Jornal de Letras* e no aprendizado com a haicaísta paulista Fanny Dupré, com quem trocou correspondência e visitas (no livro *Pétalas ao Vento*, de 1949, Fanny dedicou haicai a Helena).

Em ensaio intitulado “Tímida e rarefeita”, Luciana Romagnoli e Luis Alvarez (2008) discutem a identidade cultural paranaense. Simbolicamente, a ilustração, uma impressão digital paranaense

---

9. Poema citado por Helena como exemplo de “ovíparo” (Kolody, 1988, p. 27).

10. Segundo Olga Kolody Muñoz Ferrada (Ferrada *apud* Fontes, 2012, p.225), sua irmã, “gaveta de sapateiro” era uma expressão muito usada na época para caracterizar aquele lugar, aos moldes de uma literal gaveta de sapateiro, onde se encontra de tudo. A “gaveta de sapateiro” a que Helena se refere ficava em seu escritório.

11. Depoimentos de Helena Kolody extraídos de *Sinfonia da vida* (Kolody, 1997, p. 41) e *Helena Kolody – Série paranaense* (Venturelli, 1995, p. 23-24).

gigante inclui, entre outros ícones (pinhão, Cataratas do Iguaçu, Dalton Trevisan, araucárias, leite quente, Cristóvão Tezza, ligeirinho, Paulo Leminski...), Helena Kolody. Helio de Freitas Puglielli, no prefácio de *Ontem Agora*, aponta definitivamente:

Helena pertence ao Paraná, embora nome nacional, porque nela o Paraná encontrou sua grande voz feminina e porque nela nos encontramos, como se fosse o eco sussurrante dos próprios devaneios paranaenses.

Não é por acaso que, independentemente de gerações ou tendências, praticamente todos os que frequentam o território da poesia, em nosso estado, reservam para Helena Kolody um papel central. Ela está acima de gerações e correntes, conquistando uma unanimidade rara no mundo das letras, em termos de afetuosa admiração e respeito diante de seu trabalho sempre sincero, sempre comprometido com a máxima honestidade poética.

Helena é a voz do Paraná. Uma voz sonora, sem arrogância, sem estridências retóricas ou piegas. Uma voz que não se alterou ao longo do itinerário, modulada pela autenticidade, temperada pelo vigor de uma sensibilidade que nem o passar dos anos conseguiu reduzir. Essa é a voz que será sempre ouvida, porque intimamente ligada à nossa maneira de ser, à própria maneira de sermos aquilo que somos, na duradoura dimensão da poesia<sup>12</sup>.

Vale dizer, a poética de Helena Kolody delimita um espaço de tonalidades muito nossas. As janelas, a terra e o tempo de Helena descortinam-se para o campo do onirismo. Na geometria do sonho, em suas linhas, reencontraremos a intimidade do passado. Helena Kolody é hoje um dos nomes mais referenciais da literatura do Paraná. Paranista como o pinheiro em nossa flora, como os lambrequins em nossa arquitetura, como o “leite quente” em nosso falar.

Aí, poderíamos nos perguntar: de quais estratégias o imaginário se vale para fixar a representação de uma identidade

---

12. Prefácio de *Ontem Agora*, de Helena Kolody. **Museu Virtual Helena Kolody**. Disponível em: <https://helenakolody.art>. Acesso em: 8 set. 2025.

nacional? No caso de Helena Kolody, quais são os indícios que a identificam como ucraniana/brasileira/paranaense/curitibana? O professor Venturelli (1995) apresenta observações fundamentais sobre a “geografia” da poeta ao avaliar o sentido do descentramento materializado no discurso da escritora:

É o inefável circulando por uma geografia sem precisão definida, é a palavra escapando por entre os dedos nebulosos da sensação escorregadia. O não-lugar, o solo nem de todo conhecido por nossos pés e apenas tocando de leve por nossa razão tantas vezes esfarrapada (Venturelli, 1995, p. 18).

Na avaliação do crítico literário Wilson Martins (1994, p. 9), Helena Kolody é “[...] poeta do Paraná não apenas pela naturalidade regional, mas também por haver acrescentado a voz do imigrante à temática da poesia brasileira”. Ainda acrescenta, “Imigrantes eslavos”, por exemplo, é um “[...] quadro chagalliano em que a poesia recupera a paisagem humana do Brasil diferente”. A inscrição da língua do imigrante se dá no interior de uma outra língua. Bem entendido, a fronteira da nação do imigrante insere-se em uma outra fronteira de nação, mais que jogos de engano, o que se apresenta é o esgotamento da própria concepção de fronteira. O imigrante é aquele que traz à tona a intensidade da certeza de que estar aqui é estar em outro lugar, ou ainda, que estar é sempre uma mediação entre dois espaços, instante que separa e une o estático e o dinâmico, o que pode efetivamente sugerir um dispositivo de resistência.

Para a Professora Marly Catarina Soares (1997), que avalia a questão em sua dissertação de mestrado, a poesia de Helena Kolody capta este momento, bem como o processo de adaptação e acomodação correspondente. Em poemas de toda a sua longa trajetória poética, a preocupação em preservar os costumes do povo, a língua e a consciência do imigrante estão presentes. Segundo Soares (1997, p. 108), “A partir da ideia de que na sua poesia os elementos culturais se entrecruzam – e isto resulta na constituição do Paraná, heterogêneo mas homogêneo – tem-se uma visão

de uma parte do Brasil de composição diferente daquela dos demais estados”.

No tempo em que foram vizinhos, Paulo Leminski apresentou à poeta o movimento concretista de Haroldo de Campos por intermédio das revistas do movimento: *Invenção e Noigrandes*. Convém relevar este talento de Helena Kolody, já mencionado no começo deste trabalho, de circular, com desenvoltura, entre todas as turmas literárias: os românticos, os simbolistas, os haicaístas, os parnasianos, os modernistas, os espiritualistas, os vanguardistas... o que acontece mesmo após sua morte.

Anos mais tarde, em 13 de junho de 1993, Helena Kolody e a escritora Alice Ruiz – companheira de Leminski durante 19 anos e mãe de seus filhos – foram homenageadas pela comunidade nipônica com o nome de haicaísta. Fato raro, considerando-se o fato de serem ocidentais. Helena, Reika, e Alice, Yuuka. Conforme explicação de Alice (1997), o Ka dos dois nomes significa flor. Os prefixos Rei e Yuu são adjetivos/virtudes específicas da flor. Ambos apontam para formas de grandeza. Superlativos para quem pratica a Poesia mínima. O maior da menor poesia (em sílabas). Rodolfo Guttilla (2009) destaca que uma das mais valorizadas qualidades do “haikai à brasileira” é a brevidade. Enfatiza também que, já em seu primeiro livro, Helena apresentou haicais que “[...] denotam apuro formal de quem já dominava as regras abramasileiradas de composição do poemeto” (Guttilla, 2009, p. 100).

Ao completar 50 anos, em 1962, as alunas de Helena Kolody no Instituto de Educação a homenagearam com a edição de *Poesias Completas*. Quase cinquenta anos depois, por proposta do Centro Paranaense Feminino de Cultura, foi elaborada a Lei 14.821/2005 de autoria do Deputado Hermas Brandão instituindo 12 de outubro, dia de nascimento de Helena Kolody, como Dia da Poesia Curitibana. A lei, outorgada em 19 de setembro de 2005, objetiva reconhecer a participação e fomento cultural literário em poesia. No respeitável intervalo entre as duas homenagens, há incontáveis gestos de “pro-postura” da justa locação da escritora no panorama literário contemporâneo.

“A padroeira da poesia acaba de fazer mais um milagre” (Leminski, 1985, p. 11). “E a canonização da poeta Helena Kolody? – Está consumada. Ela é nossa santinha municipal. Nosso próximo passo é mudar o nome da Galeria Júlio Moreira para Gruta Contemporânea Santa Helena Kolody” (Leites, 2009, p. 4). Vinte e cinco anos separam o depoimento de Paulo Leminski do de Hélio Leites, performer curitibano. Há pouco, aliás, Hélio Leites lançou livro em que apresenta suas miniaturas, todas feitas em pequenos objetos de sucata (palitos, caixinhas de fósforos, tampinhas...). O que é descartável, o que é quase nada, re-articula-se para contar do vivido, obra original. Equivale a dizer: abandonam o escopo da insignificância. O carbono acorda diamante. Entre elas está o oratório “Canonização de Santa Helena Kolody”, acompanhado dos versos: “Pra canonizar pessoas/É preciso milagres./Pra canonizar poetas,/apenas poemas”<sup>13</sup>. O artista já avisou: não vende o oratório de jeito nenhum.

A Igreja Católica exige milagres para elevar um pecador à categoria de santo. Mas a poeta paranaense Helena Kolody dizia que o verdadeiro milagre é a família, por isso foi canonizada pelos artistas da Igreja da Salvação pela Graça. E, colocada dentro da capelinha, ali se encaixou e não saiu mais. Da caixa de fósforo faíscam luzes, pois seu poema mais famoso reza que “Pra quem viaja de encontro ao sol / É sempre madrugada”. A Igreja demora muito para fazer uma santa. Essa foi feita em dois meses (Leites, 2010, p. 22).

Antonio Manoel dos Santos Silva, ao prefaciар *Viagem no espelho*, delineia seus procedimentos poéticos para evidenciar a presença divina no mundo e o exercício humano das virtudes requisitadas por essa presença. É quando se constata uma tendência da autora: a de exprimir o sentimento de estigma, segundo uma tradição que vem de toda Bíblia:

Predomina, porém, a visão resignada que às vezes se transforma no projeto pessoal de um destino grandioso que existe renúncia e empenho: o sacrifício da própria existência para a

---

13. O livro *Mínimos* de Hélio Leites foi lançado no dia 27 de abril de 2011 (Vecchio, 2011).

salvação alheia. Esse empenho expiatório, encarnado em múltiplas variantes do redentor, contata ainda com o tema da participação generosa casualmente manifesta em *Infinito Presente*<sup>14</sup>.

Apesar do anonimato na mídia por anos a fio, apesar da escala artesanal e reduzida das edições de seus livros, apesar de não se deixar levar pelas modas modernas – apesar da modernidade diccional –, Helena virou moda... e foi canonizada há muitas estações. O ensaísta João Manuel Simões aponta Helena como sua santa da devoção estética, ao lado de Cecília Meireles e Florbela Espanca, entre outras (Simões, 1989). Além da óbvia alusão à coincidência entre a data de nascimento de Helena Kolody e o dia da Padroeira do Brasil – 12 de outubro –, evidencia-se a religiosidade transbordante e arrebatadora de seus poemas.

Helena Kolody estreou com *Paisagem interior* num momento em que no Paraná ainda era bastante latente a presença de representantes da corrente simbolista, mais precisamente, como aponta o crítico Miguel Sanches Neto, em meio a uma literatura produzida à maneira simbolista. O escritor (2004, p. 9) retoma avaliação do movimento simbolista no Paraná que Antonio Candido apresenta na revista *Joaquim* n. 3:

O seu vago espiritualismo, o seu desfibrilamento criador, unido, aliás, às melhores intenções, e geralmente, aos melhores caracteres pessoais, deram cabo de nosso pobre simbolismo nacional e, felizmente, enfraqueceram os arrancos neocatólicos e reacionários a que se atrelou a maioria daqueles excelentes rapazes.

Sanches Neto (2004), a partir de tal vinculação, entende que Helena Kolody não poderia deixar de pagar um tributo a esta corrente que vai orientar significativa parte de sua poesia. Muito embora a escritora nunca tenha deixado a espiritualidade fora de seu trabalho poético, paulatinamente vai atenuando a sisudez acadêmica instaurando um verbo de “valor moderno”.

---

14. Prefácio de *Ontem Agora*, de Helena Kolody. **Museu Virtual Helena Kolody**. Disponível em: <https://helenakolody.art>. Acesso em: 8 set. 2025.

Na década de 1980, uma Helena Kolody desprendida de valores poéticos ultrapassados, conquista um público leitor mais jovem com uma poesia “mais leve e mais breve”, mais imediata, mais urgente. Pela primeira vez um livro seu, *Sempre palavra* (Kolody, 1986), é publicado por uma editora, a Criar Edições, de Roberto Gomes. A publicação em escala comercial permitiu que os versos da escritora alcançassem um público nacional. A prática do culto à palavra em estado de síntese por Helena torna-se o mote de um texto referencial ao se estudar a obra da escritora: escrito por Paulo Leminski e publicado pela primeira vez na *Gazeta do Povo* em 25 de junho de 1985: Santa Helena Kolody (mais tarde, publicado com poucas modificações no jornal *Folha de S. Paulo* e no periódico cultural *Nicolau*).

Santa Helena Kolody<sup>15</sup>

Paulo Leminski

A padroeira da poesia em Curitiba acaba de fazer mais um milagre.

Chama-se *Sempre palavra*, tem apenas cinquenta páginas e inclui uns quarenta pequenos poemas. Mas tem luz bastante para iluminar esta cidade por todo um ano.

Embora seja a própria poesia encarnada, nossa padroeira está toda prosa. E com razão. Depois de onze livros de poemas editados por conta própria, é a primeira vez que é publicada por uma editora, a Criar, daqui de Curitiba mesmo, acionada pelo escritor Roberto Gomes.

Helena Kolody (ou Guélena Kolódy, para quem sabe) é filha de imigrantes ucranianos, tem 73 anos e o mais belo par de olhos azuis que já vi. Ah, se eu tivesse nascido em 1911 como meu pai!

Como a precursora Gilka Machado e Cecília Meireles, sua admiração confessa, nossa padroeira foi, a vida toda, professora de escola normal, quase o único ofício fora de casa que uma mulher podia exercer naquelas épocas, quando Getúlio Vargas, nosso grande déspota esclarecido, dizia na *Voz do Brasil*, “Tra-

---

15. Leminski (1985, p. 11).

balhadores do Brasil”, mas não dizia, “Trabalhadoras...” Para o magistério, viveu. E, como professora, aposentou-se.

Como professora, eu disse. Como poeta, ela é mais viva e atual que boa parte dessa garotada que, hoje, anda por aí, apertando uma espinha aqui, enrolando um poema ali, achando que poesia é um texto qualquer nota e se julgando, em sua infinita ignorância, o maior gênio incompreendido do planeta.

Nossa padroeira é o poeta mais moderno de Curitiba, de uma modernidade enorme, uma modernidade de quase oitenta anos. Nenhum de nós tem modernidade desse tamanho. Nossa padroeira nunca casou. E viveu a vida toda com a mãe e as irmãs, seu tesouro eslavo de afetividade e dedicação.

Vida. Esse é o assunto de Helena Kolody. Não é à toa que essa nossa mestra de poesia é professora de biologia.

Mas tudo isso que eu digo não passaria de uma efusão sentimentalóide, se a poesia de Helena não se sustentasse em nível de linguagem, de design, de essência.

Que dizer, porém, de um poeta que chega, de repente, e, apenas, te diz num poema de duas linhas, “para quem viaja ao encontro do sol, é sempre madrugada”?

“Essências e medulas”, assim definia Pound a poesia. E esse era o nome que eu daria para um ensaio sobre a poesia da nossa padroeira.

Quando, em 1941, Helena publica, em Curitiba, às suas próprias custas, a coletânea *Paisagem interior*, seu primeiro buquê de poemas, Bilac ainda é um Deus, o Modernismo de 22 ainda é apenas um escândalo e a poesia só é reconhecível nos trajes de gala do soneto.

Sobretudo já estava morto e enterrado o rico movimento simbolista que, presente no Brasil todo, tinha tido em Curitiba o seu centro mais ativo: É Brito Broca quem diz, em 1910, Curitiba era cidade literalmente mais importante do Brasil. Basta dizer que oito das quinze revistas do Simbolismo brasileiro foram editadas aqui, entre 1895 e 1915.

Mas, quando Helena começa a produzir e publicar, esse momento já tinha passado, deixando atrás de si apenas um per fume e uma vibração.

No escuro, no silêncio, na penumbra, Helena veio então construindo sua poesia e publicando aqui mesmo, *Música submersa*, *A sombra no rio*, *Era Espacial*, *Trilha Sonora*, *Infinito Presente*, sempre ela, até este *Sempre palavra*.

Algo na poesia e na vida, no produto e no processo, de Helena, me lembram o gaúcho Mário Quintana, a mesma pureza, a mesma entrega, a mesma singeleza, a mesma santidade.

Mas Helena é mais enxuta, mais rápida, mais haikai que o mestre de Porto Alegre: Helena chega no gol com menos toques na bola.

Periférica como Quintana, Helena passou esses anos todos meio intocada pelas novidades que fervilharam no eixo Rio-São Paulo, alquimista mergulhando sozinha até a essência do seu fazer lírico, até o momento em que, como diz ela, “o carbono acorda diamante”.

Tem certas manhãs azuis em Curitiba, mas tão azuis, tão azuis, que eu tenho certeza: Helena Kolody acordou cedo e olha por todos nós.

Sucedendo período de repressão política, o ano de 1987, julho, marca o início de circulação do periódico de cultura *Nicolau*, publicado pela Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, dirigido de 1987 a 1994 pelo escritor Wilson Bueno, seu idealizador e diretor das 55 primeiras edições. O último número foi publicado em 1998. O periódico objetivava suprir algumas lacunas regionais: a necessidade de a produção literária recente divulgar seus textos, bem como registrar a história do Estado e de sua gente, sob a marca da “pluralidade de pensamento”. A escolha de seu título – *Nicolau* – já alude à conformação sociohistórica do Estado. Com tiragem de 150 mil exemplares, distribuídos mensal e gratuitamente, quer por mala direta, quer encartado nos principais jornais do Paraná, não obstante o órgão estatal de viabilização da edição, *Nicolau* não se transformou em porta-voz da ideologia oficial, muito pelo contrário, sua proposta estética e de pensamento era bastante independente.

No espaço reservado à literatura, predominante, a preferência recai sobre os autores do Estado, como assinala Eduardo

Marquardt (1998, p.10), “[...] carentes de espaço, editoras e, mais ainda, de leitores”. No entanto, a frequência de “personalidades” da literatura brasileira e também da universal, em todas as edições, acaba legitimando e consagrando a publicação. Ao lado de Octavio Paz, Haroldo de Campos, Augusto de Campos, Wilson Martins, José Paulo Paes, dentre inúmeros outros nomes de renome, inclusive internacional, o jornal acolheu muitos textos dos estreantes, na época, como Miguel Sanches Neto, Carlos Dalla Stella, Rodrigo Garcia Lopes ou Eduardo Hoffmann, e até mesmo Arnaldo Antunes. De acordo com Chaga (1997, p. 10), Marquardt, ao analisar o primeiro ano de *Nicolau*, observa que, por sua estruturação, ele “[...] lembra muito a postura adotada pelo que se pode chamar de primeira fase do Folhetim, da *Folha de S. Paulo*, no que concerne a um projeto de ‘catequização da cultura’, mas que no caso do *Nicolau* canaliza-se num claro processo de construção de identidade”.

Uma das peculiaridades mais interessantes de *Nicolau* diz respeito à presença considerável da literatura oriental, o que, em muito, contribuiu para o enriquecimento do jornal em termos estéticos. Entre os autores mais presentes, divulgou-se obras de poetas clássicos chineses, tais como: Li Tai Po, um dos maiores poetas da China, Po Chu I, com ideogramas originais, e Issa Kobayashi, já no primeiro número publicado. Os haicais, representantes da poesia oriental, foram privilegiados em várias páginas do jornal, revelando, como destaca Maria Lúcia Vieira (2001, p. 11),

[...] uma certa atração de seus artistas criadores por esta forma literária misteriosa e intrigante. Tão intrigante que, a partir de 1970, o haikai foi adotado pela geração beat, em todo o mundo, e, por muitos poetas brasileiros importantes, inclusive Paulo Leminski, numa busca esotérica de sentido para a vida, associada, em parte, à irreverência e crítica ao recente regime político ditatorial (1964-1984).

Plenamente afinada à linha editorial de *Nicolau*, Helena Kolody publicou seus textos em dezenove de seus números, sendo que ainda concedeu uma entrevista numa das edições (n. 8, entrevista concedida à jornalista Telma Serur) e teve uma cari-

catura sua publicada em outra (n. 33, ao lado de Dalton Trevisan, Wilson Bueno e Paulo Leminski, caricaturas de Paixão). Ou seja, resumindo, participou de um terço de todos os exemplares do periódico, o que não é pouco e é muito revelador.

Absolutamente sintonizada com a prática poética de seu tempo, Helena participou de inúmeras antologias que revelaram e firmaram nomes importantes e de vanguarda de nossa literatura mais contemporânea. A referendar uma linhagem poética da época, Arnaldo Antunes co-edita a revista gráfico-poética *Atlas Almanak 88* (Antunes *et al.*, 1988). Ao todo são 84 criadores num álbum que combina poesia, artes gráficas, artes plásticas, música e cinema. Aí, a palavra de Helena Kolody, aparentemente simples e, ao mesmo tempo, cósmica, reverbera a palavra, entre outros, de Haroldo de Campos, Régis Bonvicino, Waly Salomão, José Lino Grunewald, Sebastião Uchoa Leite, Décio Pignatari, Glauco Mattoso e Paulo Leminski. A obra compõe-se de um conjunto de trabalhos distribuídos em procedimentos inventivos – não só pela exploração da visualidade tipográfica da superfície escritural – aplicados ao signo poético, que fazem da palavra o eixo fundamental e mantenedor de suas relações. Ao mesmo tempo, discute-se, sublinearmente, o estabelecimento de limites no campo artístico, ao se promover diferentes modos de conexão da comunicação artística contemporânea.

Em uma introdução ao debate sobre a problemática do pós-modernismo na Literatura Brasileira, Italo Moriconi (2004, p. 11) reflete sobre os anos 80 e 90 do século passado. Observando a partir de um ponto de vista cultural mais amplo, polemiza: “[...] o fim do século XX é pós-canônico, pós-vanguardista, pós-modernista. Na poesia brasileira, é marginal e pós marginal, pós-moderno e pós-modernista... O fim do século foi para lá de depois”. Defensor do debate sobre a pós-modernidade, considerado estratégico, Moriconi (2004) destaca a pertinência de outros debates surgidos no período, como os estudos culturais, o debate sobre globalização, a questão do pós-colonial e do pensamento diaspórico. A partir daí defende que na poesia brasileira do fim do século, o sujeito marcado por gênero é de longe o mais importante nessa multiplicação de marcas. A poesia escrita por mulheres apareceu no

cenário com força quantitativa. Cita alguns nomes: Olga Savary, Cora Coralina, Neyde Archanjo, Orides Fontela, Helena Kolody, Lupe Cotrim Garaudy, Josely Vianna Baptista, Zila Mamede, Lélia Coelho Frota, Iara Vieira entre tantas outras.

Muito embora discorde de Moriconi em alguns aspectos, Paulo Venturelli também evidencia o fato de Helena Kolody, filiada à grande tradição lírica da poesia em língua portuguesa, saber colocar “[...] sua dicção de mulher escrevendo numa época em que isto não era muito comum”<sup>16</sup>. Ainda lembra que seu lugar no panorama literário está garantido por tudo isto, além de ter sido uma das primeiras, entre nós a praticar o haicai. O Professor Paulo Venturelli é o autor de Helena Kolody, da Série Paranaenses, sem sombra de dúvidas, um dos mais importantes e citados trabalhos sobre a escritora até hoje. Para ilustrar a heterogeneidade que compõe o repertório de experimentos de Helena Kolody, basta conferir os procedimentos adotados para as comemorações de seus 80 anos, em 1992: concertos, recitais de poesia, distribuição de poemas e cartazes pelos terminais de ônibus, nos ônibus (1.600), táxis (500), escolas, centros culturais, bares, outdoors e até um clip poético veiculado na televisão. Um lanche no Clube Curitibano que reuniu 300 ex-alunos, missa em ação de graças e palestra da Professora Cassiana Lacerda: “Helena Kolody – 80 anos de Vida e Poesia” comemoraram a trajetória da escritora.

O cineasta Sylvio Back lançou o filme *A Babel da Luz* que estreou nacionalmente em Curitiba, no teatro do Palácio Avenida, em 14 de outubro, com sua presença e a da aniversariante.

Auto-retrato protagonizado pela poeta Helena Kolody, enquanto espelho de suas próprias angústias, enquanto aventura linguística única, enquanto repositório de uma biografia interminável – que o poema, afinal, continua a vida... É uma biografia feita em poemas e com tradução gráfica (Gazeta do Povo, 1992, p. 02).

---

16. VENTURELLI, Paulo. Entrevista concedida a Luísa Cristina dos Santos Fontes, em fevereiro de 2010, por e-mail. In: FONTES, L. C. dos S. **Helena Kolody, carbono & diamante**. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

Assim, Back resume sua produção. O filme *A Babel da Luz* recebeu o prêmio de melhor curta-metragem do *XXV Festival de Brasília do Cinema Brasileiro* e o de melhor montagem<sup>17</sup>. Concorreu com mais de 50 inscritos no festival. Além do “Candango”, Sylvio Back recebeu um prêmio de 30 milhões de cruzeiros. Em entrevista, logo depois da estreia, o cineasta conta entusiasmado: “[...] as pessoas, no final da projeção, vinham me perguntar mais sobre Helena Kolody. O incrível é que nossa poeta não é nacionalmente conhecida. E quando for, 500 poetas deixarão de existir, pois ela é iluminada” (Lopes, 1992, p. 21). Antes mesmo da premiação em Brasília, o crítico Rubens Ewald Filho já havia pedido para exibir o curta-metragem na TV A, o que aconteceu poucos dias depois

Helena estabelece uma fecunda relação criadora, mediante a arte da criação poética, entre a realidade estética, íntima e pessoal, com a realidade cultural, geográfica e humana e a realidade interior e mística (religiosa). Para ser devidamente admirada, é preciso sua captação em todos os aspectos, a poesia santificadora de Helena Kolody é, basilarmente, uma obra de conjunto, um corpo de ideias harmoniosamente apresentado, conforme a notificação de Herbert Munhoz van Erven, crítico literário. Para Venturelli (1995, p. 46), a escritora alia “[...] subjetividade isolacionista com o interesse pela reflexão através de filigranas verbais”. Mais, “[...] em diversos momentos tinge-se de acento místico, raiando a transcendência, que uma vez mais afasta seu corpo poético da praça social, onde se encontram todas as vozes” (Venturelli, 1995, p. 46). Em suma, essa relação possibilitou uma instância interpretativa, que se desvela desde seus primeiros livros, em que se pode saborear o máximo em cada momento, por uma escrita límpida, tocante, capaz de fascinar diferentes gerações de leitores.

Sem divulgação, foi lançada em 2003, a edição italiana de *Viagem no espelho – Viaggio nello specchio*. O livro foi traduzido por Domenico Corradini H. Broussard e publicado em Pisa pela Tipografia Editrice Pisana. O ensaio *I custodi della terra: bibliografia, filmografia e discografia sul Brasile*, publicado pela *Mediateca del*

---

17. O “poemografilm” contou com o patrocínio do Banco Bamerindus, d’O Boticário, da Fundação Cultural de Curitiba e do Instituto Brasileiro de Arte e Cultura.

comune di San Lazzaro di Savena, no item *La letteratura: un mixer culturale*, indica este livro de Helena Kolody para leitura, ao lado de *Teresa Batista stanca di guerra*, de Jorge Amado, *Sagarana*, de Guimarães Rosa, *L'alienista*, de Machado de Assis, *Cronaca di una innamorata*, de Zelia Gattai, *L'alchimista*, de Paulo Coelho, entre outros, todos livros traduzidos para o italiano. “*Un elenco, sicuramente parziale, di grande interesse e di altissima qualità letteraria*”. A antologia poética *Viagem no Espelho*, que teve sua primeira edição em 1988, reuniu com o aval da própria escritora o melhor de seus dez livros anteriores, a obra, hoje, encontra-se fora de catálogo. Para *Viaggio nello specchio*, foram selecionados os poemas dos livros *Sempre palavra*, *Poesia mínima* e *Ontem, agora*, obras em que o trabalho de Helena Kolody alcança a sua maior depuração lexical e semântica. Assim, o poeta e filósofo Domenico Corradini H. Broussard, tradutor de Helena Kolody para o italiano, analisa o fazer poético da escritora brasileira: “*Sono l'espressione di una rara avventura umana e ci offrono in dono quella sapienza conquistata che distingue i grandi della letteratura.*” Sua voz literária não somente traduz o que ela viveu, mas sim, traça um itinerário de seu próprio viver. Eis a viagem no espelho, tantas vezes reconstituída por Helena Kolody, comprovando que sua poesia se traduz franqueada por um passaporte biográfico e histórico.

Vistos com a distância que se me permite, tais vestígios franqueiam um profuso exercício de procedimento de montagem em petit pavê (tão característicos em/de Curitiba), com enfrentamento de discursos intersticialmente. Seu transcurso fecha-se antes e fecha-se depois, em tautocronismo, posto que veículo da literatura do presente, presente, como frisa Paolo Virno (2007, p. 96-97), visto como se já tivesse sido. Todas estas informações formam para o autêntico colecionador uma “*completa enciclopédia mágica, uma ordem do mundo*”. Revendo as lições de Benjamin (2006, p. 241):

Acompanhemos um colecionador que manuseia os objetos de sua vitrine. Mal segura-os nas mãos, parece estar inspirado por eles, parece olhar através deles para o longe, como um mago. (Seria interessante estudar o colecionador de livros como

o único que não necessariamente desvinculou seus tesouros de seu contexto funcional).

Ainda que de objetos díspares, a bagagem de Helena Kolody é a materialização de seu trabalho, uma peculiar cartografia de auto-referências levadas ao extremo e, não obstante o aparente feito paradoxal, retoma os biografemas barthesianos.

O sujeito encontra na linguagem a possibilidade e os recursos para lidar com o poder, para redistribuir a tensão que o embate entre direitos e deveres, responsabilidades, cobranças e justificativas estabelece. É ela também instrumento de resistência do sujeito pelo direito de se posicionar, de não aceitar a coerção, de poder batalhar por um lugar no qual se encontre em poder de dizer. Esta batalha é marcada por sua história, sendo própria da relação que ele estabelece com o seu discurso e com o discurso do outro.<sup>18</sup> Instigante viagem por citações, “in citações” que, em Helena Kolody, não lhe tiram o mérito da manifestação epifânica.

Assim este sujeito se mostra em todas as formas possíveis, concretizando, de certa forma, o que é próprio do pacto biográfico. É como se sua imagem se multiplicasse, calidoscopicamente, êxtase fragmentário consumado na pluralidade de vozes. Uma “viagem no espelho” de complexa configuração simbólica. A diversidade dos discursos, no entanto, busca um efeito em bloco para sustentar uma imagem unitária. Cremos que esse “bloco de sustentação” seja um plano discursivo em que o sujeito enunciativo busca legitimidade externa – em nosso caso, a instituição literária.

A especificidade do texto literário confirma-se como dispositivo discursivo, no qual o gesto ficcional coincide com o gesto de constituição do fato em história. A restituição do real. Ao exercitar a linguagem literária, reconstrói a história através de uma memória dinâmica, ancorada num presente perpétuo que a instituição literária viabiliza. Vale dizer, faz sentido o olhar sobre as fronteiras entre o discurso literário como reproduzidor de discursos

---

18. Já propus esta reflexão ao pensar sobre aspectos da textualidade do escritor Harry Laus, principalmente no que diz respeito a relações homoafetivas. Ver Santos (2002).

sociais e seu funcionamento a gerenciar uma postura voltada para o mundo e para si próprio.

Foi apenas no final do século XX que a obra de Helena Kolody começou a despertar o interesse da comunidade científica, desde então, é cada vez maior o número de teses, dissertações, monografias e pesquisas que avaliam o seu estatuto poético. Destaque-se o trabalho do professor Antonio Donizeti da Cruz, autor da dissertação de mestrado *Helena Kolody: a poesia da inquietação*, apresentada na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1993, e de sua tese de doutorado *O universo imaginário e o fazer poético de Helena Kolody*, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2001, entre os primeiros trabalhos científicos tendo como *corpus* os versos de Helena Kolody. Os dois trabalhos acadêmicos foram publicados em formato de livro e o autor ainda publica recorrentemente artigos e capítulos de livros analisando diferentes facetas de seu universo poético. Para o pesquisador, a busca da transcendência é o seu principal tema; religiosidade, sentimento de finitude, nostalgia, aspiração do absoluto, convergem à temática. A consolidação do nome da escritora, certamente, remete a reverberações destas pesquisas em ambiente universitário.

Nessa ordem de ideias, relevo a “Fortuna crítica”, termo consagrado em estudos literários para designar todo o conjunto da crítica acadêmica, de natureza reflexiva, já feita/escrita/publicada sobre a obra de um determinado autor. Na visão de Afrânio Coutinho (1990), trata-se de um instrumento valioso para a organização bibliográfica na área dos estudos literários. O conjunto constitui variável importante para o processo de consagração de um escritor pois representa o seu capital literário. No caso das escritoras, considerando-se todo o quadro histórico-social, o capital é eminentemente mais vultoso.

Valioso legado, o sobrevoo à sua obra – e sua gênese – franqueia a passagem ao seu ofício, um pouco, seu santuário secreto. A literatura, assim lida, pode ser tanto um experimento de linguagem, como subsumir a criação da nossa própria identidade. Eis a

sua paisagem interior em viagem no espelho, tantas e tantas vezes mencionada por Helena Kolody.

Na euforia da chegada,  
há um convite irrecusável  
para uma nova partida.

Helena Kolody

## Referências

- ANDRADE, C. D. de. [sem identificação]. In: FONTES, L. C dos S. **Helena Kolody, carbono & diamante**. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- ANTUNES, A. *et al.* **Atlas – Almanak 88**. São Paulo: Kraft Comunicação, fev./nov.1988.
- BENJAMIN, W. **Passagens**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- BENJAMIN, W. Rua de mão única. **Obras escolhidas**, v. II. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BOURDIEU, P. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BROCA, B.. **A vida literária no Brasil: 1900**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2004.
- CHAGA, M. A. M. C. “O suplementário Folhetim da *Folha de S. Paulo*”. **Boletim de Pesquisa – NELIC**, n.1, Santa Catarina, fev. 1997.
- COUTINHO, A. (Org.). **Enciclopédia de Literatura Brasileira**. 2. ed. vol. 2. Rio de Janeiro: MEC/FAE, 1990.
- DUPRÉ, F. L. Helena Kolody. **Tapejara**, Ponta Grossa, ano III, n. 9, jan. 1953.
- Filme e outdoors para Helena Kolody. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 out. 1992.
- FERRADA, O. K. M. [sem identificação]. In: FONTES, L. C dos S. **Helena Kolody, carbono & diamante**. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- FONTES, L. C. dos S. **Helena Kolody, carbono & diamante**. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- FONTES, L. C. dos Santos. Harry Laus: sujeito e texto. **Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes**. n. 10. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2002.

- FONTES, L. C. dos S. **Roteiro Literário Helena Kolody**. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 2018.
- GUTTILLA, R. W. **Boa companhia** – Haicai. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- HELENA de Curitiba**. Direção: Josina Melo. Edição: Fernando Severo e Josina Melo. Curitiba: Josina Melo Produções, mar. 2005. 32 min. VHS.
- KOLODY, H. **Paisagem interior**. Curitiba: Artes Gráficas da Escola Técnica de Curitiba, 1941.
- KOLODY, H. **Sempre palavra**. Curitiba: Criar, 1986.
- KOLODY, H. **Sinfonia da Vida**. Rio de Janeiro: Editora Letra Viva Ltda., 1997.
- KOLODY, H. **Viagem no espelho**. Curitiba: Criar, 1988.
- KOLODY, H. *Viaggio nello specchio*. Tradução para o italiano: Domenico Corradini H. Broussard. Pisa, Italy: Tipografia Editrice Pisana, 2003.
- LEITE, Z. C. Helena Kolody: 80 anos de poesia. **Folha de Londrina**, 11 de outubro de 1992.
- LEITES, H. Entrevista. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 nov. 2009, p. 4.
- LEITES, H. **Mínimos**. Curitiba: Cultural Office, 2010.
- LEMINSKI, P. Santa Helena Kolody. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 jun. 1985.
- LOPES, A. M. Poeta Helena Kolody comove Brasília. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 3 dez. 1992, p. 21.
- MARQUARDT, E. **O primeiro ano de Nicolau**: Nós do Paraná. Revista do IEEE América Latina, Florianópolis, v. 1, n.3, p. 33-36, 1998.
- MARTINS, W. Poetas do Paraná, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 de março de 1994. p. 9.
- MEIRELES, C. [sem identificação] *In*: FONTES, L. C. dos S. **Helena Kolody, carbono & diamante**. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- MORICONI, Í. A problemática da pós-modernidade na Literatura Brasileira. **CADERNOS da ABF**. V. III, n. 1. Niterói: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. fev./mar. 2004. Disponível em: <[www.filologia.org.br/abf/volume3/numero1](http://www.filologia.org.br/abf/volume3/numero1)>. Acesso em: 15 out. 2009.
- MURICY, J. C. de A. **A nova literatura brasileira**. Porto Alegre: Globo, 1936.
- NUNES, J. M. Fala um leitor. **Unidade** (Revista), Rio de Janeiro, 1942.
- OLIVEIRA, J. B. C. Helena Kolody. **Diário da Tarde**, Curitiba, 21 jan. 1942.
- PILOTTO, V. **RUMO Paranaense**, Curitiba, ano II, n. 35, nov. 1976.

POLACODABARREIRINHA (Blog). **Helena Kolody, o coração da poesia**. 2005. Disponível em: <https://polacodabarreirinha.blogspot.com/search?q=helena+kolody>. Acesso em: 1 out. 2025.

Prefácio de *Ontem Agora*, de Helena Kolody. **Museu Virtual Helena Kolody**. Disponível em: <https://helenakolody.art>. Acesso em: 8 set. 2025.

ROMAGNOLI, L.; ALVAREZ, L. Tímida e rarefeita. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 jan. 2008. p. 1. Caderno G ideias

RUIZ, A. Sem título. In KOLODY, Helena. **Sinfonia da Vida**. Rio de Janeiro: Editora Letra Viva Ltda., 1997.

SANCHES NETO, M. Enorme modernidade. **Rascunho**. 2004. Disponível em: <<http://tudoparana.globo/rascunho/controlo/impressao.phtml?id=315>>. Acesso em: 16 mar. 2004.

SILVEIRA, T. da. Pura poesia e crítica impura. **A Estante**, Revista Brasileira de Bibliografia e Cultura. Rio de Janeiro, n. 1, julho 1952.

SIMÕES, J. M. A “opera omnia” de Helena Kolody. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 1 fev. 1989.

SOARES, M. C. **Helena Kolody: uma voz imigrante na poesia paranaense**. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

VECCHIO, A. del. Significador de insignificâncias. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 de abril de 2011. Caderno G, p. 1.

VENTURELLI, P. Entrevista concedida a Luísa Cristina dos Santos Fontes, em fevereiro de 2010, por e-mail. In: FONTES, L. C. dos S. **Helena Kolody, carbono & diamante**. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

VENTURELLI, P. **Helena Kolody**. Curitiba: Ed. UFPR, 1995. Série Paranaenses, n. 6.

VIEIRA, M. L. Um Periódico Cultural em Busca de Poesia. **E Letras**, v. 3, 2001.

VIRNO, P. O que é o presente? In: SCRAMIM, Susana (Org.). **Literatura do presente: história e anacronismo dos textos**. Chapecó, Argos, 2007.

# *Os Vergueiros* de Hellê Vellozo Fernandes: literatura como estratégia de justiça simbólica

Ana Flávia Braun Vieira

## Introdução

Nascida em 13 de outubro de 1925, em Curitiba (PR), Hellê Vellozo Fernandes integrou uma família de forte tradição intelectual (Germiniani, 2010). Foi neta de Dario Vellozo (1869-1937) e filha de Porthos Moraes de Castro Vellozo (1895-1966) com Prudência Araújo Moritz Vellozo (1900-1987), nomes reconhecidos no Paraná pela atuação nas letras e no magistério. Considerada uma das maiores escritoras paranaenses (Diário do Paraná, 1967), destacou-se por sua precocidade: aos oito anos já escrevia seus primeiros textos; aos 15 anos, era gerente do *Guayracá*, jornal da seção feminina do Ginásio Paranaense; aos 18 anos, formou-se professora; aos 21, passou a colaborar com os principais periódicos da capital; aos 23, assumiu a função de redatora social do jornal *O Tibagi* e a coordenação das Escolas Isoladas de Monte Alegre<sup>1</sup>. Ao longo de sua trajetória, publicou oito livros de autoria própria, entre eles *Os Vergueiros*, escrito em 1950 e lançado em 1958.

O livro narrou a história da família Vergueiros, composta por Celso e Carmela, pelo primogênito Ramon e sua esposa Cleonice, além dos demais filhos: Príamo, Clotilde, Augusto, Miriam, Otaviano e Délia. Tratava-se de uma família de intelectuais curitibanos que viviam na Chácara do Butiá, onde a vida de todos gravitava em torno de Celso Vergueiros, o patriarca da família, e de sua maior criação, o Partenon, um “[...] templo de Ensino, Educação, Recreio e Intelectualidade” (Hél, 1958, p. 14). A rotina habitual da família foi rompida com a chegada da prima Bela e, em seguida, pelo casamento dela com Ossain Sali, que passaram a

---

1. Atual município de Telêmaco Borba – PR.

residir numa casinha construída pelos Vellozo na referida chácara. Ossain dedicava todo o seu tempo à Celso e ao Partenon, ao passo que os sucessores naturais do legado do pai estavam ocupados com atividades escolares e laborais. Essa dedicação, especialmente em um momento de fragilidade da saúde de Celso, foi interpretada como desdém dos filhos e uma vocação natural de Ossain para levar aquela grande obra adiante. Tendo Celso manifestado esse desejo publicamente, em frente aos membros do Partenon, após sua morte, Ossain logo levou a cabo sua posse sobre o Instituto, sobre as pessoas e, gradualmente, sobre toda a Chácara do Butiá.

No romance, a primeira a perceber que se tratava de um golpe foi Cleonice. Ela tentou de todas as formas alertar aos demais membros da família sobre os abusos que sofreriam e buscou desacreditar Ossain, que desvirtuava dia a dia os princípios do Partenon, distorcendo os discursos de Celso e os próprios regulamentos do instituto para consolidar seu projeto de poder. No entanto, por ser mulher, suas denúncias inflamadas foram interpretadas como sinais de loucura e ela foi submetida a medicações contra a sua vontade. Além de Cleonice, Príamo era outro membro da família que não se deixava levar pelos encantos daquele estranho que buscava imitar Celso em seus trejeitos e, após seu falecimento, falar em seu nome. Os demais Vergueiros foram enredados pelo *Ideal* pregado por Ossain, que para todas as ocasiões tinha uma resposta pronta, supostamente inspirada nos princípios de amizade e fraternidade pregados por Celso. Foram necessárias muitas ações simbolicamente violentas praticadas pelo usurpador – apoiado fielmente por sua esposa Bela – para que os Vergueiros se percebessem enredados e reunissem forças para resistir<sup>2</sup>.

Na trama, foram, ao menos, oito anos de pequenas ações empreendidas por Ossain com o objetivo de manter a família unida para legitimar sua posição no Partenon, mas submissa, de forma a não questionar suas autoritárias decisões frente à instituição e à

---

2. Práticas de resistência manifestam-se como recusa à violência simbólica, questionando classificações e hierarquias impostas. Nos termos de Bourdieu (2012, p. 15), a resistência às imposições simbólicas advém da “[...] tomada de consciência do arbitrário, quer dizer, a revelação da verdade objetiva e o aniquilamento da crença”.

própria família Vergueiros. Finalmente, a conduta de Ossain para com a família foi publicamente exposta durante uma discussão entre antigos frequentadores do Partenon e o sucessor de Celso. Com isso, Ramon reconheceu que Ossain era um charlatão, que priorizava seus interesses econômicos em detrimento do desenvolvimento intelectual e cuja relação com o instituto era totalmente interesseira. O rompimento definitivo ocorreu quando Príamo foi vítima de um atentado. Para salvá-lo, a família acordou da inércia produzida pelo *Ideal* de Ossain, mas sofreu muitas perdas no processo de ruptura com a dominação simbólica por ele exercida.

O livro *Os Vergueiros*, com suas 376 páginas divididas em 31 capítulos, apresenta descrições detalhadas de paisagens, personagens e emoções que transportam os leitores para a Chácara do Butiá e os fazem experimentar a silenciosa violência sofrida pela família retratada. À primeira vista, essa riqueza de detalhes poderia ser atribuída a um traço estilístico de Hellê Vellozo Fernandes, que envolvia a apropriação de contextos reais como matéria literária. No entanto, ao aprofundar os estudos e observar semelhanças entre a descrição do Partenon e os acontecimentos em torno do Instituto Neo-Pitagórico, fundado em 1909 por seu avô Dario Vellozo, tornou-se plausível supor que outros episódios narrados pela autora também correspondessem a fatos reais. Uma pesquisa realizada nos jornais paranaenses disponíveis na Hemeroteca Digital confirmou essa hipótese ao revelar uma notícia sobre a ação movida pela avó de Hellê, Escolástica de Moraes Vellozo, contra seu genro, Rosala Garzuzo, e o próprio Instituto Neo-Pitagórico, relativa à posse do imóvel Retiro Saudoso (O Dia, 1951). A decisão judicial, datada de 1951, devolveu a propriedade à viúva de Dario Vellozo e desmascarou as contradições das testemunhas ligadas ao acusado, evidenciando a dimensão de conflito familiar e institucional por trás da narrativa de Hellê Vellozo Fernandes.

**IMPORTANTE DECISÃO JUDICIAL**

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, por sua Segunda Câmara Cível, integrada pelos ilustres e doutos desembargadores Xavier da Veiga, Guarita Cartaxo e Costa Barros, em decisão unânime, negou provimento ao agravo interposto pelo dr. Rosalt Garzuze, também na qualidade de presidente do Instituto Néopitagórico, de respeitável despacho proferido pelo integro Juiz da 2ª. Vara Cível de Curitiba, dr. Segismundo Gradowski, nos autos da ação de reintegração de posse movida por D<sup>a</sup> Escolástica Moraes Veloso, digna e respeitável viúva do professor Dario Veloso, contra o esbulho praticado pelo mesmo agravante, dr. Rosala Garzuze, genro dela autora, na propriedade "Retiro Saudoso" da qual é plena usufrutuária.

Com a arresto de nosso Egrégio Tribunal, transitou em julgado a sentença de primeira instância que julgou procedente a reintegração in totis, concedida a ação, confirmando a rein- pelo douto juiz substituto, dr. Luiz A. Maranhão Junior, e condenou os réus dr. Rosala Garzuze e o I.N.P. ao pagamento dos honorários do advogado da autora e das custas do processo, ficando, assim evidenciada, diante da exuberante prova feita pela Autora, a precariedade das alegações dos réus com suas testemunhas que falsearam a verdade em detrimento da justiça, e finda a demanda a que foi arrastada D<sup>a</sup> Escolástica Moraes Veloso, apesar de sepatagenária apelando para a justiça de nossa terra para que fossem respeitados os seus direitos, tendo como advogados os drs. Ney Leprevost Albarino Mattos Guedes e Athos Veloso, militantes em nosso fóro.

Fonte: O Dia, 30 jan. 1951, p. 6.

Ter conhecimento deste episódio alterou substancialmente a leitura de *Os Vergueiros*. Não se trata apenas de um romance que se vale do campo intelectual curitibano como cenário, mas de uma obra que funciona como uma espécie de denúncia. Mais do que isso: acredita-se que esta obra foi uma estratégia adotada por Hellê Vellozo Fernandes em resposta simbólica à injustiça

sofrida por sua família. Assim, este capítulo teve como objetivo compreender de que maneira a autora utilizou da literatura para preservar a memória de sua família e justificá-la diante do campo intelectual curitibano. Para tanto, com base no referencial teórico de Pierre Bourdieu, foi realizada a análise de *Os Vergueiros* a partir dos seguintes índices: relações familiares; princípios do instituto e campo intelectual curitibano; protagonismo das mulheres; e ações relacionadas ao golpe sofrido. A interpretação das categorias permitiu compreender que Hellê Vellozo Fernandes valeu-se da ironia para narrar detalhadamente o golpe sofrido, restaurar a reputação familiar e, ao mesmo tempo, estabelecer críticas ao campo intelectual curitibano, especialmente em relação ao papel das mulheres.

Este estudo é relevante por oferecer novos elementos para a compreensão da história dos intelectuais da família Vellozo e sobre o campo intelectual curitibano de meados do século XX. Enquanto o livro de Kamita (2004) menciona que Escolástica de Moraes Vellozo permaneceu anos reclusa no Retiro Saudoso após a morte de Dario Vellozo, entende-se agora as razões dessa retração, vinculadas às querelas envolvendo a posse do imóvel e do legado familiar. Além disto, o capítulo contribui para o entendimento das disputas no campo intelectual curitibano, evidenciando como o capital simbólico do avô de Hellê Vellozo Fernandes e a memória de sua obra foram objeto de conflito entre diferentes agentes. Nesse contexto, Hellê Vellozo Fernandes não foi uma vítima passiva, e, dentro das suas possibilidades, fez de sua literatura uma ferramenta de justiça simbólica<sup>3</sup>. Assim, a relevância deste capítulo reside tanto na elucidação de dimensões familiares e institucionais até então pouco exploradas, quanto no relevo conferido ao protagonismo de Hellê Vellozo Fernandes como agente crítica e estratégica no campo intelectual paranaense.

---

3. O termo justiça simbólica designa a tentativa de reposicionar e legitimar socialmente sujeitos ou grupos por meio da produção cultural. Inspirada em Bourdieu, a noção refere-se ao acionamento de capitais culturais e simbólicos para reparar fragilizações de posição no campo e reafirmar pertencimento e reconhecimento.

## Abordagem teórico-metodológica

A análise de *Os Vergueiros* partiu da compreensão de que obras de caráter literário carregam em si elementos da sociedade na qual foram criadas (Barros, 2019). No entanto, entende-se que as representações presentes no romance não são como um reflexo no espelho. Ainda que a história ali contada permita compreender hierarquias e sistemas formativos do contexto em que foram escritas, é preciso considerar que a literatura apresenta “[...] distorções estruturadas, que aumentam ou diminuem certos aspectos da realidade, bem como retorcem alguns e deixam outros de fora” (Hoelz; Botelho, 2016, p. 279). Assim, entende-se que durante a escrita de *Os Vergueiros*, Hellê Vellozo Fernandes operou escolhas que enfatizaram ou minimizaram determinados aspectos da história vivida por sua família, de acordo com as intencionalidades que orientavam sua obra. Tais escolhas, no entanto, não foram totalmente autônomas: elas foram orientadas pelas disposições incorporadas pela autora e pelos limites estruturais do espaço intelectual em que estava inserida. Por essa razão, este capítulo valeu-se dos conceitos de *habitus* e campo de Pierre Bourdieu, ferramentas intelectuais que permitem compreender a relação entre agência individual e condicionantes sociais.

O *habitus* refere-se ao conjunto de disposições incorporadas desde a infância, que orientam percepções, atitudes, comportamentos e práticas. Tais disposições são adquiridas principalmente no ambiente familiar e reforçadas no ambiente escolar, configurando-se como a base fundamental das estruturas cognitivas dos agentes, servindo como um referente para suas ações (Bourdieu, 2015). Já o campo intelectual refere-se a um microcosmo social onde agentes dotados de diferentes volumes de capitais disputam a definição legítima acerca de questões culturais, científicas e/ou literárias (Bourdieu, 2012). As/os intelectuais tomam partido a partir das disposições que partilham, utilizando o espaço que ocupam no campo para influenciar a produção e circulação de bens simbólicos. Por isso, tanto a relação que mantêm com os artefatos culturais quanto o conteúdo de sua ação intelectual dependem

diretamente da posição que ocupam nesse campo. Isso significa que as temáticas e problemáticas que caracterizam o pensamento de uma/um intelectual guardam relações com aqueles “[...] com quem se comunica e aos quais se dirige através da sua obra, recorrendo implicitamente a todo um código que possui em comum com eles – [...] maneiras de pensar, formas de percepção, etc.” (Bourdieu, 2002, p. 131)<sup>4</sup>.

Com base no exposto, a análise de *Os Vergueiros* não se restringiu apenas à reconstrução histórica dos eventos narrados a partir da percepção de Hellê Vellozo Fernandes, mas estabeleceu um diálogo com o campo de produção intelectual em que ela e os demais Vellozo estavam inseridos. Ademais, partindo do pressuposto que este romance constituiu uma estratégia adotada por Hellê Vellozo Fernandes em uma resposta simbólica à injustiça sofrida por sua família, recorreu-se à noção de estratégia. Para Bourdieu, a adoção de estratégias por determinado agente social não é resultado de um plano consciente e racional, mas o “[...] produto do sentido prático como sentido do jogo, que se adquire à medida em que se participa das atividades sociais” (Seidl, 2017, p. 190). Em outras palavras, as estratégias são práticas sociais orientadas pelo *habitus* e tendem à reprodução da posição social conquistada. Suas manifestações são diversas, variando conforme os capitais disponíveis e as condições sociais dos agentes<sup>5</sup>. Quando há ameaças de desvalorização de certos tipos de capital, os agentes lançam mão de diferentes estratégias, buscando manter ou melhorar sua posição social quando o tipo de capital que possuem se desvaloriza (Seidl, 2017).

No caso de Hellê Vellozo Fernandes, a escrita de *Os Vergueiros* pode ser entendida como uma estratégia, por meio da qual

---

4. No original: “[...] con quienes se comunica y a quienes se dirige con su obra, recurriendo implícitamente a todo un código que tiene en común con ellos - temas y problemas a la orden del día, formas de razonar, formas de percepción, etc.”.

5. O conceito de capital cultural, desenvolvido por Bourdieu (2015), refere-se ao conjunto de conhecimentos, habilidades, títulos escolares e disposições incorporadas que podem ser convertidos em vantagens sociais. O capital social diz respeito às redes de relações e vínculos de pertencimento que oferecem recursos e apoio, enquanto o capital simbólico corresponde ao prestígio e ao reconhecimento legitimados socialmente, isto é, ao poder conferido pelo valor atribuído aos diferentes capitais.

a autora buscou reafirmar o poder simbólico de sua família no campo intelectual curitibano em um momento de fragilização de seu prestígio social. Além de justificar os Vellozo diante da intelectualidade local, ao romancear a memória familiar acerca do golpe sofrido, Hellê também reivindicava o lugar de legitimidade herdado do avô. Assim, entende-se que ela buscou converter seus capitais culturais (habilidades literárias) em capital simbólico (manutenção do reconhecimento da família Vellozo e, por extensão, o próprio reconhecimento). Considerando que os campos são espaços de disputa, por meio de *Os Vergueiros*, Hellê Vellozo Fernandes se posicionou como defensora e herdeira legítima do legado familiar.

A análise de *Os Vergueiros* foi realizada a partir dos seguintes índices: relações familiares; princípios do Partenon e do campo intelectual curitibano; protagonismo das mulheres; e ações relacionadas ao golpe sofrido pela família. Como fontes complementares, além de referencial bibliográfico sobre Hellê Vellozo Fernandes, sua família e seus espaços de circulação entre a intelectualidade da capital, foi realizado o levantamento de publicações em jornais paranaenses disponíveis na Hemeroteca Digital, acerca do Instituto Neo-Pitagórico. Sob o descritor “Pitagórico”, os resultados da pesquisa apontaram 400 ocorrências, com maior volume nos jornais *O Dia* (232), *Diário do Paraná* (72) e *Diário da Tarde* (57).

## **Hellê Vellozo Fernandes: herdeira, testemunha e protagonista**

Definida a partir dos familiares que a predispunha e legitimava a ser o que era, o pertencimento à família Vellozo foi central na formação intelectual de Hellê Vellozo Fernandes. Na sua (auto) biografia presente na *Antologia Didática de Escritores Paranaenses* (1970, p. 167), Hellê Vellozo Fernandes valorizou suas heranças familiares apresentando-se como “Descendente de família de intelectuais, neta de Dario Vellozo, o grande conhecedor de História”, sendo ela também uma estudiosa dos fatos históricos. Seu avô,

professor de História em uma das principais instituições de ensino no Paraná e participe dos debates intelectuais da capital do início do século XX, foi autor de livros didáticos que formaram gerações de curitibanos (Sabóia; Fernandes, 1970). Ainda que tenha falecido quando a neta tinha apenas 12 anos, o convívio entre ambos foi marcante – como a dedicatória do primeiro livro de Hellê Vellozo Fernandes “À memória de Dario Vellozo sempre vivo no afeto e na saudade” (Hél, 1945, p. 3) permitiu inferir.

Além de sua contribuição para o desenvolvimento do Simbolismo no Paraná<sup>6</sup>, entre os principais feitos intelectuais do avô de Hellê Vellozo Fernandes, destaca-se a criação do Instituto Neo-Pitagórico. Em 1909, Dario Vellozo e um conjunto de pensadores formados por alunos e colegas do Ginásio Paranaense fundaram uma fraternidade dedicada ao estudo, ao desenvolvimento espiritual e ao altruísmo, inspirada nos princípios de Pitágoras (Biblioteca Pública do Paraná, 2018). A sede da instituição foi construída na chácara Retiro Saudoso, de propriedade de Dario Vellozo, situada na Vila Izabel, bairro de Curitiba. Edificada em estilo grego, foi nomeada Templo das Musas e inaugurada em 22 de setembro de 1918. Dario Vellozo esteve à frente do Instituto até seu falecimento, em 1937<sup>7</sup>. Segundo totem informativo afixado pela Prefeitura Municipal de Curitiba em frente à edificação tombada, este foi um centro de estudos e confraternização inspirado no antigo Instituto de Pitágoras de Crótona, do século VI a.C., dedicado ao “[...] desenvolvimento do Ser com base nos Versos de Ouro de Pitágoras para Cultura, Verdade, Justiça, Liberdade, Paz, Fraternidade e Harmonia” (Prefeitura Municipal de Curitiba, s/d). De acordo com Bega (2013), “Tornar-se um helenista não era uma entre tantas atividades, mas um modo de vida, isto é, vidas profissional e pessoal se confundiam”.

Acredita-se que Hellê Vellozo Fernandes tenha participado de reuniões na instituição, já que estas ocorriam aos domingos na chácara da família. Sua presença no Instituto Neo-Pitagórico

---

6. Para maiores informações, conferir Bega (2013).

7. A organização seguiu em funcionamento sob a presidência de Rosala Garzuze, genro do fundador do Instituto.

esteve inicialmente ligada ao protagonismo de seus pais e avós na instituição. Além de seu avô liderar o Instituto, sua avó Escolástica de Moraes Vellozo (1875-1961) frequentemente se apresentava em concertos literomusicais, assim como seu pai proferia conferências. A importância da instituição para Hellê Vellozo Fernandes foi expressa no alto da primeira página de seu livro *Camafheus* (1945), onde inseriu um excerto dos *Versos de Ouro*, do filósofo Pitágoras<sup>8</sup>. Assim, entende-se que os conhecimentos, disposições e gostos de Hellê Vellozo Fernandes foram incorporados na convivência com a família e intelectuais paranaenses que frequentavam o Templo das Musas. Além de ser um espaço de desenvolvimento cultural, o capital social, derivado das conexões familiares – que participavam de círculos de prestígio intelectual –, posicionou a jovem Hellê em uma rede de relações que lhe ampliou as oportunidades de atuação pública. Assim, desde pequena conviveu e aprendeu com Erasmo Pilotto, David Carneiro, Heitor Stockler, Mariana Coelho, Pompília Lopes dos Santos e Silveira Neto, entre outros.

Essas experiências, vividas em meio a professores, literatos e jornalistas, entre outros, foram significativas para ela – e parte delas constituem o pano de fundo da história romanceada em os *Vergueiros*. É importante notar que Hellê Vellozo Fernandes escreveu a obra em 1950, enquanto corria a ação judicial de sua avó Escolástica de Moraes Vellozo (1875-1961) contra o genro Rosala Garzuze (1906-2009), casado com Carmem Moraes de Castro Vellozo (1900-1984). Levou oito anos e o ganho de causa para os Vellozo para que sua obra encontrasse espaço de circulação e recebesse reconhecimento, com a premiação pelo Centro de Letras do Paraná como melhor romance de 1958. Para além de disputas em torno da herança simbólica de Dario Vellozo, que podem ter retardado a divulgação de *Os Vergueiros*, é preciso considerar que o campo intelectual curitibano possuía forte caráter androcêntrico (Nunes; Ribeiro, 2025).

Nesse sentido a trajetória de Hellê Vellozo Fernandes permite inferir que a inserção das mulheres nos debates públicos não

---

8. Acredita-se que essa era uma prática comum entre os helenistas, já que os mesmos versos constaram também em obra publicada pelo pai de Hellê (Vellozo, 1946).

aconteceu de forma espontânea, mas resultou de lutas travadas no interior do campo intelectual<sup>9</sup>. Sua atuação em várias frentes (literatura, jornalismo e educação) não foi mero acaso, mas a materialização das possibilidades abertas por essas disputas, às quais ela mesma deu continuidade<sup>10</sup>. Entende-se, dessa maneira, que a circulação de *Os Vergueiros* foi favorecida por uma conjuntura de paulatina abertura ao protagonismo feminino, como a eleição de Leonor Castellano como presidenta do Centro de Letras do Paraná para os anos de 1949 a 1952 permite inferir<sup>11</sup>.

Sobre do posicionamento de Hellê Vellozo Fernandes no campo intelectual curitibano, em 1966, Valfrido Pilotto escreveu: “[...] a consagrada Hél tem tido atuação marcante nas letras paranaenses, onde desfruta hoje do mais alto prestígio, através de esplêndida produtividade, aureolada por vitórias decisivas e justas” (Diário do Paraná, 1967, p. 7). Nos anos 1960 e 1970, Hellê Vellozo Fernandes era considerada uma referência entre a intelectualidade da capital paranaense. No entanto, para conquistar seu nome próprio, precisou lançar mão de inúmeras estratégias, todas bem-sucedidas, como a citação de Valfrido Pilotto permite inferir. Hellê Vellozo Fernandes cresceu frequentando o ambiente intelectual de Curitiba e conhecia as regras do campo. Assim, suas estratégias foram decorrentes do “[...] senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando de atividades sociais” (Bourdieu, 2004, p. 81).

---

9. De acordo com Bourdieu (2012, p. 42), o que está em jogo em um campo de produção cultural é “[...] a luta a respeito da definição legítima, em que está em jogo [...] a fronteira, o limite, o *direito de entrada*”.

10. Hellê Vellozo Fernandes contribuiu para o alargamento das margens de atuação feminina não apenas no estado do Paraná, mas no Brasil. Nos anos 1970, ela foi fundadora *Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil*, uma instituição que reuniu mulheres dedicadas à escrita e ao jornalismo. Iniciada em Curitiba, esta filial da *Asociación Mundial de Mujeres Periodistas y Escritoras* constituiu-se como um espaço para “[...] pensar a posição profissional da mulher que escreve e de sua atuação diante dos problemas mundiais” (Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil, 1980, s.p.).

11. O Centro de Letras do Paraná foi fundado em 1912 e, desde suas atividades iniciais, contava com a participação de mulheres nos seus quadros.

Acerca da trajetória intelectual de Hellê Vellozo Fernandes, inicialmente, ela valeu-se de credenciais familiares para sua inserção entre a intelectualidade; depois, mesmo sendo dotada de capitais e capacidade intelectual própria, para receber conhecimento foi necessário obter a aprovação de uma elite intelectual majoritariamente masculina, posicionada nos cargos de direção dos centros de letras dos quais fazia parte<sup>12</sup>. Somente anos depois da publicação de *Os Vergueiros* que Hellê Vellozo Fernandes se tornou uma marca no campo intelectual, cuja legitimidade não mais dependida, necessariamente, da herança familiar, mas de um percurso próprio de distinção<sup>13</sup>.

## Entre o romance e a denúncia: análise de *Os Vergueiros*

Por meio de *Os Vergueiros*, Hellê Vellozo Fernandes buscou retomar o controle da narrativa sobre os acontecimentos que marcaram o Instituto Neo-Pitagórico e a família Vellozo, ocorridos após a morte do avô Dario. Essa atitude indica que ela não se conformou em ocupar o lugar de vítima passiva, mas se posicionou publicamente, tornando-se uma narradora ativa que converteu as mazelas de sua família em arte, e depois em reconhecimento. Por envolver pessoas ainda vivas, partícipes dos mesmos círculos intelectuais, Hellê Vellozo Fernandes adotou um discurso caracterizado pela ambiguidade, mais especificamente pela ironia. De acordo com Alvarce (2009, p. 11), a ironia, assim como a paródia e o riso, “[...] veiculam suas ‘verdades’, mas não o fazem de forma explícita”. Na grande maioria de suas ocorrências, o recurso à ironia nos textos literários tem como objetivo “[...] suspender a censura e burlar as prisões dos discursos monofônicos e conseqüentemente autoritários” (Alvarce, 2009, p. 12). Com isso,

---

12. Informações pautadas na análise dos elementos pré-textuais dos livros de Hellê Vellozo Fernandes.

13. Como apontou Bourdieu (2006), “[...] a única acumulação legítima [...] consiste em adquirir um nome, um nome conhecido e reconhecido, capital de consagração que implica um poder de consagrar [...] portanto, de dar valor e obter benefícios desta operação” (Bourdieu, 2006, p. 20).

instaura “[...] um movimento de reflexão e, conseqüentemente, de ampliação do conhecimento e da percepção crítica” (Alvarce, 2009, p. 12).

O recurso à ironia esteve presente desde a primeira página de *Os Vergueiros*, onde constou o alerta: “Qualquer semelhança com pessoas vivas ou falecidas, firmas ou lugares de propriedade particular será mera coincidência, pois ‘Os Vergueiros’ constitui romance de ficção”. Com esse alerta, Hellê Vellozo Fernandes (1958, p. 1) deixou implícito justamente o fato de que suas personagens e situações seriam facilmente associadas a figuras e contextos reais do cenário intelectual curitibano pretérito e presente. A advertência, frequentemente utilizada para proteger os autores de possíveis acusações, no caso desta obra em específico, pela particularidade do tema, aparece como uma insinuação, já que se referia às pessoas e grupos que ela e sua família frequentavam.

Ao nomear a família da história como Vergueiros – que tem origem no latim *vergo*, que significa inclinar ou vergar<sup>14</sup>, Hellê Vellozo Fernandes fez alusão ao golpe sofrido e à posição de vulnerabilidade em que sua família foi colocada, prostrada diante das circunstâncias que os enredaram. Com base nas informações disponíveis sobre Hellê Vellozo Fernandes, ao menos quatro personagens da história correspondem a familiares seus: Dario Vellozo (Celso Vergueiros), Escolástica de Moraes Vellozo (d. Carmela), Carmem Moraes de Castro Vellozo (Bela) e Rosala Garzuze (Ossain). Quanto aos demais personagens, o levantamento de publicações em jornais paranaenses, realizados por meio da Hemeroteca Digital, permitiu identificar a frequência de membros da família Vellozo no Instituto Neo-Pitagórico após a morte de Dario Vellozo (Quadro 01). Com base nesses dados e considerando as idades dos personagens em *Os Vergueiros*, acredita-se que Ilian, Athos e Alcyone foram romaneados como Príamo, Augusto e Otaviano, respectivamente. Radhail e Ione possivelmente deram origem a Clotilde e Mirian. Elas eram meias-irmãs de Hellê Vellozo

---

14. Disponível em: <https://sobrenomes.genera.com.br/sobrenomes/vergueiro/>. Acesso em: 07 set. 2025.

Fernandes, criadas pelos avós desde 1922, após o falecimento de Elisa Grein, primeira esposa de Porthos Moraes de Castro Vellozo.

Quadro 01 - Frequência da família Vellozo ao Instituto Neo-Pitagórico

<b>Nome</b>	<b>Período</b>
Escolástica de Moraes Vellozo (1875-1961)	1939
Ilian Moraes de Castro Vellozo (1906-1982)	1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943
Athos Moraes de Castro Vellozo (1910 – 1991)	1940, 1945, 1947
Alcyone Moraes de Castro Vellozo (1912-1975)	1938, 1939, 1940, 1942, 1945, 1947
Lysis Luiz Moraes de Castro Vellozo (1913-1920)	1942
Radhail Grein Vellozo (1920-2012)	1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943
Ione Grein Vellozo (1922-1978)	1939, 1940, 1941, 1942, 1943, 1947, 1963

Fonte: adaptado de Hemeroteca Digital

Hellê Vellozo Fernandes não economizou em detalhes na caracterização de seus personagens, aproximando-os da realidade – como no caso de Celso Vergueiros que possuía um farto bigode e olhos azuis, tal qual o avô Dario Vellozo. Outras semelhanças reforçam essa associação, como o fato de ambos serem professores e ateus, envolvidos em polêmicas com católicos. No romance, embora reconhecido no campo intelectual curitibano, Celso não foi capaz de converter o capital simbólico acumulado em capital econômico. A Chácara do Butiá era distante do centro de Curitiba, numa localidade chamada Seminário. A pequena Délia reclamava da “lonjura” onde moravam (Hél, 1958). A residência da família

Vergueiros era simples e, nas palavras da mãe de Cleonice, “[...] eles não possuíam um vintém” (Hél, 1958, p. 23).

Mesmo com restrições financeiras e morando longe, os Vergueiros não se sentiam sozinhos porque dentro de casa encontravam ocupações manuais e intelectuais que lhes satisfaziam inteiramente. Estavam sempre com livros à mão, e era comum a partilharem de poesias ou elaborarem críticas a algum livro ou ensaio recém-publicado. A propriedade da família era um ambiente “ultra literário” (Hél, 1958, p. 24). Nesse espaço, seguiam um “código espartano” e cobravam-se mutuamente a exemplaridade moral e intelectual, segundo os princípios aprendidos com o pai. De acordo com Hellê Vellozo Fernandes, os Vergueiros “Eram austeros. Celso apregoava a desvalorização do esforço próprio, para evitar o convencimento pernicioso e a lisonja” (Hél, 1958, p. 10).

Celso fazia questão de que cada membro da família expandisse suas ideias e o ambiente intelectual da Chácara do Butiá foi fértil nesse sentido, especialmente pelas atividades realizadas no Partenon – sua maior criação intelectual. Os frequentadores da instituição eram formados por admiradores de Celso, “[...] que vêm em busca de elucidação, pedir livros, granjear aulas, aproveitar o domingo fora da cidade ou, simplesmente, gozar da cálida amizade que o prof. Celso lhes oferece” (Hél, 1958, p. 14). O Partenon era sagrado para o Vellozo e, por essa razão, “Não tinham muito tempo para si mesmos; não sabiam o que era um gesto mais atencioso de carinho” (Hél, 1958, p. 50). Assim Hellê Vellozo Fernandes descreveu a relação da família e as atividades no Partenon:

Se na vida lá de fora podiam chamar-se de espartanos, ali dentro os Vergueiros eram atenienses. Celso orgulhava-se de ter conseguido fazer construir o Partenon, ele mesmo servindo de arquiteto, a desenhar desde as colunas dóricas [...] até o conjunto exprimia a essência do estilo clássico [...] o Partenon [era] uma realidade extraordinária, um sonho que se concretizara graças ao esforço conjugado dum grupo de idealistas. Expressava, antes de tudo, o poder da amizade – e sobre essa amizade apoiavam-se todos os princípios adotados pelos sócios, com

estatutos. [...] Mantido por donativos de sócios de posses e contribuições de pessoas amigas, o Partenon era conservado pelos Vergueiros (enquanto se sucediam as reeleições de Celso para a presidência) e proporcionava aos associados sessões literomusicais, exposições de pintura, desenho ou escultura, conferências de escritores ou poetas, aulas de professores eminentes da cidade ou vindos de outras partes do país. [...] o Partenon tinha Celso Vergueiros, como organizador, orador, professor – a alma da instituição, por assim dizer. [...] Alunos, conhecidos, parentes e desconhecidos iam procurá-lo. [...] [o Partenon] prestava bom serviço à Arte, incentivando o intercâmbio entre artistas, estimulando os trabalhos de escritores e pensadores, entrando em comunicação com associações congêneres. [...] buscamos uma filosofia sadia na espiritualidade de Sócrates, através da obra que Platão nos legou, ou nas normas de Pitágoras, contidas em seus “Versos de Ouro” (Hél, 1958, p. 51-54).

A minuciosa descrição de Hellê Vellozo Fernandes não deixa margem para dúvidas: o Partenon é uma referência direta ao Instituto Neo-Pitagórico. Ao descrever os detalhes da arquitetura clássica, os princípios filosóficos baseados em Pitágoras e o papel central de Celso Vergueiros como mentor, a autora estabelece uma conexão inconfundível entre a ficção e a realidade<sup>15</sup>. Essa clara relação indica que Hellê Vellozo Fernandes desejava que o público leitor estabelecesse essa associação, potencializando a eficácia simbólica na interpretação da história da família Vellozo em *Os Vergueiros*. Além disso, no excerto e em outros trechos do romance, Hellê Vellozo Fernandes reafirmou a centralidade de sua família no campo intelectual curitibano – parte se sua estratégia de restituir o prestígio e a autoridade intelectual dos Vellozo diante de seus leitores.

No Partenon, assim como no Instituto Neo-Pitagórico, havia uma biblioteca com exemplares de escritores como Rocha Pombo e outros como “[...] Domingos Nascimento, Ricardo de Lemos, Dario Vellozo, Emiliano Perneta, Leôncio Correia, Chichorro

---

15. Uma outra conexão direta aparece no nome dos animais, que não foram alterados – a exemplo de Bonina, nome da vaca tanto da família Vergueiros (Hél, 1958), quando da família Vellozo (Hél, 1961, p. 2).

Junior, Silveira Netto”, integrantes da revista *Cenáculo*, que gerou polêmicas no final do século XIX por seu posicionamento anticlerical (Hél, 1958, p. 77). Ao descrever as atividades realizadas no Partenon, além de ter indicado os princípios do instituto, Hellê Vellozo Fernandes apresentou informações sobre o campo intelectual curitibano das primeiras décadas do século XX. Destacou a obra *O Paraná mental* e as convicções de Mariana Coelho, considerada por Hellê Vellozo Fernandes como uma mulher de espírito adiantado em sua época (Hél, 1958). Além disso, citou trabalhos de Alcides Munhoz, Azevedo de Macedo, Emílio de Menezes, Euclides Bandeira, Heitor Stockler, Ismael Martins, Jaime Balão, Júlio Cesar Hauer, Julio Pernetá, Rodrigo Junior, Serafim França e Teixeira Coelho. Entre esses autores, Hellê Vellozo Fernandes citou novamente o avô, colocando-o ao lado dos maiores nomes da intelectualidade paranaense.

A menção a tantos nomes relevantes permite considerações importantes acerca de Hellê Vellozo Fernandes e o campo intelectual. A autora possuía um vasto conhecimento (se não pessoalmente, ao menos das obras) dos principais membros da intelectualidade curitibana, e pode ter realizado tais referências para chamar a atenção para sua história de leitores que importavam dentro das disputas internas ao campo intelectual. Ademais, a predominância de nomes masculinos reforça a ideia de que este espaço era androcêntrico. O destaque concedido à Mariana Coelho aparece como uma exceção que confirma a premissa de que o reconhecimento da capacidade intelectual estava quase que exclusivamente concentrado na produção masculina. Disso depreende-se que a inserção das mulheres no campo dependeu de esforços significativos e de estratégias próprias de legitimação, diante dos obstáculos que Mariana, Hellê e outras mulheres precisaram enfrentar para conquistar visibilidade e autoridade simbólica.

Se no espaço público e no campo intelectual curitibano a predominância era masculina, no âmbito familiar, Hellê Vellozo Fernandes convivia com exemplos de mulheres que conciliavam vida pública e privada, como sua avó Escolástica de Moraes Vellozo, que atuou no Instituto Neo-Pitagórico e em outros cen-

tros culturais, bem como contribuiu para o Simbolismo no Paraná (Kamita, 2004). Suas ações abriram caminhos para gerações de mulheres da família Vellozo, tornando um certo protagonismo feminino parte do *habitus* familiar. Um “certo protagonismo” porque Dario Vellozo, e por extensão aqueles que partilhavam das mesmas disposições, entendia que homens e mulheres eram diferentes – justificando atuações distintas em sociedade de acordo com o gênero. Segundo publicou em uma das revistas do Instituto Neo-Pitagórico, as mulheres deveriam ter sua educação aprimorada, desde que não perdesse sua feminilidade, procedendo de maneira equivocada ao intervir “[...] em causas pelas quais já trabalhava indiretamente, sem prejudicar os seus insubstituíveis misteres” (Clio II, 1920, p. 25). Por partilhar desses postulados, a avó de Hellê Vellozo Fernandes foi uma das escritoras curitibanas que “[...] contribuíram para colocar em xeque o cânone da literatura, angariando espaço para sua produção, embora [ela e outras escritoras] muitas vezes se mantivessem atreladas ao que era considerado apropriado às mulheres” (Seixas, 2011, p. 70).

Em *Os Vergueiros*, elementos dessa disposição familiar em relação ao protagonismo feminino se fizeram presentes em trechos como “Celso incluía a mulher como ser pensante em suas palestras, e a mocidade feminina vibrava também, capaz de expressar-se com opiniões próprias” (Hél, 1958, p. 109). No entanto, essa valorização discursiva coexistia com restrições institucionais explícitas, já que o Partenon não admitia mulheres no corpo da diretoria; elas não deveriam “[...] sair do seu papel de sublimes inspiradoras. Devem ser a parte passiva e encantadora numa união em que desempenham seu papel de reprodutoras, com muito soneto bonito e muito brio e caráter” (Hél, 1958, p. 175). Por mais que o romance apresente indícios de reconhecimento intelectual à mulher no Partenon (e, por extensão, no campo intelectual curitibano), a história da personagem Cleonice ilustra que tal reconhecimento só se efetiva após um percurso de sofrimento: ela foi medicada à força, mantida em cárcere e apenas depois dessas violências teve suas suspeitas contra Ossain validadas pela família<sup>16</sup>. Apesar das

---

16. É importante enfatizar que nem todas as histórias do livro correspondem exatamente

tentativas de silenciamento, ela foi narrada como “[...] um ponto de resistência. A nada cedia, a nada se submetia. Nem aos estatutos do Partenon” (Hél, 1958, p. 171). Assim, a Cleonice encarnou, no plano literário, a contradição entre os mecanismos de silenciamento e as possibilidades de resistência feminina, funcionando como uma crítica de Hellê Vellozo Fernandes ao pouco crédito concedido à produção intelectual de mulheres.

A narrativa sobre o golpe sofrido pelos Vergueiros se inicia com a chegada de Bela, uma prima distante que veio morar com a família, e de Ossain Sali, um sírio que foi apresentado a Celso por um amigo em comum. Embora Bela e Ossain afirmassem não se conhecer, Cleonice e Príamo desconfiavam que a amizade entre ambos – que algum tempo depois evoluiu para casamento – vinha de longa data. Por essa relação, Ossain passou a ser presença frequente entre os Vergueiros. Uma vez que ele não possuía capital econômico, buscava ativamente o reconhecimento dentro do campo intelectual curitibano através da apropriação dos códigos e rituais do Partenon. Além disso, como a casa dos Vergueiros representavam um espaço de circulação e validação, Ossain dedicava grande parte de seu tempo disponível na Chácara do Butiá, buscando se inserir nos meios intelectuais curitibanos por meio da aproximação com um agente dominante, Celso Vergueiros.

A presença de Ossain entre os Vellozo causava reações diversas e, por vezes, animosidades na família entre aqueles que questionavam seus comportamentos duvidosos, como a imitação explícita dos trejeitos de Celso, incluindo seu modo de falar (Cleonice e Príamo), e aqueles que entendiam que ele era apenas mais um discípulo dedicado aos princípios do pai (especialmente

---

aos eventos relacionados ao golpe sofrido pela família de Hellê Vellozo Fernandes. Como exemplo dessa diferenciação, é possível citar a forma como a relação entre o criador do instituto e seu sucessor foi estabelecida: em *Os Vergueiros*, Ossain foi apresentado à Celso por um membro do Partenon, em umas de suas reuniões dominicais; já no caso dos Vellozo, Dario Vellozo foi professor de Rosala Garzuze e, segundo publicação da *Gazeta do Povo* (2009, s.p.), “A relação com Dario Vellozo não se resumia a de aluno-professor. Além de uma grande amizade, Garzuze se casou com a filha do poeta, Carmem”. Isso indica que há uma diferença entre o enredo do romance e a história da família. Por meio da literatura, Hellê Vellozo Fernandes reelaborou acontecimentos reais, ajustando-os aos propósitos narrativos e simbólicos do texto, sem necessariamente reproduzi-los de forma fiel.

Ramon, Clotilde e Míriam). Diante dessas tensões, Ossain procurou fortalecer as alianças e minar as oposições. Aproximou-se de Celso em todas as atividades possíveis no Partenon e passou a administrar a tipografia da instituição. Celso, agradado pelo reconhecimento quase sagrado que recebia de Ossain, ofereceu-lhe um lote na Chácara do Butiá para que ele e Bela construíssem sua casa. A família trabalhou à exaustão nos mutirões para a construção da casa dos noivos, o que incomodava Cleonice, que via o “aventureiro” se tornar um “heleno” às custas de todos. Ela tentava alertar sobre os interesses de Ossain, mas não recebia ouvidos entre os Vellozo (exceto Príamo).

Passados cinco anos, Celso já sentia o peso dos anos, e Ossain foi deixando-o cada vez mais à parte das questões administrativas no Partenon sob o pretexto de poupá-lo. Infiltrando-se também nos assuntos familiares, Ossain passou a manifestar opiniões contrárias a seus opositores diretos, especialmente Cleonice. A influência negativa de Ossain se estendeu à Clotilde e Míriam, que viviam enfiadas na casa de Bela, e eram dominadas pelos “bons conselhos” do casal. No livro, Hellê Vellozo Fernandes afirmou que “Pequenas modificações, insinuadas vagarosamente, insensíveis à observação comum” ocorreram (Hél, 1958, p. 137). Celso passou a pedir conselhos à Ossain, já que era ele quem sempre estava ao seu lado, enquanto os outros trabalhavam fora. Assim, além de assumir funções práticas no Partenon, passou a ocupar a posição simbólica de confidente e conselheiro de Celso, enfraquecendo a posição dos filhos legítimos. De modo quase imperceptível, um agente externo soube explorar a vulnerabilidade da família e as fragilidades do patriarca, acumulando do capital simbólico pela convivência com os Vergueiros.

A alegria que outrora era presente na Chácara do Butiá, “[...] foi sendo minada de maneira sutil e profunda” (Hél, 1958, p. 142). Quando Ossain começou a fazer dinheiro com a tipografia, cobrando valores para além do custo da impressão – como era usual antes de sua administração –, a reputação dos Vergueiros começou a ser abalada: anteriormente reconhecidos como uma família de intelectuais, Ossain estava os tornando, “[...] aos olhos

de todos, uns reles comerciantes (Hél, 1958, p. 148). Ao apropriar-se do capital simbólico da família para obter vantagens econômicas, Ossain reposicionava a família no interior do campo intelectual curitibano: alguns passaram a acusá-los de negociantes, que estariam se aproveitando das vantagens de presidir uma instituição como o Partenon em benefício próprio.

Quando Celso deu os primeiros sinais de sua doença, Ossain não se ausentou de sua cabeceira de Celso. Depois, quando este estabeleceu parcialmente a saúde, foi o primeiro a levá-lo ao Partenon. Sentindo-se enfraquecido e julgando estar à beira da morte, em uma sessão solene do Partenon, Celso “[...] prometeu-lhe a [Ossain] a presidência hereditária da sociedade, com uso-fruto de seus bens e pleno gozo de seus direitos, no caso de sua morte” (Hél, 1958, p. 160). Esse ato foi um gesto simbólico: Celso, na posição de fundador e agente influente no campo intelectual curitibano, outorgou publicamente a Ossain a legitimidade de seu legado. Assim, tão logo Celso faleceu, a dominação de Ossain se fortaleceu. Ele assumiu a liderança do Partenon e passou a interferir no funcionamento da instituição, impondo novas regras e excluindo agentes que não se alinhavam ao seu projeto. Nesse movimento, cortou o contato dos Vergueiros com amigos e vizinhos. Além disso Ossain destruía cartas e espalhava que a viúva, d. Carmela, não queria visitas após as reuniões no Partenon. A família foi perdendo seu capital social e sua rede de apoio no campo intelectual, ficando à mercê de Ossain – que tudo, supostamente, fazia em nome da “incorrupível linha de conduta” herdada de Celso Vergueiros (Hél, 1958, p. 201).

Após anos depois, Ossain “[...] elaborou um plano destinado a tornar toda a família em bloco unido, que agisse sob o impulso de seus pensamentos” (Hél, 1958, p. 211). Ainda que novos “helenos” comesçassem a aparecer em substituição da velha turma, Ossain precisava da validação da família para legitimar seu poder perante a intelectualidade curitibana. Para tanto, ele tornou o *Ideal* um termo sagrado, em nome de que tudo se fazia, embora ninguém tivesse certeza a que exatamente isso se referia. Ossain buscava monopolizar o discurso acerca do Partenon,

tornando-se o único porta-voz autorizado do legado de Celso. Acerca das ações empreendidas por Ossain na instituição, “[...] os helenos novos acatavam respeitosamente, enquanto os velhos, abanando a cabeça, se afastavam numa espera inútil” (Hél, 1958, p. 212). Nesse interim, Ossain se apropriou também dos papéis e documentos da família. Augusto e Otaviano, que não se envolviam muito com o sucessor de Celso no Partenon, começaram a suspeitar das intencionalidades dele frente a instituição, e temiam serem expulsos da Chácara do Butiá.

Certa feita, quando d. Carmela, Délia e os filhos homens não estava em casa, em represália aos ataques de Cleonice contra seu *Ideal*, Ossain organizou uma reprimenda violenta. Enquanto Cleonice estava distraída, ele se aproximou de seu filho, nomeado Sérgio, e o agarrou, atraindo Cleonice ao Partenon por meio do choro desesperado da criança. Lá chegando, ela foi medicada contra sua vontade, perdeu a consciência e foi submetida a um suposto ritual de cura – desculpa que Ossain utilizou para receber ajuda de Clotilde e Míriam nesse estratagema. Quando os demais Vergueiros voltavam para casa, encontraram o portão da Chácara trancado, o que não era prática da família. Príamo arrebentou o portão e conseguiu resgatar a cunhada. Ramon foi convencido por Ossain que Cleonice havia sofrido mais um “daqueles ataques” e, por essa razão, ele apenas lhe dera um calmante (Hél, 1958, p. 262). Com isso, Ossain buscava deslegitimar sua opositora, taxando-a de “louca” para manter o controle familiar. Orientada por um médico, Cleonice foi com Sérgio passar um tempo na casa de sua mãe. Ramon até tentou demovê-la da ideia, que na opinião dele levaria ao fim de seu casamento, mas seguiu fiel ao sucessor de seu pai.

O poder de Ossain foi desequilibrado com o retorno de Príamo, dispensado do internato no quartel, e a saída de Cleonice, Sérgio e Délia, que os acompanhou fugindo dos ataques de Bela e Ossain. Percebendo que estava perdendo o controle sobre a família, e consumido pela raiva, Ossain convocou uma reunião no Partenon para anunciar a expulsão de Cleonice, Príamo, Délia, que teriam “[...] barrada a entrada na ‘propriedade’ do Partenon, subentendida a casa da família como pertencente a ela” (Hél,

1958, p. 286). Mais tarde, excluiu também Otaviano e a própria d. Carmela. Criando novas regras, Ossain decretou que “Todas as pessoas ligadas aos excluídos terão a partir deste momento sua entrada vedada nesta propriedade” (Hél, 1958, p. 293). Com isso, ele tentava excluir os agentes que, se não aderiam às suas ideias, eram contrários à sua legitimidade como sucessor de Celso.

Apesar da ameaça de expulsão de d. Carmela de sua própria casa, enredado no tal *Ideal*, Ramon só começou a cogitar que as críticas de Cleonice pudessem ser verdadeiras quando, em uma rara ocasião, foi com Ossain a uma cafeteria e ali encontrou antigos amigos e frequentadores do Partenon, que confrontaram o usurpador frontalmente:

[...] não ponho em dúvida a sua imensa vontade de ser um continuador do professor Celso, mas devo confessar que não o julgo com envergadura para tal empreendimento. Ele era um educador inato [sic], com dotes excepcionais que o fez grande. Ele sabia aproveitar as facilidades que tinha para transmitir suas ideias sem isolar-se, sem segregar a família, sem colocar-se num pedestal, num lugar inacessível. Esta parte foi o sr. que a criou, de acordo com o seu próprio temperamento, mas jamais com as regras adotadas por Celso Vergueiros (Hél, 1958, p. 336).

Os amigos fiéis de Celso sabiam que o estrangeiro não tinha o capital cultural nem a autoridade simbólica do criador do Partenon. Ao menos entre os presentes, Ossain era visto como um aproveitador, cuja ascensão ocorreu mediante golpe e não por mérito, o que tornava frágil sua posição no campo intelectual. Por fim, ao término da acalorada discussão, Ossain se retirou contrariado e Ramon agradeceu aos presentes, por terem, ainda que tardiamente, defendido a memória de Celso Vergueiros e sua família. Saindo dali, Ramon foi retratar-se com Cleonice. Na volta do casal e os demais para a Chácara do Butiá, eles identificaram Priamo caído na estrada, sangrando. Ele foi atacado por um assaltante<sup>17</sup> e, ao ser levado para casa, reuniu a família em seu socorro

---

17. Ironicamente, o assaltante levou apenas o dinheiro da carteira, deixando outros pertences de valor, como corrente de ouro e relógio – sugerindo que Priamo poderia ter sido vítima de um atentado.

– incluindo Clotilde e Míriam. Ossain logo apareceu distribuindo ordens, mas foi convidado a se retirar por d. Carmela.

Ele saiu amaldiçoando toda a família Vergueiros, ao que d. Carmela respondeu: “Você não tem mais força sobre nós. Já despertamos. O seu poder acabou. E eu estou aqui para bençoar meus filhos e adverti-los de que não nos deve aborrecer mais” (Hél, 1958, p. 365). Saindo dali, antes de fugir com Bela, Ossain incendiou o Partenon, que foi destruído pelas chamas. Ramon, Otaviano e Augusto buscaram salvar aquilo que tinha sido o sonho da vida de seu pai, mas foi em vão. Voltando para casa, eles notaram que a “Fontezinha Encantada”, seca desde a morte de Celso, voltara a jorrar água cristalina – representando que, a despeito de todo o sofrimento, os Vergueiros eram senhores de si e reconstruiriam suas vidas, livres da violência simbólica de Ossain.

Com esse desfecho, considerando a correspondência entre Celso Vergueiros e Dario Vellozo, entende-se que Hellê Vellozo Fernandes compreendia que todo o trabalho realizado junto ao Instituto Neo-Pitagórico havia sido reduzido às cinzas por Rosala Garzuzo. No entanto, a vitória de Escolástica de Moraes Vellozo na justiça era como a fonte que voltara a jorrar e simbolizava um recomeço para a família. Não são conhecidos vestígios históricos que permitam saber como cada membro família reagiu ao golpe sofrido. A única coisa que agora se sabe é que Hellê Vellozo Fernandes, uma mulher ativa, herdeira de um *habitus* que valorizava a ação intelectual, dedicou seu tempo e energia em busca de justiça simbólica, e transformou sua literatura em instrumento de reparação histórica.

## Considerações finais

Este capítulo partiu da premissa que a escrita do romance *Os Vergueiros* constituiu uma estratégia adotada por Hellê Vellozo em resposta simbólica ao golpe sofrido por sua família. Ao analisar sua obra em diálogo com o referencial de Pierre Bourdieu, foi possível compreender de que maneira a autora utilizou a literatura para registrar a história sob a perspectiva das vítimas, justificando

os Vellozo perante o campo intelectual curitibano. Por meio da ironia, ela narrou em detalhes o golpe sofrido, buscou restaurar a reputação familiar, ao mesmo tempo, estabeleceu críticas ao campo intelectual curitibano. Ao transformar a história real do Instituto Neo-Pitagórico, fundado por seu avô Dario Vellozo, em narrativa ficcional, Hellê Vellozo Fernandes construiu um espaço em que pode relatar a apropriação indevida do legado familiar, alegando que quaisquer semelhanças com a realidade seriam mera coincidência. Dessa forma, comunicou a todos a violência simbólica sofrida pelos Vellozo e reafirmou a importância do legado de seu avô – que, inicialmente, fortaleceu sua própria atuação, derivando daí também a necessidade de justificar as ações da família (como seu isolamento e as mudanças na condução do Instituto Neo-Pitagórico) diante da intelectualidade curitibana.

Considerando as limitações impostas às mulheres nos anos 1950, Hellê Vellozo Fernandes utilizou seus capitais como escritora e os espaços disponíveis às mulheres, como os centros de letras, para defender sua família. Além disso, a obra também pode ser lida como uma crítica ao campo intelectual curitibano, predominantemente masculino: por meio da personagem Cleonice, Hellê Vellozo Fernandes evidenciou como mulheres que sabiam demais eram desacreditadas e silenciadas, indicando as disputas de poder no campo intelectual – que, anos depois, ela protagonizaria de forma mais direta com a fundação da Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil.

Hellê Vellozo Fernandes fez de sua obra muito mais do que um romance inspirado em eventos familiares. Fez de sua escrita ferramenta de agência e reparação histórica, dando um desfecho simbólico à injustiça sofrida por sua família. Ironicamente, em 1987, o Instituto Neo-Pitagórico foi tomado pelo fogo<sup>18</sup>. Ainda que reconstruído por Rosala Garzuze, que permaneceu como presidente da instituição de 1937 a 2009, os livros e documentos foram destruídos. Então, além do que a obra representou no passado, hoje ela tem um significado ainda maior: Hellê Vellozo Fernan-

---

18. Informação disponível em: <https://www.bpp.pr.gov.br/Noticia/Exposicao-homenageia-os-100-anos-do-Templo-das-Musas>. Acesso em: 10 set. 2025.

des preservou em *Os Vergueiros* um dos poucos registros sobre o golpe sofrido pelos Vellozo e sobre as transformações no campo intelectual curitibano com a ascensão de Rosala Garzuze à frente do Instituto Neo-Pitagórico.

Embora mais tarde algum membro da família Vellozo possa ter frequentado a instituição sob a presidência de Rosala Garzuze, como Ione Grein Vellozo em 1963, após a querela judicial, a família distanciou-se das atividades no Instituto Neo-Pitagórico (quadro 01). Apesar da perda do domínio institucional, o reconhecimento de *Os Vergueiros* – com a premiação da obra como melhor romance pelo Centro de Letras do Paraná – demonstra que Hellê Vellozo Fernandes foi bem-sucedida em sua estratégia, transformando sua literatura em validação simbólica para os Vellozo, ao menos entre parcela da intelectualidade da capital paranaense. Para Hellê Vellozo Fernandes e tantas outras mulheres, a literatura não foi apenas uma forma de expressão; muitas vezes, foi a única maneira encontrada para reagir às injustiças a elas imputadas, dadas as estruturas de poder de suas épocas. Assim, com a escrita de *Os Vergueiros*, Hellê Vellozo tencionou limites do campo intelectual e fez justiça simbólica com as próprias mãos.

## Referências

ALAVARCE, C. da S. **A ironia e suas refrações**: um estudo sobre a dissonância na paródia e no riso. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS E ESCRITORAS DO BRASIL (AJEB). **Ajebianas no Paraná e do Brasil**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1980.

BARROS, J. D'A. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos. Petrópolis: Vozes, 2019.

BEGA, M. T. S. **Letras e política no Paraná**: simbolistas e anticlericais na República Velha. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ. **Exposição homenageia os 100 anos do Templo das Musas**. 2018. Disponível em: <https://www.bpp.pr.gov.br/Noticia/Exposicao-homenageia-os-100-anos-do-Templo-das-Musas>. Acesso em: 4 set. 2025.

BOURDIEU, P. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Zouk, 2006.

BOURDIEU, P. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires: Editorial Montessor, 2002. Disponível em: <https://redmovimientos.mx/wp-content/uploads/2016/10/Bourdieu-P.-2002.-Campo-de-poder-campo-intelectual.-Itinerario-de-un-concepto.-Editorial-Montessor.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2012.

CLIO II. **A missão feminina**. Revista Myrto e Acacia, ano V, n.17 a 20. Instituto Neo-Pitagórico: Curitiba, 1920. Disponível em: [https://memoria.bn.br/pdf/721107/per721107\\_1920\\_00004.pdf](https://memoria.bn.br/pdf/721107/per721107_1920_00004.pdf). Acesso em: 24 ago. 2024.

DIÁRIO DO PARANÁ. **Hél mostra hoje na Reitora sua “A Outra Razão”**. Curitiba, 30 jun. 1967.

GAZETA DO POVO. **Rosala Garzuze, um século entre musas e poetas**. Curitiba, 06 fev. 2009. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/rosala-garzuze-um-seculo-entre-musas-e-poetas-bewb1bc1v4rvysqys2ecrp5ji/>. Acesso em: 08 set. 2025.

GERMINIANI, C. de L. B. Discurso de posse na cadeira nº37 da Academia Paranaense de Letras. **Revista da Academia Paranaense de Letras**, Curitiba, n. 60, p. 29-34, 2011. Disponível em: [https://www.academiaparanaensedeletras.com.br/wp-content/uploads/INTERNET\\_2011\\_revista\\_academia.pdf](https://www.academiaparanaensedeletras.com.br/wp-content/uploads/INTERNET_2011_revista_academia.pdf). Acesso em 05 nov. 2024.

HÉL. **Camafeus**. Curitiba: Gráfica Mundial, 1945.

HÉL. **Os Vergueiros**. Curitiba: Secção de Artes Gráficas da Escola Técnica de Curitiba, 1958.

HÉL. Remember. **O Tibagi**, Monte Alegre, 05 jan. 1961.

HEMEROTECA DIGITAL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14.08.2025

HOELZ, M.; BOTELHO, A. P. Sociologias da literatura: do reflexo à reflexividade. **Tempo social**, v. 28(03), p. 263-287, 2016.

KAMITA, R. C. Escolástica de Moraes Veloso. In: MUZART, Z. L. (Org.) **Escritoras brasileiras do século XIX**: antologia. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDISC, 2004. p. 638-648.

MEIRELES, E. Apresentação. In: SABÓIA, A. da C.; FERNANDES, H. V. **Antologia Didática de Escritores Paranaenses** (Cursos ginásial, colegial e normal) – I Tomo. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda., 1970. p. 3.

NUNES, M. de S.; RIBEIRO, R. R. Primeira onda: feminismo e a participação de mulheres na imprensa curitibana. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 84, p. 1-21, 2025. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/teh/article/view/91951/87264>. Acesso em: 20 ago. 2025.

O DIA. **Importante decisão judicial**. Curitiba, 30 jan. 1951.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Templo das Musas** (totem). [s.d.].

SABÓIA, A. da C.; FERNANDES, H. V. **Antologia Didática de Escritores Paranaenses**. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda., 1970.

SEIDL, E. Estratégia/estratégias de dominação. *In*: CATANI, A. M. *et al.* (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 189-191.

SEIXAS, L. S. **“O feminismo no bom sentido”**: o Centro Paranaense de Cultura e o lugar das mulheres no mundo público (Curitiba, 1933-1958). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, 2011.

VELLOZO, P. **Volviendo a terra**. Curitiba: Gráfica Mundial, 1946.

# Do teatro à imprensa alternativa: as contribuições de Joana Lopes para a cultura e educação paranaense

Luana Beatriz Paes Magalhães  
Mariah Phelipini

## Introdução

Retratar a história das mulheres implica no resgate de personagens ignoradas e vozes apagadas. Retomar o passado à partir do sexo feminino possibilita preenchermos lacunas na história, antes dadas como desimportantes. É imprescindível termos em mente que na maior parte dos casos, a onda feminista do século XX foi um fator decisivo para hoje, podermos resgatar essas figuras.

Quando tratamos do sexo feminino no Brasil, é preciso entender que os anos 70 foram o período de efervescência dos movimentos feministas, importados dos Estados Unidos da América, com cada dia mais mulheres se organizando em movimentos sociais (Priore, 2020). Com isso, grupos de mulheres em prol de seus direitos começam a se tornar frequentes no país, em especial com a participação de mulheres jovens, brancas e de classe média, perfil majoritário nas organizações.

O primeiro grupo de mulheres do qual temos conhecimento foi formado em 1972, na cidade de São Paulo, composto por mulheres na faixa dos 30 anos, após viagens ao exterior que as inspiraram a trazer essas discussões ao país, já no Rio de Janeiro, Branca Moreira Alves iniciou organizações coletivas de mulheres após viagens e estudos na cidade de Berkeley, Califórnia (Priore, 2020). A partir disso,

Encontros em São Paulo e Rio de Janeiro deram início a núcleos como o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira ou Centro da Mulher Brasileira. Entre outros objetivos, havia uma preocupação com o estudo, a reflexão, a pesquisa e a análise das questões da mulher e a criação de um depar-

tamento de ação comunitária para tratar concretamente e em nível local dos problemas da mulher. [...] Controlado por militantes do PCB, o CMB acaba se cindindo. Nasceu o Coletivo de Mulheres com pauta clara: aborto livre e gratuito, a democracia, liberdade para discutir sexualidade, ódio aos patrões (Priore, 2020, p. 227).

As mulheres estavam se organizando politicamente e ocupando espaços antes dominados por homens, com propostas cruciais para o sexo feminino. Desses espaços de luta, gostaríamos de destacar o surgimento do jornal *Brasil Mulher*.

Tendo em vista o período de ditadura civil-militar que o país enfrentava, a atuação dessas mulheres nos coletivos femininos era imprescindível, possibilitando o sexo feminino a lutar por questões relativas ao gênero, muitas situações que foram intensificadas no período ditatorial. Esse jornal surge como espaço para as mulheres terem suas histórias ouvidas e necessidades atendidas. O periódico *Brasil Mulher* teve sua primeira edição publicada em dezembro de 1975, na cidade de Londrina, norte do Paraná, comandado por Joana Lopes e Therezinha Zerbine.

Chegamos então ao foco deste capítulo, conhecer a história da editora-chefe do periódico Joana D'Arc Bizzotto Lopes e suas contribuições à imprensa paranaense e aos coletivos femininos do estado. A partir da revisão de trabalhos anteriores que se dedicaram a pesquisar sobre ela, como Madureira e Yonashiro (2020), Cabrera (2021 e 2025), Lacava (s.d.) e principalmente, a riquíssima dissertação de Debértolis (2002). Joana

[...] nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 14 de abril de 1938. Cresceu em meio a uma família com traços da cultura brasileira: seu pai, Ary Lopes, era guarani e sua mãe, Helena Anita Bizzotto Lopes, filha da primeira geração de uma família de imigrantes italianos que se estabeleceu na capital mineira (Debértolis, 2002, p. 34).

Joana era essencialmente uma artista, suas ocupações eram diversas, ela cantava, dançava, era teatrística, professora e escritora. Quanto à sua formação e atuação profissional, ela

Ingressou, em 1966, na Escola de Arte do Brasil, no Rio de Janeiro, onde ressalta que adquiriu “noções do valor da livre expressão e da auto expressão” e depois na Escola Nacional de Teatro, onde ficou por pouco tempo por conta da repressão. A experiência de Joana no campo da educação, sempre no sentido da educação pela arte, pelo teatro, como forma de consciência social, vai se aprofundar a partir da segunda metade dos anos 60. A sua atuação como arte educadora em São Paulo foi intensa. Desta época ela destaca o trabalho desenvolvido na Escola Experimental Vera Cruz e também na Escola Renovada Gabriela Mistral, tendo sempre como norteadora a teoria de Paulo Freire. Também segundo Joana, foi de fundamental importância o trabalho que desenvolveu na Escolinha de Arte de São Paulo dirigida por Ana Mae Barbosa (Debértolis, 2002, p. 38).

Quanto à sua carreira no jornalismo, ela inicia escrevendo matérias eventuais para a revista carioca “Arte e Educação”, em seguida, sendo contratada como colunista do jornal *Folha de Londrina*, onde escrevia horóscopos, até que teve a oportunidade de apresentar um projeto sobre arte e comunicação ao jornal, que durou até 1978, último ano de Joana na editoração do periódico (Debértolis, 2002).

Segundo a entrevista que Joana Lopes concedeu à Debértolis (2002) em sua dissertação, é possível afirmarmos que sua caminhada na *Folha de Londrina* não foi tranquila. Sendo diversas vezes impedida de publicar determinadas matérias por conta da repressão militar e ainda, sendo acompanhada de perto por um policial do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que tinha como objetivo vigiar o que Joana fazia durante sua estadia na cidade de Londrina (Debértolis, 2002).

Joana Lopes tinha uma opinião sólida sobre a ditadura civil-militar, que trouxe ao governo desagrado. Quando em conjunto com Therezinha Zerbini iniciou a editoração do jornal *Brasil Mulher*, em 1975, não foi diferente. Desde a primeira página publicada do periódico fica explícito o descontentamento de Joana ao governo e seu desprazer quanto a posição ocupada pelas mulheres naquele momento. Já em sua formação e atuação inicial, podemos identificar em Joana um anseio pela mudança, que teve como con-

sequência a criação de um espaço dissidente que ecoasse as vozes das mulheres.

A jornalista utiliza a primeira edição do jornal *Brasil Mulher* como uma aposta para se inserir na imprensa alternativa e por isso, Debértolis (2002) destaca que fica perceptível as influências diretas da jornalista nas matérias encontradas no periódico. Quanto ao conteúdo, Debértolis (2002), traz que a principal discussão é o Movimento Feminino pela Anistia, com enfoque no trabalho de Therezinha Zerbini, além de destacar outras mulheres que estavam contribuindo para o movimento.

Em 1976, há a primeira ruptura no editorial, Zerbini, que não se considerava uma feminista, abandona o jornal, no ano seguinte, Joana Lopes abandona o periódico quando “[...] sob hegemonia do PCdoB e liderada por Maria Amélia Machado e Rosalina Santa Cruz, decidiu orientar o jornal para mulheres das classes trabalhadoras, dentro de uma perspectiva de ampliação partidária” (Kucinski, 2018, p. 128). No ano seguinte Joana sai do editorial, junto de outras feministas que o compunham e o jornal se encerra em 1977 (Kucinski, 2018).

Joana Lopes, deixa o jornal em 1977 e se muda de Londrina, morando por um período na sede do jornal em São Paulo, até tentar um novo projeto de mulheres escritoras, que nunca chegou a ser efetivamente ativado e então concentrar-se nas peças de teatro e em publicações periódicas em revistas e jornais (Debértolis, 2002).

Suas contribuições para a criação do jornal possibilitaram às mulheres terem um espaço de luta diante do momento sombrio que foi a ditadura civil-militar, além disso, Joana contribuiu por grande parte de sua vida não apenas ao jornalismo, mas também a cultura e a educação no Paraná, por mais que não seja uma paranaense de nascença, ela conquistou um espaço de destaque no estado e merece ser lembrada por suas contribuições.

## A mulher por trás do nome

Madureira e Yonashiro (2020, p. 247) relatam que:

Organizar uma linha biográfica de Joana Lopes não é tarefa fácil. Foram muitos encontros, desencontros, viagens pelo Brasil e exterior, mudanças de endereço, campos diversos de atuação, em resumo, uma existência nada linear.

Joana D'Arc Bizzotto Lopes, mais conhecida como Joana Lopes, nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 14 de abril de 1938 (Debértolis, 2002; Madureira e Yonashiro, 2020; Cabrera e Silva, 2021), tendo sido filha de Ary Lopes, guarani nascido na fronteira entre Brasil e Bolívia, militar de carreira, e de Helena Anita Bizzotto Lopes, filha da primeira geração de uma família de imigrantes italianos no Brasil (Debértolis, 2002; Cabrera e Silva, 2021).

O casamento de seus pais não foi muito bem aceito pela família italiana, principalmente pela madrasta de sua mãe, o que fez com que a família se mudasse para Ouro Preto. Joana relatou que sua mãe cantava e fazia teatro, estando sempre em contato com artistas que frequentavam a casa de seu avô, o qual visitava a neta com frequência mesmo com todas as intempéries da família (Debértolis, 2002).

Segundo Debértolis (2002), a educação que Joana recebeu em casa foi marcada pela cultura de seus pais, seguindo o modelo patriarcal da época. Ambos influenciaram significativamente a formação e educação dos filhos, o pai valorizava o espaço público, enquanto a mãe se voltava ao estético e ao ambiente privado.

Joana retrata que o seu contato com as artes na casa do avô materno, a infância e molecagens no interior de Minas Gerais e as histórias de personagens mineiras foram fundamentais para sua formação e no desenvolvimento de seu imaginário, o que a levou ser conhecida como a “grande rebelde” de sua família (Debértolis, 2002, p. 36).

Nos anos de 1950, na época em que cursava o ginásio, ela e sua família se mudaram para São Paulo. Através da influência de sua mãe, Joana começa a frequentar a Escola de Bailado do Teatro Municipal de São Paulo para se tornar bailarina, além de estudar no Colégio Mackenzie (Debértolis, 2002; Cabrera e Silva, 2021). E aos 18 anos, acabou se casando e, muito jovem, se tornou mãe de um casal de filhos (Madureira e Yonashiro, 2020).

Em relato registrado por Debértolis (2002), Joana declarou que seu casamento durou seis anos, considerando-o um fracasso que lhe causou profundas dores. Para ela, dentro de uma visão tradicional da moral burguesa, o casamento frequentemente entrava em conflito com seus objetivos, sonhos, propósitos e com a construção de sua identidade. O término ocorreu quando, pela primeira vez, seu então marido a espancou.

No ano de 1965, com o intuito de garantir o sustento de seus filhos, em meio ao casamento instável, Joana Lopes consegue um emprego na Escola Isolada do Itaguá, em uma vila de pescadores em Ubatuba. Atuando como professora alfabetizadora a partir da metodologia de Paulo Freire, além de ser professora de ballet clássico, durante a ditadura (Debértolis, 2002; Madureira e Yonashiro, 2020; Cabrera e Silva, 2021).

A partir da experiência marcante em sua vida da violência que sofreu, Joana entende que caminhos deveria trilhar para a elaboração do jornal *Brasil Mulher*, assim como tal evento colaborou para servir como uma ferramenta de compreensão do grupo de mulheres que partilhavam de sua ideia (Debértolis, 2002).

Já em 1966, com 28 anos de idade, Joana passou a frequentar a Escola de Arte Nacional do Brasil e a Escola Nacional de Teatro no Rio de Janeiro, por um breve período (Cabrera e Silva, 2021). Tal passagem se encerrou devido a repressão de Joana passava, porém em seus relatos, Joana afirma que a partir desse lugares adquiriu noções sobre o valor da expressão livre e auto expressão (Debértolis, 2002).

Debértolis (2002) aponta que a partir da perspectiva freiriana, o trabalho de Joana Lopes em São Paulo como arte educadora se

destaca, uma vez que ela via a educação como sinônimo de libertação, e fundamental para a luta contra o regime autoritário que estava presente no Brasil. Joana chama atenção para sua atuação na Escola Experimental Vera Cruz, Escola Renovada Gabriela Mistral e na Escolinha de Arte de São Paulo, buscando trilhar um caminho diferente de seu irmão, Leonardo Lopes, o qual era ativo na luta armada.

Através do convite de Herbert “Betinho” de Souza, fundador do movimento Ação Popular, Joana passa a atuar como apoiadora de uma produção teatral na região industrial do ABC em São Paulo no ano de 1969, o qual se desenvolveu com trabalhadores com idades entre 19 e 25 anos (Cabrera e Silva, 2021). Debértolis (2002, p. 39) discorre que:

O trabalho desenvolvido junto a estes operários tornou-se muito significativo para a construção de sua ideia de teatro como veículo de comunicação. Por meio de jogos dramáticos trabalha a sensibilização dos integrantes do grupo, despertando a consciência de classe e a reflexão em relação à realidade em que vivem.

Com a instauração do AI-5, e com a perda de seu irmão, Joana observa que o cerco de repressão e perseguição contra os opositores ao regime militar se tornou mais duro, devido a isso muitas pessoas que participavam de seu convívio e que trabalhavam com ela foram presas (Debértolis, 2002).

Em 1971, Joana recebe mais um importante convite para sua trajetória, como ministrante de um curso viabilizado pela Faculdade de Filosofia na recente Universidade Estadual de Londrina (UEL) (Debértolis, 2002). De 1972 a 1975, ela lecionou na universidade, no Departamento de Artes na área de teatro, o que a fez se mudar para a cidade junto de seu companheiro Luiz da Silveira Baldi, o qual iria ministrar aula na Faculdade de Medicina na mesma universidade que ela (Debértolis, 2002; Cabrera e Silva, 2021).

Londrina, para Joana, era considerada uma cidade que estava fugindo das perseguições do então regime militar. Ao

chegar na cidade, seu trabalho ganha grande destaque na mídia local, com matérias assinadas por Linda Bulik, que no futuro iria colaborar como correspondente em Paris no jornal *Brasil Mulher* (Debértolis, 2002).

Considerando seu trabalho na Universidade Estadual de Londrina, entre 1972 e 1974, Joana cria o Groupon e o Teatro-Escola Pindorama, que atendeu a marginalizada população de lavanderias e bóias frias de plantação de café que moravam no Conjunto Habitacional Pindorama (Madureira e Yonashiro, 2020; Cabrera, 2025). Segundo Cabrera e Silva (2021) Joana atuou tanto na legalidade, como clandestinamente durante a Ditadura Militar como arte educadora e jornalista na imprensa feminista brasileira.

Porém, Joana foi demitida de seu cargo como Assessora de Assuntos Culturais da UEL devido à atuação das forças de repressão infiltradas na universidade. O motivo foi a consciência crítica que seus alunos desenvolveram por meio dos exercícios dramáticos realizados em seu projeto, que aconteceu durante dois anos através da parceria da UEL com a Prefeitura Municipal de Londrina, que acabou cortando as verbas (Debértolis, 2002).

Sobre a trajetória de Joana, Cabrera e Silva (2021, p.7) relata:

Na década de 1980 Joana participou da fundação do Departamento de Artes Corporais no Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde atuou como docente e pesquisadora entre 1987 e 2007. Entre 1992 e 2000 atuou também como professora visitante da Universidade de Bolonha, Itália, a convite de Eugenia Casini Ropa, professora e pesquisadora de História da Dança, sua grande amiga e interlocutora.

Shalom (2009) colabora retratando que Joana Lopes atuou como diretora de cena de pedagogia, trabalhando por quase 40 anos com teorias do espaço de dos esforços propostos por Laban. Assim como é válido ressaltar as experiências de Joana Lopes de 1993 e 2014 como diretora de espetáculos da Coreodramaturgia (Cabrera e Silva, 2021).

Joana foi uma artista notável da dança e do teatro, jornalista precursora na imprensa feminista no Brasil, educadora, docente e pesquisadora (Cabrera e Silva, 2021), entre muitos outros papéis que ocupou ao longo de sua trajetória. Faleceu em 29 de dezembro de 2023, com 85 anos.

## O impacto cultural no teatro

A relação de Joana com o teatro se deu desde muito cedo, quando concluiu sua formação em Ballet clássico no Teatro Municipal de São Paulo, assim como quando cursou teatro no Conservatório do Rio de Janeiro (Scialom, 2009, p.163). Ao trabalhar dando aulas de Ballet, Lopes buscando novas maneiras e instrumentos para se ensinar, a fim de garantir um trabalho criativo em decorrência do Brasil da época, em 1969, conhece o método de notação coreográfica criado por Laban, o qual trabalhou por quase 40 anos de vida. Além de realizar diversos trabalhos no Brasil e exterior como dramaturga e diretora teatral (Scialom, 2009). Madureira e Yonashiro (2020, p. 32) refletem sobre a trajetória da autora, trazendo que

Joana Lopes pertence à geração de artistas e intelectuais da década de 1960 que atuou sob um ideal libertário. Na perspectiva da educação, seu posicionamento era radicalmente contrário a imposição de modelos, valores ou orientações estéticas que impediriam a descoberta e auto-organização expressiva.

Na década de 80, através do contato com Maria Duschenes, sua pesquisa se volta para a área da dança, dança teatro e ensino-aprendizagem da expressão dramática na dança a partir do jogo dramático. Para Joana, esse jogo é visto como um exercício que permite a expressão poética do sujeito da e para a liberdade, configurando assim, a capacidade de metamorfose do atuante (Madureira e Yonashiro, 2020).

Assim como realizou pesquisas para o desenvolvimento da Coreodramaturgia, buscando interligar o Teatro Coreográfico proposto por Rudolf Laban com as artes cênicas (Scialom, 2009).

Cabrera e Silva (2021, p. 12) consideram que “Conhecer parte da trajetória de Joana é revelar parte da História do ensino de teatro no Brasil, especialmente pela proposta que perpassa o diálogo com as expressões populares”.

Em sua obra mais conhecida, chamada *Pega Teatro*, publicada em 1981, 1989 e em 2017, Joana promove uma prática e reflexão sobre o teatro educação em artes cênicas. A autora propõe uma metodologia de trabalho artístico- pedagógico a partir de narrações de experiências desenvolvidas em trabalhos que realizou em 1970 com operários do ABC Paulista, em uma comunidade periférica de Londrina e com diversos outros grupos em São Paulo (Cabrera e Silva, 2021). De acordo com Cabrera (2025),

Em 1971, no Paraná, Joana Lopes realizou oficinas de teatro na Faculdade de Filosofia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Entre 1972 e 1975, lecionou na UEL, no então Departamento de Artes, na área de teatro. Entre 1972 e 1974, Joana criou o Grupum e o Teatro-Escola Pindorama.

É possível encontrarmos relatos que afirmam que Joana Lopes desenvolveu e conduziu pesquisas sobre as etapas evolutivas do jogo dramático das crianças, que já estavam em andamento há bastante tempo, sendo responsável por criar o primeiro curso para adultos com base em suas pesquisas sobre a livre-expressão dramática na educação pela arte na Escolinha de Arte de São Paulo (Lacava, s.d.).

Joana não apenas foi uma figura importante para o teatro no período, como manteve sua influência ao longo dos anos, reverberando suas práticas em gerações posteriores. Conforme Lacava (s.d.) afirma,

A Joana tinha consciência do que significou meu aprendizado com ela. Sabia, descobriu posteriormente, que eu havia criado uma prática artístico-pedagógica com nuances peculiares a partir de sempre considerar as crianças em primeiro lugar e assim pautar toda minha vida profissional. Descubro neste exato momento que dei materialidade ao pensamento de Marcel Duchamp, que foi apresentado pela Joana com grande impacto

em mim: “A arte não me interessa, me interessam os artistas”... Os meus artistas sempre foram as crianças, incluindo os adultos que trabalham com elas. Constato que talvez esta seja a forma com que posso homenageá-la incondicionalmente, enquanto eu viver, um dia a cada vez.

Além disso, Joana Lopes é reconhecida como uma diretora-pedagoga pioneira e precursora, cuja práxis era miscigenada, transdisciplinar, complexa e interseccional, ela desenvolveu uma atitude genuinamente decolonial, buscando romper com clichês e rótulos eurocêntricos na educação, e fomentava uma reflexão sobre o eurocentrismo na produção artística e científica (Cabrera, 2025). De acordo com Cabrera (2025, p. 116),

Importa também discutir o quanto a práxis de Joana era miscigenada, num enfoque transdisciplinar, complexo, multifatorial e interseccional. Uma hipótese é que essas miscigenações étnico-raciais, mas principalmente filosóficas, culturais e artísticas, levaram Joana Lopes a uma senda de maleabilidade estética e a uma atitude genuinamente decolonial em que o processo coletivo e cocriativo ético-poético-pedagógico/andragógico encontrou expressão e comunicação estética coerente com o processo e não eurocentrada, nem enxertada de outras estéticas alheias àquele processo singular e temporal-historicamente orientado.

Dessa forma, podemos afirmar que Joana fez contribuições significativas ao campo do teatro, especialmente na intersecção com a educação e na transformação da forma em que observava as relações entre as pessoas e arte, sem recortes de idade ou classe social. Ela foi uma figura central que borrou as fronteiras entre arte, educação e ativismo político, utilizando o teatro e a dança como ferramentas de transformação social e pessoal, e desenvolvendo abordagens pedagógicas e artísticas inovadoras que continuam a influenciar as artes da cena no Brasil.

## Contribuições à imprensa paranaense

No ano de 1971 Joana Lopes se muda para cidade de Londrina, norte do Paraná, com seu esposo Luiz da Silveira Baldi, por dois motivos principais: seu companheiro havia recebido uma proposta para trabalhar na Faculdade de Medicina da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e a sua situação na cidade de São Paulo estava cada dia mais perigosa, uma vez que o regime estava ficando mais repressivo e já havia sido responsável pela morte de diversos colegas de trabalho de Joana, inclusive pelo desaparecimento de seu irmão (Debértolis, 2002). Ainda de acordo com a autora,

Joana considera que, naquele momento, a cidade de Londrina se tornou um centro catalizador daqueles que estavam fugindo da perseguição do regime militar. Em sua análise, estas pessoas contribuíram para a formação cultural e democrática de pelo menos uma geração. Ela considera que são inúmeros os fatores que transformaram Londrina num pólo aglutinador naquele momento (Debértolis, 2002, p. 41).

Ao chegar na cidade, Joana estava intimamente ligada ao teatro, mas ao ser demitida da Assessoria de Assuntos Culturais, pelos motivos já citados anteriormente, o jornalismo passa a fazer parte da trajetória de Joana. Após um ano escrevendo horóscopos e auxiliando um colunista, sendo estas estratégias para despistar a repressão, ela estreia com o projeto da página Arte e Comunicação na *Folha de Londrina*, onde trabalhou até 1978, após a saída de Linda Bulik. Sendo então, a primeira mulher a fazer parte do grupo de redação do jornal londrinense (Debértolis, 2002).

Além da página que criou ter sido muito significativa para sua atuação como jornalista, abordando assuntos como teatro, música, artes plásticas, literatura e preservação do patrimônio, ela lança uma coluna chamada *Lance Livre*, com temáticas variadas e uma maneira de quebrar o silêncio perante os acontecimentos da ditadura militar (Debértolis, 2002) .

Sobre o jornal *Brasil Mulher*, Madureira e Yonashiro (2020, p. 247) apontam que:

Ao lado do trabalho como arte-educadora e dramaturga, Joana Lopes atuou como jornalista e militante do movimento feminista, tendo fundado ao lado de Terezinha Zerbini o jornal *Brasil Mulher*, primeiro tabloide feminista do Brasil, lançado em 1975, primeiro ano a instituir o dia internacional da mulher.

No decorrer de três anos, segundo Debértolis (2002), Joana atuava tanto na *Folha de Londrina* como no *Brasil Mulher*, relatando enfrentar cargas horárias de trabalho de até 72 horas, assim como a influência que seu jornal passou a exercer despertando o interesse de ativistas internacionais, o que acabou fazendo com que ela se aproximasse do Movimento Feminino pela Anistia.

Podemos então afirmar que Joana foi uma pioneira ao ser a primeira mulher na cidade a integrar a redação da *Folha de Londrina*, se tornando um marco em um ambiente predominantemente masculino. Bem como, sua criação de uma página dedicada à arte, no período da ditadura civil-militar, onde a expressão artística era veementemente reprimida foi de extrema importância. De acordo com Debértolis (2002, p. 45),

A atuação de Joana Lopes como jornalista a partir da página Arte e Comunicação foi muito significativa. Além de abordar assuntos ligados às artes – teatro, artes plásticas, música, preservação do patrimônio, literatura - a página Arte e Comunicação, publicava matérias sobre arte educação e uma coluna semanal chamada “Lance Livre”. A coluna “Lance Livre” tinha uma temática variada e muitas vezes se referia a fatos que estavam acontecendo no país. A referência a estes fatos nem sempre eram feitas de forma metafórica. Joana desafiava a ordem de silêncio estabelecida e se reportava abertamente à realidade da ditadura militar.

Uma vez que a censura afeta as esferas sociais no país, “Tudo passa a ser político, da música e do teatro ao cinema e às artes plásticas. Dos livros às salas de aula, das pesquisas às ações exten-

sionistas. Tudo é suspeito, tudo é ameaça e pode oferecer riscos ao sistema [...]” (Viola; Albuquerque, 2015, p. 82). A imprensa foi fortemente marcada pela censura, como um dos principais meios de comunicação disponíveis para o povo naquele momento, os jornais e revistas foram controlados pelo governo por um período considerável dentro desses 21 anos de ditadura. A censura era uma das ferramentas de controle e coerção da população, em prol da manutenção e conservação do governo militar.

Os contornos realizados por Joana para driblar as repressões e censuras impostas na imprensa são admiráveis, mesmo retratando temas tidos como proibidos, ela continuou atuando no jornalismo por um período considerável.

Com esses movimentos de censura à mídia tradicional, surgem diversos periódicos da imprensa alternativa, que buscavam contornar as censuras sofridas pela mídia. De acordo com Freitas (2018, p. 21), “Nesses veículos estavam gritos por liberdade, autonomia e justiça, reconhecimento, democracia e cidadania.” Os jornais alternativos, podem ser definidos como um meio de comunicação utilizado por aqueles que enxergavam as injustiças sociais presentes na sociedade e queriam externalizar essa situação. De acordo com Mendes (2011, p. 36), podemos resumir afirmando que a imprensa alternativa

[...] foi uma peça fundamental para os vários sujeitos sociais que ficaram à margem da sociedade, sujeitos que queriam ser vistos, conhecidos, ou melhor, reconhecidos; sujeitos que, além do reconhecimento, queriam ter seus direitos respeitados. Por conta disso, a imprensa alternativa também foi muito significativa para os grupos de minorias numéricas e políticas, como os negros, os homossexuais e as mulheres.

Seria engano pensarmos que nos movimentos pela democracia as mulheres também não precisam encarar opressões de gênero, a elas ainda era atribuído o papel de cuidadoras e protetoras do lar. Mas isso não significa que a presença das mulheres nas guerrilhas e demais organizações contra a ditadura não existisse. Priore (2020) destaca que havia diversas mulheres participando

desses movimentos, com a diferença de que as lideranças eram quase sempre atribuídas aos homens. A essas mulheres cabiam apenas papéis secundários e pouco reconhecimento.

Subvertendo os valores do período, Joana Lopes ingressa no mundo dos jornais alternativos, que buscavam a superação da ditadura civil-militar brasileira, com destaque a ser também um jornal feminista, que também lutava contra a opressão ao sexo feminino.

Os jornais alternativos procuravam defender a democracia e exigir a retomada das eleições diretas, para que o povo voltasse a escolher seus representantes. Em conjunto a isso, com a imprensa alternativa feminista, as mulheres lutavam por mais creches, o acesso a métodos contraceptivos e a inclusão de mulheres na política. Sobre a imprensa alternativa, Kucinski (2018) destaca que

Durante os quinze anos de ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar. Ficaram conhecidos como imprensa alternativa ou imprensa nanica (Kucinski, 2018, p. 11).

Fundando então em 1975 por Joana Lopes e Therezinha Zerbini, na cidade de Londrina, o *Brasil Mulher*, ele foi o primeiro periódico alternativo feminista pós ditadura civil-militar do país (Freitas, 2018). Sobre o jornal, de acordo com Tamião (2009, p. 26), “O primeiro editorial traz as principais idéias articuladas por suas idealizadoras e, por sua vez, não se fixa a uma luta específica [...]”, já que uma das idealizadoras do jornal, Therezinha Zerbine, se identificava enquanto cristã e buscava se afastar da esquerda e dos movimentos feministas. Quanto aos objetivos do jornal, segundo as autoras, “A idéia principal era divulgar o movimento feminino pela anistia, que implicava também pensar o momento político em que o país estava inserido [...]” (Tamião, 2009, p. 26).

O periódico teve sua primeira edição publicada em dezembro de 1975, na cidade, comandado por Joana Lopes e Therezinha Zerbine. De acordo com Kucinski (2018, p. 125), “O feminismo do *Brasil Mulher* foi fortemente influenciado pelo marxismo e em espe-

cial pelo maoismo voltado para a temática da pobreza e da miséria que no Brasil tem como subprodutos problemas femininos [...]”.

Em 1976, há a primeira ruptura no editorial, Zerbine, que não se considerava uma feminista, abandona o jornal. No ano seguinte, Joana Lopes abandona o periódico quando “[...] sob hegemonia do PCdoB e liderada por Maria Amélia Machado e Rosalina Santa Cruz, decidiu orientar o jornal para mulheres das classes trabalhadoras, dentro de uma perspectiva de ampliação partidária” (Kucinski, 2018, p. 128).

Por preferir como público mulheres da classe média, Joana sai do editorial, junto de outras feministas que o compunham e o jornal se encerra em 1977 (Kucinski, 2018). O periódico perdurou por 20 edições, sendo 16 regulares e 4 edições especiais (Centro Sérgio Buarque de Holanda, 2020).

Ao longo desses três anos em que esteve à frente do *Brasil Mulher*, Joana utilizou o espaço para denunciar os diferentes problemas que as mulheres estavam enfrentando durante a ditadura civil-militar, como a falta de creches, a baixa remuneração e o acúmulo de funções.

O jornal nasceu de sua indignação com a imprensa feminina e da oportunidade de criar um boletim para o Movimento Feminino pela Anistia. Sua visão era criar um jornal que fosse um objeto intermediário, para que as leitoras pudessem abordar suas questões e que fosse pautado pelo próprio público, introduzindo seções e uma proposta gráfica diferenciada, usando sua experiência artística (Debértolis, 2002).

Joana, enquanto fundadora, editora e idealizadora do jornal, abordou diversos assuntos no periódico, o marcando com sua visão como militante, artista e jornalista. Quanto às temáticas abordadas no jornal, para cumprir com seus objetivos de criar um canal de denúncia e resistência à ditadura, Joana e o restante da equipe editorial, se ocuparam com as condições de vida e direitos da mulher, educação feminina e a mobilização das mulheres.

Nesse sentido, ela contribuiu não só à imprensa londrinense, como à população feminina da cidade e do país, como um todo. O

jornal discutia a inserção da mulher no mercado de trabalho por necessidade econômica e questionava o porquê de elas aceitarem baixas remunerações e poucos direitos. A necessidade de creches era uma pauta constante, sendo apresentada como essencial para que as mães pudessem trabalhar e para a educação das crianças. As pílulas anticoncepcionais e o planejamento familiar também eram abordados, bem como a sexualidade da mulher, criticando a educação que a afastava do prazer e a ligava apenas à reprodução (Debértolis, 2002).

O jornal destacava a importância da educação para a abertura de possibilidades para as mulheres e para que as trabalhadoras pudessem enfrentar condições precárias de emprego. Bem como se ocupava a convidar as mulheres a se organizarem em movimentos sociais, para lutarem por seus direitos e contra a ditadura civil-militar.

Em resumo, os temas centrais do *Brasil Mulher* sob a direção de Joana Lopes eram a emancipação feminina, a denúncia das opressões da ditadura civil-militar, a luta por direitos sociais e trabalhistas para as mulheres e a valorização da educação como um meio para a conscientização e a liberdade

## A educação para Joana Lopes e o *Brasil Mulher*

Ao longo do capítulo pudemos observar que a relação de Joana com a educação aconteceu naturalmente. Sua trajetória demonstra compromisso com a pedagogia como ferramenta de libertação, expressão e conscientização social, alinhando arte, ciência e ativismo político. Joana iniciou sua atuação na educação já na década de 60, inspirada na teoria de Paulo Freire,

Joana explica que seu trabalho se desenvolvia sempre no “campo popular”, na perspectiva da educação como libertadora e essencial na luta contra o regime militar. Ao contrário de seu irmão Leonardo Lopes, engajado na luta armada, ela acreditava que a educação seria a arma contra a ditadura (Debértolis, 2002, p. 47).

Sua carreira se estendeu, ao propor o desenvolvimento de práticas específicas no ensino do teatro, em sua carreira universitária e impacto nas filosofias educacionais. De acordo com Debértolis (2002, p. 54), Joana

A partir de 1987 passa a integrar o Departamento de Artes Corporais do Instituto de Artes da UNICAMP. Desde 1992 é professora visitante do Departamento de Música e Espetáculo da Universidade de Bolonha, na Itália. Na UNICAMP também integra o Programa de Integração e Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (Prodecad), um projeto de ensino integral voltado a atender os filhos dos trabalhadores da instituição.

Seu compromisso com a educação também fica expresso nas páginas de suas publicações, a exemplo do jornal *Brasil Mulher*, bem como seus ideais para o ensino. Ao analisarmos as matérias publicadas no jornal, durante seu período como editora-chefe, podemos observar a preocupação com a educação da família, a abertura de escolas e creches e o mundo do trabalho (*Brasil Mulher*, 1975, 1976, 1977).

Ao pensarmos na educação da família é necessário destacarmos o papel que a mulher assumia diante desta responsabilidade que era atribuída majoritariamente ao sexo feminino. Apesar de nos referirmos à educação da família, a configuração que encontramos no jornal é da educação das crianças pequenas ofertadas pelas mulheres da casa (*Brasil Mulher*, 1975, 1976, 1977). A principal discussão levantada pelas mulheres nos jornais era a falta de tempo, dinheiro e de instrução para educarem suas crianças pequenas em casa.

Em diversas matérias, as jornalistas destacam que cada dia mais as mulheres estavam optando pelo uso da pílula anticoncepcional em decorrência dos gastos financeiros que uma criança exige e porque o ensino dessas crianças era de total responsabilidade da mãe (*Brasil Mulher*, 1975, 1976, 1977). Além disso, o controle da natalidade era inteiramente de responsabilidade da mulher.

Dessa forma, a preocupação das mães em educarem seus filhos pode expressar a falta de compromisso do então governo em capacitar a figura docente, o qual deveria ser responsável pela educação formal dessas crianças. Precisamos ainda levar em conta que não só a falta de professores e instituições formais estavam afetando essas mulheres, mas também a falta de recursos econômicos e de tempo para arcar com esse ensino. Não sendo possível nem mesmo que elas buscassem instrução para educar os filhos.

A educação da família era uma preocupação para o jornal, logo, também para as leitoras e leitores. As mulheres demonstravam ansiedade quanto à instrução de seus filhos, seja por falta de tempo ou dinheiro. A baixa remuneração das famílias e o excesso de carga horária de trabalho podem ser destacados como as maiores problemáticas que contribuía para essa apreensão.

Joana Lopes denuncia, por meio do jornal, a falta de compromisso do governo ditatorial com as famílias e em especial, com as mulheres. Uma vez que o sexo feminino se demonstrava exausto das obrigações com a educação de seus filhos, por falta de tempo, dinheiro e conhecimento. bell hooks (2013) traz em seu livro um relato pessoal que merece ser destacado. A autora fala sobre sua experiência na escola e o que a instituição representava para ela. hooks (2013, p. 11) aponta que,

Naquela época, ir à escola era pura alegria. Eu adorava ser aluna. Adorava aprender. A escola era o lugar do êxtase do prazer e do perigo. Ser transformada por novas ideias era puro prazer. Mas aprender ideias que contrariavam os valores e crenças aprendidos em casa era correr um risco, entrar na zona de perigo. Minha casa era o lugar onde eu era obrigada a me conformar à noção de outra pessoa acerca de quem e o que eu deveria ser. A escola era o lugar onde eu podia esquecer essa noção e me reinventar através das ideias.

Dessa forma, ao pensarmos no direito que muitas crianças não tinham acesso por serem educadas por mães que não possuíam formação para tal, podemos questionar o que esses meninos e meninas estavam deixando de aprender e vivenciar.

Era cômodo ao governo ditatorial que as crianças não tivessem acesso a uma educação emancipadora, uma vez que, durante sua primeira infância, a educação estava a cargo da família e, quando mais velhas, o ensino ofertado pelas instituições as dirigia para a conformidade e aceitação, convencendo-as a se conformar com o estado atual do país.

Podemos destacar também a falta de educação dada aos trabalhadores, que levou a diversos problemas no emprego, resultando até mesmo em acidentes (Brasil Mulher, 1975, 1976, 1977) – já que não era do interesse do governo ditatorial exigir que as fábricas e demais empresas oferecessem a capacitação adequada dos profissionais. Eles eram apenas mão de obra substituível. As questões relacionadas ao mundo do trabalho e à educação eram majoritariamente ligadas à falta de ensino para as trabalhadoras e trabalhadores.

No que diz respeito à educação das famílias, há a preocupação das mulheres em não darem conta de instruir seus filhos corretamente, bem como, o medo de não terem tempo a dedicar para o ensino de seus meninos e meninas. Quanto a abertura de creches e escolas pudemos observar ser representados novamente o desespero das mulheres que não tinham uma instituição adequada para deixarem seus filhos com a segurança de que eles estariam sendo educados por profissionais capacitados. Por último, quanto ao mundo do trabalho, as páginas dos jornais estampam a omissão do Estado em educar seus trabalhadores, representando a falta de importância dessas mulheres e homens que batalhavam todos os dias por sua sobrevivência, mesmo que sem o mínimo de instrução.

Ao destacar esses assuntos, o *Brasil Mulher* e Joana Lopes expõem algumas das preocupações das mulheres londrinenses e, podemos presumir, de todas as brasileiras no período. Dessa forma, podemos assumir que Joana não apenas contribuiu a imprensa paranaense, como também às mulheres, por compartilhar os anseios do coletivo. Ademais, contribuiu para a educação, como pudemos observar, ao levantar tais discussões nas páginas do jornal.

## Considerações finais

Retomar a trajetória de Joana Lopes nos permite compreender a relevância do resgate de figuras femininas na história, sobretudo em contextos de silenciamento e apagamento. Dar visibilidade à sua vida e as suas contribuições significa reconhecer a importância de mulheres que, como ela, desafiaram padrões sociais e políticos, construindo um legado que ultrapassa gerações – especialmente se pensarmos o período histórico em que Joana estava inserida na maior parte de suas atuações.

Joana Lopes foi uma artista e intelectual multifacetada, que transitou entre os campos da arte, da educação, da imprensa e do ativismo político, como pudemos ver ao longo do capítulo. Sua identidade como professora, teatrística, escritora, jornalista e pesquisadora refletem uma existência nada linear, marcada por resistências e enfrentamentos. Sua experiência pessoal contribuiu para a elaboração de projetos coletivos que visavam transformar a realidade social. Joana se destaca por seu olhar crítico, para além das condições sociais, não no sentido de apagar as condições econômicas, históricas e culturais da população, mas sim no de lutar para que independente destas, a população tivesse acesso a educação e cultura de qualidade.

No âmbito da educação, sua atuação como arte-educadora revelou o compromisso com a pedagogia libertadora, inspirada em Paulo Freire. Sendo assim, ao desenvolver práticas pedagógicas em escolas experimentais e projetos comunitários, como o Grupum e o Teatro-Escola Pindorama, Joana demonstrou a convicção de que a arte poderia ser instrumento de emancipação, de conscientização crítica e de enfrentamento ao regime ditatorial – aspectos que foram preservados ao longo do tempo, se tornando um marco para pesquisadores da educação e do teatro.

Joana Lopes contribuiu para a formação cultural e democrática de uma geração, atuando tanto na universidade quanto em projetos comunitários que alcançavam populações marginalizadas, como trabalhadores rurais. Sendo assim, sua presença foi decisiva para consolidar Londrina como um polo de resistência

cultural e educacional, em meio a um cenário nacional de censura e perseguição.

Além disso, sua inserção pioneira na imprensa paranaense marcou profundamente o jornalismo da região. Como primeira mulher a integrar a redação da *Folha de Londrina*, Joana abriu caminho para outras mulheres em um ambiente até então predominantemente masculino. Bem como, ao criar a página Arte e Comunicação e a coluna *Lance Livre*, trouxe para o debate público temas ligados à arte, à educação e à realidade da ditadura, desafiando os limites impostos pela censura. Dessa forma, sua atuação no Paraná deixou um legado de resistência e inovação, reafirmando a relevância da imprensa alternativa e feminista como instrumento de transformação social

Sua atuação atingiu maior relevância com a fundação do jornal *Brasil Mulher*, em 1975, em parceria com Therezinha Zerbin. O periódico se consolidou como o primeiro jornal alternativo feminista do país no período da ditadura, sendo um espaço de denúncia, reflexão e mobilização política. As páginas do *Brasil Mulher* abordaram questões ligadas à emancipação feminina, ao mundo do trabalho, à luta por creches, à sexualidade e ao planejamento familiar, bem como à importância da educação para a formação crítica das mulheres e de seus filhos.

Sendo assim, ao observarmos sua trajetória, podemos afirmar que Joana Lopes contornava as fronteiras entre arte, educação e ativismo político. Sua prática inovadora demonstrava uma atitude decolonial, que questionava paradigmas eurocêntricos e reafirmava a relevância da cultura popular e das vozes marginalizadas.

Embora não paranaense de origem, Joana conquistou espaço de destaque no Paraná, contribuindo de maneira significativa para a cultura, a educação e a imprensa. Suas ideias permanecem atuais, influenciando práticas artísticas e educacionais, além de fortalecer o pensamento feminista no Brasil. Podemos então concluir que sua atuação no Paraná foi de extrema importância, em especial para cultura, educação e movimentos sociais da cidade de Londrina.

Dessa forma, Joana Lopes merece ser lembrada por sua coragem, criatividade e dedicação. Seu legado reafirma a necessidade de resgatarmos as histórias de mulheres que, com suas vozes e ações, abriram caminhos para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Uma vez que diversas histórias podem estar sendo deixadas de lado por terem como protagonistas o sexo feminino.

## Referências

BRASIL MULHER. Londrina, ed. 0, 9 out. 1975a.

BRASIL MULHER. Londrina, ed. 0001, dez. 1975b.

BRASIL MULHER. Londrina, ed. 0002, 1976a.

BRASIL MULHER. Londrina, ed. 0003, 1976b.

BRASIL MULHER. Londrina, ed. 0004, 1976c.

BRASIL MULHER. Londrina, ed. 0005, 1976d.

BRASIL MULHER. Londrina, ed. 0006, 1976e.

BRASIL MULHER. Londrina, Edição Especial, abr. 1977a.

BRASIL MULHER. Londrina, ed. 0007, jun. 1977b.

BRASIL MULHER. Londrina, ed. 0008, ago. 1977c.

CABRERA, T.; SILVA, F. S. da. Os contributos de Joana Lopes a uma ético-poética-estética das artes da cena. *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas*, Florianópolis, v. 1, n. 54, abr. 2021.

DEBÉRTOLIS, K. S. **Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista**. 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3505>. Acesso em: 27 jun. 2025.

FREITAS, V. G. **Feminismos na imprensa alternativa brasileira: quatro décadas de lutas por direitos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

HOOKS, b. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

MADUREIRA, J. R.; YONASHIRO, A. F.. Joana Lopes e a coreodramaturgia: diálogos entre o jogo dramático e a arte do movimento de Rudolf Laban. **Revista Cena**, Porto Alegre, n. 32, p. 246–258, set./dez. 2020. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/cena>. Acesso em: 27 jun. 2025.

MENDES, S. L. da S. A Imprensa Alternativa Durante A Ditadura Militar No Brasil (1964-1984): Um Olhar Historiográfico. **CONTRAPONTO – Revista Eletrônica de História**, n. 1, v. 1, p. 24 - 41, jun. 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/3714/2133>>. Acesso em: 09 de ago. de 2023.

PRIORE, M. del. **Sobreviventes e Guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000**. São Paulo: Planeta, 2020.

SCIALOM, M. **Laban Plural: um estudo genealógico do legado de Rudolf Laban no Brasil**. 2009. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9666>. Acesso em: 27 jun. 2025.

TAMIÃO, J. S. **Escritas Feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 142. 2009.

VIOLA, S. E. A.; ALBUQUERQUE, P. P. de. Ditadura e educação: conexões a serem ressignificadas. **Revista Reflexão e Ação**, v. 23, n. 2, p. 78 - 96, 2015. Disponível em: <<https://seer.unisc.br/index.php/reflex/article/view/6224>>. Acesso em: 12 de jul. de 2025.

# A intertextualidade no cotidiano: uma leitura de “Os Movimentos da Cabeça”, de Samantha Abreu

Vizette Priscila Seidel

Sigo sendo alguém que ruboriza quando chamam  
de poeta, que fica modesta quando  
acham escritora. [...]

É que a poesia exige tanto do que há em mim que se espalha.

Daí eu fico singela: gosto da ontologia dos dedos nos copos,  
dos prazeres do corpo e das dancinhas divertidas.

Eu vivo a literatura como quem vive. E é tão natural  
que muitas vezes ninguém nota...

Às vezes nem parece vida (Abreu, 2024, p.62).

É com um trecho da uma crônica de Samantha Abreu que iniciamos este capítulo, no qual pretendemos refletir sobre as narrativas que compõe a parte de crônicas de seu último livro lançado, olhando para a autoficção, a intertextualidade e o cotidiano que é escrito de maneira tão poética pela escritora londrinense. Dessa maneira, analisamos e apresentamos três crônicas do livro *Os movimentos da cabeça* (2024), de Samantha Abreu, obra que mistura poemas e crônicas, o que talvez explique um pouco da poeticidade contida nas reflexões narrativas da autora. Em entrevista para a *Folha de Londrina* (2024), Abreu explica que a junção dos gêneros em uma única obra ocorreu quando estava revisitando arquivos com alguns escritos narrativos – suas crônicas – e os poemas que estavam em processo de criação e havia um fio temático entre os textos. Como dito, vamos nos ater aqui há três crônicas: *Vou esfregar na tua cara*, *Pequena esperança para os que ainda estão vivos* e *Ainda que eu ande pelo vale das sombras*, como exemplares da poética do cotidiano, a crônica de Samantha Abreu.

Samantha Abreu (1980) é nascida e criada em Londrina, no norte do Paraná. Escritora, professora, pesquisadora e produtora cultural, com sólida trajetória na literatura e na educação. Graduada em Letras, possui especialização em Educação e mestrado em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Desenvolve atividades de curadoria e programação de eventos literários, além de ministrar oficinas e cursos voltados à literatura, à linguagem e à escrita.

Autora de uma obra diversificada que atravessa poesia, prosa e crônica, publicou os livros *Fantasia para quando vier a chuva* (Orpheu, 2011), *Mulheres sob Descontrole* (Atrito Arte, 2015), *A Pequena Mão da Criança Morta* (Penalux, 2018), *Debaixo das Unhas* (Olaria Cartonera, 2020), *Os Movimentos da Cabeça* (Atrito Arte, 2024), além do e-book *O coração e o voo* (Secretaria de Cultura do Paraná, 2021). Participa de antologias como *O Fio de Ariadne* (2014), *29 de Abril: o verso da violência* (2015), *Um Dedo de Prosa* (2016), *Sob a Pele da Língua* (2018), *As Mulheres Poetas na Literatura Brasileira* (2021) e a *Nova antologia de poetisas londrinenses* (Atrito Arte, 2022), bem como do e-book *Marco Zero - Prosa e poesia londrinense* (Madrepérola, 2020). Seus textos também já foram publicados em sites, revistas, e adaptados para o teatro.

Integra o Coletivo VERSA, dedicado à pesquisa e divulgação da literatura produzida por mulheres, sobretudo em Londrina, com duas coletâneas publicadas: *Versa - Uma antologia inaugural* (Leonella Ateliê, 2018) e *ComVersas - Antologia Panorâmica* (2021). Em reconhecimento à sua produção literária, recebeu, em 2020, o Prêmio *Outras Palavras* da Secretaria de Cultura do Estado do Paraná. Antes de nos atentarmos às crônicas de Abreu, faremos uma discussão sobre a crônica e seu desenvolvimento ao longo dos anos.

A crônica enquanto gênero no Brasil é referida como tendo seu início no século XIX. Gênero em formação, não obedecia uma padronização clara e se misturava a outros textos nos jornais. Essa fronteira pouco demarcada é característica de uma série de formas textuais. De acordo com Coutinho (2012) “[...] o ensaio, a crônica, o discurso, a carta, o apólogo, a máxima, o diálogo, as memórias.

São gêneros que se podem chamar de ‘ensaísticos’” (p. 117). Pelo fato de terem um tom íntimo, familiar e coloquial, aproximam-se das crônicas aqui analisadas.

Pensando no caráter artístico da literatura, o qual acontece pelo manejo da linguagem verbal, o que também pode ocorrer nas práticas discursivas não artísticas, como a conversa ou bilhete, como distinguir o que é artístico? Está aí a dificuldade de se responder a contento a questão: qual a peculiaridade da arte literária? Genette (2004, p. 91) afirma que o questionamento “o que é literatura?” é uma questão tola – a qual pode se desdobrar em outras perguntas, como: existe realmente algo a que se possa chamar literatura? Terry Eagleton em *O que é literatura?* (2001) afirma a ineficiência de determinados critérios que definem a literatura, como, por exemplo, a oposição entre fato e ficção, a função específica da linguagem por parte do escritor, o olhar não objetivo da obra de arte, entre outros. A crônica, mesmo quando não tinha tanto prestígio pelos críticos, foi, aos poucos, cada vez mais, um espaço para os escritores e à apreciação literária, muito mais do que somente o comentário jornalístico, já que as crônicas encerram um mosaico de diversos assuntos, entre os quais os autores caminhavam com desenvoltura, deixando que suas penas corressem livremente.

Marlyse Meyer (1996, p. 19) enfatiza que a crônica é uma “[...] forma peculiar, com dimensão estética e relativa autonomia, a ponto de constituir um gênero propriamente literário [...] com uma história específica e bastante expressiva no conjunto da produção literária brasileira”. A crônica carrega a ideia da “brasilidade” do gênero. A aclimação do folhetim não aconteceu por repetição ou a cópia do *Feuilleton* europeu, já que existiu desenvolvimento de características específicas da seção no Brasil. Apesar de mostrar que o país não tinha interrompido totalmente a ligação com a França e, dessa maneira, não se desenvolveu como um espaço original (Soares, 2014), o jornal fez parte da estruturação e da criação da literatura nacional, e os textos que a ele pertenceram não poderiam deixar de carregar tais fatos.

Para corroborar com a discussão sobre as crônicas brasileiras, trazemos o professor Vaillant (2015), que reflete sobre como

a crônica se desenvolve na França. O pesquisador francês nos diz que o:

[...] essencial se deve a uma tendência de fundo que ultrapassa, e de muito longe, a escrita jornalística: a crônica se aproveita da chegada à maturidade da estética realista, que se impõe a toda cultura moderna, tanto nos jornais quanto em literatura ou em pintura (Vaillant, 2015, p.193).

Importante saber que o essencial, agora, não é mais o domínio artístico, ou seja, não mais “a elegância ou a expressividade da frase, para o escritor, mas a representação do real” (Vaillant, 2015, p. 193). É interessante pensarmos que as crônicas brasileiras vão carregar o realismo que o pesquisador francês nos aponta: maneira como se vê o mundo e de como figurar essa visão para o leitor. É com essa intenção que os cronistas utilizam de uma prosa um tanto densa quanto o mais possivelmente sugestiva. Vaillant (2015) propõe a busca pelo real cultivada na escrita francesa do séc. XIX, que seria a “poética da escrita”, e, para tal, refere-se a dois romancistas da França oitocentista: Flaubert e os Goncourt. Os autores conduzem também a uma nova estética midiática, a qual seria “a arte da descrição”, que, mesmo por meio da narrativa ficcional, “[...] torna-se a pedra de toque da prosa do jornal” (Vaillant, 2015, p. 194). Enquanto no romance há o espaço para a descrição e desenvolvimento sem restrições, um respiro maior em sua construção, na crônica a descrição, muitas vezes, aparece de forma a cativar, pelas imagens construídas, pelo rápido respirar. O estudioso compara o que foi praticado por Baudelaire e aborda que seus textos oferecem igualmente, “[...] numa tonalidade globalmente irônica, um esboço tomado do momento e um julgamento sobre o mundo.” (Vaillant, 2015 p. 194). O pesquisador francês ainda diz que “[...] a crônica se baseia numa estrutura dialógica, como nos textos de Alphonse Allais, o esquema conversacional é totalmente integrado ao jogo irônico instituído pelo humorista.” (Vaillant, 2015 p. 194).

Carlos Heitor Cony (1998, s/p) diz, sobre a brevidade da crônica, que:

Não faltam teóricos para garantir que a arte, nela incluindo a arte literária, existe para superar a morte. E, se a literatura busca a infinitude, a crônica é crônica mesmo, expressão de finitude. É temporal, fatiada da realidade e desvinculada do tempo maior que é o da literatura como arte.

Podemos pensar que o incômodo da crônica vem a partir da sua finitude, essa que está relacionada ao dia a dia, à efemeridade do jornal. Cony desassocia a crônica de uma arte que vai perpetuar, como o romance, e essa desvinculação de um tempo maior que, talvez, tenha feito alguns críticos a abordar uma pequenez do gênero. Candido (1992) aponta como um dos fatores de pequenez a intimidade com o jornal e com a produção industrial, o que tornaria a crônica transitória, circunstancial, de leitura fácil, um descanso dos assuntos graves.

Com ideias próximas às de Candido, temos Coutinho (2003) e Massaud Moisés (1967). Ao passo em que Candido olha para a amenidade do comentário, Coutinho enfatiza o aspecto estrutural da crônica e Moisés sublinha o seu caráter jornalístico. A crônica do século XIX foi exclusiva do jornal e o seu caráter de finitude junto ao periódico poderia colocá-la no esquecimento. A qualificação discutida alude a um critério subjetivo para validar o gênero, como a questão de finitude e no tempo aplicado para a elaboração do trabalho, sem olhar o todo da construção do gênero em si. Coutinho destaca ainda a defesa das marcas de flexibilidade, mobilidade e mesmo irregularidade como próprias da natureza da crônica, reforçando a ideia de efemeridade, como fator negativo, de afastamento de uma possível qualidade literária.

O pesquisador Soares (2014) sugere que a crônica deve ser considerada no mesmo sentido que o autor Jorge Luís Borges considera o conto, ou seja, um texto curto com as dificuldades correspondentes a esta qualidade e que a crônica é eminentemente um gênero jornalístico.

Lembremo-nos da comparação do folhetinista com o colibri usada por Machado de Assis:

O folhetinista, na sociedade, ocupa o lugar do colibri na esfera vegetal; salta, brinca, tremula, aspira e espaneja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo o mundo lhe pertence; até mesmo a política (Assis, 2008, p.65).

A ideia do folhetinista como um observador, a passear por diversos espaços sociais, muito atento aos fatos e modo de apresentá-los requer muito trabalho. O autor fluminense esclarece ainda que o folhetinista deseja o reconhecimento social e, por isso, o seu trabalho exige muita dedicação. Por mais que seja uma escrita corrida, a construção do texto é árdua, ao fazer seus voos pela sociedade para apreender a sua matéria-prima, o trabalho da escrita pede esforço e dedicação, junto a inspiração.

Entretanto, apesar dessa atenção pública, apesar de todas as vantagens de sua posição, nem todos os dias são tecidos de ouro para os folhetinistas. Há os negros, com fios de bronze; à testa deles está o dia... adivinhem? O dia de escrever! (ASSIS, 2008, p. 67)

Ao chegar o dia de escrever, o cronista precisa se atentar aos fatos selecionados e modo como discorrer sobre esses fatos. Situada na fronteira entre literatura, comentário social e registro efêmero dos acontecimentos cotidianos, a crônica é filha do instante, mas, paradoxalmente, capaz de resistir ao esquecimento e de se inscrever na tradição literária.

Então, para Machado de Assis esse tom intermediário, que funde, ao mesmo tempo, ao grave, ao fútil, ao público e ao íntimo, definindo a força do gênero. Candido (1992), ao retomar essa tradição, observa que a crônica se caracteriza por uma “conversa aparentemente fiada”, mas que guarda em si uma densidade poética e reflexiva.

Se, no século XIX, a crônica se consolidou como espaço de experimentação e diálogo com o leitor, ao longo do século XX ela se tornou um dos gêneros mais representativos da literatura brasileira. Rubem Braga a consagrou como poesia da vida ao rés-do-chão, enquanto Clarice Lispector a transformou em espaço de

introspecção filosófica e de sondagem existencial. O debate crítico em torno da crônica sempre oscilou entre a desvalorização — por seu caráter breve, transitório, pouco “sério” em comparação com o romance ou a poesia — e o reconhecimento de sua singularidade estética.

Essa adaptabilidade explica, em grande medida, a permanência do gênero. Embora nascida no jornal, a crônica sobrevive em livro, antologias, blogs e redes sociais, demonstrando sua plasticidade diante das transformações da esfera pública e das práticas de leitura. Na contemporaneidade, quando o efêmero se tornou a norma — dada a velocidade das mídias digitais —, a crônica reafirma sua pertinência ao registrar o instante e, ao mesmo tempo, ao transformá-lo em literatura.

Essa dimensão poética, contudo, não elimina sua função de comentário social: o cronista fala da vida privada, mas sempre a partir de um lugar de observação pública, inscrevendo-se no debate cultural e político. Nesse contexto, as crônicas de Samantha Abreu, reunidas em *Os movimentos da cabeça* (2024), inscrevem-se numa linhagem que parte de Machado — como um colibri observador — e chega à contemporaneidade — com um teor poético reflexivo. Seu projeto literário funde memória pessoal, observação cotidiana e lirismo, a autora constrói uma crônica poética de caráter auto ficcional, que transforma a banalidade em epifania e o instante em reflexão crítica, tudo isso sendo abraçado pelas relações intertextuais que seus textos são carregados.

Como dito, Samantha Abreu traz muito de si para suas crônicas. Utilizaremos o termo autoficção, conceito cunhado por Serge Doubrovsky, em 1977, para caracterizar seu romance *Fils*, e que abre caminhos para pensar a escrita de si em suas zonas de indeterminação entre autobiografia e ficção. Em outras palavras, a autoficção é uma narrativa do eu que não se compromete com a transparência da memória ou com a fidelidade documental, mas com a verdade de uma experiência subjetiva recriada literariamente. Não pretendemos entrar em uma discussão aprofundada sobre o termo autoficção, mas entendemos que o termo pode ser mais adequado para abordar as crônicas de Abreu.

Diante disso, faremos também uma alusão a Roland Barthes, quando o autor francês trata simplesmente do eu, esse “pronome do imaginário”.

Falar de si dizendo “ele”, pode querer dizer: falo de mim como se estivesse um pouco morto, preso numa breve bruma de ênfase paranóica, ou ainda: falo de mim como o ator brechtiano que deve distanciar sua personagem: “mostrá-lo”, não encarná-lo [...] (Brecht recomendava ao ator que pensasse todo o seu papel na terceira pessoa). [...] O “ele” é épico. [...] Pronome da não-pessoa, ele anula e mortifica seu referente (Barthes, 2003, p. 186).

Samantha Abreu em suas crônicas está longe de anular o referente. A escrita dela aparece na primeira pessoa do singular, eu: “pronome do imaginário”, “im-pertinente” (Barthes, 2003, p. 71). Este eu, que é muitos, pois, como veremos, é carregado de suas leituras, escutas musicais, familiares que rodeiam seu eu em suas crônicas, Barthes, na abertura do livro, afirmou: “Tudo isto deve ser considerado como dito por uma personagem de romance” (Barthes, 2003, p. 11). Essa afirmação é complementada mais adiante:

Ou melhor, por várias. Pois o imaginário, matéria fatal do romance e labirinto de redentes nos quais se extravai aquele que fala de si mesmo, o imaginário é assumido por várias máscaras (personae), escalonadas segundo a profundidade do palco (e no entanto ninguém por detrás). [...] A substância deste livro, enfim, é pois totalmente romanesca (Barthes, 2003, p. 136-137).

Dessa maneira, a persona criada por Abreu em suas crônicas revela muito da autora. Embora o estudioso francês aborde principalmente o romance, aqui utilizaremos suas reflexões para pensar as crônicas. Assim, o uso do termo autoficção, a partir das palavras de seu próprio inventor cabe a nossa análise:

[A autoficção] é uma variante pós-moderna da autobiografia, na medida em que se desprende de uma verdade literal, de uma referência indubitável, de um discurso historicamente coerente,

apresentando-se como uma reconstrução arbitrária e literária de fragmentos esparsos da memória (Doubrovsky, 1978 *apud* VILAIN, 2005, P. 212).

Doubrovsky propôs um pacto distinto: o autor se nomeia, mas a verdade narrada não é a da objetividade, e sim a de uma subjetividade ficcionalizada. Quando trazemos esse debate para a crônica, percebemos um terreno fértil de confluência. A crônica, por natureza, é híbrida: é memória e invenção, é observação e imaginação. Ao mesmo tempo em que parte de uma experiência aparentemente banal (um gesto, uma cena urbana, um objeto doméstico), transforma-a em matéria literária por meio da estilização e do olhar subjetivo do cronista. Nesse sentido, a crônica contemporânea, sobretudo quando atravessada por um tom confessional, aproxima-se da autoficção: nela, o eu que narra é reconhecível como próximo ao autor empírico, mas nunca se confunde plenamente com ele, pois é construído pelo gesto literário.

Essa aproximação é perceptível em escritoras como Clarice Lispector, cujas crônicas frequentemente se organizam como fragmentos de um diário íntimo, mas em que a linguagem poética e a fabulação dissolvem a fronteira entre autobiografia e ficção, como pode ser vista em sua crônica, por exemplo, *Medo da eternidade* (1984). Também se percebe em Rubem Braga, que transformava memórias pessoais e episódios domésticos em experiências universalizáveis, sem abandonar a subjetividade, como em sua crônica *Memória* (1935). Em ambos os casos, temos o que se pode chamar de uma *crônica poética autoficcional*, na qual a subjetividade é o eixo organizador da narrativa.

É nesse espaço que se insere Samantha Abreu. Suas crônicas de *Os movimentos da cabeça* apresentam uma persona narrativa que se expõe em fragmentos: a infância atravessada pela memória da mãe e da avó, a experiência cotidiana do corpo feminino na cidade, os objetos íntimos que se transformam em símbolos de afeto e resistência, a observação das pequenas epifanias urbanas. Esse eu é reconhecível como autobiográfico, mas ao mesmo tempo ficção,

inventiva e estiliza. Não se trata de confissão pura, mas de uma autoficção, na qual a experiência pessoal se torna literatura.

Além disso, a linguagem poética é central. Em Samantha Abreu, essa tendência se intensifica: suas crônicas são atravessadas por metáforas, ritmos, imagens líricas que dissolvem a fronteira entre gêneros, o que se torna, em Abreu, um fluxo de memória e lirismo que revela a gravidade escondida no cotidiano.

A autoficção, portanto, não se limita aqui a uma técnica narrativa, mas se configura como estratégia de subjetivação: ao escrever-se, a autora constrói uma identidade literária, poética, que ao mesmo tempo é íntima e pública. Esse movimento está em consonância com a crônica como gênero: escrever de si, mas sempre para o outro, em diálogo com um leitor. É nesse entre-lugar — entre a memória e a ficção, entre a confissão e o lirismo, entre o banal e o grave — que Samantha Abreu inscreve sua poética da crônica.

Para essa análise, concentramo-nos em três textos, como já observado: *Vou esfregar na tua cara*, *Pequena esperança para os que ainda estão vivos* e *Ainda que eu ande pelo vale das sombras*. A leitura crítica busca evidenciar como Abreu articula o intertexto com a simplicidade, a densidade, o cotidiano e a reflexão poética, estabelecendo um diálogo com o seu entorno.

A crônica *Vou esfregar na tua cara* é o texto que abre a segunda parte do livro *Os movimentos da cabeça*, intitulada *Olhar para baixo aos pés do chão*. Nessa crônica, a narradora logo de início no traz uma relação intertextual com um personagem fictício de cinco filmes dirigidos pelo François Truffaut: “Os Incompreendidos” (1959), “Antoine e Colette” (1962), “Beijos Proibidos” (1968), “Domicílio Conjugal” (1970), “Amor em Fuga” (1979). Antoine Doinel – personagem autobiográfico protagonista dessa série de filmes – vivida em diferentes instituições: família, escola, reformatório, prisão, exército e demais grupos responsáveis por sua socialização. De acordo com a pesquisadora Ive Braga (2015), “[...] objetivam marcas profundas em seu modo de ser, condicionam o comportamento, as escolhas, relacionamentos afetivos, casamento e a relação com os

filhos. Nessa medida, constata-se que as instituições determinam o indivíduo por toda a vida” (Braga, 2015, p.13). O que podemos pensar que logo no início a autora londrinense ao fazer uso da referência de tal personagem já vai nos trazer a presença de uma importante relação pessoal que descobriremos ao final da crônica quando traz sua mãe:

É que eu me lembro da Dona Neusa, minha mãe, e parece que ouço um diálogo nosso entre berros pela casa:

— Mãe, tem nada de bom aqui, não...

— Se eu for aí e achar, eu vou esfregar na tua cara. (Abreu, 2024, p. 38)

O título dessa crônica já nos remete as falas associadas as nossas mães: *Vou esfregar na tua cara*, mas no início a persona de Abreu se esquiva dessa referência ao dizer: “Às vezes, uma vontade de que eu tenho é de pegar uma mala enorme, encher de coisas bonitas e sair por aí esfregando na cara de algumas pessoas” (Abreu, 2024, p. 37) para logo em seguida de nos entregar esse processo de formação com a referência direta com o quadro do personagem de Truffaut que vai ressoando pelo todo da crônica até se confirmar na fala de sua mãe, o que nos ajuda a conhecer a persona que narra, já que podemos associar suas relações com seus comportamentos, o que nos é entregue pela menção ao Antoine Doinel. Pois a literatura é um sistema em que obras entram em diálogo umas com as outras e com outras manifestações de cultura, instituindo a intertextualidade, que é explicada por Tiphaine Samoyault (2008, p. 15): “a intertextualidade é um elemento essencial do trabalho da língua no texto”. Sob essa perspectiva, a presença de um texto em outro não pode ser compreendida como mero acessório do autor, mas sim como um recurso que possui finalidade específica e significado no processo de construção textual.

Assim, a crônica se organiza como um inventário sensorial, em que a atenção aos detalhes — o brilho da bomboniere, o quadro de Antoine Doinel, as balas cuidadosamente arrumadas — transforma o cotidiano em literatura. Esse movimento corresponde à

definição de Candido (1992) de “conversa aparentemente fiada”, pois, na superfície, a narrativa pode parecer trivial, mas revela densidade reflexiva e poética ao conectar a experiência íntima a questões universais sobre memória, afeto e percepção estética. Junto a isso, há outra referência, esta, podemos pensar, que reverbera pelo todo do livro: “os trechos do livro que estou lendo de madame Beauvoir e que fazem questionamentos tão profundos que me calam, que me deixam segundos estática entre um parágrafo e outro” (Abreu, 2024, p. 37). A menção a obra de Simone de Beauvoir (1908-1986) já nos coloca junto à posição ideológica e política dessa persona, pois a escritora francesa, filósofa existencialista, memorialista e feminista, foi considerada uma das maiores representantes do existencialismo na França. Com seus romances, ensaios e peças, Simone de Beauvoir contribuiu para a expansão da consciência feminina na segunda metade do século XX. Abreu não nos entrega uma referência completa apenas nos diz “alguns trechos do livro” e como isso perpassa por ela e vai ocorrer o mesmo com sua obra, o que pode ser confirmado em sua pequena biografia apresentada no início do artigo, ao saber que Samantha Abreu se dedica à pesquisa e à divulgação de obras literária de autoria feminina. Samoyault (2011) explica que a intertextualidade é um trabalho de linguagem no texto e por trazer um peso de cultura e memória escrita:

A intertextualidade é o resultado técnico, objetivo, do trabalho constante, sutil e, às vezes, aleatório, da memória da escritura. A autonomia e a individualidade mesma das obras repousam sobre seus liames variáveis com o conjunto da literatura, no movimento do qual elas desenham seu próprio lugar (Samoyault, 2008, p. 68).

As referências textuais na obra da cronista londrinense reforçam quem é essa persona criada, e faz isso logo na primeira crônica como quem já diz com o que e quem o leitor irá lidar, já que o texto evidencia traços da autoficção: a persona narrativa é autobiográfica, mas estilizada e imaginada. Os objetos não são apenas descrições; tornam-se mediadores de memórias e afetos,

atravessando a experiência pessoal e revelando um eu construído literariamente. A crônica, aqui, cumpre seu papel de fusão do sério e do frívolo, transformando pequenas ações cotidianas em reflexão estética e existencial, que se confirma com os intertextos que observamos nesse texto.

A segunda crônica analisada é *Pequena esperança para os que ainda estão vivos*. Nela a autora combina observação urbana com lirismo poético. O texto também, logo de início, traz uma referência para nos acompanhar na leitura, tanto de maneira auditiva como para aprofundar a diegese que nos é apresentada:

Eu moro na frente de um cemitério. Normalmente silencioso, os vizinhos não incomodam. Mas hoje é um feriado pra se acordar cedo aqui em casa: algo como aquela música do João Bosco, camelô,romeiro, rezadeiras, flanelinha... (Abreu, 2024, p. 39).

Temos a ironia, figura de linguagem típica desse gênero literário, acarretando o humor para o texto. Dando-nos a impressão de que abordará uma leveza, mas isso é desfeito ao colocar o músico e compositor João Bosco – o qual nasceu em Ponte Nova MG, em 1946. Pertencente a uma família de músicos, o artista cresceu ouvindo todo tipo de música. Autor de inúmeros sucessos, João Bosco compôs com Vinícius de Moraes, Abel Silva, Capinam, Wally Salomão e Antônio Cícero, Chico Buarque, seu filho Francisco Bosco e o eterno parceiro e amigo Aldir Blanc. Samantha Abreu não cita diretamente nenhuma composição do músico mineiro, mas as referências lexicais colocadas nos remetem às músicas *Tristeza de uma Embolada* e *De Frente Pro Crime*, nas quais podemos evidenciar críticas sociais. Essas músicas nos convidam a lançar um olhar ético, estético e político para as ruas da cidade. A *Tristeza de uma Embolada* tem uma estrutura que mescla o humor, a oralidade popular e a sátira social. A narrativa começa com o personagem que sente sintomas físicos (a pontada no dedão, a febre, o suor, o chiado no coração). A doença é descrita de forma caricata, mas funciona como metáfora do mal-estar coletivo. A *De Frente pro Crime* apresenta uma cena urbana: um corpo estendido no chão, consequência de um crime. Assim, a música denuncia a

naturalização da violência e a incapacidade coletiva de enfrentar suas causas estruturais, seja por comodismo, seja pela necessidade de seguir sobrevivendo.

Dessa maneira, Abreu, em poucas linhas, já nos coloca um riso amarelo em nossas bocas e nossa leitura é guiada por essa referência. Entretanto, é importante observar que para apontar os intertextos presentes nas obras, o leitor precisa ativar seus conhecimentos. Conforme Samoyault (2008), existem três tipos de leitores: o lúdico, o hermeneuta e o ucrônico. O primeiro obedece às injunções e aos índices explícitos do texto, que permitem a localização das referências e, para isso, ativa seu conhecimento de mundo. O segundo não se satisfaz em apenas localizar as referências, visto que procura seus sentidos. E o terceiro, o leitor ucrônico, destemporaliza as obras nas sucessivas leituras, vendo-as sempre como novidade. Logo, ao lidar com literatura é necessário estar atento ao que nos é entregue, mergulhar nas entrelinhas e nos intertextos para que não fiquemos na superfície de texto tão densos e profundos que, sem tais relações, não poderemos entender completamente.

Abreu constrói imagens de esperança, como: “Foi quando a vi. Uma travesti linda, alta, brilhante sob o sol” (Abreu, 2024, p.39), já que as palavras criam uma imagem dessa quebra “do corpo estendido no chão”. A poeticidade da obra continua com a cena da travesti e da criança no cemitério que se torna um instante carregado de beleza e humanidade.

Ela parou por um instante bem na minha calçada, embaixo da minha janela, acho que procurando as chaves na bolsa. Ao lado, uma roda de pessoas tagarelantes ria seus finados, combinavam o almoço. Do meio dessa gente saiu uma menina, devia ter seis ou sete anos, vestido rodado colorido, na cabeça uma tiara com anteninhas furta-cor.

A menina se aproximou lentamente da travesti - as duas brilhavam, cores variantes, solares - ergueu o rosto e disse naquele tom de voz agudinho e fofo que só as crianças têm: - Tia, não chora (Abreu, 2024, p. 39).

A narrativa capta a atenção do leitor para o efêmero, mas também para a intensidade emocional que ele contém. O efêmero aqui está relacionado a morte, lembrando que tais textos foram escritos no período da pandemia do COVID-19, que no Brasil houve mais de 700 mil mortos<sup>1</sup> - o que reforça a presença do intertexto de João Bosco pela necessidade de continuar seguindo mesmo em meio a tanta violência vivida pelo descaso do governo na época.

A persona narrativa mescla memória e percepção sensorial. A experiência não é mera descrição; é recriação literária do vivido, evidenciando a capacidade da autora de transformar o real em poesia narrativa. A gravidade cotidiana — a morte, a efemeridade da vida — é assim transposta para uma dimensão estética, na qual o banal se torna significativo e emocionalmente potente.

A terceira crônica a ser analisada é *Ainda que eu ande pelo vale das sombras*. Nesse texto, o título é uma formulação que remete diretamente ao Salmo 23 da Bíblia<sup>2</sup>. Ao mobilizar esse texto bíblico, a autora cria uma tensão entre tradição religiosa e subjetividade contemporânea. O leitor é convidado a ler a experiência narrada à luz da promessa bíblica de proteção, mas o corpo da crônica desestabiliza essa promessa, dando lugar a memórias pessoais, angústias e rebeldias. Aqui a intertextualidade pode ser vista como um gesto constitutivo, pois coloca em contraste a voz do texto bíblico (com sua cadência de fé e segurança) e a voz íntima da narradora (com sua insegurança, silêncio e insubmissão). Como podemos conferir na crônica:

Tem gente que se dá muito bem com obediências. Eu não. Eu sofro de angústias.

Algo como olhar meu retrovisor e tentar entender as razões de meu pai-antigo apagar todas as luzes, se deitar no sofá, ligar o toca-discos em volume estri-

---

1. [https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html)

2. “Deitar-me faz em verdes pastos, guia-me mansamente a águas tranquilas. Refrigera a minha alma, guia-me pelas veredas da justiça, por amor do seu nome. *Ainda que eu andasse pelo vale da sombra da morte, não temeria mal algum, porque tu estás comigo, a tua vara e o teu cajado me consolam*”.

dente e nos proibir de entrar na sala.

Então, faz quarenta e tantos anos que eu continuo escondida no batente de alguma porta que acessa qualquer sala secreta. Qualquer compartimento esquecido entre cômodos e ideias. Uma fenda, uma fresta.

Muitas vezes passo por ela tramando uma rebelião silenciosa, no escuro e nas pontas dos pés.

E não temerei mal algum (Abreu, 2024, p. 47).

O episódio do pai que se enclausura na sala, apaga as luzes, aumenta o volume do toca-discos e afasta os filhos constitui um fragmento de memória. Assim, o gesto individual do pai se articula com narrativas mais amplas de autoridade, interdito e segredo. O “retrovisor” do qual a narradora fala funciona como metáfora de leitura, o olhar para trás não é apenas recordar, mas reinterpretar os signos herdados.

A imagem da persona “escondida no batente de alguma porta que acessa qualquer sala secreta” ressoa com um vasto repertório de metáforas literárias do limiar (a fresta, a porta, o vão), tradicionalmente associadas à transição, ao interdito e ao desejo de saber. O que nos remete aos estudos recentes sobre Benjamin, que entende o limiar como uma figura dialética, um ponto de tensão em que elementos aparentemente contrários — memória e esquecimento, presença e ausência, experiência e choque — se encontram. Esse “umbral” não deve ser visto apenas como zona de transição entre estados distintos, mas como espaço de indeterminação, no qual o sentido se desfaz e se reconstrói. É nesse entre-lugar que as contradições da modernidade se tornam visíveis. Nesse ponto, a crônica dialoga com tradições literárias como, por exemplo o conto *Barba Azul*, de Charles Perrault, sala proibida pelo pai da narradora nos remete ao quarto secreto de *Barba Azul*, e instaura a experiência de interdito.

Ao afirmar que trama “uma rebelião silenciosa, no escuro e nas pontas dos pés”, a narradora se projeta como sujeito de resistência. Aqui a intertextualidade é não apenas com a bíblia, já evocada, mas também com o discurso político da resistência e da

insurgência, que ecoa nas entrelinhas e foi reforçado por intertextos anteriores, como Simone de Beauvoir. A rebelião é íntima, mas é também eco coletivo de tantas resistências invisíveis.

A frase final retoma de forma explícita o Salmo 23: “E não temerei mal algum”. No entanto, no contexto da crônica, essa citação é ressignificada. O “não temer” não deriva da confiança em Deus-pastor, mas de uma aprendizagem da resistência íntima. O efeito intertextual é de deslocamento: o leitor reconhece a origem bíblica da frase, mas percebe que ela se reencarna em outro solo — no da experiência pessoal, atravessada por traumas, angústias e rebeliões silenciosas. O texto bíblico não é apagado, mas reescrito; sua força de promessa é tensionada pela narrativa subjetiva. O efeito é duplo, já que se preserva a densidade simbólica do sagrado e, ao mesmo tempo, subverte-se o tom solene em favor de uma voz mais íntima e insurgente.

Assim, a análise das crônicas de *Os movimentos da cabeça*, de Samantha Abreu (2024), evidencia a vitalidade e a complexidade do gênero na contemporaneidade literária brasileira. A obra demonstra que, embora historicamente associada à brevidade e à efemeridade do folhetim jornalístico, a crônica pode constituir um espaço de densidade estética, reflexão crítica e invenção literária. O efêmero não se apresenta, nesse contexto, como limitação, mas como oportunidade para a transformação do cotidiano em experiência literária significativa.

A autoficção se revela como um eixo central na escrita de Abreu, articulando memória, subjetividade e criação literária. A narradora apresentada em suas crônicas é simultaneamente autobiográfica e estilizada, operando na hesitação entre realidade e ficção. Essa estratégia permite que experiências pessoais — memórias de infância, relações familiares ou observações urbanas — sejam recriadas como literatura. Dessa forma, o cotidiano, aparentemente banal, torna-se palco de reflexões existenciais e poéticas, reforçando a capacidade do gênero de conciliar intimidade e universalidade.

A intertextualidade constitui outro vetor estrutural das crônicas de Abreu, articulando diferentes campos culturais, históricos e literários. Referências que vão do cinema francês de Truffaut à filosofia de Simone de Beauvoir, da bíblia à música popular de João Bosco, não funcionam como adornos, mas como elementos que ampliam a densidade semântica dos textos. Essa circulação de vozes permite que a experiência individual se inscreva em um diálogo com a memória cultural coletiva, promovendo leituras múltiplas e tensionando o sentido do cotidiano com questões éticas, políticas e estéticas. A originalidade do texto de Samantha Abreu manifesta-se no tratamento da temática, em que aborda de forma sugestiva e figurativizada a fragilidade humana, que aparece intensificada pela presença mascarada de um contexto social hostil. A significância decorre do tratamento estético da linguagem, com a inserção de intertextos que sustentam a inconclusividade da narrativa e sua possibilidade de oferecer novas interpretações a cada leitura.

Dessa forma, utilizamos o estudo da intertextualidade que é proposto por Samoyault. A partir desse olhar, a pesquisadora francesa elenca algumas funções que o intertexto pode desempenhar. Tais quais: os intertextos auxiliam na constituição de um espaço e tempo específicos da narrativa, na construção da espessura das personagens, na estruturação da linguagem empregada tanto pelas personagens como pelo narrador e na ampliação do universo ficcional (Samoyault, 2008, p. 98-100).

Paralelamente, a poética do cotidiano confirma a habilidade da autora de transformar pequenas epifanias em narrativas literariamente densas. A atenção aos detalhes, a sensibilidade às nuances urbanas e familiares, bem como o tratamento lírico do banal, demonstram que a crônica pode unir efemeridade e, ao mesmo tempo, permanência, leveza, gravidade, humor e reflexão. Os textos analisados — *Vou esfregar na tua cara, Pequena esperança para os que ainda estão vivos* e *Ainda que eu ande pelo vale das sombras* — exemplificam essa articulação. Em cada um, a autora transforma experiências corriqueiras em instâncias de percepção estética, reflexão moral e resistência simbólica, reafirmando

a crônica como prática literária capaz de mediar as relações entre o pessoal e o coletivo.

Por fim, a obra de Samantha Abreu evidencia que a crônica contemporânea não apenas sobrevive ao seu caráter efêmero, mas o potencializa, convertendo-o em instrumento de criação literária e reflexão crítica. Ao articular autoficção, intertextualidade e poeticidade do cotidiano, a autora consolida a crônica como gênero literário capaz de explorar a experiência humana em sua pluralidade, articulando memória, invenção e comentário social. Dessa forma, *Os movimentos da cabeça* reafirma que o aparentemente trivial pode revelar profundidade, que a experiência pessoal pode dialogar com o coletivo e que, mesmo em textos breves, a literatura permanece espaço de densidade, sensibilidade e construção de sentido.

## Referências:

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ASSIS, Machado de. **Aquarelas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

BARTHES, Roland. **Roland Barthes por Roland Barthes**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

BRAGA, Ive. A história de Antoine Doinel: um estudo sobre a formação. In: **I Congresso Latinoamericano de Teoría Social**. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2015.

CANDIDO, Antonio. **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

COLONNA, Vincent. **L'autofiction: essai sur la fictionalisation de soi en littérature**. Paris: Seuil, 1989.

CONY, Carlos Heitor. **Quase memória**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

DOUBROVSKY, Serge. **Fils**. Paris: Galilée, 1977.

DOUBROVSKY, Serge. **Fils**. In: VILAIN, Philippe. **Défense de Narcisse**. Paris: Grasset, 2005.

EAGLETON, Terry. **O que é literatura?** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GENETTE, Gérard. **Fiction et diction**. Paris: Seuil, 2004.

HIDALGO, Luciana. **Autoficção brasileira: influências francesas, indefinições teóricas**. In: Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas, Faculdade de Letras -UFRJ, 2013.

LEJEUNE, Philippe. **Le pacte autobiographique**. Paris: Seuil, 1975.

MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 1967.

SOARES, Marcos. **A crônica no Brasil oitocentista**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

VAILLANT, Alain. **Esthétique du journal**. Paris: PUF, 2015.

# Mulheres e a Lei 14.986/2024: perspectivas de gênero no ensino de História e nos espaços de memória

O ato de falar, de contar a própria história, de  
nomear a própria realidade, é um ato  
de resistência.

*bell hooks*

Lorena Zomer

## Introdução

bell hooks frisa em sua prática de ensino que o afeto é um dos aspectos essenciais que docentes devem ter em suas aulas. Para ela é um meio político e social pelo qual docentes “afetam” seus alunos e alunas e os/as convida a aprender e articular a relação que o conceito estabelece com a resistência, a subjetividade e a experiência de mulheres em contextos educacionais e sociais marcados por opressões interseccionais (HOOKS, 2013). Mais que isso, a sala de aula é um dos poucos – talvez o único – meios pelo qual se muda a realidade social e, por isso, é um espaço de resistência.

O desejo com essa lei é que afetemos a todos os públicos, mas sem esquecer que a própria historiografia e até o movimento feminista pode reafirmar práticas hegemônicas. É preciso pensar em trajetórias e discussões que considerem a desconstrução das normas. Djamila Ribeiro (2017) afirma que o afeto é um conceito, cuja obrigação é pensar as subjetividades nos espaços de formação. Além disso, existem as questões de classe, políticas, de raça e de gênero e de tantas minorias, as quais, necessariamente, não cabem em individualismos que podem remeter à lei 14.986/2024<sup>1</sup>. Nossa

---

1. Lei promulgada em 2025 e que diz respeito à aplicabilidade dos temas relacionados a memória e ação de mulheres ao longo da história do Brasil nos Ensinos Fundamental e Médio.

função como feministas e educadoras é fazer com que essa lei seja potencializada nas mais diversas formas para a sua aplicação.

Assim, pensar a trajetória, dar reconhecimento a história das mulheres é um meio de respeitar ao que foi outrora marginalizado, embora precisemos pensar também nas várias camadas sociais e culturais. *Transformar a sala de aula, afetar o público discente e incluir as minorias no currículo estão intrinsecamente relacionados*, visto que àquelas que ocupam os espaços marginais têm no ensino dos temas da diversidade o único meio pelo qual são lembrados e representados.

Nesse contexto, o debate historiográfico é sempre pertinente, visto que tem historicidade e deve ser respondido em suas múltiplas indagações em uma relação intrínseca entre passado, presente e futuro. Neste sentido, pensar os lugares das mulheres e as relações com a educação é o intuito central desse capítulo, interseccionando questões relacionadas à atuação e à escrita da feminista curitibana Leonor Castellano<sup>2</sup>, à aplicabilidade da legislação em nosso contexto e em um espaço não formal como uma possibilidade de prática para docentes.

Ao articular a obra de Castellano, a trajetória de Maria Falce de Macedo, sendo esta objeto de escrita de Castellano, a importância da referida lei e a exposição do Museu<sup>3</sup> da Medicina que tem Maria Falce de Macedo como central, esse texto problematiza os modos como a memória das mulheres foram (e são) construídas, preservadas e ensinadas em espaços formais e não formais, inter-

---

2. Tema de minha dissertação de mestrado defendida em 2011, a qual revisito em parte nesse texto. Em meu texto original discuto a trajetória dessa feminista curitibana no século XX, a qual evidenciava a vida de mulheres. Para esse texto, retomo especialmente a vida de Maria Falce de Macedo a fim de pensar o debate da Lei 14.986/2024 junto à impressões pessoais de uma visita ao Museu da Medicina em Curitiba, o qual tem uma exposição sobre Maria Falce de Macedo. Para mais informações da dissertação ver: ZOMER, Lorena. **História de uma "Boa Feminista"**. Trajetória intelectual de Leonor Castellano em Curitiba (1924-1967). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011.

3. O objetivo desse trabalho é pensar no espaço não formal como um lugar de atuação docente para efetivação ou mesmo potencialização da lei em questão. Assim, não se pretende fazer uma análise do acervo e da expografia. Considero de suma importância o tipo de Museu e a importância que tem ao trazer uma mulher como um dos temas centrais.

rogando o lugar que lhes é — ou não — conferido nas narrativas oficiais paranaenses, nos espaços de memória e nos conteúdos escolares. Para tanto, o texto está organizado do seguinte modo: em um primeiro momento analiso o contexto da lei nº 14.986/2024, em seguida problematizo a escrita de Castellano sobre Maria Falce de Macedo e a organização museal sobre esta mulher com a partir de um debate feminista e a aplicabilidade da lei no contexto paranaense.

Importante ressaltar que esse capítulo tem o objetivo de trazer memórias e a presença de mulheres, refletir e articular sobre relações com essa lei, bem como fazer críticas aos debates feministas. Além disso, embora possamos – e devemos – fazer críticas, desejo frisar que a lei é um marco e uma conquista para nós, mulheres! Todavia, o que se pretende é potencializar o debate sobre diversidade em sala de aula. A lei, a educação formal e não formal amplia de todo modo a representatividade de mulheres nos espaços educacionais, evidencia suas contribuições e colabora em um mundo menos desigual no que diz respeito à igualdade de gênero.

## Entre o memorialismo e a representatividade feminina na Educação Brasileira

A ausência da representatividade feminina está em todos os lugares e áreas sociais. Bonnie Smith, historiadora, reitera que a prática historiográfica tem um gênero masculino como comum e normalizado em sua escrita dos últimos séculos, o que acarreta esquecimentos e silenciamentos (Smith, 2006). Desse modo, trata-se de uma cultura que nos atinge diariamente em todas as áreas. Pensando nisso é que temos tantas ações e leis de proteção às mulheres, de distribuição de políticas públicas que visem equidade. Entre elas podemos citar a seguinte medida:

[...] a semana comemorativa deverá ter palestras, rodas de conversas, exposições, atividades lúdicas, peças teatrais, entre outras atividades, para **fomentar nas alunas a possibilidade**

**de elas mesmas se tornarem cientistas ou lideranças políticas;**  
e nos meninos, o respeito e a admiração por mais mulheres [...]  
(Senado Federal, 2024).

A frase é da deputada federal e autora da Lei 14.986/2024, Tabata Amaral, aprovada no ano de 2024 para todo território nacional, cujo objetivo central é a valorização de ações, conquistas e histórias de mulheres que mudaram a história e a formação da sociedade, especialmente no que diz respeito ao que podemos ser. Parece reducionista que em 2025, ano de início da aplicação da legislação, precisemos de uma lei para frisar um ensino que reitere às meninas que elas podem ser o que quiserem, inclusive cientistas. No entanto, diversas pesquisas e dados públicos indicam que homens é que continuam a ter liberdade para escolher o que querem de fato. É preciso ainda considerar que os números de violência doméstica, de gênero, atribuições sociais e culturais no Brasil são marcadas por misoginias, machismos e sexismo.

Desse modo, ir e vir sem sermos mortas, assediadas, escolher nossas profissões de acordo com interesses pessoais e não pelo comportamento de gênero em que somos identificadas, salários e funções iguais aos dos homens, direito a decidir sobre nossos corpos e o que fazemos com eles, são alguns dos pontos que deveriam ser normais e comuns à nossa existência, a fim de que pudéssemos enfrentar as violências e diminuir os números alarmantes.

Ainda assim, diversos desses pontos citados por mim, autora desse texto, evidenciam discussões que são pertinentes aos estudos de gênero, isto é para termos respeito, admiração, igualdade e equidade é preciso falar de temas que vão muito além “dos feitos das mulheres” e o que necessariamente não está previsto nesta lei. Este aspecto diminui a abertura e a autonomia de sala de aula, a qual já é bastante cerceada por políticas neoliberais que visam resultados e índices por meio das práticas educacionais. Abaixo destaco os pontos essenciais da lei:

Art. 26-B. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, **é obrigatória a inclusão de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas**

**nos conteúdos curriculares.** Parágrafo único. As abordagens a que se refere este artigo devem incluir diversos aspectos da história, da ciência, das artes e da cultura do Brasil e do mundo, **a partir das experiências e das perspectivas femininas**, de forma a resgatar as contribuições, as vivências e as conquistas femininas nas áreas científica, social, artística, cultural, econômica e política.

Art. 2º Fica instituída a **Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História**, campanha a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de março nas escolas de educação básica do País.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no ano subsequente ao de sua publicação (Brasil, 2024, grifo próprio).

Dito de outra forma, essa nova lei determina a obrigatoriedade e a inclusão de perspectivas e experiências femininas nos conteúdos curriculares do Ensino Fundamental e Médio, incluindo contribuições nas áreas da ciência, cultura, política, economia e a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História em todas as escolas do país, no entanto, sob os temas do que poderíamos chamar de História das Mulheres<sup>4</sup>. Além disso, é preciso considerar que professoras têm currículos a cumprir, além de inúmeros desafios cotidianos. Ao reconhecer e trabalhar na Educação com os lugares ocupados pelas mulheres, bem como a partir de nossas experiências e de nossas perspectivas (conforme lei e os grifos acima), é possível problematizar demandas que são de fato nossas e não apenas àquelas que trazem um olhar memorialista e reducionista de nossas causas.

O incentivo da lei desde cedo e na escola motiva meninas a escolherem o que quiserem e não apenas devido a uma questão de gênero, como também reflete uma senadora, por ocasião da promulgação da lei: “[...] estereótipos influenciam a tomada de decisões de meninas já a partir dos seis anos de idade, desencorajando-as de interesses em determinadas matérias, o que, por consequência, reflete na baixa representatividade feminina em diversas áreas [...]” (Senado Federal, 2024) – isso, em um país

---

4. Tema discutido ao longo do texto.

em que mais da metade da população é composta por mulheres (51,48%), segundo o censo de 2022. Desse modo, busca-se desconstruir uma história em que heróis, monumentos, patrimônios e lugares de memória como um todo são marcadamente associados à imagem e ao gênero masculino (IBGE, 2024).

## Contar por e sobre elas: a escrita como um ato de resistência

A memória e a trajetória das mulheres que marcaram a história do conhecimento científico e da atuação pública no Brasil têm sido frequentemente silenciadas ou marginalizadas por narrativas hegemônicas, construídas majoritariamente sob uma perspectiva masculina e até mesmo por algumas que representam os grandes centros no país e que colocaram outras na marginalidade. Neste sentido, a escrita da curitibana Leonor Castellano (1899-1969), que se dedicou a registrar e refletir sobre trajetórias femininas a fim de evidenciá-las especialmente nos clubes literários paranaenses da primeira metade do século XX – e do Brasil – aos quais pertencia, constituiu um importante gesto para dar visibilidade a elas. Castellano “resgatava” essas imagens em um tom heroico e memorialista. A despeito disso, sua escrita oferece aos estudos sobre o Paraná, diversas figuras, como Maria Falce de Macedo — a primeira médica formada no Paraná — cuja memória sobrevive, em parte, no Museu da Medicina da Santa Casa de Misericórdia em Curitiba, um espaço tradicionalmente marcado pela presença e pela autoridade dos homens no que diz respeito à medicina<sup>5</sup>.

Com base em uma releitura sob os aspectos de gênero, da memória e de um feminismo da primeira metade do século XX em Curitiba, reanalisamos a escrita de Castellano sobre Maria Falce de Macedo, a tensão ainda presente entre presença feminina e o reconhecimento institucional, o qual ganha nova dimensão à luz da Lei nº 14.986/2024. Lembro que esta foi sancionada com o

---

5. Importante lembrar que esse hospital, bem como outros, era também organizado e gerenciado por mulheres, na condição de freiras.

objetivo de inserir a perspectiva e as experiências femininas nos currículos do ensino fundamental e médio e como nova legislação representa uma tentativa de corrigir invisibilizações históricas no campo educacional, assim como sobre a história paranaense e até mesmo levanta questões sobre como espaços não formais de ensino tratam sobre as mulheres presentes na história e podem ser utilizados pelas educadoras.

O que se entende para esse trabalho é que o Museu da Medicina pode – e deveria – oferecer um olhar mais crítico sobre o que representa Maria Falce de Macedo para a historiografia e as mulheres no Paraná. Ao mesmo tempo, é importante que nós educadoras e historiadoras tenhamos um olhar crítico sobre espaços museais, para que a educação prática nesses espaços possa desvencilhar-nos de uma perspectiva heroica e individualista.

As imagens abaixo são das duas protagonistas desse texto, imagens estas que devem ser reconhecidas, debatidas como fontes, da mesma forma que homens tiveram as suas por séculos.

Figura 1 – Imagem de Leonor Castellano



Fonte 1: <https://pbc.uem.br/cedoc-lafep/indice-de-escriptoras/l/leonor-castellano>

Figura 2 – Maria Falce de Macedo



Fonte 2: <https://g1.globo.com/pr/parana/podcast/pod-parana/noticia/2023/07/21/podparana-140-conheca-a-historia-de-maria-falce-de-macedo-a-primeira-medica-do-parana.ghtml>

As imagens sugerem posturas e semblantes tradicionais, o que poderia ser apenas pela raridade de se tirar uma foto. Castellano em sua foto, com um colar, uma roupa e um cabelo que parecem cuidadosamente arrumados, provavelmente entre os anos de 1950 a 1960, quando sabemos que trabalhava no Arquivo Público do Paraná, dirigia seu Fiat 147 e participava de diversos centros literários, como o Centro de Letras do Paraná e o Centro Feminino Paranaense de Cultura (CPFC).

Ao frequentar esses espaços entre 1924 a 1967, Castellano adaptou-se a uma prática da primeira metade do século XX, a de escrever “tons elogiosos” a membros dos centros intelectuais, a fim de engrandecer estes. No entanto, ao escrever sobre algumas mulheres, entre tantas como Maria Falce de Macedo, Castellano não apenas ofereceu fontes a nós, historiadoras, mas evidenciou aspectos das biografias individuais, bem como características

históricas e sociais que produzem o esquecimento dessas trajetórias e ao mesmo tempo que as torna elementos de resistência das memórias das mulheres. Para o corpus de fontes da dissertação original foram considerados relatórios bimestrais, revistas dos centros, registros institucionais, como o *Livro de Ouro*, o qual em cinco volumes reúne reportagens, informes, convites e publicações, como as homenagens e, também, foram considerados os relatos de puericultura Darcy Vargas, ligados ao Centro Paranaense Feminino de Cultura.

Maria Falce de Macedo, por sua vez, representa o tipo de personagem cuja presença nos currículos escolares e nos espaços de memória ainda depende de ações como a de Castellano para serem conhecidas — e, mais recentemente, de políticas públicas como a Lei nº 14.986/2024, que propõe justamente a valorização das contribuições femininas nos conteúdos educacionais. A trajetória de ambas, em suas respectivas esferas, colabora para o não apagamento de gênero e abrem caminhos para a reflexão sobre quem tem direito à memória e à história, dentro das condições de seu tempo.

Leonor Castellano ao escrever sobre *A Mulher na profissão Liberal*, no ano de 1961, descreve Maria Falce de Macedo como alguém que, embora “[...] como em diversos países civilizados, a fatalidade da lei biológica, que fazia a divisão de trabalho, estabelecia a diferença de deveres entre os sexos [...]” (Castellano, 1961) manteve-se em situações e fez escolhas para além do que se esperava da mulher, como o fato de se tornar a primeira médica no Paraná no ano de 1913 e a primeira catedrática da Universidade Federal do Paraná (Zomer, 2011, p.81). No entanto, segue descrevendo Maria Falce de Macedo como uma mulher inteligente e corajosa, tanto por acompanhar o marido em sua nova profissão quanto por realizar exames gratuitos aos necessitados, no laboratório privado recém-criado por ambos na Santa Casa de Misericórdia, após sua formação em Farmácia e Bioquímica (Zomer, 2011, p. 82).

Esse tom benevolente e até mesmo de assistencialismo persiste na descrição e na prática elogiosa de Leonor Castellano. Entretanto, é preciso considerar: Castellano escreve esse texto nos

anos de 1960, já uma senhora curitibana e que bem representava seu tempo, ou seja, uma feminista burguesa, de valores ligados a um feminismo sufragista de Bertha Lutz<sup>6</sup>. Desse modo, Maria Falce de Macedo sob a análise de uma escrita feminista e historiográfica paranaense no século XXI sugere temas e abordagens diferentes do que se espera de uma feminista da primeira metade do século XX.

Mulheres como Castellano, ricas ou o que entendemos como classe média, poderiam ter acesso a revistas, livros, cursos de ensino superior, empregos no setor público ou privado e até de conhecer outros países. No entanto, isso não necessariamente gera uma consciência sobre questões de classe, de raça e de gênero, o que na prática pode perpetuar relações hierárquicas e autoritárias forjadas e/ou sentidas por essas mulheres, não apenas com homens, mas mesmo entre elas.

A ideia de uma moral de “família” e de formação de lares estavam presentes no discurso, ao tempo em que elas desempenham novos papéis fora dos lares, ainda que muitas não tivessem filhos, por exemplo ou até mesmo não tenham sido casadas<sup>7</sup>. June Hahner nos lembra o quanto diversas outras mulheres já trabalhavam há séculos no mundo público, como escravizadas, servas, operárias, lavadeiras, entre tantas. Mas, alguns grupos do fim do século XIX e início do XX, como o de Castellano, não era desses primeiros citados, entre eles: ligadas ao Ensino Superior, como do Serviço Social, Enfermagem, Docência, Literatura, repartições e Ciências em geral, mesmo que estas menos (Hahner, 2003, p.115-137).

Dito de outra forma, Leonor Castellano ao escrever sobre o seu tempo traz paradoxos próprios do feminismo da primeira metade do século XX no Brasil. Em sua escrita refuta explicações biológicas como justificativa para a inferioridade feminina, mas

---

6. Para mais informações e análise sobre o feminismo de Castellano ler a dissertação supracitada.

7. Referência a Leonor Castellano, Bertha Lutz e Mariana Coelho, que, como muitas feministas, não casaram e não tiveram filhos. Importante lembrar que educadoras também eram vistas como “aptas” a educar os filhos da pátria e para o futuro, mas acabavam solteiras dentro dos padrões sociais e culturais de gênero.

reforçava atributos naturalizados como os de sensibilidade, a paciência e a vocação para maternidade como características de legitimação de sua presença no espaço público e até mesmo de justificativa pelos novos lugares ocupados. O feminismo de primeira onda, especialmente da década de 1920 é marcado pelo o que posso chamar de valores morais femininos, como o altruísmo e a caridade para que o ingresso das mulheres na vida pública não fosse percebido como ameaça à ordem social. No caso de Maria Falce, ela sempre é lembrada pelo pioneirismo e por seus papéis como mãe e esposa.

Joan Scott define gênero como uma construção cultural fundada nas diferenças percebidas entre os sexos, organizadas por meio das relações sociais e de poder. Assim, gênero não é um dado natural, mas um modo de significar desigualdades e hierarquias. Para Scott, a categoria é útil justamente porque permite compreender como essas diferenças são historicamente produzidas e reproduzidas, um debate que pouco é aprofundado em uma perspectiva de História das Mulheres. A própria ideia de “mulheres” para Scott deve ser contextualizada, visto que cada experiência feminista ou reivindicação está vinculada ao seu tempo, e não existe uma identidade homogênea feminina. Por isso, Scott propõe falar em mulheres no plural (Scott, 2002), reconhecendo a diversidade de condições, práticas e subjetividades. Esse enfoque plural abre caminho para analisar as distintas formas de inserção e resistência das mulheres, sem reduzir suas experiências a um modelo único.

Os movimentos feministas do início do século, na leitura do debate da História das Mulheres apontam que havia um equilíbrio das conquistas sociais com reafirmação de valores tradicionais, o que evidencia conquistas das mulheres ou de algumas reivindicações a depender do feminismo, se libertário ou sufragista. Este último, conforme Céli Pinto, era representado mais por Bertha Lutz, que buscava ampliar a cidadania feminina por meio da intelectualidade e da ação política institucional, ainda que sem questionar profundamente os limites das relações de gênero da época (Pinto, 2003, p.18-29). Já Maria Lacerda de Moura defendia

a emancipação feminina desvinculada ou com crítica aos papéis de esposa e mãe, propondo reflexões sobre amor livre e a crítica ao patriarcado.

Comparada a essas perspectivas, Castellano aproximou-se mais de um feminismo moderado e cívico, que valorizava a maternidade e a conduta patriótica como credenciais para a inserção feminina na sociedade, o que se reproduz em sua escrita e na forma como escrevia sobre mulheres. Desse modo, aponto que a análise de Castellano deve também ser cotejada com os diferentes projetos feministas que marcaram o Brasil no início do século XX, visto que há a tentativa de equilibrar conquistas sociais com a reafirmação de valores tradicionais, movimento frequente entre intelectuais feministas do período. Seu feminismo é o de “primeira onda”, marcado por debates sobre sufrágio, acesso ao ensino e ao trabalho, e pela necessidade de conciliar conquistas públicas com comportamentos privados considerados adequados (Pinto, 2003, p.18-29). Como demonstra o caso de Maria Falce, Castellano reconhecia e celebrava pioneirismos, mas sem romper com a lógica de que o prestígio feminino no espaço público dependia da legitimidade conquistada no espaço privado.

Entre pensar sobre a fonte, no caso os escritos de Castellano, e a representação que tem os documentos educacionais<sup>8</sup>, a normativa recente e a exposição no Museu, o que friso é que Castellano não pode ser vista como mera reprodução de discursos conservadores, mas como apropriação seletiva de elementos que circulavam em seu tempo. A crítica cabe ao que é reproduzido no século XXI, assim como podemos potencializar as críticas à essas posturas que mantêm discursos sexistas, machistas e misóginos. Suas homenagens e reflexões revelam tanto os limites quanto as potencialidades do feminismo brasileiro em sua fase inicial: limites, porque permaneciam atrelados a ideais de família e maternidade; potencialidades, porque abriram caminhos para que a presença feminina se tornasse gradualmente mais aceita em espaços sociais e intelectuais variados. Ao mesmo tempo, sua inserção

---

8. Analisados nos próximos tópicos.

no debate conecta-se ao processo mais amplo em que o feminismo brasileiro se afirmava como plural e heterogêneo, marcado por disputas entre diferentes projetos, e cujas conquistas se davam de maneira gradual, como apontam autoras como Sueli Gomes, Branca Moreira Alves, Joana Maria Pedro e Céli Pinto.

Dito de outra forma, Maria Falce de Macedo foi descrita por Castellano como uma pioneira, que se sobrepunha às “imposições da lei biológica” e alcançou outros lugares, outrora pouco destinados às mulheres. Mas, seu comportamento no espaço privado, o casamento, a ideia do cuidado e da caridade são idealizados por Castellano. Uma perspectiva que aponta em Macedo um tom de exceção, de mérito e, que, não problematiza as questões sociais, culturais e políticas que permitiram também esse lugar. Assim, o conciliar uma vida pública com suas novas atribuições — aquelas socialmente destinadas às mulheres — era uma condição necessária, ainda que inconsciente e fruto de seu tempo, para que elas pudessem ocupar esses novos espaços.

Não menos importante é a ausência de um debate maior sobre questões racistas com raras exceções. E, embora não caiba a esse texto essa discussão, resalto tal tema pela ausência também deste na redação da Lei nº 14.986/2024, justamente porque o racismo é problema contemporâneo a nós, brasileiras e brasileiros, e que têm na Educação um dos principais espaços de diálogo. Ainda, a história do feminismo foi hegemônica por alguns séculos e também promoveu o apagamento de outras vozes (Curiel, 2017) e não raro reproduz estruturas de exclusão ao reivindicar igualdade com os homens brancos, sem questionar as bases racistas, coloniais e capitalistas desse ideal de igualdade. Assim, “[...] ao se perceberem como vítimas dos homens, muitas mulheres não enxergam ou enxergaram que seu desejo de igualdade repousa na exclusão de mulheres e homens racializados” (Curiel, 2017, p. 56).

É essa cegueira estrutural que Gloria Wekker (2010) denuncia ao afirmar ser quase impossível fazer uma mulher branca reconhecer que é branca — pois a branquitude é naturalizada. Assim, a lei 14986/2024, que é recente, deve também enfrentar esse silenciamento histórico. É preciso ressaltar às meninas que elas podem ser

o que quiserem, mas para que isso se efetive é necessário mostrar a elas as estruturas que as impedem de acessar os espaços de decisão e de produção de conhecimento, sobretudo as negras, indígenas, periféricas, trans ou com deficiência.

A feminista Sara Farris (2017) alerta-nos ainda sobre agendas neoliberais, islamofóbicas e racistas que estão desejosas de se apropriar dos discursos feministas, o que ela chama de “femoliberalismo”. Grupos, instituições governamentais ou não que aparentemente ferramentalizam pautas de gênero, sob a ideia de que defendem os direitos de mulheres, mas que acabam reproduzindo repressões e violências de todo tipo. Desse modo, colaboram com desigualdades internas ao próprio campo feminista, desconhecendo os efeitos da raça, da classe e da sexualidade sobre as possibilidades de existir e resistir.

Assim, pensar a educação como prática de liberdade, como propõe bell hooks (2013), exige mais do que inserir mulheres nos currículos; requer disputar as formas pelas quais os saberes são produzidos, reconhecidos e ensinados. Um feminismo comprometido com a justiça social precisa articular patriarcado, Estado e capital, e estar conectado com lutas maiores por justiça reprodutiva, justiça ambiental, direitos das/dos migrantes e refugiadas/os, fim do feminicídio e resistência ao Antropoceno racial e capitalista (Curran *et al.*, 2021). Isso significa também denunciar a discriminação de gênero que não abarca as novas formas de desigualdade entre as mulheres, e combater a criminalização da solidariedade com as populações historicamente marginalizadas.

A valorização das trajetórias de mulheres como Leonor Castellano deve ser feita não apenas como reconhecimento individual, mas como chave para compreender a política do esquecimento que afeta tantas outras mulheres brasileiras até o século XXI. A memória, quando se torna pedagógica, tem o potencial de romper com a linearidade da história oficial e de provocar novas perguntas ao presente — como pode fazer a Lei 14.986/2024, ao abrir espaço para que a educação pública dialogue com as lutas sociais. Mas para que esse espaço não seja colonizado por um feminismo despoliti-

zado, é preciso recusar a neutralidade e afirmar um compromisso radical com as múltiplas dimensões da justiça.

## O museu como espaço não formal de debate e de memória para a sala de aula

Figuras 03 e 04 - Banner e Placa com Informações de Maria Falce



Fontes: da autora (2025)

“Maria foi uma importante e notável professora, médica, laboratorista, cientista, intelectual e liderança feminina. Nascida em Curitiba/PR, em 15 de janeiro de 1897, filha de Philomena Sant’Anna e Pedro Falce, tornou-se a primeira mulher a se formar em um curso de Medicina no Paraná. Também pertence a ela o título de primeira professora catedrática do Brasil. Foi pioneira e protagonista em muitas frentes.

Ousou estudar na primeira turma do Curso de Medicina da Universidade do Paraná, ingressando em 1914 e se titulando em 1919. Foi lá onde conviveu intensamente com José Pereira de Macedo, com quem casou logo após concluir o curso. Foi mãe, avó, bisavó.

Sempre lembrada com muito carinho pela sua excelência científica, pela dedicação à formação de estudantes, pelo trabalho

incansável na pesquisa e docência, atendimento caridoso das pessoas necessitadas, pela bondade.

Faleceu em Curitiba, em 21 de abril de 1972. Sua vida foi marcada por acontecimentos que merecem ser contados, para que a atual e as futuras gerações conheçam essa mulher que a tantas pessoas inspirou”

Figuras 5 e 6 - Vitrines com exposição de remédios



Fontes: da autora (2025)

Figura 7 - Fachada do Hospital Santa Casa



Fonte: da autora (2025)

Há um tom heroico evidente ao entrar na sala que expõe o acervo e que representa a vida de Maria Falce de Macedo no Museu da Medicina, cuja imagem está ao lado<sup>9</sup>. Falecida na década de 1970, o casamento e a convivência com o marido, o lado feminino com destaque ao cuidado, representado pelas palavras “amorosidade, bondade e generosidade”, bem como a ideia individualista e meritocrática especialmente no que diz respeito ao fato de ser catedrática e médica são os mesmos descritos por Castellano e na placa acima. No entanto, Castellano é uma mulher que bem representa a consciência de seu tempo e de espaço, se consideramos as ideias de Marc Bloch, por exemplo (Bloch, 2001, p.41-68).

Já o Museu potencializa esse tom ao falar do quanto “foi pioneira e protagonista em muitas frentes”. Todavia pouco problematiza suas ações como a primeira catedrática do Brasil e médica do Paraná, ou sobre aspectos próprios da pesquisa e do seu trabalho em relação à História da Saúde do período. Aleatoriamente, o mesmo acervo mostra seu material de análise e de pesquisa, o que demonstra sua atuação como cientista. No entanto, não há menção ou qualquer aprofundamento em relação a esses materiais. As imagens também ressaltam seu rosto e marido, reforçando mais seu lado maternal, visto que se casou, teve filhos e isso logo ao terminar o curso e começar a atuar. Apesar do lugar significativo que começou a ocupar, Maria Falce assumiu os papéis esperados de uma mulher. Tal perspectiva não é um problema, mas não o único fim ou como algo naturalizado a nós mulheres.

Neste sentido, é preciso que espaços não formais como o Museu da Medicina, dentro de um diálogo com a Museologia Social e, narrativas como as de Castellano, sejam contextualizadas e vejam personagens como a de Maria Falce de Macedo não restritas como “pioneiras”, mas como parte de um processo histórico de inserção feminina na Educação Superior, envolvendo

---

9. O Museu está abrigado na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, uma construção com diferentes seções, todas patrimonializadas pelo município e pelo estado, como a Capela e o Hospital de 1880. O hospital funciona normalmente e espaço de formação médica desde 1915. As salas do Museu são espalhadas pelo Hospital, o que exige o agendamento de horário. Para mais informações ver: <https://museudamedicinadoparana.com.br>. Acesso em 10/09/2025.

o debate dos lugares de gênero, a profissionalização feminina e em relação às expectativas sociais, as quais são repletas de camadas atravessadas por questões étnicas, de gênero, de classe. Além disso, é preciso considerar a inserção delas no mundo da ciência, como médicas, pesquisadoras, isto é, dentro de um viés da História da Saúde e da Saúde Pública no Brasil também.

Importante frisar às nossas alunas e alunos que mulheres como Maria Falce de Macedo não apenas criou um laboratório privado e que fazia caridade com seu marido, mas produzia ciência, área em que mulheres pouco adentravam como sugere June Hahner acima. Em conjunto, retomo a ideia supracitada por ocasião da publicação da lei, em que uma senadora declarou a importância da mesma justamente por encorajar meninas desde pequenas a decidir pelas áreas diversas, justamente pela desconstrução dos estereótipos de gênero (Senado Federal, 2024).

Não menor é a importância das referências de patrimônios, lugares de memória e monumentos que nossas crianças e adolescentes devem ter, especialmente em um país cuja maioria da população é de mulheres. Nesse caso, a educação patrimonial deve considerar que o patrimônio cultural é lugar de memória, bem como a memória é o que se passou e que pode ser evocada por meio do presente (Nora, 1993). No entanto, esse ato gera perspectivas diversas e não uma história única heroica e individualista, a fim de que diversos comportamento identitários sejam considerados e valorizados.

Valorização de si, de pertencimento, de debate e percepções de lugares de memória e de suas representações são elementos que permitem, por sua vez, aproximações e distanciamentos dos mais diversos grupos, incluindo aqueles que são o nosso maior público: o de alunos e alunas. Sejam as diferenças de religião, classe, sexualidade, etnia, nacionalidade, memória, essas características trazem pertencimento a um lugar, grupo ou mesmo território (Hall, 2006), em que podem partilhar em alguma medida afetos, sentimentos, valores morais.

Importante lembrar que museus devem ser agentes dinâmicos de transformação social e comprometidos com justiça, igualdade, democracia e representatividade coletiva, ou seja, museus devem fazer sentido para suas comunidades. Para o Museu da Imagem e do Som de Campinas,

O museu integral/ integrado à comunidade – **O museu é um agente social e político. Não mais um coletor passivo de objetos a organizar em tipologias, ele interfere na totalidade do meio social ao identificar e pautar, com a comunidade, os temas de seu interesse atual... atuando como instrumento dinâmico de mudança social [...]** (Conselho do MIS, 2025, grifo próprio).

Desse modo, a narrativa dos Museus precisa fazer sentido de acordo com os anseios da comunidade, os quais são do presente e problematizados a partir de questões próprias de cada grupo e, no caso, de uma sala de aula, tem a problemática e tema identificados por sua/seu professora/professor. Em relação a Maria Falce de Macedo é crucial pensar ainda em desafios, resistências de mulheres, visto que ser a primeira médica no Paraná e única mulher em uma turma de medicina de 1913 era de fato romper com alguns limites.

Conjuntamente é necessário pensar em uma trajetória de forma viva, crítica, de construção coletiva e não como uma narrativa heroica pronta, como tantas que marcam as fontes historiográficas e museológicas do país. Remédios expostos, placas de exames laboratoriais são apenas objetos apresentados sem relação com as demandas contemporâneas. A ação museológica problematiza o passado e o presente em diálogo com o público por meio de atividades e oficinas interativas, com o objetivo de construir a narrativa e não apenas vê-la. No caso do trecho que consta na placa acima: “[...] foi uma importante e notável professora, médica, laboratorista, cientista, intelectual e liderança feminina [...]”, são palavras que permitem pensar os debates feministas de nosso contexto e que podem ampliar noções de participação social, ou de como a manutenção desses direitos é árdua.

As memórias de mulheres como Castellano e Falce colaboram com as narrativas mais potentes e complexas sobre o papel de mulheres na história do Paraná, para além de heroicização, de uma prática memorialista e masculina e que podem ser utilizadas em debates interdisciplinares envolvendo História, Ciências, Sociologia, Ensino Religioso e Filosofia. Ainda assim, a exposição de Maria Falce de Macedo torna sua memória pública e acessível no Museu da Medicina, junto a outros documentos e fontes como fotografias, prontuários, anotações, colocando-a simbolicamente dentro de uma prática patrimonial, como protagonista feminina, estabelecendo diálogo entre a escola e território da cidade de Curitiba e do Paraná, bem como a formação de profissionais (que serão professores e trabalharão em Museus também).

## As memórias das mulheres paranaenses e o CREP

O Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP) segue a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e tem o eurocentrismo, a história política e a do trabalho como principais temas norteadores em sua organização. Em um primeiro momento evidencio duas habilidades em que aparecem a palavra “mulheres”, uma do sexto ano, que tem por tema “Lógicas de organização política, trabalho e formas de organização social e cultural”, e as demais do nono ano, cujo tema é a Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946. Além disso, evidencio mais duas que podem englobar temas relacionados às mulheres, no entanto não se trata do foco principal:

PR. EFO6HI19 a 6.25 Descrever e analisar os diferentes **papeis sociais e econômicos das mulheres** no mundo antigo e nas sociedades medievais, bem como compreender os **interesses na exclusão das mulheres em diferentes esferas políticas e de trabalho e as consequências dessas relações na contemporaneidade**.

PR. EFO9HI25. a. 9.30 Relacionar e compreender os **movimentos sociais como protagonistas da luta pelos direitos**

**democráticos** e as transformações da sociedade brasileira aos protagonismos da sociedade civil após 1989.

PR. EFO9HI26. a. 9.31 Discutir e analisar as **causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.)**, com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito as pessoas, no Paraná, no Brasil e no mundo.

PR. EFO9HI27. s. 9.32 Relacionar e problematizar aspectos das **permanências e mudanças econômicas, culturais e sociais** ocorridas no Brasil a partir da década de 1990 ao papel do país no cenário internacional na era da globalização (CREP, 2018, grifo próprio).

No que diz respeito à relação entre o CREP e a BNCC é importante entender que há diferenças. Esse texto não tem por objetivo debater esse tema ou mesmo esgotar as possibilidades de análise do currículo, seja o paranaense ou a BNCC, mas é preciso entender que EF06HI19 é o código que está na BNCC, ou seja: “[...] Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo e nas sociedades medievais” (BNCC, 2018, p.421). O “A” presente no código significa que houve mudanças em relação à base nacional; o número seis é uma referência ao sexto ano; e o 25 a habilidade correspondente no CREP. Evidencio, portanto, que o CREP amplia as possibilidades para trabalhar a questão das mulheres, visto que no documento paranaense é possível problematizar as ideias de exclusão de mulheres no mundo da política e do trabalho na contemporaneidade, temas esses que abrem perspectivas inúmeras de trabalho em sala de aula.

O mesmo ocorre com o nono ano na habilidade que se refere diretamente às mulheres. No Paraná, a ampliação trata-se da extensão “no Paraná, no Brasil e no mundo”, o que permite ações metodológicas que comparam e criam perguntas a se direcionar em sala de aula. Crucial lembrar que a sala de aula (ou os espaços não formais) deve provocar questionamentos nos/nas discentes a partir de sua realidade.

As duas habilidades que não mencionam o tema “mulheres” dão abertura por meio de conceitos, como “movimentos sociais”

e de “permanências e mudanças culturais e sociais ocorridas após 1990”. Importante lembrar que para aplicar em sala de aula, considerando a exaustão em que muitas professoras se encontram, as dificuldades sociais do país, a falta de apoio político, ainda há um elemento determinante no currículo paranaense: o fato de essas habilidades não estarem em negrito e/ou itálico no documento original. Isso demonstra que elas não são as essenciais a serem desenvolvidas naquele trimestre, isto é, são trabalhadas de forma mais problemática na medida que o tempo permite.

Já o termo feminista aparece nas unidades temáticas de nono ano: “Totalitarismos e Conflitos Mundiais” e “Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946. A primeira habilidade abaixo está presente nas “orientações de conteúdo” (ONU, Direitos Humanos, A luta pelos direitos civis e Movimento Feminista) e a segunda é a própria habilidade. Ambas não estão também em negrito, nem itálico e, dentre as unidades temáticas desse trimestre, nenhuma delas ocupa lugar central de debate, aonde os assuntos principais são: a desigualdade social local/nacional no período da ditadura, as questões trabalhistas depois do período Vargas e a importância política da ONU.

PR. EFO9HI16. a. 9.19 **Relacionar e problematizar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais** e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação, considerando os espaços locais, regionais e nacionais.

PR. EFO9HI20. a. 9.23 Discutir e problematizar os processos de resistências e as propostas de reorganização da sociedade, da política e da economia brasileira durante a ditadura civil-militar, compreender **os movimentos de contracultura, o movimento negro e o feminista, entre outros, como forma de propor mudanças nas relações de poder e entender os reflexos na atualidade.**

PR. EFO9HI08.a.9.08 **Identificar e problematizar as transformações e continuidades ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e com-**

preender o significado dessas mudanças e das permanências em relação ao tema.

PR. EF09HI09. a. 9.09 **Relacionar e compreender as lutas e as conquistas de direitos políticos, econômicos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais de grupos organizados**, bem como analisar o anarquismo como movimento de contestação, no âmbito local, regional e nacional (CREP, 2018, p.33-35, grifo próprio).

As quatro habilidades não são contempladas como essenciais, no entanto é possível fazer uma ressalva. A habilidade 23 permite pensar em um debate maior, visto que a ideia de “movimento feminista” está relacionada com diversas pautas contemporâneas, como do divórcio, saúde, direito ao corpo, racismo em debate com o nosso contexto. Já a 08 e a 09 frisam as questões dos movimentos e direitos sociais conquistados e a diversidade, tema importante e que permite inúmeras problematizações em nossos dias. Especificamente, a habilidade 09 traz como objeto de conhecimento o “Anarquismo e protagonismo feminino” e com a seguinte orientação de conteúdo: “os movimentos sufragistas no Brasil; A experiência da Colônia Cecília”. Assim, o que se entende é que apesar de haver abertura, o tom que permanece é sobre o trabalho das sufragistas, ou o feminino burguês de Bertha Lutz.

O que se percebe são possibilidades de trabalho a partir de pequenas aberturas que o currículo oferece às docentes, embora ainda estejam distantes de uma perspectiva de autonomia para a reflexão em sala de aula sobre diversidade, seja qual for o recorte. Nesse caso, cabe às professoras problematizar, pensar os conceitos e os temas. Com essas considerações ressalto o que Nilton Mullet entende por “problematizar”:

[...] é um modo de perguntar ao passado, ao presente, ao futuro. Tudo se passa como se a aprendizagem tivesse como elemento principal a pergunta ou o problema. Criar problemas, portanto, é uma competência vital, pois ela exige atravessar o tempo, criando questões para a atualidade. Para problematizar, é necessário conceito, teoria, saberes, memórias, experiências, uma vez que são essas coisas todas que nos permitirão fazer

perguntas para a realidade. **Problematizar faz parte do processo inventivo das professoras de História, porque supõe um olhar, supõe olhares, supõe objetivos, supõe uma postura política, ética, cosmológica e epistemológica em relação ao tempo e à vida** (Mullet, 2024, grifo próprio).

Assim, parte-se da realidade de sala de aula, ancoradas em uma lei que permite o debate sobre os temas de mulheres. Para Mullet, problematizar é o movimento da aula, um “problema” que envolve todos os tempos – o passado, o presente e o futuro – que supõe a existência de memórias, de experiências, de olhares e que juntos permitem os questionamentos, a exemplo: por que é importante falar sobre o tema? Quais são os grupos envolvidos e esquecidos? Importante perceber que a docente também pode questionar seu público se ele se sente representado, obviamente se tem um ambiente seguro para isso. É preciso ainda [...] da parte do docente esforços redobrados no que diz respeito ao cuidado e à sensibilidade para que nenhum aluno se sinta ofendido, e exige a capacidade de intervir caso isso aconteça (Rosa, 2021, p. 13).

Preparar uma aula em um espaço formal ou não formal é uma atividade de criação em relação ao passado, em que objetivos são como o direito de que cada aluno tem, ao tempo que a problematização é uma forma de pergunta para que sejam criadas possibilidades. Os objetivos também podem/devem ser historiográficos, afetivos e éticos e, nesse sentido, o público discente deve ser analisado em suas camadas sociais, raciais e étnicas para que a o recorte e a problemática de uma aula sejam apropriadas ao público. Para Mullet, o recorte é interseccional, problematiza a História como narrativa, e o passado e o presente são como dimensões temporais. A partir desse ponto, esse recorte permite a imaginação e o questionamento de relações que se deram no passado e que ainda permanecem no presente ou relações que se deram no passado, todavia que se mostram diferentes em relação ao presente. Isso seria um recorte/questão ou um recorte/problema, sendo que o problema antecede o próprio recorte (Mullet, 2024, p.4).

Dito isso, trazer alguns pontos do CREP evidencia temas presentes nele, ao tempo que temos a autonomia da docente para que

esses sejam cumpridos. É um caminho para que haja criação de novas perguntas com afeto, representatividade e não apenas como uma imposição vertical de temas heroicos, brancos e eurocêntricos.

## Considerações

A presença de mulheres nos espaços formais ou não formais de ensino, escritos memorialistas e uma exposição museológica, articulando a Lei nº 14.986/2024 com a trajetória de Leonor Castellano e de Maria Falce de Macedo foram os elementos centrais desse texto. Tanto a escrita quanto as representações museais, ao mesmo tempo que produzem reconhecimento, também carregam limites, reproduzindo valores patriarcais e individualistas que atravessaram — e ainda atravessam — a forma como a história das mulheres é narrada e ensinada.

Nesse sentido, finalizo retomando a perspectiva de bell hooks, segundo a qual a educação é uma prática de liberdade e, com base nessa análise, isso implica ir além da inclusão de nomes femininos em currículos ou museus, mas de disputar os sentidos atribuídos a essas presenças. Trata-se de um exercício de crítica e de reinvenção, capaz de evidenciar como as diferenças de classe, raça, gênero, sexualidade e territorialidade configuram experiências diversas de ser mulher. É nesse movimento que a lei em questão pode deixar de ser um dispositivo normativo limitado para se tornar uma ferramenta de transformação social, desde que apropriada criticamente por educadoras e comunidades escolares.

Nós, mulheres, somos feitas de diferenças — e é justamente nelas que residem nossas forças políticas e pedagógicas. Reconhecer essa pluralidade significa recusar narrativas únicas e lineares, afirmando memórias e feminismos. Assim, a presença de mulheres como Castellano e Macedo deve ser compreendida não apenas como exceção ou pioneirismo, mas como parte de processos históricos complexos, nos quais diferentes vozes foram silenciadas ou celebradas de formas seletivas.

Tanto a sala de aula quanto o museu podem se constituir em espaços de resistência e de reexistência, desde que compreendidos como lugares de disputa simbólica e de produção de sentidos. Ao educar para a memória e para a diferença, ampliamos a possibilidade de que meninas e meninos reconheçam em si mesmos o direito de sonhar, de imaginar outros mundos e de ocupar espaços historicamente negados. Trata-se de formar sujeitos críticos, capazes de transformar a realidade a partir do reconhecimento das desigualdades estruturais e do compromisso com um mundo mais justo, plural e democrático.

## Referências

BLOCH, M. "A história, os homens e o tempo". In: BLOCH, M. **Apologia da história ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 41-68.

BRASIL. **Lei nº 14.986, de 17 de junho de 2024**. Institui, no calendário escolar, a Semana de Valorização das Mulheres na Ciência e na Política. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>.

CONSELHO DO MIS. *Museologia social: o papel dos museus na sociedade atual*. Disponível em: <https://conselhomis.wordpress.com/entendendo-o-mis/museologia-social-o-papel-dos-museus-na-sociedade-atual/>. Acesso em: 24 ago. 2025.

CURRAN, G. *et al.* O feminismo decolonial e anticapitalista em tempos de crise. In: FRASER, N. *et al.* **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2021.

CURIEL, Ochy. *Descolonização e interseccionalidade: uma aproximação crítica*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 541-561, 2017.

SENADO FEDERAL. **Nova lei garante ensino sobre as grandes contribuições de mulheres à humanidade**. Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/09/26/nova-lei-garante-ensino-sobre-as-grandes-contribuicoes-de-mulheres-a-humanidade?> Acesso em 09/08/2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022**: População por idade e sexo - Resultados do universo. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html>. Acesso em: 10 set. 2025.

HAHNER, J. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil - 1850-1940. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, b. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PEREIRA, N. M. Planejar a aula de História: gesto político, pedagógico e ético. **Olhar de professor**. UEPG: vol.27, 2024, pp 01-18.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; São Paulo: Pólen, 2017.

PINTO, C. R. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROSA, M. V. de F. Ensino de História e Branquitude. *In: CESCO, S. et al. (Orgs.) Ensino de História: reflexões e práticas decoloniais*. Porto Alegre, RS: Editora Letral, 2021.

SCOTT, J. W. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Ed Mulheres, 2002.

SMITH, B. G. **Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica**. São Paulo: EDUSC, 2003.

ZOMER, L. **História de uma “Boa Feminista”**. Trajetória intelectual de Leonor Castellano em Curitiba (1924-1967). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011.

## SOBRE AS AUTORAS

**Ana Flávia Braun Vieira** - Doutora em Ciências Sociais Aplicadas e doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora colaboradora do Departamento de Educação na mesma instituição. Membro do grupo de pesquisa História, Intelectuais e Educação no Brasil e no Contexto Internacional.

E-mail: [afbvieira@uepg.com](mailto:afbvieira@uepg.com)

**Camilly Aparecida de Souza Francisco** - Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina. Membro do grupo de pesquisa História da Educação, Culturas e Práticas.

E-mail: [camilly.aparecida@uel.br](mailto:camilly.aparecida@uel.br)

**Denise Gomes dos Santos** - Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina. Membro do grupo de pesquisa História da Educação, Culturas e Práticas.

E-mail: [denise.gomes.santos@uel.br](mailto:denise.gomes.santos@uel.br)

**Larissa Klosowski de Paula** - Doutora em História pela Universidade Federal da Grande Dourados e Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Londrina. Professora na UniBF Centro Universitário e professora colaboradora no Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino, História e Educação da UFGD.

E-mail: [larissa\\_klosowski@hotmail.com](mailto:larissa_klosowski@hotmail.com)

**Lorena Zomer** - Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

E-mail: lzomer@uepg.br

**Luana Beatriz Paes Magalhães** - Doutoranda em Educação na Universidade Estadual de Londrina. Membro do grupo de pesquisa em História da Educação, Culturas e Práticas.

E-mail: luana.b.magalhaes.uel.br

**Luísa Cristina dos Santos Fontes** - Doutora em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora aposentada de Literatura Brasileira na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Membro do grupo de pesquisa A Mulher na Literatura. Integrante da Academia Feminina de Letras do Paraná e da Academia de Letras dos Campos Gerais.

E-mail: luisa@luisacristina.com

**Mariah Phelipini** - Graduanda em Pedagogia na Universidade Estadual de Londrina. Membro do grupo de pesquisa em História da Educação, Culturas e Práticas.

E-mail: mariah.phelipini@uel.br

**Simone Burioli** - Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Professora Associada do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Culturas e Práticas.

E-mail: prof.simone@uel.br

**Simone Garbelini Parro Pialarissi** - Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Londrina. Membro do grupo de pesquisa História da Educação, Culturas e Práticas.

E-mail: sipialarissi@gmail.com

**Tiago Rodrigues Fernandes** - Doutorando em literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor de Língua Portuguesa na prefeitura de Florianópolis. Membro do grupo Escritoras do Passado, coordenado pela professora Rosana Cássia dos Santos (UFSC).

E-mail: tiagoroffer96@gmail.com.

**Vizette Priscila Seidel** - Doutora em Crítica, História e Literatura pela Universidade Federal do Paraná. Professora de língua portuguesa e língua francesa e suas respectivas literaturas. Mediadora do clube de leitura Leia Mulheres Londrina.

E-mail: vizetteps@gmail.com

## CONSELHO EDITORIAL

Dr<sup>a</sup>. Larissa de Cássia Antunes Ribeiro (Unicentro)

Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)

Dr<sup>a</sup>. Silvana Oliveira (UEPG)

Dr. Anderson Pedro Laurindo (UTFPR)

Dr<sup>a</sup>. Marly Catarina Soares (UEPG)

Dr<sup>a</sup>. Naira de Almeida Nascimento (UTFPR)

Dr<sup>a</sup>. Letícia Fraga (UEPG)

Dr<sup>a</sup>. Anna Stegh Camati (UNIANDRADE)

Dr. Evanir Pavloski (UEPG)

Dr<sup>a</sup>. Eunice de Moraes (UEPG)

Dr<sup>a</sup>. Joice Beatriz da Costa (UFFS)

Dr<sup>a</sup>. Luana Teixeira Porto (URI)

Dr. César Augusto Queirós (UFAM)

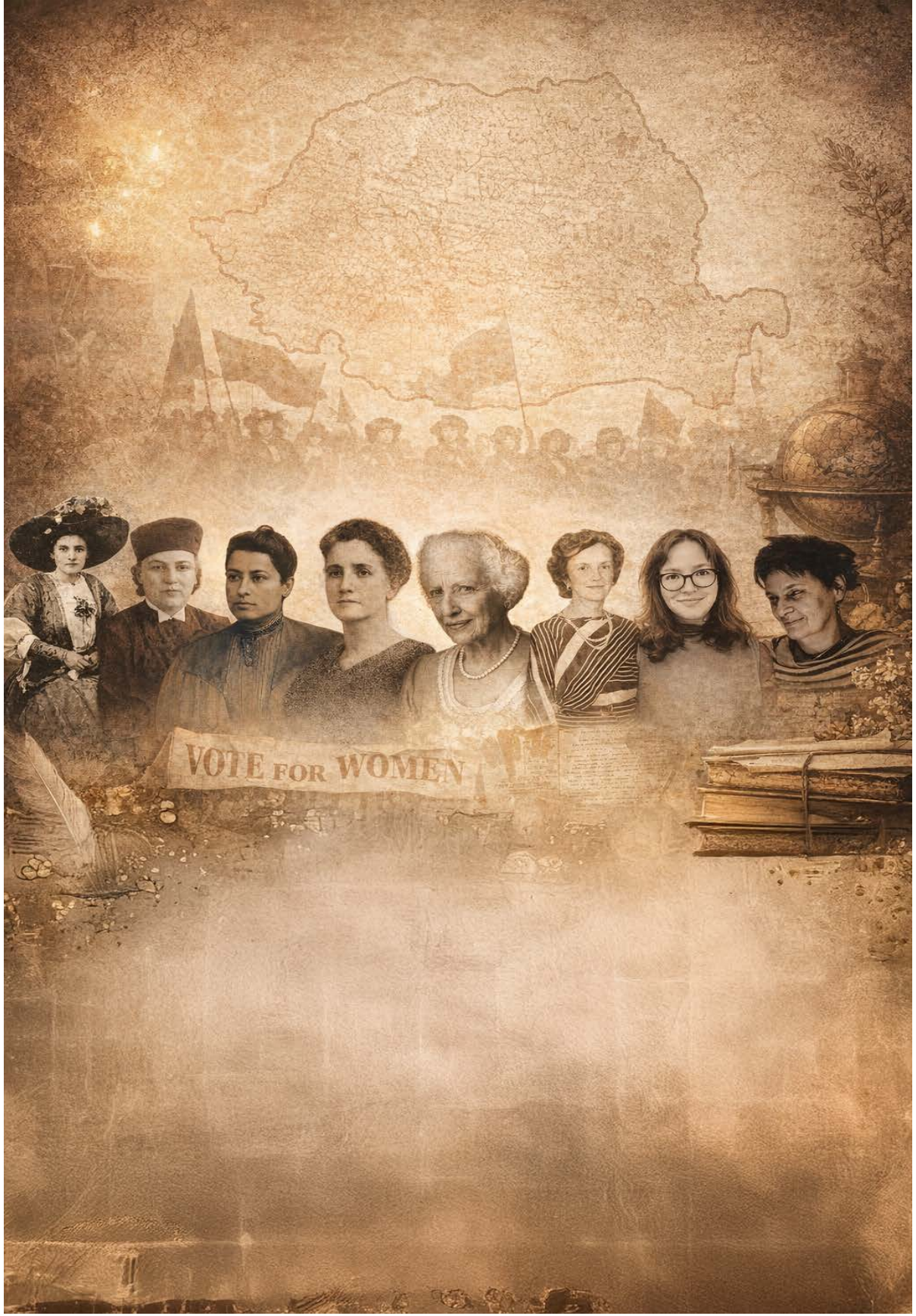
Dr. Valdir Prigol (UFFS)

Dr<sup>a</sup>. Clarisse Ismério (URCAMP)

Dr. Nei Alberto Salles Filho (UEPG)

Dr<sup>a</sup>. Ana Flávia Braun Vieira (UEPG)

Dr. Marcos Pereira dos Santos (UTFPR)



VOTE FOR WOMEN